

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

DANIELA DIAS KÜHN

**OPORTUNIDADES, RURALIDADE E POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL:
as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos
municípios gaúchos**

**Porto Alegre
2008**

DANIELA DIAS KÜHN

**OPORTUNIDADES, RURALIDADE E POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL:
as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos
municípios gaúchos**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil

**Série do PGDR – Tese nº 12
Porto Alegre
2008**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da
UFRGS

K96o

Kuhn, Daniela Dias

Oportunidades, ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul : as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos / Daniela Dias Kühn. – Porto Alegre, 2008.

181 f. : il.

Orientador: Paulo Dabdab Waquil.

Série PGDR ; Tese n. 12

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2008.

1. Pobreza rural : Rio Grande do Sul. 2. Município : Ruralidade : Rio Grande do Sul. I. Waquil, Paulo Dabdab. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. III. Título.

CDU 330.564

DANIELA DIAS KÜHN

**OPORTUNIDADES, RURALIDADE E POBREZA NO RIO GRANDE DO SUL:
as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos
municípios gaúchos**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 20 de agosto de 2008.

Prof. Dr. Paulo Dabdab Waquil (Orientador, PGDR/UFRGS)

Profa. Dra. Izete Pengo Bagolin (PUC/RS)

Prof. Dr. Sérgio Schneider (PGDR/UFRGS)

Profa. Dra. Solange Regina Marin (UFSM/CESNORS)

Ao Mathias e ao Igor – ao primeiro por ser a realização de um sonho e ao segundo por ser o grande incentivador, que acreditou – às vezes mais do que eu – que era possível, em 2008, estar com a tese pronta, tendo que dividir o meu tempo entre a pesquisa, o trabalho e a dedicação à família, que segue crescendo, seja bem vindo Renan!

AGRADECIMENTOS

Neste trabalho, preciso dar uma atenção especial aos agradecimentos. Não foi fácil chegar à conclusão desta pesquisa, eu sempre soube que não seria, mas as coisas tomaram um rumo bastante diferente daquele que eu havia imaginado, quando ingressei no processo de doutoramento.

Dessa forma, agradeço a todos no PGDR:

- aos colegas – desde o tempo do mestrado – pelo compartilhar do conhecimento e das angústias e felicidades da vida;

- aos funcionários – pela presteza e interesse em atender da melhor maneira possível, propiciando um ambiente acadêmico com ótima infra-estrutura;

- aos professores – pelo incentivo ao crescimento intelectual.

Ao Ely José de Mattos, que quando ainda era um estudante de mestrado – hoje doutorando e professor – foi o auxiliar principal na formação da base de dados.

À minha família, que sempre confiou na minha capacidade.

À amiga Ana Monteiro Costa, companheira de estudo da Abordagem das Capacitações e nos momentos de aflição.

Ao Professor Paulo Waquil, que me incentivou durante todo o processo.

Ao Igor que, além de sempre acreditar que eu conseguiria chegar ao fim deste trabalho, criou o ambiente familiar para que isso acontecesse.

A Deus, que colocou todas essas oportunidades e pessoas no meu caminho.

Ao Mathias e ao Igor – ao primeiro por ser a realização de um sonho e ao segundo por ser o grande incentivador, quem acreditou – às vezes mais do que eu - que era possível, em 2008,

estar com a tese pronta, tendo que dividir meu tempo entre a pesquisa, o trabalho e a dedicação à família, que segue crescendo, seja bem vindo Renan!

“Nossa vida é como a das outras pessoas:
umas coisas boas, outras ruins.
Ou seja: sem nenhum controle,
como a vida de todo mundo”.

(Hugh Prather)

“Assim como tu não sabes qual o caminho do vento,
nem como formam os ossos no ventre da mulher grávida,
assim também não sabes as obras de Deus, que faz todas as coisas”.

(Eclesiastes 11,05)

RESUMO

O Rio Grande do Sul está entre os estados brasileiros que apresentam os melhores indicadores em relação aos estudos de qualidade de vida desenvolvidos por diversos institutos. Entretanto, é possível verificar ainda a existência de situações caracterizadas pelas carências em relação ao atendimento de algumas necessidades que acabam, por fim, caracterizando situações de pobreza no estado gaúcho. Sendo um estado bastante associado à atividade agrícola, que se desenvolve em ambientes predominantemente rurais, há em evidência uma discussão em relação às características da pobreza rural. Baseado em uma concepção conhecida como Abordagem das Capacitações, desenvolvida por Amartya Sen, o objetivo deste trabalho é o de identificar aspectos sócio-estruturais capazes de configurar as situações de carência em relação a determinados aspectos, buscando a caracterização da pobreza rural gaúcha. No trabalho as situações que configuram as carências estão associadas às possibilidades de acesso a oportunidades municipais (intitamentos). Apresenta-se aqui uma sugestão analítica que procurou não estar limitada à situação de renda ou ao tipo de atividade produtiva. Neste sentido, a partir da análise de 108 (cento e oito) variáveis que reúnem alguns tipos de intitamentos encontrados nos municípios, foram identificados grupos caracterizados em relação à ruralidade (associada a aspectos de paisagem e produtivos) e às situações de pobreza (associadas à renda municipal *per capita* e à variação da infra-estrutura relacionada a serviços de educação e saúde).

Palavras-chave: Pobreza. Ruralidade. Intitamentos. Abordagem das capacitações.

ABSTRACT

Rio Grande do Sul is between the Brazilian states that present the best indicators in relation to the studies of quality of life developed by several institutes. However, it is still possible to verify the existence of situations characterized by lacks in relation to the attendance of some necessities that, finally, characterize situations of poverty in the state. Being a state essentially associated to agriculture, which is developed predominantly in rural environments, there is evidence of a debate about the characteristics of rural poverty. Based in a conception associated with the capability approach, developed by Amartya Sen, the objective of this work is to identify social and structural aspects that are able to characterize situations of lack in relation the some aspects, aiming at the characterization of rural poverty in the state in relation to the situations that configure the access possibilities to the municipal opportunities (entitlements). An analytical suggestion is presented here that tried not to be limited to the situation of income or the type of productive activity. In this direction, through the analysis of 108 (one hundred and eight) variables that congregate some types of entitlements found in the municipalities, several groups were characterized in relation to the rurality (associated the productive and landscape aspects) and to the situations of poverty (associated to the per capita municipal income and the variation of the infrastructure related to services of education and health).

Key-words: Poverty. Rurality. Entitlement. Capability approach.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos <i>clusters</i> no Rio Grande do Sul	97
Figura 2 - Distribuição dos <i>subclusters</i> referente ao <i>cluster</i> número 02.....	103
Figura 3 - Distribuição dos <i>subclusters</i> referentes ao <i>cluster</i> número 03.....	108
Figura 4 - Distribuição dos <i>subclusters</i> referentes ao <i>cluster</i> número 4.....	114


LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos ambientais	53
Quadro 2 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Infra-estrutura	57
Quadro 3 -Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Saúde	59
Quadro 4 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Educação.....	61
Quadro 5 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Segurança	63
Quadro 6 – Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Justiça	63
Quadro 7- Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Empregabilidade.....	64
Quadro 8 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes a Oportunidades Sociais – Assistência Social.....	66
Quadro 9 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos demográficos.	67
Quadro 10 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos produtivos ...	70
Quadro 11 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos administrativos	73
Quadro 12 - – Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitamentos referentes à estrutura de consumo	74
Quadro 13 - Caracterização das variáveis envolvidas em relação ao tipo.....	75
Quadro 14 - Caracterização das variáveis envolvidas em relação ao ano de referência da informação utilizada	75
Quadro 15 - Classificação dos clusters quanto à ruralidade.....	80
Quadro 16 - Classificação dos clusters quanto à pobreza	83
Quadro 17 - Classificação possível para os clusters municipais formados	84
Quadro 18 – Quantidade/Percentual de municípios gaúchos de acordo com a classificação sugerida.....	91
Quadro 19 - Relação entre dinâmica produtiva e situação de pobreza – quantidade e percentual de municípios classificados no critério.....	91

Quadro 20 - Quantidade de municípios de acordo com a classificação dos identificadores de pobreza	92
Quadro 21 - Fatores e Variáveis Principais	94
Quadro 22 - Caracterização Geral dos clusters formados pelos municípios gaúchos	96
Quadro 23 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 1	99
Quadro 24 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 5	100
Quadro 25 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 6	101
Quadro 26 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 2	102
Quadro 27 - Classificação do cluster e subclusters	102
Quadro 28 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.1	104
Quadro 29 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.2	104
Quadro 30 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.3	105
Quadro 31 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.4	106
Quadro 32 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.5	107
Quadro 33 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 3	109
Quadro 34 - Classificação do cluster e dos subclusters	109
Quadro 35 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.1	110
Quadro 36 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.2	111
Quadro 37 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.3	112
Quadro 38 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.4	113
Quadro 39 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.5	113
Quadro 40 - Classificação do cluster e dos subclusters	115
Quadro 41 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 4	115
Quadro 42 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 4.1	116
Quadro 43 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 4.2	117
Quadro 44 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 4.3	118
Quadro 45 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 4.4	119
Quadro 46 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 4.5	120
Quadro 47 - Classificação do cluster e tipo de intitamento	121
Quadro 48 - Classificação do subcluster e tipo de intitamento	123
Quadro 49 - Classificação Geral do RS em relação à situação de Produtor ou Consumidor	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	RURALIDADE, POBREZA E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES:CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITOS.....	20
2.1	RURALIDADE: AFINAL, SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?.....	20
2.2	O “VELHO” PROBLEMA DA POBREZA.....	29
2.3	O QUE É POBREZA RURAL.....	33
2.4	A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE POBREZA E RURALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL	37
3	AS VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA REFLETIR INTITULAMENTOS.....	61
3.1	PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS.....	46
3.2	A CONSTITUIÇÃO DOS FATORES.....	76
3.3	A FORMAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO “CLUSTER”.....	76
4	ANÁLISE DAS RELAÇÕES APRESENTADAS PELAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA OS MUNICÍPIOS GAÚCHOS – A CONFIGURAÇÃO DO INTITULAMENTOS.....	86
4.1	VISÃO GERAL DAS VARIÁVEIS: A ESTATÍSTICA DESCRITIVA.....	86
4.2	CONFIGURAÇÃO GERAL DOS CLUSTERS: A POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL.....	92
4.2.1	Grupos de um Município – Clusters nº 1, nº 5 e nº 6.....	98
4.2.2	Cluster nº 2: relativamente rural produtor pobre.....	101
4.2.3	Cluster nº 3: essencialmente rural produtor pobre.....	107
4.2.4	Cluster nº 4: relativamente rural consumidor pobre.....	114
4.3	INTITULAMENTOS E A CLASSIFICAÇÃO DOS CLUSTERS.....	120
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126



ANEXO A – Método de Reunião das informações para os Municípios emancipados, quando houve necessidade de utilizar informações dos municípios-mãe.....	134
ANEXO B – Lista dos Municípios, <i>cluster</i> e <i>subclusters</i> de classificação em ordem alfabética.....	135
ANEXO C – Informações do Estado do Rio Grande do Sul.....	145
ANEXO D – Estatística descritiva das variáveis analisadas.....	146
ANEXO E – Cargas Fatoriais para os 31 fatoriais.....	147
ANEXO F – Coeficientes de influência das variáveis nos fatores.....	151
ANEXO G – Cargas Fatoriais para a formação dos <i>clusters</i>	155
ANEXO H – Médias das Variáveis no RS, nos <i>clusters</i> e nos <i>subclusters</i>	156
ANEXO I – Composição e Classificação dos <i>clusters</i>	161

1 INTRODUÇÃO

Em relação aos indicadores de desenvolvimento evidenciados em todo o país, o Rio Grande do Sul é classificado como um dos estados brasileiros com melhor qualidade de vida. Entretanto, é preciso reconhecer que a situação brasileira ainda está longe de ser algo que possa ser considerado satisfatório, em termos de acesso a oportunidades de saúde e educação, por exemplo, para a grande maioria da população. Sendo assim, o que se evidencia é que, mesmo que a situação, em termos de indicadores de desenvolvimento humano, no Rio Grande do Sul, seja uma das quatro mais favoráveis no país, em relação aos vinte e sete estados brasileiros, existem diversos aspectos que precisam de atenção e reformulações para que os cidadãos possam ter mais e melhores oportunidades de escolhas ao longo da sua vida¹.

Dessa forma, evidencia-se a necessidade de um estudo mais específico em relação à situação dos municípios gaúchos, em termos de desenvolvimento. Este trabalho volta-se exatamente à caracterização das realidades municipais referentes a dois conceitos importantes para a discussão sobre os processos sócio-econômicos de desenvolvimento: a ruralidade e a pobreza. O primeiro aspecto está associado a uma forma de vida, a uma relação diferenciada com a paisagem, a um modo de reprodução específico, que apresenta diversas peculiaridades e que vem sofrendo acentuadas transformações desde as últimas décadas do século XX.

O segundo conceito, a pobreza, é uma situação de fácil visualização, mas com uma discussão teórica bastante controversa em alguns pontos. Não há dúvidas de que está caracterizada pela carência em diversos aspectos; entretanto, há discussões com relação a como estabelecer a linha divisória entre pobres e não-pobres².

Especificamente no Rio Grande do Sul, esses dois conceitos apresentam uma situação bastante interessante. O conceito de rural, associado às estatísticas no Brasil, conforme se verá

¹ De acordo com Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, organizado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) com base nas informações disponibilizadas pelo censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, o Rio Grande do Sul, em comparação aos demais estados brasileiros, ocupa a 4ª posição em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Ocupa também a 4ª posição em dois de seus componentes: Educação e Renda. Em relação ao terceiro componente do indicador geral - longevidade, o estado gaúcho tem uma colocação ainda melhor, ocupa a 2ª posição. Entretanto, em publicação de outubro de 2007, o próprio PNUD indica que “no ritmo atual, cidades do RS não cumprem os Objetivos do Milênio”. Os objetivos do milênio envolvem exatamente ações que buscam melhorar a performance de 48 indicadores escolhidos como parâmetros para avaliação do desenvolvimento municipal (por exemplo, alfabetização, taxa de incidência de HIV/AIDS, taxa de mortalidade infantil, acesso à rede de esgoto, entre outros). Artigo disponível em www.pnud.org.br/noticias arquivo capturado em 8/outubro/2007.

² Basicamente, a título de exemplo, considere uma pessoa que vive com uma renda de US\$ 0,98 por dia (portanto, abaixo da “linha da pobreza” que é de US\$ 1,00, de acordo com algumas instituições internacionais). Será que ela tem uma vida muito diferente daquela vizinha que vive com US\$ 1,02? Será possível dizer que uma é pobre e outra não? Claramente pode-se imaginar que, em termos de renda, a vida das duas pessoas é muito parecida.

adiante no trabalho, apresenta uma limitação que muitas vezes distorce a realidade municipal. Neste sentido, em 1940, o Rio Grande do Sul apresentava 68,85% da população caracterizada como rural. Em 2006, o estado gaúcho tinha uma população rural de 15,07 % em relação à população total (dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE, em 2008). Ainda que se leve em consideração todo o processo migratório do campo para a cidade, ao observar a realidade nos municípios gaúchos, será possível evidenciar que 85% da população não é mais rural? É preciso considerar que muito desse aumento, no percentual de população urbana, deve-se a processos de emancipação que transformam distritos/bairros em municípios, sem que ocorram mudanças significativas, nem em termos econômico-produtivos, nem de infraestrutura na localidade. A população residente, que talvez anteriormente fosse identificada como rural, passa a ser caracterizada como urbana por força de uma lei municipal que define o perímetro urbano do novo município.

Além da limitação conceitual em termos estatísticos, a noção de rural é fundamental na composição da identidade gaúcha e precisa ser contextualizada em termos históricos. A figura simbólica do “gaúcho” é bastante associada ao campo e ao estilo de vida do ambiente rural. É possível perceber um relacionamento característico com a paisagem, diferente daquele associado ao paulista (ambiente urbano/industrial) e ao carioca (ambiente litorâneo), por exemplo.

Assim como o conceito estatisticamente associado ao rural apresenta um estado com pouca população rural, os estudos que identificam pobreza como falta de renda não indicam que o Rio Grande do Sul seja um estado pobre. De acordo com dados da FEE (2002), a renda *per capita* média no Rio Grande do Sul é de R\$ 10.342,00 (R\$ 28,58 por dia – algo em torno de US\$ 15,00 atualmente). Uma análise rápida apenas nos dados apresentados não indicaria a existência de pobreza no estado. Entretanto, é possível verificar situações de carência e pobreza no Rio Grande do Sul.

Sendo assim, este trabalho evidencia a necessidade de uma análise multidimensional para melhor concepção da realidade gaúcha. Uma vez que estudos baseados em apenas uma ou outra variável vem apresentando limitações significativas para a compreensão da dinâmica sócio-econômica-ambiental dos processos de desenvolvimento, é preciso desenvolver novos instrumentos de percepção social.

Entre os autores contemporâneos, preocupados em desenvolver estudos capazes de refletir de maneira mais próxima a realidade da situação vivida cotidianamente pelas pessoas, está o professor indiano Amartya Sen. Este economista discutiu as limitações da teoria econômica para a compreensão dos processos de desenvolvimento em diversas nações, e

desenvolveu uma abordagem multidimensional que procura qualificar a análise de variáveis disponíveis.

A Abordagem das Capacitações (*Capability Approach*), como é conhecida esse tipo de análise sugerida pelo autor, evidencia que os processos de desenvolvimento devem representar, essencialmente, formas de expansão e aumento da possibilidade de escolha dos indivíduos em relação à vida que eles valorizam e que gostariam de ter. Neste sentido, cada um deve ter oportunidade de ser capacitado a tomar as decisões de acordo com aqueles valores sócio-culturais identificados no seu ambiente de convivência³.

A possibilidade de melhoria da qualidade de vida do indivíduo está associada aos recursos, bens e direitos que a sociedade/ambiente em que vive tem disponível, bem como as escolhas feitas em relação a esses recursos disponíveis. Esse grupo de recursos (bem como suas alternativas de aquisição) configura os intitamentos (*entitlement*). A análise dos intitamentos pode indicar uma falha em termo de capacitações. Neste sentido, a possibilidade de realização dos funcionamentos de cada indivíduo pode estar prejudicada se ele não é capaz de ter acesso aos intitamentos. Originalmente concebida para análise do problema da fome no mundo, a noção de intitamentos altera o foco de percepção em relação às possibilidades de superação dos problemas sociais. É preciso analisar toda a estrutura social disponibilizada para que os agentes sociais realizem a sua escolha e não apenas a situação de algumas variáveis.

A análise dos intitamentos permite destacar pré-condições que identificam a possibilidade, ou não, de acesso à realização de escolhas consideradas importantes para o indivíduo. São essas pré-condições que estão evidenciadas neste trabalho para todos os municípios gaúchos. Ou seja, a Abordagem das Capacitações é utilizada em termos conceituais para caracterizar - e comparar - a disponibilidade do que foi identificado como intitamentos municipais. A partir deste novo foco de análise, são comparadas as situações apresentadas pelos municípios em termos de ruralidade e pobreza. Essa pré-condição municipal identifica situações que podem conduzir à pobreza rural, na medida em que evidenciam uma possível falha de acesso aos funcionamentos (estritamente associados a escolha pessoal).

Como toda nova tentativa de percepção de realidade social, a abordagem das capacitações ainda se encontra em discussão, e procurando formas de operacionalização que façam cumprir o objetivo da análise multidimensional a que se propõe. É também neste

³ A análise desenvolvida no trabalho distingue dois processos. Há princípio é preciso conhecer aquilo que é possível, para em seguida verificar o que é efetivamente oportunizado pela estrutura social.

sentido que esta tese procura enriquecer a discussão em torno das possibilidades de ferramentas e formas de análise compatíveis com essa proposta de compreensão social.

Dessa forma, a partir da percepção das limitações existentes nos conceitos ainda utilizados em relação à ruralidade e à pobreza, a pesquisa preocupou-se em evidenciar os aspectos estruturais (ou seja, os intitulamentos) existentes nos municípios gaúchos que permitem caracterizar e analisar a realidade municipal no Rio Grande do Sul. Em termos de problema de pesquisa, a análise desenvolvida aqui está relacionada às seguintes questões:

. Que relações podem ser identificadas entre as oportunidades estruturais existentes nos municípios gaúchos e as situações de ruralidade e pobreza identificadas no Rio Grande do Sul?

. A partir da tipologia sugerida, que tipos de intitulamentos podem ser evidenciados como aqueles que mais influenciam para a caracterização dos municípios e grupos de municípios em relação às situações de pobreza rural identificadas no Rio Grande do Sul?

Para a análise dos problemas de pesquisa apresentados, o trabalho tem o seguinte objetivo geral: Estudar as relações entre ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul, bem como as possibilidades de superação das situações de pobreza rural nos municípios gaúchos que apresentam características semelhantes, evidenciando as relações existentes entre os tipos identificados e a configuração dos tipos de intitulamentos.

A fim de encaminhar uma resposta às questões evidenciadas e cumprir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

. Apresentar uma forma multidimensional de análise que permita a identificação de características associadas à ruralidade e às situações de pobreza, bem como a situação dos intitulamentos municipais, a partir de dados secundários.

. Analisar as relações existentes entre ruralidade e situações de pobreza no Rio Grande do Sul, estabelecendo os critérios de classificação municipal.

. Caracterizar as situações sociais, identificando municípios e grupos de municípios em relação à ruralidade e à pobreza.

. Identificar condições favoráveis/desfavoráveis que influenciam a identificação de municípios e grupos de municípios como rurais e pobres no Rio Grande do Sul.

Os problemas de pesquisa, bem como os objetivos gerais e específicos, estão propostos no sentido de verificar a validade das duas hipóteses sugeridas para estes estudos.

A primeira hipótese evidencia que a utilização de uma abordagem multidimensional para a análise dos dados secundários, disponíveis para os municípios gaúchos, possibilita a identificação de diferentes situações associadas à ruralidade e à pobreza, permitindo uma melhor compreensão da complexidade destas relações, bem como a percepção dos tipos de intitamentos associados às situações identificadas.

Sendo possível caracterizar e identificar os tipos de intitamentos associados às situações de pobreza rural, a segunda hipótese de análise sugere que a possibilidade de superação dessas situações identificadas não corresponde a uma forma homogênea de intervenção. Ela depende de condições específicas – configuração e existência de determinados intitamentos – que precisam ser analisadas de acordo com a situação a ser superada.

Para a realização do trabalho foram reunidas 108 (cento e oito) variáveis municipais disponíveis em diversas instituições de pesquisa (IBGE, FEE, Secretarias Estaduais do RS etc). Essas informações foram organizadas numa base de dados e, posteriormente, utilizaram-se ferramentas estatísticas para a obtenção dos resultados.

Com finalidade de apresentar a pesquisa, esta tese está dividida em três capítulos distintos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro momento revisa e apresenta os principais conceitos teóricos associados aos aspectos centrais do trabalho - ruralidade e pobreza – e evidencia o embasamento teórico fundamental da Abordagem das Capacitações. Para a retomada dos conceitos de ruralidade e pobreza foi realizada uma pesquisa bibliográfica que mostra a evolução conceitual envolvida na discussão. A apresentação da base teórica da Abordagem das Capacitações retoma a origem da discussão sobre as mesmas, bem como demonstra sua adequação à análise proposta e apresenta algumas outras possibilidades de pesquisa já realizadas por outros pesquisadores.

No segundo capítulo, é realizada uma discussão detalhada dos procedimentos de pesquisa, apresentando e justificando a escolha das variáveis e as ferramentas utilizadas para a análise estatística (aspectos de estatística descritiva, análise fatorial e análise de *cluster*).

O terceiro capítulo apresenta, por fim, os resultados da análise realizada. Neste momento, é caracterizada a situação dos municípios gaúchos em relação à ruralidade, à pobreza e à disponibilidade dos intitamentos nos mesmos.

Por fim, cabe considerar ainda, nesta introdução, que o trabalho procura evidenciar, acima de tudo, a necessidade de um tratamento multidimensional para a caracterização das condições sócio-culturais. É preciso romper a barreira da justaposição de conceitos, como no caso daquele utilizado para “pobreza rural” (conforme se verá em seguida).

A sugestão é de incluir novas percepções que permitam compreender melhor os processos sociais, evidenciando as diferenças e semelhanças existentes entre a estrutura de intitamentos presentes nos municípios gaúchos.

2 RURALIDADE, POBREZA E ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E CONCEITOS

Existem muitos estudos sobre os diversos aspectos que envolvem a noção de ruralidade e outros tantos discutindo variadas noções e conceitos de pobreza. Geralmente, a não ser em trabalhos específicos (como este), estas duas noções são tratadas distintamente, cada qual com seu cenário e suas possíveis causas. Considerando a realidade social no estado gaúcho, o objetivo aqui é o de integrar esses dois conceitos, procurando perceber a complexidade das relações envolvidas na configuração da situação da pobreza rural.

A análise que relaciona ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul, neste estudo, procura utilizar uma abordagem teórica que se propõe multidimensional: a Abordagem das Capacitações. O foco principal dessa abordagem é evidenciar as possibilidades e as escolhas realizadas pelas pessoas na busca por uma vida melhor, dentro dos seus valores sociais. Ou seja, para a avaliação dessas situações e do próprio processo de desenvolvimento, é preciso considerar diversos aspectos que podem influenciar as decisões das pessoas.

Neste sentido, a proposta estrutural desse capítulo teórico compõe-se de uma revisão bibliográfica, dividida em quatro momentos. Primeiramente, são evidenciadas as principais linhas teóricas que tratam da concepção de ruralidade, procurando identificar aspectos complementares entre elas.

Em seguida, o trabalho abordará os aspectos relacionados à identificação de situações caracterizadas pela pobreza. Serão discutidas as principais noções envolvidas nos estudos de pobreza.

A terceira seção dedica-se a demonstrar em que momentos, até então, essas duas noções aparecem juntas na literatura, procurando caracterizar uma determinada situação social.

Por fim, a discussão centra-se na Abordagem das Capacitações: sua origem, seus principais componentes e como a utilização de uma percepção como esta pode significar uma compreensão mais detalhada da realidade dos municípios gaúchos.

2.1 RURALIDADE: AFINAL, SOBRE O QUE ESTAMOS FALANDO?

O primórdio da organização social moderna está no agrupamento de seres humanos, ocorrido há milhares de anos atrás, para o cultivo de alimentos, posteriormente caracterizado como atividade agrícola. Essa forma de relacionamento social e com o ambiente natural foi

única até que, com o passar do tempo, a estrutura da sociedade foi se modificando. O desenvolvimento de novas mercadorias e novas formas de produção deu origem à divisão do trabalho que, ao longo do tempo, e ainda hoje, caracteriza todo o processo econômico da Humanidade.

Uma das grandes alterações sócio-ambientais decorrentes desse processo foi a separação entre campo e cidade. Houve a criação e a definição de ambientes urbanos e rurais, com características bastante específicas no que tange às suas relações sociais, relações de trabalho e relações com a Natureza (que vem formar uma idéia de diferenciação em relação ao que é fabricado unicamente pelo Homem¹).

A aglomeração humana passou a caracterizar o ambiente urbano em oposição aos espaços em que a paisagem de campo predominava. Dessa forma, a noção de rural foi, e ainda é, em muitos contextos, utilizada como a descrição da relação social “oposta” a do ambiente urbano, da cidade. A literatura e vários estudos evidenciam essa dicotomia entre rural e urbano. Williams no seu estudo sobre o campo e a cidade (1989) escreve sobre essa relação:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtudes simples. A cidade associou-se a idéia de centro de realizações, de saber, de comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1989, p.11).

De acordo com Veiga (2004), a partir da década de 1970, a análise do ambiente rural esteve associada a duas concepções que imaginavam futuros diversos. Veiga (2004) apresenta que Henri Lefebvre imaginava o fim completo do rural. Seguindo a tendência desse autor, imaginava-se que, com uma crescente industrialização, o rural seria extinto. Ocorreria a absorção das atividades agrícolas nas funções industriais. Desde o início da formulação desta hipótese, o próprio autor identifica que a mesma seria eternamente inacabada. Poucos anos depois, ele próprio sequer a discutiria novamente, em suas publicações, como uma hipótese de estudo em si.

Em meio à discussão teórica Veiga (2004) demonstra que, na busca por novas considerações, Bernard Kayser lançou a hipótese de um renascimento do ambiente rural, decorrente exatamente das transformações a que Lefebvre recorria para sustentar o fim do

¹ A relação Sociedade/Natureza vai muito além desse breve comentário de contextualização do ambiente rural. A própria atividade agrícola, ainda que seja caracterizada por conter um tempo de trabalho diferente de um tempo de produção poderia ser, em diversos aspectos, caracterizada como uma atividade humana, visto que a vegetação já foi alterada e, em sentido mais primitivo, já não refletiria a Natureza em seu funcionamento pleno. Para este trabalho, não há necessidade de aprofundar essa discussão visto que não há dúvida de que o ambiente rural é sim um ambiente transformado e socialmente concebido como aquele que é diferente do urbano.

rural. Kayser indicava que, sendo o rural um ambiente de paz e tranquilidade ele não acabaria, muito pelo contrário, seria valorizado, por apresentar essas características que no mundo industrial já não existiam mais. A busca pela paz e pelas paisagens naturais levaria a essa revalorização.

Ambas as concepções, com mais ou menos adeptos, representam contribuições importantes em relação à percepção do ambiente rural, e estão associadas a uma noção de predomínio do urbano sobre o rural. Se, na percepção de um dos autores, o ambiente urbano acabaria por destituir o rural, por ser o ambiente predominante das relações sociais, o outro apresenta os próprios problemas sociais causados pelo processo industrial como o início do processo de revitalização do rural, mostrando-o como um espaço de convivência social valorizado.

Entretanto, dada nossa capacidade de observar o ambiente que nos cerca, é possível perceber que nenhum dos autores teve sua percepção plenamente satisfeita. Nem o rural foi extinto, nem foi supervalorizado. A realidade do campo/rural é muito mais diversa do que aquela separação dicotômica imaginada décadas atrás e que, até hoje, é bastante presente nos livros escolares de ensino fundamental – onde o rural é constantemente associado ao passado e a cidade representa o futuro.

É possível perceber que as noções de urbano e rural são mais complexas do que a simples associação da atividade agrícola ao ambiente rural e do progresso/prosperidade ao ambiente urbano. Seja pelo crescimento de outras atividades nos ambientes rurais, ou pela falta de oportunidade no mundo urbano, as realidades se apresentam cada vez mais difusas. Alguns aspectos associados à vida urbana estão cada vez mais presentes no ambiente rural.

O rural vem se transformando cada vez mais, incorporando relações sociais que durante muito tempo foram associadas às relações urbanas (a própria noção de “isolamento”, representada pela não aglomeração, já é percebida de maneira diferente, dado o avanço das tecnologias de comunicação, por exemplo). O rural e o urbano são, dessa forma, aspectos de uma mesma realidade social, que, mesmo apresentando características diferenciadas, não podem mais ser simplesmente considerados estágios evolucionários da sociedade humana. Eles interagem e se transformam mutuamente.

A ilusão de uma realidade rural associada ao passado esvai-se na simples observação das formas de vida, de produção e do comércio mundial. Neste sentido, convém evidenciar que significativo número das nações mundiais e que a maioria da população estão relacionadas a um modo de vida que poderia ser caracterizado como rural. Entretanto, parte da população que poderia ser tipificada como rural, ainda possui condições de vida que não

refletem, nem parcamente, toda a evolução, seja em termos tecnológicos ou da própria prosperidade, conquistada pelo modo de vida “urbano”. É o que se evidencia, por exemplo, na situação das nações africanas, que têm sua economia fortemente associada a produtos agrícolas e extrativistas, e grande parte da população vive em condições bastante precárias em áreas reconhecidas como rurais.

A predominância de um discurso que, durante algum tempo, preconizou o fim do rural, ou a permanência de um rural revalorizado, pelos problemas do ambiente urbano, redirecionou parte significativa de suas reflexões relacionadas ao tema. A preocupação em definir o “futuro” do rural, em muitos casos, foi uma vertente teórica que ofuscou o estudo da manutenção do modo de vida rural e de seus processos de reprodução.

Entretanto, é preciso conhecer e compreender as características que esse ambiente rural nos apresenta. É importante discutir uma noção de ruralidade que possibilite a aproximação da teoria aos problemas sociais existentes no campo. Tendo a extinção do ambiente rural se tornado uma simples abstração teórica, compete aos pesquisadores, preocupados em compreender os diversos processos de desenvolvimento, aceitar que a noção de ruralidade pode ser um dos conceitos essenciais para a compreensão da configuração social em diversos países.

Um dos caminhos teóricos que tenta revitalizar o conceito de ruralidade, como uma importante ferramenta para a compreensão da realidade social, é aquele que associa a noção do rural a um conceito territorial. Essa abordagem procura dissociar o ambiente rural da atividade econômica – agrícola – realizada, representando a distinção definitiva entre o meio rural e os locais de atividade exclusivamente agrícola. É possível caracterizar o rural a partir das especificidades das relações sociais estabelecidas e não mais pelo atraso ou por um suposto vazio.

Um dos autores que atualmente tem se dedicado a estudar a realidade rural brasileira nos apresenta como o rural é geralmente analisado normativamente. Abramovay (2000) destaca três maneiras utilizadas para delimitar o ambiente rural:

- a) delimitação administrativa – o rural é definido a partir da deliberação dos poderes públicos municipais; o urbano está relacionado ao atendimento de algum serviço público e à existência de certo aglomerado populacional. O IBGE, a partir da localização do domicílio – dentro ou fora do perímetro urbano definido pela legislação municipal – indica a situação deste (e de seus residentes), em urbano e rural;

Na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a

população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 1996 *apud* ABRAMOVAY, 2000).

- b) ocupação da mão-de-obra – associada ao setor de produção agrícola;
- c) existência de um patamar populacional e distância em relação aos centros metropolitanos.

Percebe-se que essas definições normativas apresentam limitações específicas e associam o ambiente rural à falta de algum serviço, a uma atividade produtiva específica ou a uma noção de espaço vazio.

A tentativa de ir além dessa noção exige que possamos encarar o ambiente rural, nunca como um espaço vazio, mas como um lugar repleto de relações sociais e de necessidades diferentes daquelas impostas ao ambiente urbano e seu ritmo, ainda regido pelo modelo de produção industrial. É preciso atentar às relações diferenciadas. Se há, por exemplo, uma densidade demográfica menor em ambientes rurais, esse dado reflete uma ausência de pessoas, mas possivelmente apresenta uma maior quantidade de relações ambientais dependentes de fatores naturais, que transformam significativamente o ritmo e a forma das relações sociais. O espaço não ocupado por pessoas não significa espaço vazio. Neste sentido, a informação representada pelo dado de densidade demográfica precisa ser analisada em termos de relações diferenciadas com o ambiente e não associada estritamente à idéia de vazio.

Assim como essa idéia de vazio, a idéia de um rural associado a uma infra-estrutura carente ou faltante não deve ser aceita sem alguma contestação. A medida dos serviços necessários e que estão à disposição das populações rurais precisa ser relativizada e adequada às necessidades dessas comunidades. De qualquer forma, se há carência de infra-estrutura no meio rural, essa é também uma realidade cada vez mais constante nos centros urbanos. Ou seja, como não é só no rural que há falta de infra-estrutura, essa não pode ser considerada uma característica distintiva entre o ambiente urbano e o rural. Ela está associada a uma carência social geral e não, necessariamente, ao rural.

Da mesma forma, a associação estreita entre o ambiente rural e a atividade agrícola precisa também ser revista. A ruralidade está associada mais a uma dinâmica sócio-econômica do que a um tipo de atividade específica. Ainda que não se possa negar, em absoluto, que muito da atividade produtiva rural ainda é associada a algum tipo de produção agrícola, cada vez mais é preciso incluir outras relações produtivas na noção de ruralidade que se pretende identificar. Muitas atividades, por exemplo, associadas aos setores de serviços, têm cada vez

mais influência na composição da renda do meio rural e podem, em alguns casos evidenciar, inclusive, algum conflito com a manutenção da atividade agrícola (como, por exemplo, é o caso de atividades turísticas baseadas na preservação da mata nativa que vai de encontro à sua transformação em lavouras).

Ainda que essa não seja uma tarefa simples, há necessidade de pensar e estabelecer uma forma mais complexa de percepção do rural, na tentativa de compreender a realidade dos diversos municípios gaúchos (e brasileiros). Além disso, esse novo e necessário “olhar” do rural apresentaria uma nova concepção em relação às necessidades e políticas públicas para atendimento dessas realidades. Abramovay evidencia que:

Como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de ‘urbanização’), como os fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)? Os impactos políticos da resposta a esta pergunta teórica e metodológica são óbvios: se o meio rural for apenas a expressão sempre minguada, do que vai restando das concentrações urbanas, ele se credencia, no máximo, a perceber políticas sociais que compensem sua inevitável decadência e pobreza. Se, ao contrário, as regiões rurais tiverem capacidade de preencher funções necessárias a seus próprios habitantes e também às cidades – mas que estas próprias não podem produzir – então a noção de desenvolvimento poderá ser aplicada ao meio rural. (ABRAMOVAY, 2000. p 3).

Existem diversos trabalhos recentes que procuram, inconformados com a excessiva simplificação que define o ambiente rural na teoria social, evidenciar essas peculiaridades associadas ao desenvolvimento e à noção de ruralidade em si.

Toda a discussão sobre a “nova ruralidade” tem origem na situação européia que se configurou, a partir de meados dos anos 1980. O ambiente rural passou a ser uma alternativa importante em relação ao lazer, especialmente nas atividades associadas ao turismo.

A Europa foi a primeira a apresentar estudos sobre essa nova realidade rural. Lá, as áreas rurais são representadas por pequenas propriedades que recebem incentivos governamentais para diversos tipos de produção bastante específicos, para a preservação da paisagem e para as atividades de turismo. Essa realidade, entretanto, representa uma situação muito bem caracterizada através da área rural produtiva dos países europeus, bem como das condições de renda de seus produtores e das possibilidades de investimento do Estado em subsídios para manutenção da produção com qualidade de vida para que seus produtores rurais não vivenciem as situações porque passam os demais produtores em outros lugares do planeta.

Se considerarmos a contextualização do cenário mundial em relação aos países responsáveis pela maior parte da produção de alimentos, nenhum localizado nesta Europa que chama a atenção para a “nova ruralidade”, verificaremos a existência de diversas outras

configurações sociais que podem ser consideradas rurais, se levarmos em consideração suas relações com a utilização do espaço, por exemplo.

Essas alterações nas atividades produtivas, em termos mundiais, evidenciam a realidade, cada vez mais presente atualmente, dos processos de “*commoditização*” da produção agroalimentar e do encadeamento agroindustrial (com conseqüências bastante diferenciadas entre os países centrais e periféricos). Os pesquisadores europeus estão entre os pioneiros em apresentar material sobre essa não extinção do rural e os novos processos sociais que caracterizam o desenvolvimento nos ambientes rurais. Entretanto, essas transformações são conseqüências desse processo “globalizante”, que há algum tempo influencia toda a dinâmica de produção de alimentos no mundo.

Marsden (1989), em seu trabalho sobre a ruralidade européia, enfatiza três aspectos principais para a compreensão do processo social que envolve o ambiente rural: a necessidade de reconhecimento da multidimensionalidade das mudanças que ocorrem no mundo rural; a compreensão ampla e abrangente do processo de *commoditização* pelo qual passam os produtos rurais e a necessidade de incorporação da dimensão do consumo do ambiente rural, como um fator produtivo importante na análise desses ambientes.

Toda a reestruturação pela qual passou o sistema alimentar teve impactos diretos nas atividades agropecuárias e no ambiente rural. A população rural precisou buscar alternativas que garantissem sua reprodução. O processo de *commoditização* impôs, em termos de indústria agroalimentar, pelo menos duas grandes distinções: os produtores que trabalham para o comércio internacional de alimentos e aqueles que trabalham para abastecer o consumo interno. Entre aqueles que produzem para o comércio nacional, é preciso ainda chamar a atenção para a diferenciação dos que atendem “nichos” específicos de mercado e aqueles que produzem as *commodities*. Todo esse contexto leva-nos a perceber que o rural passa a configurar-se de maneira cada vez mais independente das atividades agropecuárias, ainda que essas atividades tenham, e provavelmente continuem a ter, um significado bastante importante no meio rural. Há, cada vez mais, diferentes atividades produtivas “rurais”, independente das agrícolas.

Houve um ajuste da população rural através da busca por novas oportunidades de reprodução, inclusive além do auto-emprego que caracterizou a sua atividade durante bastante tempo. Nesse contexto, há a percepção e o estudo do fenômeno da pluriatividade. Inicialmente estudada na Europa, o Brasil também apresenta essa combinação de atividades que garante diversos modos de reprodução no ambiente rural. Essas atividades associam o

trabalho agrícola a outros ramos produtivos e à prestação de serviços, como é o caso das atividades de turismo rural, cada vez mais valorizadas.

Outro aspecto importante refere-se à percepção do rural como um consumidor das demais funções produtivas. Neste sentido, é preciso perceber o ambiente rural como um setor que presta serviços e consome dos demais setores, inclusive, cada vez mais, do setor financeiro, que abastece todo o tipo de atividade, com linhas de crédito específicas.

Todas essas mudanças no(s) modo(s) de reprodução do meio rural não devem ser ignoradas para o estudo do novo rural, pois se relacionam diretamente com o regime de acumulação e manutenção das atividades e com os modos de consumo e de regulação. Assim, a compreensão dessa nova configuração é essencial, inclusive para a formulação de políticas que garantam o desenvolvimento dos ambientes rurais e que não tragam em suas concepções a idéia de um rural esvaziado e em extinção.

O estudo desse novo rural precisa considerar, de forma relevante, aspectos que não foram suficientemente enfatizados em análises anteriores e que, atualmente, mostram-se cada vez mais importantes para a compreensão dos processos de desenvolvimento: as relações com o meio ambiente, a valorização da cultura e do conhecimento local e a forma de relação das diferentes formas de ocupação humana.

Na Europa, a OCDE (*Organization for Economics Co-operation and Development*) procura compreender a dinâmica social das regiões rurais européias. Neste sentido, desenvolveu uma classificação com base territorial. A proposta de classificação utilizada pela OCDE (1992 *apud* Abramovay, 2000) estabelece dois níveis hierárquicos: nível local e nível regional. O nível local trabalha com a densidade demográfica como variável fundamental. O corte estabelecido para a análise das unidades administrativas foi de 150 hab./km². As unidades com densidade demográfica maior do que aquela do corte são consideradas urbanas. Esse critério foi considerado como “neutro” para análise da realidade das localidades. Em nível regional, a análise enfatiza as relações funcionais, com base na habitação da população. Sendo assim, as regiões são classificadas como essencialmente rurais, relativamente rurais ou essencialmente urbanizadas.

Ainda que se possa criticar a metodologia de classificação da OCDE, ela permitiu a identificação dos ambientes rurais e a comparação entre os países membros da União Européia, que apresentam realidades bastante distintas entre si. A partir dessa análise, a população rural passa a ser vista não como um resíduo ou um modo de vida em extinção, mas

como uma população estabelecida numa região que possui dinâmica e características próprias².

Segundo Blume (2004), o economista José Eli da Veiga (2000(a)) procurou adaptar a metodologia criada pela OCDE (1996), que estabelece critérios de comparação para as nações europeias, à realidade brasileira. O indicador de corte para a classificação da densidade demográfica foi de 80 hab./km². Além disso, foi incluído um corte referente à população absoluta. Para a avaliação, o nível de estrutura utilizada foi o municipal. Sendo assim, municípios essencialmente rurais são aqueles que possuem uma densidade demográfica menor do que a de corte e população absoluta menor do que 50.000 habitantes. “Os municípios de médio porte, ou relativamente rurais, serão todos os que apresentarem de 50.000 a 100.000 habitantes ou apresentarem densidade demográfica que supere 80 hab./km²” (Blume, 2004, p.24).

Baseado na metodologia internacional e na adaptação de Veiga para o Brasil, Blume sugere um estudo que tenta combinar as duas metodologias e procura analisar a ruralidade no Rio Grande do Sul – a abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH), que também utiliza dois níveis: o municipal e o regional. A partir disso, é possível caracterizar um relacionamento específico com a ocupação do espaço e não, simplesmente, classificar um espaço vazio como rural.

Outro autor que discute ruralidade e processos de desenvolvimento é Van der Ploeg (2000). Suas reflexões atentam para os aspectos multidimensionais, que compreendem diversos níveis territoriais e atores sociais distintos, agregando elementos de sinergia local e regional, em relação aos produtivos e ambientais.

Dessa forma, é possível perceber que ainda há diversidades que precisam ser discutidas em relação à ruralidade e aos aspectos específicos relacionados a ela, nos processos de desenvolvimento. Entretanto, a preocupação comum é a necessidade de superar a noção de rural associada exclusivamente à ausência de aspectos estruturais e à atividade agrícola. Salienta-se que o esforço teórico será de, no decorrer da análise, buscar identificar o rural a partir da sua relação com a paisagem e com a evolução histórica das atividades produtivas. Ou seja, o rural estará caracterizado como um espaço em que as relações sociais são estabelecidas

² Conforme Veiga (2004) sobre a pesquisa da OCDE: “Por si sós, esses dados referentes a 1990 não servem para invalidar ou confirmar qualquer das duas hipóteses. Para neles encontrar um sinal favorável à hipótese de Lefebvre, bastaria supor que as sociedades capitalistas avançadas estivessem no caminho apontado pela Holanda, pela Bélgica, pelo Luxemburgo, ou mesmo pelo Reino Unido, nações nas quais praticamente foi extinta a população predominantemente rural. Para neles ver, ao contrário, uma confirmação da hipótese de Kayser, bastaria usar o exemplo da Suíça, na qual diversos fatores fizeram com que em país bem semelhante (avançado e com território reduzido) a população predominantemente rural pese mais do que na Itália” (p.8).

a partir de uma condição físico-geográfica, identificada pela densidade demográfica e pela aglomeração de população absoluta nos municípios gaúchos.

2.2 O “VELHO” PROBLEMA DA POBREZA

Situações de pobreza não são novidades na história da humanidade. Relatos bastante antigos apresentam situações em que alguns grupos sociais são considerados pobres em relação aos outros, que possuem melhores condições de sobrevivência. Sendo assim, o que espanta muitos pesquisadores é que todo o progresso e o desenvolvimento, especialmente dos últimos 150 anos, não foi capaz de superar essas situações.

A idéia de pobreza, assim como a percepção do espaço rural, é uma noção muito mais visível empiricamente do que tratável em termos teóricos abstratos. Se mostrarmos fotos de situações sociais que retratam “pobreza” a um grupo de pessoas, ainda que possa haver alguma controvérsia, é bastante provável que seja possível obter algum tipo de consenso em relação às carências observadas. Neste sentido, a situação de pobreza é, em si, uma situação em que fica caracterizado algum tipo de necessidade.

Outra generalidade sobre as situações de pobreza, que pode ser aceita como componente essencial dos trabalhos acadêmicos e do discurso político, que tratam do assunto, é que todos são contra a pobreza. Ou seja, a situação de pobreza deve ser superada. Ela não é socialmente desejada como uma “condição normal” para a reprodução social. Conforme nos indica Amartya Sen:

Muita coisa relacionada com a pobreza é suficientemente óbvia. Uma pessoa não precisa de critérios complicados, de medições habilidosas nem de análises profundas para reconhecer a pobreza bruta e para compreender seus antecedentes. (SEN, 1999 (b).07).

Entretanto, o diagnóstico e a identificação das situações de carência, em termos de estudos, quando se afastam da idéia de pobreza extrema e bruta, não são tão óbvios. Existem diversos indicadores e diversas abordagens para tratar essas situações, cada uma delas enfocando algum tipo de privação.

A identificação de aspectos “gerais” não vai muito além desses apresentados, fica constatada a necessidade de superação da pobreza para que a qualidade de vida das pessoas seja melhor. As “soluções” e os discursos são os mais diversos. Discussões sobre esse tópico freqüentemente abrem espaço para um excesso de emoções, gritaria e demagogia, especialmente como recurso político em regimes democráticos.

Uma das questões fundamentais nos estudos atuais é identificar o parâmetro de comparação. Neste sentido, uma das primeiras questões relevantes nos estudos sobre pobreza é identificar aspectos relativos e absolutos da pobreza. A situação de pobreza absoluta identifica, a partir de um critério determinado, aqueles indivíduos que não têm acesso às condições mínimas de sobrevivência. A pobreza relativa apresenta análises comparativas entre diversos grupos, indicando entre eles qual seria o mais pobre. A pobreza relativa evidencia-se de acordo com o contexto social em que determinada família ou indivíduo se encontra.

Com o aumento do interesse pelo estudo em relação às situações de pobreza foram sugeridas diversas linhas de pesquisa. Um das abordagens importantes, reconhecida como “enfoque das necessidades básicas”, evidencia nos estudos a análise da satisfação de alguns requisitos considerados indispensáveis para que cada indivíduo possa desenvolver-se plenamente em diversos aspectos (saúde, educação etc) (ROMÃO, 1993). A introdução dos aspectos relacionados às necessidades básicas apresenta a pobreza como um aspecto estrutural que exigem um “repensar” em relação aos processos de desenvolvimento.

Entretanto, conforme nos alerta Sen (1999 (b)):

“as necessidades ‘básicas’ ou ‘mínimas’ são freqüentemente especificadas em termos de um *vector* híbrido – por exemplo, quantidades de calorias, proteínas, alojamento, escolas, camas de hospital – sendo alguns dos componentes puros características, enquanto outros são flagrantemente mercadorias. (p.45)”.

Além disso, a comparação entre grupos sociais que apresentam necessidades “básicas” diferentes (idosos, crianças e gestantes, por exemplo), evidencia os limites apresentados por essa abordagem teórica³.

Atualmente, um dos indicadores mais comuns utilizado para comparação das diferentes situações ao redor do planeta são as linhas de pobreza com relação à renda (US\$ 1 ou US\$ 2 por dia). Isso significa que os pobres são aquelas pessoas que não conseguem obter, durante um ano, essa média de recurso monetário. Entretanto, sem tratar especificamente o problema das médias, esse indicador está associado, exclusivamente, à obtenção de recursos monetários e, na realidade, não diferencia a situação entre os pobres.

Apesar das críticas, essa é a noção mais utilizada para estudos que tentam comparar diversas situações nacionais de pobreza. Ainda que os autores se preocupem, em muitos casos, em chamar à atenção à multidimensionalidade que precisa estar associada à pesquisa deste fenômeno social, não raro os estudos se resumem à análise da variável renda com o

corte da “linha de pobreza”. Baseados nesta variável, os pesquisadores conseguem identificar a porcentagem da população nacional que vive abaixo ou acima do parâmetro e comparar a situação entre os países. A principal crítica que pode ser feita a esse tipo de “medição” é que ela não é capaz de refletir nem a intensidade, nem a distribuição entre os menos favorecidos. Dessa forma, comumente, a “solução macroeconômica” para o problema tem sido a distribuição de recursos monetários que, mesmo não permitindo melhorar sua efetiva condição de vida, oportunizam ultrapassar a linha e não constar mais, estatisticamente, no grupo de pobres.

Durante muito tempo, e ainda atualmente, alguns autores preocupam-se em estruturar uma abordagem biológica da pobreza. Dessa forma, ela estaria associada a um nível mínimo de garantia de condições biológicas para a manutenção da vida do ser humano. “Morrer de fome, é, claramente, o aspecto mais significativo da pobreza” (SEN, 1999, p. 27). Entretanto, além da dificuldade em considerar as mais diversas situações e necessidades (características físicas, condições climáticas e de trabalho, etc), é preciso reconhecer que o ser humano tem outras necessidades além das biológicas que precisam ser supridas, para que se tenha uma vida que permita o mínimo de respeitabilidade e de condições de convívio social. Da mesma forma que a simples análise da renda, a questão da carência alimentar – ainda que seja um aspecto de vital importância (literalmente) para a superação de situações de pobreza – não tem grande significado, em termos de políticas públicas, pois a pobreza vai muito além desse aspecto e da sua “solução” através da distribuição de cestas básicas. Novamente, os pobres teriam condições de, estatisticamente, abandonarem a situação de pobreza. Entretanto, obviamente, a situação real de carência dessas pessoas não estaria resolvida.

A tentativa atual institucionalmente mais aceita, como uma forma de complexificação da análise das situações de pobreza, é aquela que sugere a utilização da renda associada a outras importantes variáveis. Uma das sugestões com propostas multidimensionais inicialmente estudadas e ainda comumente utilizadas para a percepção da situação de desenvolvimento dos países é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Ele combina três dimensões da vida humana para comparar a situação entre países: Educação (Taxa de Alfabetização e Frequência no Ensino Fundamental, Médio e Superior de acordo com a população especificada na faixa etária), Longevidade (esperança de vida ao nascer), Renda (Renda *per capita*).

³ Sen apresenta ainda a seguinte crítica em relação à lista de mercadorias que supririam as necessidades básicas: “Essas dietas de custo mínimo são tipicamente muito baratas, mas excessivamente monótonas e, frequentemente, inaceitáveis” (1999 (b); p.48).

A Organização das Nações Unidas criou, além do IDH, na tentativa de avaliar a pobreza em todo o mundo, um Índice de Pobreza Humana – IPH⁴. Esse índice concentra-se na reunião de três fatores essenciais para a manutenção e sobrevivência da vida humana: longevidade, educação e padrão de vida. A diferença em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que também avalia esses aspectos, é que o IPH, em seus dois níveis – IPH 1 e IPH 2 - possui um limite normativo para a avaliação dos resultados. Em relação à longevidade, o IPH 1 indica o percentual estimado da população que morrerá antes de completar 40 anos de idade. Da mesma forma, o IPH 2 é calculado a partir do percentual estimado da população que morrerá antes dos 60 anos de idade. Em termos de educação, o IPH 1 é constituído pela informação referente ao percentual da população adulta analfabeta. Analogamente, o IPH 2 compõe-se do percentual de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional. Por fim, em relação à terceira dimensão refletida, tanto no IDH como no IPH, o padrão de vida da população é indicado no IPH 1 pelo percentual da população sem acesso a serviços de saúde e água potável, combinado com o dado referente ao percentual de crianças com peso insuficiente. No IPH 2, em termos de padrão de vida, são analisadas: a proporção da população que é pobre com relação aos ingressos monetários e a proporção de desempregados de longo prazo (mais de 12 meses).

Mesmo que diversas críticas sejam feitas à composição desses índices, não se pode deixar de admitir que eles representam um avanço na tentativa de compreensão das situações de pobreza, se estivermos interessados e acharmos possível fazer essa comparação em termos mundiais. Entretanto, a diversidade da realidade não é refletida nesses índices, já que invariavelmente supõe-se que são esses os fatores fundamentais para a análise da pobreza (longevidade, educação e padrão de vida). Certamente, esses são fatores importantes; entretanto, resumir as situações de pobreza a essas três dimensões pode significar ainda uma excessiva simplificação do quadro social que se pretende analisar.

Dada a insuficiência verificada até então dos tratamentos teóricos aplicados a análise da pobreza, Edgar Morin sugere uma nova percepção para tratar deste problema:

O problema da pobreza é mal avaliado, em termos de renda: é sobretudo de injustiça que sofrem os pobres, que estão desarmados para fazer frente à desnutrição e às doenças, assim como são carentes de respeito e consideração. O problema dos carentes é sua impotência diante do desprezo, da ignorância e dos golpes do destino. (MORIN, 2002, p A-17).

Essa análise alerta que deve ser dada atenção à forma como são concebidas as condições sociais apresentadas às pessoas. Ou seja, apenas acesso à renda, para a superação

⁴ Informações obtidas através de <http://www.undp.org>. Arquivo capturado em 01.outubro.2004.

das “linhas de pobreza”, não é capaz de garantir aos mais “pobres” proteção contra a violência e doenças evitáveis, através do acesso a serviços de saúde, por exemplo.

É preciso considerar a pobreza como uma situação social que abrange múltiplas dimensões, e não apenas a renda. Se o tratamento da pobreza continuar associado exclusivamente a uma política assistencialista, poderemos estar convivendo com um instrumento associado ao que Demo (2003) chamou de política de adestramento dos pobres.

As situações de pobreza estão relacionadas à falta de oportunidades e escolhas em diversos aspectos da vida de cada pessoa que pode ser considerada pobre. Entre esses, podemos, inicialmente, citar: fome, dificuldade de acesso à água, condições de subnutrição, condições de gênero, etc.

Além disso, é preciso salientar que as situações de pobreza estão integradas a uma diversidade de configurações sociais locais, que por sua vez, não raramente, se agregam a realidades nacionais e globais. Ainda sem adiantar, mais profundamente, a proposta de análise realizada neste trabalho, convém salientar que, nas próximas seções, estará sendo sugerida uma forma operacional para a identificação e caracterização das situações que podem ser identificadas como ruralidade e pobreza, a partir de uma visão que envolve diversos fatores. O estudo das capacitações, desenvolvido por Amartya Sen, procura exatamente evidenciar as complexas relações entre as múltiplas condições sociais capazes de caracterizar aspectos relacionados à ruralidade e à pobreza. Neste contexto, um dos objetivos é perceber a multidimensionalidade envolvida para um melhor entendimento dessas situações.

Entretanto, antes de descrever a proposta de análise realizada, convém verificar como a bibliografia encontrada atualmente vem tratando da noção de pobreza rural.

2.3 O QUE É POBREZA RURAL

Se até aqui, foi possível analisar a adequação ou não das idéias e conceitos associados às noções de ruralidade e pobreza, esta seção apresenta, em alguma medida, uma discussão marcada pela simples justaposição de conceitos. A pobreza rural, em diversos textos e estudos, conforme será apresentada, não trata aspectos além daqueles que representados puramente pela reunião dos dois conceitos evidenciados nas seções anteriores.

É um conceito naturalizado e pouco discutido na bibliografia. Ou seja, ao falar de pobreza rural, pesquisadores e interessados no assunto assumem as duas pressuposições fundamentais que norteiam os estudos internacionais:

- 1) Pobre – Aquele indivíduo (ou a família) que não atinge a renda suficiente para a sua manutenção. Eventualmente, variam as “linhas de pobreza” e os parâmetros utilizados.
- 2) Rural – Aquele indivíduo (ou família) que mora fora da área urbana.

Isso significa que os estudos, ao tratarem da pobreza rural, estão lidando com dados de pessoas e famílias que moram fora das áreas urbanas e que vivem abaixo de determinado índice de acesso a recursos ou serviços.

Apenas a título de exemplo, seguem algumas definições em relação à pobreza rural em diversos estudos.

No relatório nº 21790-BR do Banco Mundial (BANCO MUNDIAL, 2001), a pobreza rural é indicada com base nos dados do IBGE e na linha de pobreza de US\$ 1,00 por dia. O relatório indica que se considerarmos a linha de pobreza total não menos de 85% e 62% da população rural no Nordeste e no Sudeste brasileiro são pobres. Em todo o Brasil, o relatório indica que 45% da população brasileira é pobre. Assim como em outros estudos, este nos mostra que, enquanto a pobreza se apresenta como um conceito normativo e discutido, a dimensão rural aparece simplesmente como o indicador da população fora do perímetro urbano.

David Satterthwaite (2005) tenta, ainda, baseado na separação institucional (no caso do Brasil, dada pelo IBGE), qualificar as situações de pobreza rural. Segundo esse autor (SATTERTHWAITE, 2005), a pobreza rural está associada à falta de acesso à água, aos preços dos produtos agrícolas produzidos e à distância ou à falta de serviços sociais como escolas, assistência médica e acesso ao crédito. Entretanto, esses fatores também são freqüentemente encontrados nos estudos referentes à pobreza urbana. Na realidade, poder-se-ia dizer que tais motivos não são capazes de qualificar situações de pobreza rural, especificamente. Ou seja, mesmo que o autor tenha tentado tratar essa questão, ele aparentemente terminou novamente discutindo unicamente pobreza e localizando-a fora do perímetro urbano municipal.

Pessanha (2000) publica um artigo, em um volume da publicação *Perspectivas Rurales*, junto com diversos outros pesquisadores, tratando pobreza rural da mesma forma já evidenciada. Para caracterizar pobreza, utiliza o “enfoque da privação monetária” (PESSANHA, 2000, p. 10) e a população rural é aquela que mora em domicílios rurais (ou seja, fora da área urbana).

O próprio pesquisador José Eli da Veiga, que cada vez mais se apresenta interessado em desmistificar o rural brasileiro, ao tratar a pobreza rural e o desenvolvimento rural

(VEIGA, 2000 (b)), acaba por utilizar a noção de ruralidade e de linhas de pobreza através dos dados do IBGE, para indicar que:

A pobreza é proporcionalmente maior no meio rural de todas as regiões brasileiras. Mas é na proa que essa distorção está mais acentuada. Enquanto na porção mais miserável do país – o Nordeste – as diferenças espaciais são tênues, na sua ponta mais exuberante – o Sudeste/Sul – a proporção de pobres no meio rural chega a ser quase duas vezes superior à proporção de pobres no meio urbano. (VEIGA, 2000. p. 174).

Mendez (2000), ao analisar pobreza rural, indica que os pobres rurais são aquelas famílias com necessidades básicas insatisfeitas e ingressos insuficientes para cobrir suas necessidades mínimas. As principais causas da pobreza rural são os baixos ingressos agrícolas, salários aviltantes e falta de empregos (MENDEZ, 2000). Neste sentido, o autor sugere que a criação de empregos e o acesso a eles, com melhor remuneração, poderiam representar instrumentos de diminuição da pobreza rural. Novamente, o que se pode perceber, é a redução da noção de ruralidade associada ao conceito de pobreza rural, como um fator de mera localização espacial e geográfica (fora do urbano).

Esses exemplos poderiam ser multiplicados se o objetivo fosse listar todos os relatórios e documentos institucionais em que pobreza rural é entendida como uma justaposição dos conceitos normativos (e insuficientes), comumente associados a essas duas noções.

Ainda que diversos pesquisadores, conforme foi evidenciado, tenham seus trabalhos sobre pobreza rural atrelados às limitadoras noções de ruralidade e pobreza já discutidas, é preciso atentar para os esforços no sentido de encontrar novas formas de percepção dessas noções. Alguns esforços serão aqui ressaltados.

Camacho R. (2000) procura identificar alguns fatores específicos que seriam capazes de caracterizar situações de pobreza rural. Ele indica que grande parte das definições de pobreza está associada a condições e níveis de vida inferiores de determinados grupos sociais, em relação ao resto da população. Entretanto, no caso da pobreza rural, essas condições são ainda mais adversas, visto que alguns fatores importantes simplesmente deixam de ser considerados (CAMACHO, 2000). Além das causas “comuns”, nas situações de pobreza (escassez e ineficiência dos serviços públicos, falta de acesso a transporte e comunicação), o autor nos indica que é preciso considerar: a dispersão geográfica da população; o atraso tecnológico; a falta de acesso a terra, ao crédito e aos insumos agrícolas; a diversidade étnica e cultural; a indisponibilidade de certos recursos naturais; a incapacidade de organização e de participação política nas comunidades rurais (CAMACHO, 2000). Ainda que o autor esteja,

em alguma medida, alertando os pesquisadores sobre uma realidade que pode apresentar características específicas, é possível perceber que o rural ainda está associado às informações estatísticas formais que classificam rural/urbano e que, principalmente, há uma idéia de percepção relacionada intimamente à ausência de recursos e condições. O rural segue sendo caracterizado como um espaço de carência que deve ser superado.

Interessada no assunto, Pérez E. (2000) apresenta uma característica que vem ganhando cada vez mais espaço nos estudos sobre pobreza rural: a noção de gênero. Focalizando pobreza como falta de renda e oportunidades, e o rural como um ambiente mais heterogêneo que o urbano, a autora chama atenção para a discussão sobre a feminização das situações de pobreza rural. Além disso, indica outros grupos sociais que podem também ser aqui identificados: pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores sem terra, indígenas, trabalhadores agrícolas temporários, refugiados e jovens rurais (PÉREZ, 2000, p.93). É importante perceber a tentativa de caracterizar de forma qualitativa as situações de pobreza rural, a partir de novas categorias.

Para a identificação e a caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul, Schneider (2000 (a)) utiliza a metodologia da Fundação de Economia e Estatística (FEE) que se baseia na construção de dois indicadores – Índice de Desenvolvimento Social e um Índice de Carência Social. O estudo apresentou a relação entre pobreza e estrutura fundiária no Rio Grande do Sul, demonstrando que existem dois tipos de pobreza rural no estado gaúcho – pobreza histórico-estrutural e a pobreza colonial. Entretanto, esse método de análise, embora represente um avanço na complexificação da noção de pobreza rural gaúcha, ainda apresenta uma excessiva homogeneização das situações de pobreza rural – identificadas nos dois grupos citados.

Considerando que a maioria dos estudos ainda tem como base parâmetros avaliativos limitados por conceitos normativos simplificadores, é possível perceber claramente, as dificuldades em relação a uma análise mais apurada das situações de pobreza rural no país ou nos estados brasileiros. Sendo assim, para a compreensão das situações de pobreza rural, parece ser de fundamental importância fugir às homogeneidades e simplificações, pois até então não foram capazes de evidenciar os aspectos fundamentais dessas situações.

Neste sentido, após a discussão sobre a abordagem das capacitações – desenvolvida na próxima seção – os dois próximos capítulos do trabalho apresentam o método e a análise desenvolvidos no sentido de caracterizar as situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul, com intenção de reconhecer a complexidade e a heterogeneidade envolvidas nessas relações. Conforme se verá adiante, a pobreza está associada à falta de infra-estrutura social municipal

que oportunize uma melhor condição de escolha para cada um dos cidadãos. Duas distinções posteriores podem já ser indicadas. Em primeiro lugar, a situação de carência de infraestrutura – a pobreza – não está associada ao indivíduo, mas ao município. O município, e não o domicílio familiar, é classificado como rural. A pobreza rural está vinculada, então, a uma falta relativa de renda municipal e/ou oportunidades sociais em relação à saúde e à educação em municípios com baixa densidade demográfica.

O segundo comentário revela que a pobreza rural não está, portanto, associada a um lugar dentro do município, mas a uma dinâmica produtiva que gera situações de carência que impedem que parte da população tenha condição de exercer suas escolhas com a liberdade que gostaria.

Um importante autor que tem qualificado a discussão a respeito da pobreza rural é Frank Ellis. Em sua obra (2000), ele evidencia que traços específicos do modo de vida e de reprodução caracterizam a situação social vivenciada no ambiente rural. A sua análise sobre a pobreza rural apresenta alguns aspectos em comum com àquela que é desenvolvida neste trabalho, utilizando, inclusive conceitos utilizados na teoria seniana da Abordagem das Capacitações⁵.

2.4 A CONTRIBUIÇÃO DA ABORDAGEM DAS CAPACITAÇÕES PARA COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE POBREZA E RURALIDADE NO RIO GRANDE DO SUL

Evidenciado, até então, que o conceito de “pobreza rural” está bastante associado a uma justaposição de conceitos que limita muito a análise desta situação social, como então se pode sugerir uma nova forma de perceber essas situações de pobreza rural?

Esta seção trata exatamente desta questão. O objetivo principal é apresentar a Abordagem das Capacitações como uma alternativa para a análise das realidades sociais, que se apresentam bastante mais complexas do que a simples descrição de variáveis estatísticas.

Durante muito tempo, o julgamento das condições sociais esteve intimamente relacionado a indicadores econômicos, baseados em variáveis estritamente quantitativas. A expansão da produção mundial e o aumento das condições de desigualdades, e dos demais

⁵ “Here a positive state of well-being may be thought of the human capabilities of doing and being, where doing involves agency, choice and freedom, and being involves welfare and happiness. Lack of well-being therefore implies some combination of inability to act and enforced misery, which taken together imply severely curtailed human capabilities. ... All writers in this area concur that poverty signifies the inability of people to realize their potential as human beings” (ELLIS, 2000.p. 77).

problemas sociais, tornaram evidentes os limites das análises realizadas com base em dados puramente econômicos. A partir da década de 1980 – que reuniu condições históricas de uma crise econômica e uma preocupação emergente com as questões relacionadas aos problemas ambientais -, foram desenvolvidas abordagens que procuraram, na medida do possível, tornar a análise econômica mais condizente com a realidade social.

O desenvolvimento da teoria utilitarista foi uma das primeiras tentativas de estabelecimento de uma base informacional capaz de avaliar o bem-estar das pessoas. Nesta abordagem, o valor da utilidade é dado de forma individual e as pessoas são ordenadas de acordo com suas preferências reveladas. São apresentadas aqui diversas limitações. A primeira delas é que a utilidade é definida a partir de uma condição mental, subjetiva, revelada pelo indivíduo racional. Sendo racional, a hipótese que norteia essas ordenações é de que mais (em quantidade) é sempre preferível a menos. Para essa avaliação, é determinado um pacote de bens sobre o qual a pessoa deve revelar sua preferência. Ou seja, não há alternativas, e essa é uma tentativa de homogeneização das diversas preferências e relações sociais a que as pessoas estão expostas empiricamente. Além de querer sempre mais determinada coisa, as pessoas estão, por hipótese, ligadas à mesma cesta de bens. Sendo assim, pode-se dizer que essa forma de escala não é capaz de refletir as heterogeneidades sociais e apresenta, em certo sentido, uma noção alterada das vidas e das privações a que as pessoas estão submetidas. Sen apresenta algumas limitações da teoria utilitarista:

“Julgar o bem-estar de uma pessoa exclusivamente pela métrica da felicidade ou satisfação de desejo tem algumas limitações óbvias. Essas limitações são particularmente prejudiciais no contexto das comparações interpessoais de bem-estar, pois o grau de felicidade reflete o que uma pessoa pode esperar e como o ‘trato’ social se afigura em comparação com essa expectativa. Uma pessoa que teve uma vida de infortúnios, com pouquíssimas oportunidades e quase sem esperança, pode conformar-se mais facilmente com as privações do que outras que foram criadas em circunstâncias mais afortunadas e abastadas. A métrica da felicidade pode, portanto, distorcer o grau de privação, de um modo específico. ... O mesmo problema surge com a outra interpretação de utilizada, ou seja, a da satisfação de desejos, pois as pessoas desesperadamente carentes não têm coragem de aspirar a muita coisa, e suas privações são abafadas e anestesiadas na escala da satisfação dos desejos” (1999, p.62).

No exercício de agregação das informações da abordagem utilitarista, as utilidades das diversas pessoas que compõem a pesquisa são somadas, sem interessar como as mesmas serão distribuídas ao longo das observações.

Entretanto, todas essas sugestões teóricas de análise estavam intimamente associadas a uma forma “moderna” de análise da melhoria das condições de vida dos grupos sociais. O mundo contemporâneo está assentado em uma modernidade que se baseia essencialmente nas noções de progresso, eficiência e produção de mercadorias. Essa é uma noção positivista

ligada à utilização de tecnologia para a superação dos problemas. Ou seja, ainda que a superação dessa condição de modernidade seja uma discussão pertinente entre os estudiosos das sociedades atuais, a modernidade e o processo civilizatório ocidental – imposto a todas as partes do globo – estão entrelaçados à necessidade de um processo de desenvolvimento que procure melhorar a qualidade de vida das pessoas de uma maneira geral.

Essa noção de desenvolvimento, associada ao progresso econômico, está vinculada a uma idéia, um tanto confusa talvez, de considerar as pessoas como meio para o progresso econômico. Além de ser excessivamente adjetivada nos mais diversos estudos, ainda causa, em alguma medida, um certo desconforto ao tratar a idéia de melhoria da vida das pessoas, não como um fator de eficiência econômica (por exemplo, presente nas idéias referentes a investimentos em capital humano, aumento do capital social), mas como um elemento de fundamental importância para atingir esse objetivo. É importante salientar que avaliar a qualidade de vida das pessoas, em função da quantidade de mercadorias consumidas, pode não ser capaz de refletir a real natureza e as privações que essas pessoas sofrem (caso claro da análise biológica em relação a condições de pobreza, já discutidas na seção anterior).

Sen (1999) retoma, para discutir e distinguir a diferença entre meios e fins, a origem da Ciência Econômica, que reúne ética e engenharia, atentando ao resgate da noção de ética no discurso referente à análise econômica que, ao longo do tempo, foi “perdendo espaço” para a engenharia. A predominância da vertente de “engenharia” na Economia levou a uma excessiva formulação de modelos matemáticos que, não poucas vezes, afastam-se da realidade vivenciada pelas escolhas dos agentes sociais. Segundo Sen (1999):

“A metodologia chamada ‘economia positiva’ não apenas se esquivou da análise econômica normativa como também teve o efeito de deixar de lado uma variedade de considerações éticas complexas que afetam o comportamento humano real e que, do ponto de vista dos economistas que estudam esse comportamento, são primordialmente fatos e não juízos normativos. Examinando as proporções das ênfases nas publicações da economia moderna, é difícil não notar a aversão às análises normativas profundas e o descaso pela influência das considerações éticas sobre a caracterização do comportamento humano real” (p.23).

Sendo assim, para este trabalho, a proposta de análise não considera conveniente tratar a noção de melhoria da qualidade de vida, ou de análise dos elementos sociais que envolvem as vidas das pessoas nas sociedades atuais, como processos de desenvolvimento baseados unicamente em parâmetros quantitativos. De antemão, convém chamar a atenção que a análise social proposta estará utilizando a idéia de expansão das oportunidades para o exercício das liberdades, no lugar da vaga e controversa noção de desenvolvimento.

Neste sentido, um aumento das oportunidades para o exercício das liberdades representa um aumento da qualidade de vida das pessoas. A percepção disso está baseada na teoria desenvolvida pelo economista Amartya Sen. Na literatura mais comumente encontrada em língua portuguesa, convencionou-se chamar essa proposta de Abordagem das Capacitações.

O ponto de partida para a análise seniana é exatamente a confusão historicamente constituída entre meios e fins (*means and ends*) que norteiam as análises econômicas, como explicações aceitas para a percepção da realidade social. Daí surge a idéia errada de produção como essência do progresso, que utiliza as pessoas como meios (SEN, 1993. p.311). Ao contrário, é a vida das pessoas que deve se utilizar da prosperidade e da produção para obter mais opções de escolha, e não a produção e a prosperidade utilizar-se da vida de pessoas para acumular cada vez mais. Ou seja, produção e prosperidade dão à vida humana oportunidades de exercício de liberdades e não o contrário. Esses elementos são meios para um incremento nas possibilidades de escolha de cada pessoa. As escolhas materializam-se através da disponibilidade de acesso a diversos arranjos sociais, à forma de acesso aos incrementos na produção e à prosperidade gerada.

Meios são os instrumentos para o aumento das capacidades: acesso à renda; proteção contra riscos e desastres naturais; acesso a direitos civis; acesso a serviços de saúde. Fins são os objetivos finais do processo de expansão das capacidades: possibilidade de realização de escolhas; formação de expectativas; longevidade; responsabilidade; identidade cultural.

A base conceitual da abordagem das capacitações está fundamentada em três elementos: os funcionamentos (*functionings*)⁶, a capacidade e as liberdades. A noção de funcionamento é a noção primitiva/fundamental/primária na abordagem das capacitações, sendo a base para a formação dos demais conceitos. Eles representam atividades (ver, comer, locomover-se, escrever, etc) e modos de ser e de existir de determinada pessoa (estar bem nutrido, ter condições de evitar doenças ou morte precoce, ter possibilidade de votar livremente, não estar submetido a qualquer tipo de constrangimento, etc). Os funcionamentos são os elementos constitutivos da vida, pois através deles a pessoa tem a possibilidade de efetivar suas escolhas. Eles referem-se a estados de existência [*beings*] ou a atividades [*doings*] que podem ser realizadas pelos agentes sociais (SEN, 2001), referem-se às realizações do agente social de acordo com suas opções e preferências. O funcionamento diz

⁶ A grande maioria da bibliografia em língua portuguesa traduz o termo *functionings* como “funcionamentos”, entretanto, é possível encontrar essa expressão traduzida para o português como “efetivações”. Ver SEN, 1993.

respeito à pessoa, ao agente social⁷. Realizar funcionamentos é “o traço primário do bem-estar (SEN, 2001, p.236).

A análise desses elementos permite a discutir dois níveis de informação. Em primeiro lugar, é possível identificar o nível de bem-estar, análogo à análise econômica convencional, relacionado a mercadorias. Isso pode ser feito, por exemplo, a partir da coleta de informação referente às escolhas efetivamente feitas por cada pessoa em termos de consumo. Isto significa identificar o que de fato a pessoa escolheu, a partir das possibilidades que tinha.

Por outro lado, a análise do grupo de funcionamentos disponível a um agente social permite que o pesquisador parta em busca das possibilidades de realização dos mesmos. É possível, dessa forma, analisar o grupo de opções que a pessoa tem -ou não - para realizar determinados funcionamentos. Seria possível, dessa forma, não uma percepção apenas do que a pessoa realmente escolhe, prefere e realiza, mas daquilo que ela tem ou não condições de escolher realizar. Esse pacote de alternativas representa o conjunto capacitário disponível ao agente social.

Por exemplo, pode-se considerar importante que uma pessoa tenha a opção de estudar durante o tempo que ela quiser, em termos de educação formal. Entretanto, sabe-se que muitos alunos, simplesmente, não gostam dessa atividade, trocando-a por outras ou deixando de dedicar a ela integral atenção. Neste sentido, o aluno pode escolher parar de estudar ou dedicar-se menos a essa atividade, em função de outras opções disponíveis (como jogar futebol ou *vídeo-game*). Entretanto, essa situação é diversa daquela em que, antes da conclusão do ensino fundamental, um jovem é obrigado a deixar de estudar, seja pela necessidade de trabalhar, para ajudar no sustento da família, ou pela impossibilidade de acesso a, por exemplo, escolas de ensino médio (muitos municípios sequer oferecem essa estrutura educacional aos seus jovens).

Sendo assim, a análise das possibilidades de escolhas e das escolhas efetivamente realizadas pelas pessoas pertence a universos informacionais diferentes, que atendem a objetivos distintos. Identificar funcionamentos realizados levaria o pesquisador a compreender a valorização dos processos sociais envolvidos nos conjuntos capacitários⁸

⁷ “A functioning is an achievement of a person: what he or she manages to do or to be”. (SEN, 1985, p.07).

⁸ O conjunto capacitário (*capability set*) representa “o conjunto a partir do qual alguém escolhe pacotes alternativos de funcionamentos” (SEN, 2001, p.234). Ele representa as alternativas de escolha disponíveis a uma pessoa.

identificados para cada um dos agentes sociais da amostra⁹. O conjunto capacitário (capability set) reflete as opções e possibilidades de escolha de alguém.

A noção de capacitação (*capabilities*) é derivada da idéia de funcionamentos. A capacitação de uma pessoa reflete a combinação dos diferentes funcionamentos que a pessoa tem condições de realizar. A partir da capacitação disponível, o agente social tem condições de exercer sua liberdade para realizar aquelas opções que mais valoriza. Enquanto a noção de capacitação está associada às opções existentes, à noção de capacidade diz respeito exclusivamente ao agente social. “A capacidade reflete a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver” (SEN, 1993. P. 318).

Ou seja, a liberdade é identificada a partir da análise das possibilidades de escolhas dos agentes sociais. Neste sentido, a escolha de um funcionamento que tem elementos alternativos para a realização do mesmo fim, representaria uma maior liberdade de escolha e, dessa forma, uma maior capacidade de perceber a realidade social.

O conjunto de capacidades representa a liberdade pessoal de realizar várias combinações disponíveis para a escolha são todas relevantes para se avaliar o que é vantajoso para uma pessoa, mesmo que ele ou ela escolha apenas uma alternativa. Nessa perspectiva, a escolha é, em si mesma, uma característica valiosa da vida de uma pessoa. (SEN, 1993. p.324).

Esse tipo de raciocínio, a partir de sua operacionalização, possibilita, por exemplo, fugir da armadilha subjetiva das expectativas adaptativas. Ou seja, conforme já evidenciado por SEN (1999), determinada pessoa, se questionada sobre suas condições de vida, poderia não demonstrar contrariedade em se dizer indigente, por exemplo. Ela está resignada com a sua situação e não se queixa mais com relação a isso. Pode-se então dizer que é possível uma pessoa valorizar seu estado de vida – dizer-se satisfeita, por exemplo – sem que a análise do conjunto capacitário (suas possibilidades de escolha) e dos intitamentos (a infra-estrutura disponível) indique uma liberdade de escolha significativa.

Analisar a possibilidade de realização de diversas oportunidades, ou em que medida as liberdades não são tolhidas por determinados sistemas de relações sociais representa, em si, uma análise pluralista. Neste sentido, concebe-se aqui, a abordagem das capacitações como uma orientação teórica capaz de levar-nos a uma percepção mais complexa das situações sociais. Alguns exemplos, em relação a trabalhos já publicados, podem ser evidenciados. Mathai (2003) procura perceber em que medida a abordagem das capacitações possibilita a análise da participação da população, até então, reconhecida como excluída, em três vilas na

⁹ O que pode significar em termos metodológicos uma atenção especial em relação à amostra para a coleta de informações, visto que, para a validação das conclusões, ela deveria procurar o grupo mais significativo possível.

Índia. Para isso, estuda as dimensões consideradas em relação às escolhas e opções conscientes das pessoas pesquisadas. Ikemoto e Asano (2003) analisam, a partir de dados secundários, as relações entre algumas variáveis fundamentais, a fim de caracterizar a situação de vilarejos vietnamitas: as situações de pobreza e as relações com o meio ambiente. Uma das variáveis importantes é a origem étnica dos grupos pesquisados, que associados a indicadores de saúde, cultura e educação, e a um questionário específico sobre a relação com a Natureza, levam a perceber como essas pessoas convivem com o meio ambiente.

Entre os pesquisadores brasileiros, Frediani (2003), atuando na periferia de Salvador (Bahia), utilizou a abordagem das capacitações para perceber em que medida as pessoas são beneficiadas por uma política pública de habitação. Ao complexificar a análise, o autor evidenciou que, ainda que a renda familiar possa não ter sido modificada diretamente, as famílias apresentaram uma significativa melhoria na qualidade de vida, pois tiveram acesso a diversos serviços, como água encanada, até então indisponíveis.

O estudo do conjunto capacitário proporcionaria conhecer, para cada agente, quais são os funcionamentos disponíveis para a realização, identificando a estrutura social que abrange os mesmos. Poder-se-ia supor, por exemplo, que seria interessante para o governo conhecer a realização e as preferências por determinados funcionamentos dos cidadãos (por exemplo, características de quem utiliza o transporte público escolar). Por outro lado, o conhecimento em relação às opções disponíveis, antes das realizações das escolhas efetivas – ou seja, antes da realização de determinados funcionamentos, também parece ser de crucial importância para a definição de políticas públicas (no exemplo, identificar a existência da necessidade de transporte público escolar por parte daqueles que simplesmente não tem essa opção). São duas informações distintas. No caso da educação, a primeira nos evidenciaria o espaço de escolha do jovem que continua a estudar (ainda que em horário e com dedicação reduzida) e a outra, nos mostraria em que medida a ação das instituições públicas poderiam proporcionar acesso à educação a todos os jovens que desejam continuar seus estudos.

A análise dessas condições “estruturais”, que compõem o conjunto capacitário e aumentam as possibilidades de escolhas das pessoas, é destacada na literatura da abordagem das capacitações como a análise dos intitamentos (entitlement). O intitamento é a condição material e legal que garante a possibilidade de escolha dos agentes sociais.

O intitamento apresenta a noção de “estar acessível à”. Ou seja, evidencia uma condição material/legal existente – ou não - para a possível realização de escolhas, caso haja valorização social em relação ao aspecto considerado. A exposição a uma maior quantidade de intitamentos representa uma maior possibilidade de escolhas em relação à estrutura

social estudada. Esse é o conceito fundamental da análise que se pretende realizar em relação aos municípios gaúchos. Os intitamentos são considerados, então, como as condições existentes no município que possibilita, de alguma forma, a realização de escolhas. São indicados, neste sentido, aspectos de infra-estrutura, propriamente ditos e materialmente identificados, bem como configurações sociais nas quais os cidadãos estão inseridos (por exemplo: taxa de analfabetismo, distribuição de renda, etc).

Originalmente concebido para o estudo do problema da fome, a noção de intitamentos evidencia a influência de fatores não controlados diretamente pelos agentes sociais para a solução de eventuais “falhas capacitativas”. Ou seja, no caso da fome, por exemplo, o acesso ao alimento pode não ser um vetor disponível ao agente social que vivencia o problema. Esse não acesso ao alimento não se dá por escolha das pessoas (como no caso, daqueles indivíduos que realizam jejum), mas por uma circunstância estrutural (falta de programas assistenciais, falta de acesso a recursos monetários, por exemplo) que não permite que essa seja uma possibilidade de realização. Neste sentido, o agente social não tem oportunidade para adquirir alimento e ser capaz de realizar um funcionamento (estar adequadamente nutrido).

O intitamento (*entitlements*¹⁰) constitui uma pré-condição para a escolha e realização dos funcionamentos disponíveis a cada cidadão. Neste sentido, se não estiverem disponíveis intitamentos valorizados socialmente para a realização das escolhas, há uma “falha na capacitação” do agente social, que não poderá sequer ter o funcionamento disponível entre suas escolhas (como no caso do jovem sem possibilidade de acesso ao ensino médio em seu município, por exemplo). Na análise do problema da fome, DRÉZE e SEN (1990) evidenciam que o intitamento de uma pessoa é composto pelas opções disponíveis nos meios legalmente estabelecidos para a aquisição das mercadorias¹¹.

¹⁰ Em inglês, de acordo com o *wiktionary* (disponível através de <http://en.wiktionary.org>): “Entitlement (plural entitlements): 1. to right to have something; 2. something that one is entitle to (or believes that one is entitle to); 3. (politics) government payments that are guaranteed to a segment of the population, such as the Pell Grant and social security in the US; 4. As good as a process can get without appreciation. A ‘you owe me’ obligation for which, I owe nothing in return”. A importância desta nota refere-se ao fato de que a literatura seniana tem tratado os intitamentos essencialmente em relação à fome, conforme será identificado em algumas passagens da literatura. Entretanto, o objetivo deste estudo está em, também, ampliar utilização de intitamentos para evidenciar características fora do controle dos agentes sociais nas mais diversas situações, caracterizando pré-condições para a realização das escolhas.

¹¹ “The entitlement of a person stands for the set of different alternative commodity bundles that the person can acquire through the use of the various legal channels of acquirement open to someone in his position” (DRÉZE, 1990, p.36).

Tratando-se da Abordagem das Capacitações é possível perceber que os diversos estudos, partindo de uma proposta teórica consistente, desenvolvem seu método de análise e pesquisa, de acordo com as variáveis focais e as dimensões que se pretende conhecer.

Todo esforço despendido nessa pesquisa tratou de identificar condições sócio-ambientais disponíveis nos municípios gaúchos, para, em seguida, classificar as condições municipais de ruralidade bem como de pobreza, ou seja, de carência relativa municipal.

Através das variáveis selecionadas, que identificam tipos de intitamentos, foi possível evidenciar a heterogeneidade das situações de pobreza rural no Rio Grande do Sul.

3 AS VARIÁVEIS UTILIZADAS PARA REFLETIR OS INTITULAMENTOS

Evidenciados os principais aspectos teóricos abordados na estruturação desse estudo, esta parte do trabalho descreve a composição analítica das condições sócio-ambientais selecionadas, encontradas (ou não) nos municípios gaúchos. Da mesma forma, este capítulo apresenta a justificativa que indica como cada uma das variáveis compostas reflete o acesso a possíveis oportunidades (ou em que medida a falta do acesso representa impedimento para a realização de alguma escolha, e por conseqüência, uma redução no grupo capacitário do agente social morador do município). Sendo assim, essa seção dedica-se a descrever a metodologia utilizada para a escolha das variáveis, o agrupamento delas em fatores, a posterior composição dos grupos de municípios (clusters), bem como a forma de identificação do grupo em relação à ruralidade e à pobreza.

A abordagem das capacitações permite múltiplas possibilidades de análise, dependendo da realidade que se pretende compreender e da definição clara dos objetivos daquilo que se busca no estudo (SEN, 1993). Nesse sentido, o espaço dedicado a esse capítulo apresenta-se como de fundamental importância para o estabelecimento da relação entre a abordagem teórica e os resultados obtidos.

O exercício de análise realizado procura identificar, através da utilização de 108 (cento e oito) variáveis, a situação municipal em relação às oportunidades/intitamentos disponíveis para a população, bem como a caracterização do município em relação à ruralidade e à pobreza.

A apresentação da metodologia aqui proposta, nas próximas quatro seções, indica como foi estruturado o modelo aplicado às variáveis. Primeiramente, todas são descritas e identificadas em relação ao tipo de oportunidade caracterizada.

Em seguida, é apresentada a forma de geração dos fatores a partir das variáveis. A terceira parte deste capítulo dedica-se à demonstração da organização dos clusters que agrupam os municípios gaúchos a partir dos fatores.

Identificados os grupos para a classificação e análise em relação à ruralidade e em relação à pobreza, foram utilizados os parâmetros evidenciados na quarta seção. A ruralidade é identificada a partir da abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH), em conjunto com a dinâmica produtiva municipal dos últimos anos (1997-2005). Em relação à pobreza, serão utilizados os seguintes parâmetros: a renda municipal per capita e a variação de oportunidades sociais relacionadas à educação e à saúde.

3.1 PREPARAÇÃO DA BASE DE DADOS

A primeira etapa deste trabalho de pesquisa foi a preparação da base de dados. O instrumento básico de constituição do espaço informacional de análise foi a reunião de informações secundárias disponíveis em diversas instituições. O grupo de variáveis foi selecionado de acordo com a disponibilidade da informação, visando contemplar o aspecto multidimensional a que o exercício de análise se propõe. A Abordagem das Capacitações exige que as variáveis possam ir além do aspecto quantitativo expresso no indicador. Sendo assim, ressalta-se, mais uma vez a importância desse momento de constituição dos aspectos evidenciados em cada variável.

O objetivo foi o de trabalhar com o maior número possível de variáveis na tentativa de evidenciar as diferenças e semelhanças entre os intitamentos disponibilizados nos municípios gaúchos à sua população. Todas as variáveis têm o mesmo peso na análise, não existindo nenhum tipo de ponderação que incida sobre a base de dados. Sendo consideradas como de igual importância para a criação e manutenção de oportunidades de escolha para os cidadãos. Dessa forma, todas elas estão sendo analisadas como capazes de representar, uma pré-condição material ou legal, encontrada ou não no local, e que afeta a possibilidade de escolha dos moradores do município.

É importante salientar ainda que a escolha das variáveis representativas dos intitamentos, bem como a caracterização das situações de ruralidade e de pobreza, esteve estritamente associada também à disponibilidade (e credibilidade) das informações encontradas para a confecção da base de dados.

As variáveis foram classificadas em relação a uma tipologia para intitamentos aqui sugerida. O tipo de intitamento é analisado aqui como a pré-condição estrutural disponível às pessoas residentes no município. Ou seja, ele representa uma pré-condição material e/ou legal que expande/retrai a capacidade dos agentes.

No sentido de estabelecer um padrão de análise, é sugerida a seguinte classificação das variáveis, em relação aos tipos de intitamentos:

- 1) Intitamentos Ambientais: Apresentam as condições ambientais com que os moradores do município convivem, bem como as possibilidades estruturais para o conhecimento, a superação e a solução dos problemas existentes.
- 1.1) Conseqüências na vida humana: Essa variável binária identifica se houveram conseqüências na vida humana decorrente de algum tipo de alteração

ambiental. As alterações indicadas nesta variável são as seguintes: contaminação de nascente; contaminação de rio, baía, etc; contaminação do solo; deslizamento de encosta; desmatamento; escassez de água; inundação; existência de doenças endêmicas; ocupação desordenada do território; poluição do ar; poluição sonora; presença de lixo; presença de vetor (facilitador na ocorrência de doenças); esgoto a céu aberto; queimadas, redução no estoque pesqueiro; tráfego pesado em área urbana. Todas as conseqüências consideradas representam limitações de oportunidades que são impostas aos cidadãos moradores dos municípios onde qualquer uma delas ocorre. A ocorrência, de ao menos um tipo de alteração ambiental que afetou a vida humana no município, é caracterizada pelo número 1 (um), na base de dados. Se não houve alteração, o município está representado na base de dados pelo 0 (zero). As próximas dezoito variáveis caracterizaram a existência de alterações ambientais específicas nos municípios. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.

- 1.2) Contaminação de Nascente: Existência de nascentes de rios contaminadas no município. É uma variável binária. O registro 0 (zero) está associado a não existência de contaminação de nascentes, enquanto o 1 (um) indica a existência de contaminação nas nascentes localizadas no município. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.3) Contaminação de rio, baía, etc.: Existência (1 – um) ou não (0-zero) de contaminação nos recursos hidrográficos (rio, baía, etc.) localizados no município. Entre as causas, salientam-se: atividade de mineração/garimpo; combustível e óleo oriundos da navegação; resíduos da produção agropecuária (agrotóxicos, restos de animais, etc.). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.4) Contaminação do Solo: A variável indica a existência de contaminação do solo por qualquer um dos seguintes fatores: extração mineral; atividade pecuária; chorume; destinação inadequada de esgotos domésticos; resíduos tóxicos ou de metais pesados; resíduos das unidades de saúde; e uso de fertilizantes ou agrotóxicos. É indicada pelo registro do 1 (um), na base de dados. Se o município não apresenta nenhum tipo de contaminação do solo, o registro na base é o 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.

- 1.5) Deslizamento de Encosta: Apresenta a ocorrência de deslizamento de encostas no município. Se ocorreram, a variável associada ao município é o número 1 (um); se não houve ocorrência de deslizamento, a variável recebe indicador 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.6) Desmatamento: Indica a ocorrência de desmatamento no município. É uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência de desmatamento no município e 1 (um) indica a existência desta prática. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.7) Escassez de Água: A variável caracteriza a existência de problemas de abastecimento e de escassez de água (1-um). Se não existem ocorrências desta natureza, o indicador associado é o número 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.8) Inundação: Indica a ocorrência de inundações no município (1-um) ou a não ocorrência deste tipo de fenômeno ambiental (0-zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.9) Doenças Endêmicas: De acordo com a informação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL)¹, as doenças endêmicas são aquelas doenças infecciosas que afetam, de maneira permanente uma determinada região. Para um combate efetivo, é preciso firme atuação do poder público no sentido de promover ações e políticas de saúde pública estruturadas. Ou seja, os moradores do município, no caso de existência de doenças endêmicas, dependem de oportunidades coletivas de combate aos focos das mesmas. São exemplos desse tipo de doenças: a AIDS, a Malária, a Dengue e o Mal de Chagas. O combate a essas doenças é uma das metas principais da Organização Mundial de Saúde. Os municípios que apresentam situação de doenças endêmicas estão caracterizados na base de dados pelo número 1 (um); aqueles que não apresentam esta situação têm na base de dados o número (zero), como identificador desta situação. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.10) Ocupação Desordenada: Se existe de uma ocupação desordenada do território, esta é indicada pelo número 1(um). O 0 (zero) é atribuído aos municípios que

¹ Informação obtida junto ao site <http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/Areas/salud/EnfermedadesEndemicas/inicio.htm>. Arquivo capturado em 19/novembro/2007.

não apresentam essa alteração ambiental. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.

- 1.11) Poluição do Ar: A indicação 1 (um) caracteriza o município que apresenta poluição do ar; o 0 (zero) indica inexistência deste tipo de alteração ambiental, podemos citar: atividade agropecuária – pulverização de agrotóxicos e geração de poeira; odores provenientes de vazadouro de lixo; queimadas; atividade industrial; incineração de lixo; mineração; veículos automotores. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.12) Poluição Sonora: Identifica a existência de poluição sonora no município. A indicação 1 (um) caracteriza o município que apresenta poluição sonora; o 0 (zero) indica inexistência deste tipo de alteração ambiental. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.13) Lixão: A variável apresenta a existência (1 – um) ou não (0 – zero) de lixão no município. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.14) Vetores: A presença de vetores (mosquitos, ratos, barbeiros, caramujos etc.) identifica a possibilidade de propagação de doenças entre os moradores dos municípios. Aqueles que apresentam esses vetores, como uma alteração ambiental que afeta a vida humana, foram identificados com o número 1 (um) e aqueles que não identificam a presença dos vetores, como um problema ambiental foram identificados com o número 0 (zero) Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.15) Esgoto a Céu Aberto: A variável identifica a presença de espaços com esgoto a céu aberto, ou seja, sem o tratamento adequado. Municípios que apresentaram esta alteração ambiental estão identificados pelo número 1(um); aqueles que não apresentaram, têm número 0 (zero) como identificador da situação. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.16) Queimadas: A existência de queimadas² é um dos mais graves problemas ambientais no país, segundo o IBGE, no Perfil dos Municípios Brasileiros (2002). Neste sentido, a variável identifica aqueles municípios que apresentam

² “Prática tradicional da agricultura e da pecuária que consiste em atear fogo a culturas, pastagens e à vegetação nativa, tendo como objetivo o preparo do terreno para a atividade agrícola e a renovação de pastagens”. (IBGE, 2002)

essa alteração ambiental com 1 (um) e aqueles que não apresentam, 0 (zero).

Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.

- 1.17) Estoque pesqueiro: A informação identifica aqueles municípios em que houve redução do estoque pesqueiro (1-um). A redução pode ter ocorrido pelos seguintes fatores: alteração do regime hidrológico; assoreamento de corpo de água; atividade de garimpo; outras atividades de extração mineral; contaminação da água por resíduos industriais. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.18) Tráfego: O tráfego de veículos é um componente importante para diversos tipos de poluição (mais explicitamente as poluições do ar e sonora). O município caracterizado pela presença de tráfego intenso e/ou pesado de veículos está caracterizado na base de dados pelo número 1 (um) e aquele que não apresenta esta alteração ambiental por 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.19) Outras alterações ambientais: A variável informa se foram observadas nos municípios outras alterações ambientais que afetaram a vida humana nos últimos anos, além daquelas já especificadas anteriormente. Os municípios que apresentaram outras alterações ambientais (por exemplo, chuvas ácidas) estão identificados na base com o número 1 (um); aqueles que nada identificaram foram indicados por 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.20) Educação Ambiental: Informa a existência de programas de educação ambiental em âmbito municipal. Municípios que possuem programas de educação ambiental foram identificados pelo número 1 (um), aqueles que não possuem, com o número 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.21) Agenda Ambiental: A existência de espaço para a discussão da implantação de um programa de desenvolvimento sustentável, nos moldes daquele proposto pela Conferência Rio 92 (conhecido como Agenda 21) é o que fica identificado nesta variável. Isso significa que os municípios que possuem um espaço de debate, na busca de um manejo mais sustentável dos recursos naturais, foram identificados com o número 1 (um) e aqueles que ainda não possuem esse espaço para discussão, com o número 0 (zero). Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.

- 1.22) Degradação de áreas protegidas: Indica a ocorrência de algum tipo de degradação ambiental nas áreas protegidas do município. São exemplos dessas ocorrências: extração mineral; caça e pesca de animais silvestres; desmatamento; disposição de resíduos sólidos; extração vegetal para comercialização. Fonte: Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002.
- 1.23) Despesa com Gestão Ambiental: Representa o percentual de despesa municipal envolvida em programas de preservação, conservação e controle ambiental, na recuperação de áreas degradadas, no manejo dos recursos hídricos e nos serviços de meteorologia. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

Quadro 1 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos ambientais

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
1) Meio Ambiente	Existência de alteração nas condições da vida humana decorrente de alterações ambientais	ALTAMB01	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
2) Contaminação de nascente	Existência de contaminação das nascentes	ALTAMB02	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
3) Contaminação de rio, baía, etc.	Existência de contaminação de rios, baías e outros ambientes hídricos	ALTAMB03	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
4) Contaminação do solo	Existência de contaminação do solo	ALTAMB04	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
5) Deslizamento de encosta	Existência de deslizamento de encostas	ALTAMB05	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
6) Desmatamento	Existência de desmatamento	ALTAMB06	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
7) Escassez de água	Existência de escassez de água, problemas de abastecimento	ALTAMB07	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
8) Inundação	Ocorrência de inundações	ALTAMB08	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
9) Doença endêmica	Ocorrência de surtos de doenças endêmicas	ALTAMB09	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
10) Ocupação desordenada	Ocupação desordenada do território	ALTAMB10	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
11) Poluição do ar	Existência de poluição do ar	ALTAMB11	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
12) Poluição sonora	Existência de poluição sonora	ALTAMB12	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
13) Lixão	Presença de lixão no município	ALTAMB13	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
14) Vetores	Identificação da presença de vetores transmissores de doenças	ALTAMB14	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
15) Esgoto a céu aberto	Existência de esgoto a céu aberto	ALTAMB15	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
16) Queimadas	Realização de queimadas	ALTAMB16	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
17) Estoque pesqueiro	Redução do estoque pesqueiro	ALTAMB17	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
18) Tráfego	Existência de tráfego pesado na área urbana	ALTAMB18	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
19) Outras alterações ambientais	Existência de outras alterações ambientais	ALTAMB19	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
20) Educação Ambiental	Existência de programas de educação ambiental	EDCAMB	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
21) Agenda Ambiental	Indica que foi iniciado no município o trabalho de elaboração da Agenda 21	AGE21	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
22) Degradação – Áreas protegidas	Existência de degradação em áreas protegidas	DEG_PROT	Perfil dos Municípios Brasileiros - IBGE - Meio Ambiente 2002
23) Despesa com Gestão Ambiental	% da despesa com gestão ambiental em relação ao total da despesa municipal	DES_GAM	TCE, 2006.

Fonte: Elaborado pela autora.

- 2) Intitamentos Oportunidades Sociais: Essas variáveis estão diretamente associadas às oportunidades sociais presentes no município. Para uma melhor possibilidade de análise foram identificados 07 (sete) tipos de intitamentos sociais:

Infra-estrutura: Apresenta as condições de infra-estrutura do município:

- 2.1) Existência de Estação de Rádio: Nesta variável evidencia-se a presença ou não de estação de rádio. Em nível municipal, a presença de uma estação de rádio representa um importante veículo de comunicação entre os moradores. Seja AM ou FM, a estação informa aos cidadãos a realidade do seu município, de municípios vizinhos e os mais diversos acontecimentos. Pode significar uma oportunidade fundamental de acesso à informação. A variável apresentada aqui é binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica a existência de estação de rádio no município. Fonte: Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/jan/2007.
- 2.2) População por Terminal Telefônico em serviço: Essa variável apresenta a quantidade de terminais telefônicos (“orelhões”) em serviço, em relação à população total em cada um dos municípios gaúchos. Especialmente para aqueles moradores que não possuem telefone (nem fixo, nem celular), o terminal telefônico representa uma importante forma de comunicação. Neste sentido, considera-se que quanto menor a quantidade de pessoas no município, por terminal em serviço, melhor está configurada uma oportunidade de comunicação disponível. Fonte: FEEDADOS com dados da CRT Brasil Telecom e CTMR Brasil Telecom (Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu e Pelotas), 2006.
- 2.3) Geradora de Programa Televisivo: Apresenta a existência de um núcleo de televisão que gera localmente a informação a ser distribuída na região. A variável apresentada aqui é binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica a existência de geradora de programa televisivo. Fonte: Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/jan/2007.
- 2.4) Provedor de Internet: Indica a existência de um provedor de serviços de acesso à rede mundial de computadores (INTERNET). A disponibilidade de um serviço como esse permite um acesso bastante amplo a informações de todo o tipo. A variável é binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica

a existência de provedor de Internet no município. Fonte: Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/jan/2007.

- 2.5) Espaço de Entretenimento: Identifica, nos municípios, as opções de lazer disponíveis. Neste sentido, a variável evidencia a quantidade de opções disponíveis. Cada tipo de estabelecimento associado a uma oportunidade de lazer corresponde a um (1) ponto na escala. As opções de atividade de entretenimento destacadas foram as seguintes: videolocadoras (1); livrarias (1); lojas especializadas no comércio de artigos musicais (1); centros comerciais (1); teatros (1); cinemas (1); clubes (1); estádio ou ginásio poliesportivo (1). Sendo assim, a escala do indicador vai de 0 (zero - nenhuma atividade no município) até 8 (oito – o município apresenta todas as opções de lazer selecionadas para esse estudo). Fonte: Comércio em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/jan/2007.
- 2.6) Biblioteca Pública ou Museu: Indica se, no município, há possibilidade de acesso a alguma biblioteca pública e/ou a algum museu, ampliando dessa forma o acesso a atividades culturais. Esta é também uma variável binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica a existência de pelo menos um dos dois tipos de estabelecimentos indicados. Fonte: Informações de Cultura em 2001 - FAMURS - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.7) Despesa com Urbanismo: Apresenta o percentual das despesas relacionadas à infra-estrutura urbana, prestação de serviços urbanos e transporte coletivo urbano. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.8) Despesa com Habitação: Informa quanto, percentualmente, da despesa municipal, é direcionada a programas de habitação rural e a programas de habitação urbana, que cumprem um papel social. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.9) Despesa com Saneamento: Reúne a informação de que percentual do total de gasto municipal é destinado a obras de saneamento básico realizadas, seja em área considerada urbana ou em área considerada rural. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

- 2.10) Despesa com Organização Agrária: Despesas realizadas em atividades relacionadas à reforma agrária e a processos de colonização. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.11) Acesso Asfáltico: A falta de estrada asfaltada de acesso ao município representa (além de ter uma força simbólica bastante grande entre os municípios) uma barreira física significativa em relação à locomoção dos moradores. Em dias de muita chuva, os estudantes podem, por exemplo, ser impedidos de frequentar a escola. Além disso, é fácil deduzir que um município com acesso asfáltico, seja na maioria das vezes, mais visitado do que aquele que não possui esse tipo de acesso. A variável apresentada aqui é binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica a existência de acesso asfáltico no município. Fonte: DAER/RS, 2003.
- 2.12) Acesso à Energia Elétrica: Apresenta o percentual de pessoas que vivem em domicílios com iluminação elétrica, proveniente ou não de uma rede geral, com ou sem medidor. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB) dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.13) Acesso à Água: Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água canalizada para um ou mais cômodos. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.14) Coleta de lixo – Domicílios Urbanos³: Percentual de domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo. Isto indica que o lixo é depositado em algum lugar fora do domicílio e periodicamente recolhido por uma empresa pública ou privada, especializada na realização deste tipo de serviço. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB) dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.15) Estabelecimentos rurais até 10 hectares: Indica, em termos percentuais, quanto dos estabelecimentos rurais localizados no município tem área inferior a 10 ha. Fonte: Base de Informações Municipais (BIM/IBGE, 2000).
- 2.16) Estabelecimentos até 100 hectares: Indica em termos percentuais, quanto dos estabelecimentos rurais localizados no município tem área até 100 ha. Fonte: Base de Informações Municipais (BIM/IBGE, 2000).

³ Não foram encontrados dados análogos a este para identificar a existência de coleta de lixo em domicílios rurais, utilizando, neste caso, a divisão normativa estabelecida pelo IBGE.

- 2.17) Assentamentos Rurais: Apresenta a quantidade de famílias assentadas no município, através do Programa Nacional de Reforma Agrária. Fonte: Movimento dos Sem-Terra (MST/RS, 2002).

Quadro 2 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulos referentes a Oportunidades Sociais – Infra-estrutura

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.1) Estação de rádio	Existência de estação de rádio AM/FM no município	RADIO	Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.2) População por terminal telefônico em serviço	Pessoas por terminal telefônico em serviço existente no município	POP_TER	FEEDADOS/2006
2.3) Geradora de programa televisivo	Existência de geradora de TV no município	GERATV	Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.4) Internet	Existência de provedor de Internet no município	INTERNET	Meios de Comunicação em 2001 – FAMURS – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.5) Espaço de entretenimento	Existência de videolocadora (1) lojas especializadas no comércio de artigos musicais (1); livrarias (1); e/ou centros comerciais (1) e/ou teatros (1) e/ou cinemas (1) e/ou clubes (1) e/ou estádio ou ginásio poliesportivo (1)	LAZER	Comércio em 2001 - FAMURS - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.6) Bibliotecas/ Museu	Existência de biblioteca pública e ou museu	BIBMUS	Informações de Cultura em 2001 - FAMURS - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.7) Despesa com Urbanismo	% da despesa com urbanismo em relação ao total da despesa municipal	DES_URB	TCE, 2006.
2.8) Despesa com Habitação	% da despesa com habitação em relação ao total da despesa municipal	DES_HAB	TCE, 2006.
2.9) Despesa com Saneamento	% da despesa com saneamento em relação ao total da despesa municipal	DES_SAN	TCE, 2006.
2.10) Despesa com Organização Agrária	% da despesa com organização agrária em relação ao total da despesa municipal	DES_ORG	TCE, 2006.
2.11) Acesso Asfáltico	Municípios com acesso asfáltico à sua sede	ASFALT	DAER/RS, 2003
2.12) Acesso à energia elétrica	% de domicílios com acesso à energia elétrica	ENERG	ADHB, IBGE, 2000
2.13) Acesso à água	% de domicílios com acesso à água encanada	AGUA	ADHB, IBGE, 2000
2.14) Acesso à coleta de lixo	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com coleta de lixo	LIXO	ADHB, IBGE, 2000
2.15) Estabelecimentos até 10 ha	% de estabelecimentos até 10 ha	EST_10	BIM/IBGE 2000
2.16) Estabelecimentos até 100 ha	% de estabelecimentos até 100 ha	EST_100	BIM/IBGE 2000
2.17) Assentamentos Rurais	Quantidade de famílias assentadas no município pela reforma agrária (1999-2001)	ASSENT	MST/RS/2002

Fonte: Elaborado pela autora.

Saúde: Indica as oportunidades sociais em relação à saúde, disponibilizadas no município

- 2.18) Despesa com saúde: A variável apresenta quanto do orçamento municipal é destinado a atividades de atenção básica em saúde, assistência hospitalar e ambulatorial, suporte profilático e terapêutico, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, alimentação e nutrição. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.19) Esperança de Vida ao Nascer: Apresenta o número médio de anos que a pessoa espera viver a partir do nascimento. Essa variável pode ser diretamente associada à idéia de que sempre viver mais é melhor do que viver menos, em termos de possibilidade de acessos a oportunidades para a realização de escolhas pessoais. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.20) Mortes causadas por doenças Infecciosas e Parasitárias: Refere-se ao percentual de óbitos ocorridos, em relação ao índice total do município, associado a doenças infecciosas e parasitárias. Essas doenças são contagiosas e exigem a manutenção de políticas públicas permanentes para o atendimento da população mais carente. Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul. Núcleo de Informações em Saúde. Estatística de Saúde: mortalidade, 2006 (SSRGS, 2006).
- 2.21) Mortes causada por doenças no Aparelho Respiratório e Circulatório: Percentual de óbitos ocorridos no município associados a doenças nos aparelhos circulatórios e respiratórios. O Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2002) indica que “geralmente a proporção de mortes por causas relacionadas ao aparelho circulatório é mais elevada nas regiões desenvolvidas” (ATLAS, 2002, p.55). Assim como o aparelho circulatório, o aparelho respiratório também é afetado quando não há uma qualidade de vida adequada à população. Associam-se a essas causas de morte fatores como stress e poluição. Fonte: Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul, Estatística de Saúde, dados para o ano 2006 (SSRGS, 2006).
- 2.22) Mortes associadas a Causas Externas (violência): Apresenta o percentual de óbitos ocorridos no município, associados a causas externas, essencialmente relacionadas a casos de violência (inclusive no trânsito). A variável pode indicar algum tipo de deficiência em relação à infra-estrutura de segurança pública, por exemplo. Fonte: Rio Grande do Sul. Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul.

Núcleo de Informações em Saúde. Estatística de Saúde: mortalidade, 2006 (SSRGS, 2006).

2.23) Quantidade de Médicos: Apresenta o número de médicos residentes no município por 1.000 (mil) habitantes. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.

2.24) Leitos hospitalares: Indica a quantidade de leitos por 1.000 habitantes da população total. Fonte: DATASUS, 2005.

Quadro 3 -Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulos referentes a Oportunidades Sociais – Saúde

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.18) Despesa com Saúde	% da despesa com saúde em relação ao total da despesa municipal	DES_SAU	TCE, 2006.
2.19) Esperança de vida ao nascer	Anos	EXPNAS	ADHB, IBGE, 2000
2.20) Mortes causadas por doenças infecciosas e parasitárias	% de óbitos em relação ao total municipal associado a doenças infecciosas e parasitárias	OBT_INF	SSRGS, 2006
2.21) Mortes causadas por doenças no aparelho respiratório	% de óbitos em relação ao total municipal associado a doenças no aparelho respiratório	OBT_RES	SSRGS, 2006
2.22) Mortes associadas a causas externas	% de óbitos em relação ao total de óbitos municipal associados a causas externas	OBT_EXT	SSRGS, 2006
2.23) Quant. médicos	Número de médicos residentes por mil habitantes	MEDICO	ADHB, IBGE, 2000
2.24) Leitos Hospitalares	Quantidade de leitos hospitalares na rede hospitalar do SUS	LEITOSP1	Ministério da Saúde – Sistema de Informações. Hospitalares (SIH/SUS) - Leitos / (pop total/1000). Ref. 2005

Fonte: Elaborado pela autora.

Educação: Evidencia aspectos associados às oportunidades de educação formal oferecidas no município aos seus cidadãos;

2.25) Matrículas em escolas públicas – Apresenta o percentual de matrícula escolar (ensino fundamental e médio) que estão sob responsabilidade do poder público no município (municipal, estadual ou federal). Fonte: Base de Educação do IBGE – extraído do site da FAMURS em 16/01/2007.

2.26) Despesa com Educação: Inclui as despesas municipais envolvidas nas atividades de ensino fundamental, ensino médio, ensino profissional, ensino superior, educação infantil, educação de jovens e adultos e educação especial. Fonte:

Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

- 2.27) Despesa com Cultura: Reúne o percentual da despesa municipal direcionada à manutenção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico no município, bem como às atividades consideradas de difusão cultural. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.3.27).
- 2.28) Despesa com Ciência e Tecnologia: Essa variável reúne três tipos de gastos municipais. Despesas com desenvolvimento científico, desenvolvimento tecnológico e engenharia e difusão do conhecimento científico e tecnológico. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.29) Despesa com Desporto e Lazer: Indica o percentual da despesa municipal total associada a projetos e programas de desporto de rendimento, desporto comunitário e atividades de lazer patrocinadas e/ou apoiadas pelo município. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.30) Acesso ao Ensino Fundamental: Indica o percentual de crianças de 07 (sete) até 14 (quatorze) anos com acesso ao ensino fundamental. Ou seja, crianças dentro da faixa etária que cursam ou já concluíram o ensino fundamental. Este é um direito das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo dessa forma um dever do Estado a oportunidade de acesso a este nível escolar. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.31) Acesso ao Ensino Médio: Percentual de adolescentes de 15 (quinze) até 17 (dezessete) anos com acesso ao ensino médio. Representa os jovens dentro da faixa etária que cursam ou já concluíram o ensino médio. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.32) Acesso ao Ensino Superior: Percentual de adultos, acima dos 18 (dezoito) anos, com acesso ao ensino superior. Alunos do município que cursam ou já concluíram o ensino superior. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 2.33) Alfabetização: Apresenta o percentual da população acima de 15 (quinze), anos em relação ao total da população desta faixa etária, que sabe ler e escrever, no

mínimo, um bilhete simples. Não saber ler ou escrever pode ser considerado um aspecto importante para a retenção das capacidades das pessoas. A variável foi composta a partir da taxa de analfabetismo encontrada na fonte de dados referida. Foi realizado o seguinte cálculo para a obtenção da variável: 100 – (menos) a taxa percentual de analfabetismo em relação à população total municipal acima de 15 (quinze) anos. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.

2.34) Ensino Superior: Existência de estabelecimentos de ensino superior presentes no município. Esta variável é binária: 0 (zero) corresponde a não existência e 1 (um) indica a existência de instituição de ensino no município. Fonte: Informações de Cultura – extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.

Quadro 4 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulos referentes a Oportunidades Sociais – Educação

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.25) Escola Pública	% matrículas em escolas públicas (municipais, estaduais e federais), (ensino fundamental e médio)	ESCUP	Base de Educação – IBGE 2003 - Extraído do site da FAMURS em 16/01/2007
2.26) Despesa com Educação	% da despesa com educação, em relação ao total da despesa municipal	DES_EDU	TCE, 2006.
2.27) Despesa com Cultura	% da despesa com cultura, em relação ao total da despesa municipal	DES_CUL	TCE, 2006.
2.28) Despesa com Ciência e Tecnologia	% da despesa com ciência e tecnologia, em relação ao total da despesa municipal	DES_CIT	TCE, 2006.
2.29) Despesa com Desporto e Lazer	% da despesa com desporto e lazer, em relação ao total da despesa municipal	DES_DES	TCE, 2006.
2.30) Acesso ao Ensino Fundamental	% de crianças que freqüentam o ensino fundamental, em relação à população de 07 a 14 anos	ENSFUND	ADHB, IBGE, 2000
2.31) Acesso ao Ensino Médio	% de jovens que freqüentam o ensino médio, em relação à população de 15 a 17 anos	ENSMED	ADHB, IBGE, 2000
2.32) Acesso ao Ensino Superior	% da população acima de 18 anos que freqüentam ou já concluíram o ensino superior	ENSSUP	ADHB, IBGE, 2000
2.33) Alfabetização	% de pessoas acima de 15 anos alfabetizadas	ALFABET	ADHB, IBGE, 2000
2.34) Ensino Superior	Existência de estabelecimentos de ensino superior	ESTSUP	Informações de Cultura em 2001 - FAMURS - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007

Fonte: Elaborado pela autora.

Segurança: Apresenta a infra-estrutura disponível no município em relação à manutenção da segurança dos moradores.

- 2.35) Guarda Municipal: A variável caracteriza a existência de guarda municipal, indicando uma forma estruturada, no âmbito municipal, para garantir a segurança no município. Assim como as variáveis anteriores, é uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência de guarda municipal e 1 (um) indica existência desse tipo de instituição. Fonte: Acesso à Segurança Pública em 2001 – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.36) Delegacia da Mulher: Caracteriza a existência ou não de estrutura voltada ao combate da violência contra a mulher. É uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência desse tipo de estrutura e 1 (um) indica existência da instituição. Fonte: Acesso à Segurança Pública em 2001 – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.37) Defesa Civil: É uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência de representação da defesa civil no município e 1 (um) indica a existência. Fonte: Acesso à Segurança Pública em 2001 – Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.38) Despesa com Segurança Pública: Neste tipo de despesa está classificada a manutenção das Guardas Municipais e eventuais auxílios prestados pelas prefeituras ao governo estadual, na manutenção da segurança pública. Inclui ações e projetos relacionados a policiamento, defesa civil, informação e inteligência. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.39) Conselho Tutelar: Apresenta a existência de Conselho Tutelar no município. A partir da década de 1990, com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciou-se uma transformação no atendimento de crianças e adolescentes, especialmente no que tange à garantia dos direitos os cidadãos menores de 18 anos de idade. Entre as inovações previstas pela Lei nº 8.069/90, está à criação dos Conselhos Tutelares. Segundo DIGIÁCOMO (2007), o Conselho Tutelar é “um órgão permanente e autônomo, de caráter não jurisdicional” que tem como função garantir o cumprimento dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. É uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência de Conselho Tutelar e 1 (um) indica existência dessa estrutura de garantia de direitos no município. Fonte: Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.

Quadro 5 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulos referentes a Oportunidades Sociais – Segurança

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.35) Guarda Municipal	Existência de Guarda Municipal	GUARDA	Acesso à Segurança Pública em 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.36) Delegacia da Mulher	Existência de Núcleo ou Delegacia da Mulher	DEL_MULH	Acesso à Segurança Pública em 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.37) Defesa Civil	Existência de representação da defesa civil	DEF_CIV	Acesso à Segurança Pública em 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.38) Despesa com Segurança Pública	% da despesa com segurança pública em relação ao total da despesa municipal	DES_SEG	TCE, 2006.
2.39) Conselho Tutelar	Existência de Conselho Tutelar	CONS_TUT	Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007

Fonte: Elaborado pela autora.

Justiça: Indica que órgãos da Justiça estão disponíveis aos moradores do município.

- 2.40) Defesa do Consumidor: É uma variável binária: 0 (zero) indica a não existência de instituição de Defesa do Consumidor e 1 (um) indica existência desse tipo de instituição. Fonte: Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.41) Tribunal ou Juizado de Pequenas Causas: O 0 (zero) na base de dados indica a não existência de Tribunal de Pequenas Causas no município e 1 (um) indica existência desse tipo de instituição. O Tribunal de Pequenas Causas representa uma forma mais desburocratizada de acesso à Justiça para a solução de litígios associados a um limite de valor referente aos possíveis acordos entre as partes. Fonte: Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.

Quadro 6 – Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulos referentes a Oportunidades Sociais – Justiça

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.40) Defesa do Consumidor	Existência de Comissão de Defesa do Consumidor	DEF_CONS	Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.41) Tribunal ou Juizado de Pequenas Causas	Existência de Tribunal ou Juizado de Pequenas Causas	JUIZ_PEQ	Acesso à Justiça 2001 - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007

Fonte: Elaborado pela autora.

Empregabilidade: Indica a presença de incentivos no sentido da capacitação profissional dos munícipes.

- 2.42) Programas de Geração de Emprego e Renda: A inclusão dessa variável identifica a oportunidade de participação em programas de geração de emprego e renda no próprio município. Refere-se à existência ou não de programas desse tipo no âmbito municipal. Não foram quantificadas as pessoas ou famílias atendidas, nem indicado o tipo de programa. Se existe esse tipo de oportunidade no município, a variável é indicada com 1 (um); se não há, é indicada com 0 (zero). Fonte: IBGE 2001 – Perfil dos Municípios Brasileiros, extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.43) Programas ou Ações de Capacitação Profissional: A variável apresenta se há (1 – um) ou não (0 – zero) oportunidade de participação em programas ou ações de capacitação profissional no município. Fonte: IBGE 2001 – Perfil dos Municípios Brasileiros, extraído do site da FAMURS em 02/01/2007.
- 2.44) Despesa com Trabalho: Despesas municipais em programas de proteção e benefícios ao trabalhador, relações de trabalho, empregabilidade e fomento ao trabalho. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

Quadro 7- Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos referentes a Oportunidades Sociais – Empregabilidade

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.42) Geração de renda	Existência de programas de geração de renda no município	GER_REN	IBGE 2001 - Perfil dos Municípios Brasileiros - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.43) Capacitação Profissional	Existência de programa ou ação de capacitação profissional	CAP_PROF	IBGE 2001 - Perfil dos Municípios Brasileiros - Extraído do site da FAMURS em 02/01/2007
2.44) Despesa com Trabalho	% da despesa com atividades de trabalho em relação ao total da despesa municipal	DES_TRAB	TCE, 2006.

Fonte: Elaborado pela autora.

Assistência Social: Apresenta a existência de estrutura para a assistência social no município.

- 2.45) Despesa com Assistência Social: As despesas com assistência social no município refletem o percentual dos recursos financeiros utilizados em programas de assistência ao idoso, assistência ao portador de deficiência, assistência à Criança e ao Adolescente, assistência comunitária em relação ao total de despesa municipal. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

- 2.46) Despesa com Direitos da Cidadania: Esse grupo de despesas apresenta o percentual dos gastos municipais realizados em função de custódias e projetos de reintegração social, projetos relacionados à manutenção e difusão de direitos individuais, coletivos e difusos, bem como programas de assistência aos povos indígenas, em relação ao total de despesas municipais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.47) Despesa com Previdência Social: Identifica o percentual de recursos municipais gastos com a previdência básica, previdência do regime estatutário, previdência complementar e previdência especial dos servidores, em relação ao total municipal de despesas realizadas no ano de referência. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 2.48) Aposentadoria Urbana: A previdência social representa uma conquista do trabalhador brasileiro, que atende parte significativa da população. Neste sentido, a variável apresenta o percentual de benefícios classificados como urbanos. Como será indicada na definição da próxima variável, a aposentadoria caracterizada como rural apresenta algumas especificidades. Fonte: DATAPREV – Banco de dados do Ministério da Previdência Social para o ano de 2005.
- 2.49) Aposentadoria Rural: Até 1991, o trabalhador rural era assistido, em termos de previdência, por programas governamentais específicos para o meio rural. A partir da Constituição de 1988, em 1991 as leis 8.212 e 8.213 incluíram o trabalhador rural na seguridade social nacional de maneira oficial. Neste sentido, além da necessidade de comprovação de tempo de trabalho no meio rural (feito através da reunião de documentos como: contratos de parceria/arrendamento, termos de propriedade, notas de produção, declarações do Sindicato Rural no município onde o trabalhador exerceu suas atividades, etc.), há uma redução no tempo de serviço a ser comprovado - 60/55 anos para homens/mulheres. Essa idade representa cinco anos a menos do que os requisitos exigidos para a aposentadoria urbana (as justificativas estão em torno, essencialmente, da jornada e do tipo de trabalho realizado). Fonte: DATAPREV – Banco de dados do Ministério da Previdência Social para o ano de 2005.

Quadro 8 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos referentes a Oportunidades Sociais – Assistência Social

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
2.45) Despesa com Assistência Social	% da despesa com assistência social em relação ao total da despesa municipal	DES_ASS	TCE, 2006.
2.46) Despesa com Direitos da Cidadania	% da despesa com direitos de cidadania em relação ao total da despesa municipal	DES_DIR	TCE, 2006.
2.47) Despesa com Previdência Social	% da despesa com previdência social em relação ao total da despesa municipal	DES_PVS	TCE, 2006.
2.48) Aposentadorias Urbanas	% de benefícios urbanos concedidos no município	APO_URB	DATAPREV, Ref. 2005. Divulgado em maio/2006
2.49) Aposentadorias Rurais	% de benefícios rurais concedidos no município	APO_RUR	DATAPREV, Ref. 2005. Divulgado em maio/2006

Fonte: Elaborado pela autora.

3) Intitulamentos Demográficos: Através das variáveis demográficas é possível perceber as características do município em relação ao gênero, à faixa etária da população e à ocupação do espaço.

3.1) Densidade Demográfica: Através dessa variável foi identificada a noção de ocupação do espaço nos municípios gaúchos. Ela caracteriza a existência, ou não, de aglomerações. Fonte: FEE/DADOS – Densidade Demográfica 2006 – Valores obtidos no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), trabalhados pela FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

3.2) População Feminina: Indica o percentual de mulheres acima de 15 anos, em relação ao total da população municipal. A variável trata da discussão de gênero, que sugere contextos sociais diferenciados para composições distintas em relação à distribuição do gênero nos ambientes. Ou seja, a predominância de uma população feminina pode indicar uma maior preocupação social em relação à saúde e à educação dos filhos, por exemplo. Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE, para 2006, trabalhados pela FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

3.3) População Jovem: Apresenta o percentual de habitantes entre 15 e 34 anos, em relação à população total municipal. O objetivo da inclusão dessa variável é perceber a possibilidade de renovação da força de trabalho no município, bem como evidenciar a permanência – ou não - dos jovens no município. Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE para 2006 trabalhados pela FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.

- 3.4) População Idosa: Informa o percentual de habitantes com mais de 65 anos residentes no município, em relação ao total da população. A dimensão explorada, a partir da inclusão desta variável, é referente a um processo de “envelhecimento” pelo qual vem passando alguns municípios. Além disso, a variável permite a análise de uma condição referente à possibilidade de acesso à aposentadoria rural, que faz papel de seguro para a manutenção de toda a família do aposentado. Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE, para 2006, trabalhados pela FEE/Núcleo de Indicadores Sociais.
- 3.5) Crescimento Populacional: Através dessa variável, incorpora-se ao estudo o aspecto demográfico referente ao comportamento de acréscimos e decréscimos populacionais, de acordo com o Censo Demográfico realizado pelo IBGE, em 2000. Uma taxa de crescimento populacional acima da média pode indicar, por exemplo, que a população percebe uma boa condição de vida nos municípios, o que pode representar um número maior de oportunidades em relação a outras cidades. Fonte: IBGE, 2000.

Quadro 9 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos demográficos

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
3.1) Densidade Demográfica	Habitante por km ²	DENSD	FEEDADOS, IBGE/2006
3.2) População Feminina	% mulheres (> 15 anos) na população total do município	POPFEM	FEEDADOS, IBGE/2006
3.3) População Jovem	% população entre 15 e 34 anos da população total	POPJOV	FEEDADOS, IBGE/2006
3.4) População Idosa	% população acima dos 65 na população total	POPIDO	FEEDADOS, IBGE/2006
3.5) Crescimento Populacional	Percentual de crescimento populacional 1991-2000	CRESPOP	ADHB, IBGE, 2000

Fonte: Elaborado pela autora.

4. Intitulamentos produtivos: Evidenciam a condição estrutural produtiva apresentada pelo município. Esses intitulamentos apresentam, por exemplo, que setores dinamizam a economia municipal, conseqüentemente, influenciando na estrutura de empregos. As variáveis identificadas como intitulamentos produtivos são as seguintes:
- 4.1) Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos agrícolas: O estudo analisa a atividade econômica existente no município, a partir das três atividades setoriais básicas descritas pela Contabilidade Social: Agrícolas, Industriais e Prestação de Serviços. O VAB agrícola indica a participação, em percentual, da produção agrícola, em toda a produção municipal. A atividade agrícola corresponde a todas aquelas atividades que dependem de uma relação direta com fatores ambientais e produtos

com um tempo de trabalho diferente do de produção (agricultura, pecuária, silvicultura, piscicultura e exploração florestal). Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE/ Departamento de Contas Nacionais para 2004, trabalhados pela FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

- 4.2) Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos industriais: Indica o percentual da produção municipal originada da atividade industrial envolvendo, essencialmente, a transformação de matérias-primas (indústria extrativa-mineral; indústria de transformação; eletricidade; gás e água; construção). Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE/ Departamento de Contas Nacionais para 2004, trabalhados pela FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
- 4.3) Valor Adicionado Bruto (VAB) a preços básicos da prestação de serviços: Apresenta o percentual da produção municipal decorrente de atividades associadas à prestação de serviços (comércio, reparação de veículos e objetos pessoais e de uso doméstico; alojamento e alimentação; transporte e armazenagem; comunicações; intermediações financeiras; atividades imobiliárias; aluguéis e serviços prestados às empresas; administração pública, defesa e seguridade social; saúde e educação particulares; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; serviços domésticos). Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE/ Departamento de Contas Nacionais para 2004, trabalhados pela FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
- Observação: As três variáveis anteriores destacam a importância de cada setor produtivo dentro do município. As variáveis a seguir referem-se à importância do município em cada setor produtivo, em relação à produção setorial gaúcha.
- 4.4) Participação do VAB Agrícola municipal no VAB Agrícola estadual: Refere-se à expressão da participação do município em relação à produção agrícola no estado gaúcho. Fonte: FEE/ Núcleo de Contabilidade Social, 2004.
- 4.5) Participação do VAB Industrial municipal no VAB Industrial estadual: Indica a participação do município em relação ao conjunto de produção industrial gaúcha. Fonte: FEE/ Núcleo de Contabilidade Social, 2004.
- 4.6) Participação do VAB dos Serviços municipais no VAB da Prestação de Serviços estadual: Apresenta a participação do município em relação ao total de serviços prestados no Rio Grande do Sul. Fonte: FEE/ Núcleo de Contabilidade Social, 2004.
- 4.7) Quantidade de Indústrias: O indicador evidencia a quantidade de indústrias estabelecidas no município. A presença de atividade industrial ou a ausência dela, em diversos casos, é importante para permitir a análise do modo de vida que se estabelece

no município a partir das relações sociais caracterizadas. Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas, 2004.

- 4.8) Intermediação Financeira: Apresenta a quantidade de instituições que prestam serviços bancários e financeiros aos moradores do município. A presença destas instituições garante aos cidadãos acesso a diversos produtos capazes de qualificar a relação social entre as pessoas (seja em termos comerciais, seja em termos de oportunidades garantidas aqueles que são socialmente reconhecidos como participantes/clientes de instituições financeiras/bancárias). Fonte: IBGE – Cadastro Central de Empresas, 2004.
- 4.9) Índice de Dependência para os dois principais produtos (DP2) – Demonstra a dependência do município em relação aos dois principais produtos agropecuários produzidos. A variável apresenta quanto da produção agropecuária municipal total é representada pelos dois principais produtos. Fonte: Graebin & Waquil (2006). Base de dados do trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, dados de 2004.
- 4.10) Índice de Diversificação (DV4) – Demonstra a não-dependência do município em relação aos quatro principais produtos agropecuários produzidos. O estudo original utilizado para compor essa variável apresentou a seguinte realidade para o Rio Grande do Sul: a diversificação não está associada necessariamente a uma renda per capita municipal maior e está positivamente correlacionada com melhores indicadores de desenvolvimento humano nos aspectos de longevidade e educação. O objetivo de inclusão dessa variável é perceber em que medida ela está associada a outros fatores. Fonte: Graebin & Waquil (2006). Base de dados do trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, dados de 2004.
- 4.11) Despesa com Agricultura: Apresenta o percentual do gasto municipal destinado à: promoção da produção vegetal; promoção da produção animal, defesa sanitária vegetal; defesa sanitária animal; abastecimento; extensão rural e irrigação. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 4.12) Despesa com Indústria: Indica o percentual de despesas associadas a atividades de promoção industrial, produção industrial, mineração, propriedade industrial, normalização e qualidade, em relação ao total de despesa municipal. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 4.13) Despesa com Comércio e Serviços: Apresenta o percentual da despesa municipal gasto com promoção comercial, comercialização, comércio exterior, serviços financeiros,

turismo, em relação ao total de despesa municipal realizado. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

- 4.14) Participação do Município nas Exportações Gaúchas: Indica a participação do município no total das exportações estaduais. Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) /Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). Dados referentes a 2006.

Quadro 10 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos produtivos

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
4.1) VAB Agrícola	% de atividades associadas à agricultura, pecuária, silvicultura, piscicultura e exploração florestal no VAB municipal.	VAB_A	FEEDADOS/2004
4.2) VAB Industrial	% da indústria no VAB municipal	VAB_I	FEEDADOS/2004
4.3) VAB da Prestação de Serviços	% dos serviços no VAB municipal	VAB_S	FEEDADOS/2004
4.4) Participação do VAB Agrícola municipal no VAB Agrícola do RS	% participação do município no VAB Agrícola de atividades no VAB do RS	VABRS_A	FEE, Núcleo de Contabilidade Social, 2004
4.5) Participação do VAB municipal da Indústria no VAB Industrial do RS	% participação do município no VAB da Industrial do RS	VABRS_I	FEE, Núcleo de Contabilidade Social, 2004
4.6) Participação do VAB municipal dos Serviços no VAB da Prestação de Serviço no RS	% participação do município no VAB dos Serviços do RS	VABRS_S	FEE, Núcleo de Contabilidade Social, 2004
4.7) Quantidade de Indústrias	Quantidade de indústrias (extrativas e de transformação) existentes no município	INDUST	BIM/IBGE – Cadastro Central de Empresas, 2004
4.8) Intermediação Financeira	Quantidade de instituições que prestam serviços bancários e/ou financeiros no município	INTFINAN	IBGE – Cadastro Central de Empresas, 2004
4.9) Índice de Dependência – DP2	% do total da produção agropecuária municipal gerada pelos dois principais produtos	DP2	GRAEBIN & WAQUIL, 2004.
4.10) Índice de Diversificação – DV4	% da produção não dependente dos quatro principais produtos agropecuários municipais	DV4	GRAEBIN & WAQUIL, 2004.
4.11) Despesa com Agricultura	% da despesa com agricultura em relação ao total da despesa municipal	DES_AGR	TCE, 2006.
4.12) Despesa com Indústria	% da despesa relacionada à indústria em relação ao total da despesa municipal	DES_IND	TCE, 2006.
4.13) Despesa com Comércio e Serviços	% da despesa com comércio e serviços em relação ao total da despesa municipal	DES_COS	TCE, 2006.
4.14) Exportações	% das exportações municipais no total do RS	EXPORT	SECEX/MDIC, 2006

Fonte: Elaborado pela autora.

5. Intitulos Administrativos: Evidenciam características da administração pública. As variáveis demonstram a distribuição das despesas municipais em relação aos serviços oferecidos pelo município, a idade deste e a relação entre receita e despesa executada pelo poder municipal.
- 5.1) Despesa de Administração: Permite identificar o percentual do gasto municipal relacionado às atividades de administração do município (planejamento e orçamento, administração geral, administração financeira, controle interno, normatização e fiscalização, tecnologia da informação, ordenamento territorial, formação de recursos humanos, administração de receitas, administração de concessões e comunicação social), em relação ao total de despesas municipais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.2) Despesa Legislativa: Apresenta o percentual da despesa municipal, em relação à despesa total municipal, envolvida com subsídios dado a vereadores, com servidores ativos e inativos e com a manutenção das Câmaras Municipais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.3) Despesa Judiciária: Identifica o percentual do orçamento municipal gasto com atividades da ação judiciária e com a defesa do interesse público no processo judiciário, em relação ao total de despesas municipais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.4) Despesa Essencial à Justiça: Apresenta a despesa municipal, em relação ao total das despesas municipais, com a defesa da ordem jurídica e com representação judicial e extrajudicial. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.5) Despesa de Defesa Nacional: Identifica o percentual do orçamento municipal gasto no auxílio da defesa aérea, naval e terrestre no município, em relação ao total de despesa municipal realizada no período. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.6) Despesa com Relações Exteriores: Apresenta a despesa municipal ocorrida em função de relações diplomáticas e de cooperação internacional, em relação ao total de despesa municipal. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.7) Despesa com Comunicações: Indica a porção da despesa municipal total associada a comunicações postais e telecomunicações. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.

- 5.8) Despesa com Energia: As despesas com energia estão ligadas a quatro tipos de investimentos: conservação de energia, energia elétrica, petróleo e álcool. Está representada pelo seu percentual em relação à despesa total do município. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.9) Despesa com Transporte: Apresenta o percentual de despesa municipal em relação ao total, associado ao transporte aéreo, rodoviário, ferroviário, hidroviário e em transportes especiais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.10) Despesa com Encargos Especiais: Reflete o montante da despesa municipal representada por refinanciamento e serviço das dívidas interna e externa, bem como recursos associados a transferências e outros encargos especiais. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.11) Total de Despesa em relação à Receita Municipal: Apresenta a despesa total em relação à receita municipal. O objetivo é identificar se o município necessitou, no ano de referência, de algum recurso fora daquele previsto na composição da receita municipal. O município que apresenta despesa igual à receita está caracterizado com a variável 1 (um). Sendo assim, municípios com despesa menor do que a receita apresentam um indicador menor do que 1 (um) e aqueles que possuem despesa maior do que a receita (caracterizando, dessa forma, um indício de desequilíbrio fiscal) estão representados por um indicador maior do que 1. Fonte: Tribunal de Contas do Estado (TCE), prestação de contas referente ao ano de 2006.
- 5.12) Emancipação – Tempo de emancipação do município em anos. Procura evidenciar há quanto tempo existe uma estrutura preocupada em resolver e discutir problemas locais da comunidade. Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2006.

Quadro 11 - Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos administrativos

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
5.1) Despesa com Administração	% da despesa com administração em relação ao total da despesa municipal	DES_ADM	TCE, 2006.
5.2) Despesa Legislativa	% da despesa com a atividade legislativa em relação ao total da despesa municipal	DES_LEG	TCE, 2006.
5.3) Despesa Judiciária	% da despesa judiciária em relação ao total da despesa municipal	DES_JUD	TCE, 2006.
5.4) Despesa Essencial à Justiça	% da despesa associada a atividades essenciais à Justiça em relação ao total da despesa municipal	DES_EJU	TCE, 2006.
5.5) Despesa com Defesa Nacional	% da despesa com defesa nacional em relação ao total da despesa municipal	DES_DEF	TCE, 2006.
5.6) Despesa com Relações Exteriores	% da despesa com atividades de relações exteriores em relação ao total da despesa municipal	DES_REL	TCE, 2006.
5.7) Despesa com Comunicações	% da despesa com comunicações em relação ao total da despesa municipal	DES_COM	TCE, 2006.
5.8) Despesa com Energia	% da despesa com energia em relação ao total da despesa municipal	DES_ENE	TCE, 2006.
5.9) Despesa com Transporte	% da despesa com transporte em relação ao total da despesa municipal	DES_TRAP	TCE, 2006.
5.10) Despesa com Encargos Especiais	% da despesa com encargos especiais em relação ao total da despesa municipal	DES_ENC	TCE, 2006.
5.11) Equilíbrio Fiscal	Relação despesa/receita	DES_REC	TCE, 2006
5.12) Emancipação	Tempo de emancipação – Número de anos	EMANCIP	FEEDADOS, IBGE/2006

Fonte: Elaborado pela autora.

6. Intitulamentos Estrutura de Consumo: Variáveis que caracterizam a estrutura de consumo apresentada pelo município.
- 6.1) PIB per capita: é o Produto Interno Bruto, a preço de mercado, dividido pela população. E aquele referente ao Valor Adicionado ao preço básico (diferença entre o Valor Bruto da Produção, a preços do produtor, e o Consumo Intermediário, a preços de mercado) subtraído dos serviços de intermediação financeira, indiretamente medidos, e adicionado aos impostos sobre produtos líquidos referentes à concessão de subsídios. Ou seja, a variável indica a média de produção em R\$ por residente no município. Fonte: FEE/DADOS – Valores obtidos no IBGE/ Departamento de Contas Nacionais para 2004, trabalhados pela FEE/Núcleo de Contabilidade Social.
- 6.2) Índice de Gini: É uma medida de desigualdade da distribuição de renda per capita no município. Seu valor varia de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros é nula). Fonte:

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.

- 6.3) Veículo: Percentual das pessoas que vivem em domicílios com veículo utilizado para passeio ou locomoção dos membros da família. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 6.4) Domicílios com Banheiro: Percentual de pessoas que vivem em domicílios com água encanada em pelo menos um dos cômodos, e com banheiro definido como cômodo que dispõe de chuveiro ou banheira e aparelho sanitário. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.
- 6.5) Acesso a Telefone: Apresenta o percentual de pessoas, em relação à população total, que vivem em domicílios com telefone convencional. Não inclui telefone celular. Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (ADHB), dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE, 2000.

Quadro 12 -- Descrição das variáveis utilizadas para análise dos intitulamentos referentes à estrutura de consumo

Nome	Unidade	Abreviatura	Fonte
6.1) PIB per capita	Produto Interno Bruto municipal dividido pela população do município (a preços de mercado)	PIBPC	FEEDADOS/2004
6.2) Índice de Gini	Variação de 0 a 1	GINI	ADHB, IBGE, 2000
6.3) Acesso a automóvel	% de pessoas que vivem em domicílios com automóvel	CARRO	ADHB, IBGE, 2000
6.4) Domicílios com banheiros	% de domicílios particulares com banheiro	BANH	ADHB, IBGE, 2000
6.5) Telefone	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	TELEF	ADHB, IBGE, 2000

Fonte: Elaborado pela autora.

Como é possível verificar, são bastante diversificadas as unidades utilizadas pelas variáveis selecionadas. A título de ilustração, as tabelas a seguir apresentam a frequência do tipo de variável utilizada na base de dados, bem como o ano de referência utilizado pela fonte original. Em termos de tipo de dados, saliente-se que, como o interesse do estudo é verificar de que forma as variáveis se relacionam, a unidade de medida de cada uma delas, neste caso, não acarreta em prejuízo na análise a ser desenvolvida. Por outro lado, é preciso considerar também que a diversidade do ano de referência em relação à informação utilizada na base de dados representa uma das claras limitações do trabalho. Entretanto, é preciso considerar que há aqui uma opção pela utilização do dado considerado importante em detrimento de uma possível contemporaneidade entre as informações disponíveis.

Quadro 13 - Caracterização das variáveis envolvidas em relação ao tipo

Tipo de variável	Quantidade de variáveis
Binária	38
Escalar	09
Percentual	61
Total	108

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 14 - Caracterização das variáveis envolvidas em relação ao ano de referência da informação utilizada

Ano de referência	Quantidade de variáveis
2000	16
2001	14
2002	23
2003	02
2004	11
2005	03
2006	39
Total	108

Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda em relação à constituição da base de dados, é preciso ressaltar que muitos dos municípios gaúchos atuais são oriundos de emancipações relativamente recentes. Sendo assim, algumas variáveis apresentavam valores apenas para os municípios mais antigos. Em relação à análise dos dados referentes aos municípios novos, ainda sem dados próprios divulgados, utilizamos aqueles referentes ao município mãe⁴. Nos casos em que um município se origina de vários outros, o dado utilizado refere-se à média daquela variável em relação aos dados apresentados pelos municípios que originaram o emancipado. Por exemplo, no caso do município de Santa Cecília do Sul, que ainda não tem informação própria, o dado utilizado é gerado a partir da média aritmética dos valores apresentados pela variável em questão para os municípios de Tapejara, Água Santa, Caseiros e Ibiaçá, municípios mãe de Santa Cecília do Sul.

Constituída e revisada a base de dados, prosseguiu-se com a geração dos fatores que, posteriormente, foram utilizados para a formação dos grupos de municípios.

⁴ O anexo A descreve como ocorreu a reunião dos valores referentes às variáveis para cada um dos municípios emancipados mais recentemente.

3.2 A CONSTITUIÇÃO DOS FATORES

A análise fatorial é uma ferramenta estatística que permite a observação da possível interdependência existente entre variáveis. Esta ferramenta é utilizada quando há um grande grupo de variáveis que apresentam entre si algum grau de correlação. Dessa forma, é possível representar as variáveis iniciais num conjunto numericamente menor, e de mais fácil manipulação. Configuram-se variáveis hipotéticas com capacidade de explicação em relação ao grupo original. Essas novas variáveis são chamadas “fatores”. A utilização da análise fatorial permite explorar e identificar relações entre dimensões que nem sempre estão perceptíveis ao pesquisador apenas pela análise das variáveis originais. O método mais utilizado na análise fatorial, e também neste trabalho, é o método das componentes principais. Esse método de análise identifica, através de relações das variáveis originais, a estrutura da variância e da covariância entre as variáveis (HAIR, 1998).

Identificados os fatores, é possível verificar o quanto cada um está associado a cada variável e quais são as variáveis que caracterizam e influenciam a formação dos diferentes fatores.

A partir da formação do banco de dados a que se refere esta pesquisa, foi utilizado o software SPSS como ferramenta estatística para a análise dos fatores. As variáveis foram agrupadas em 31 (trinta e um) fatores que explicam 68,30% das variações percebidas.

3.3 A FORMAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO “CLUSTER”

Assim como no caso de determinação dos fatores usou-se o ferramental estatístico do programa SPSS para o agrupamento dos municípios. Na formação desses grupos de municípios (“clusters”), foi utilizada a informação referente aos 31 (trinta e um) fatores gerados pela análise primária do banco de dados, o que determinou a geração de 06 (seis) grupos de municípios.

O principal objetivo na formação dos grupos na análise é o de identificar suas similaridades em termos estruturais e condições apresentadas pelos municípios em relação aos intitulamentos disponíveis à população.

Através da análise de cluster é possível identificar grupos homogêneos dentro de uma série de observações. Sendo assim, os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo são o mais homogêneo possível entre si e mais diferenciados em relação aos demais grupos⁵.

A classificação em clusters apresentará o tipo de município encontrado e quais são as características apresentadas pelas condições de infra-estrutura municipal para a realização das escolhas de cada indivíduo.

Após a definição dos clusters, cada um dos municípios integrantes do grupo foi classificado em relação à ruralidade e à pobreza. De acordo com a predominância da classificação dos municípios encontrados nos agrupamentos foi feita a classificação do grupo. A classificação dos municípios em relação à ruralidade e à pobreza, conforme se verá a seguir, procurou qualificar as situações identificadas em cada município. A escolha em relação aos critérios baseou-se em informações diversas daquelas constantes na base de dados para a identificação da situação dos intitamentos.

Em relação à ruralidade, foram usados dois parâmetros para a classificação dos municípios: a abordagem territorial escalar hierarquizada (TEH) e um parâmetro de dinâmica econômica municipal, a partir da série histórica de composição de VAB Municipal.

Dessa forma, foram compostos dois novos indicadores, que não evidenciam intitamentos, mas classificam os municípios em relação aquilo que está sendo caracterizado, primeiramente como ruralidade e, em seguida, como pobreza.

A ruralidade está considerada, conforme já foi mencionado na discussão teórica, como uma relação diferenciada com a Natureza/espço e no que diz respeito às atividades produtivas do município. Para evidenciar a relação diferenciada quanto ao espaço, foi utilizada a abordagem TEH (BLUME, 2004), que utiliza dois níveis de análise. Primeiro, cada município foi classificado como rural ou urbano, de acordo com a sugestão do autor:

Assim, para os municípios que apresentarem densidade demográfica menor que 80 hab./km², serão classificados pela TEH como municípios rurais. Para os que apresentarem densidade demográfica maior ou igual a 80 hab./km², ou um valor maior ou igual a 100.000 habitantes para a população total, serão classificados como municípios urbanos. (BLUME, 2004, p.123).

No segundo nível da análise, Blume classifica as regiões, utilizando parâmetros análogos aos da OCDE, conforme evidenciado a seguir:

⁵ “Cluster analysis groups individuals or objects into clusters so that objects in the same clusters are more similar to one another than they are to objects in other clusters. The attempt is to maximize the homogeneity of objects within the clusters while also maximizing the heterogeneity between the cluster” (HAIR, 1998. p. 470).

Desse modo, as microrregiões que apresentarem mais de 50% da população regional habitando em unidades locais rurais serão classificadas como Microrregiões Essencialmente Rurais. As microrregiões que apresentarem entre 15% e 50% da população regional habitando unidades rurais locais serão classificadas como Microrregiões Relativamente Rurais. As que apresentarem menos de 15% da população regional habitando em unidades locais rurais receberão a classificação de Microrregiões Essencialmente Urbanas. (BLUME, 2004, p.135).

Na medida em que o interesse deste trabalho está voltado à configuração dos intitulos encontrados nos clusters, formados a partir dos fatores identificados segundo as variáveis analisadas, utilizaremos a classificação sugerida pelo autor para as regiões, em função dos grupos formados. Ou seja, o cluster será classificado como essencialmente rural, relativamente rural ou essencialmente urbano, de acordo com a população total dos municípios que compõem o grupo.

Os dados referentes à população total de cada município, que não constam como variável na base de dados que analisa os funcionamentos, foram obtidos a partir da FEE, para o ano de 2006.

Para caracterizar a dinâmica produtiva municipal foi utilizada uma série histórica que identifica a variação da participação dos setores produtivos no período entre 1985 e 2005. Neste sentido, o município foi considerado como Produtor ou Consumidor.

Procurando identificar a tendência evidenciada em muitos trabalhos sobre a nova ruralidade, que emerge especialmente na Europa, a série histórica evidencia a evolução do setor de serviços nos municípios. Se o setor de serviços foi, em média, o componente principal do VAB municipal, para o período analisado (1997 – 2005) – acima de 50% de participação no período - ou se o setor de serviços obteve um aumento igual ou maior a média estadual de variação deste setor para o estado gaúcho, o município foi classificado como Consumidor. Ou seja, o setor produtivo está apresentando tendência a caracterizar uma relação direta com o consumidor, sem evidenciar uma produção que serve como elo dentro de uma cadeia produtiva, como o caso dos alimentos, por exemplo⁶. O corte diferenciado em relação à média estadual, e não em relação ao setor que apresentou a maior variação no período, procura identificar exatamente essa nova reestruturação produtiva.

⁶ Certamente não é ignorado, neste trabalho, o esforço que vem sendo realizado por alguns grupos de produtores rurais, no sentido de reduzir ou eliminar elos da cadeia produtiva e buscar um relacionamento direto com os consumidores. Entretanto, não se pode negar ainda que a grande maioria da produção agropecuária destina-se ainda à distribuição de matéria-prima para a cadeia agroindustrial, que serve como intermediária entre o produtor e o consumidor final.

O município que apresenta a variação percentual média mais significativa em termos de setor agropecuário ou industrial foi considerado como Produtor. Isso indica que todos os municípios considerados Produtores têm o VAB mais significativo associado aos setores “tradicionais”, não apresentando crescimento na participação do setor de serviços, que caracteriza um município Consumidor.

De forma semelhante, na definição municipal, o cluster foi considerado Consumidor se a quantidade de “municípios consumidores” do grupo foi percentualmente igual ou maior do que a participação percentual dos municípios consumidores no Rio Grande do Sul⁷.

Os dados componentes da série histórica utilizada para cada município (1997 até 2005) foram obtidos através do aplicativo FEEDADOS⁸. As informações não disponíveis, referentes aos municípios gaúchos emancipados mais recentemente foram formadas da mesma maneira que a composição das variáveis representativas dos intilulamentos, ou seja, foram utilizados os valores/média referentes ao município-mãe.

Sendo assim, quanto à ruralidade, os clusters estão identificados de acordo com o quadro a seguir:

⁷ O Anexo C evidencia os dados médios para o estado gaúcho em relação às variáveis analisadas.

⁸ Disponível na rede mundial de computadores via http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/cad_usu_externo.asp.

Quadro 15 - Classificação dos clusters quanto à ruralidade

Essencialmente Rural (Mais de 50% da pop. em municípios rurais)	Consumidor Tendência de dinâmica econômica associada ao setor de serviços – Quantidade de municípios consumidores no cluster maior ou igual à média estadual
	Produtor Dinâmica econômica associada ao setor de produção agropecuária ou industrial - Quantidade de municípios consumidores no cluster menor do que a média estadual
Relativamente Rural (Entre 15% e 50% da pop. em municípios rurais)	Consumidor Tendência de dinâmica econômica associada ao setor de serviços – Quantidade de municípios consumidores no cluster maior ou igual à média estadual
	Produtor Dinâmica econômica associada ao setor de produção agropecuária ou industrial - Quantidade de municípios consumidores no cluster menor do que a média estadual
Essencialmente Urbano (Menos de 15% da pop. em municípios rurais)	Consumidor Tendência de dinâmica econômica associada ao setor de serviços – Quantidade de municípios consumidores no cluster maior ou igual à média estadual
	Produtor Dinâmica econômica associada ao setor de produção agropecuária ou industrial - Quantidade de municípios consumidores no cluster menor do que a média estadual

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação à pobreza, foram identificadas variáveis que fossem capazes de indicar a influência da estrutura municipal para a o aumento/redução das liberdades instrumentais de cada agente social.

Cabe considerar que a classificação das liberdades sugeridas por Amartya Sen procura evidenciar um método que permita a comparação entre diversas situações, inclusive das distintas realidades mundiais. Neste sentido, com relação à liberdade instrumental, “liberdades políticas” não foi identificada nenhuma variável de distinção municipal. Todos os municípios brasileiros, não apenas os gaúchos, estão submetidos às mesmas condições constitucionais de garantia da liberdade de expressão e de procedimentos eleitorais.

Da mesma forma, é possível perceber as liberdades “garantias de transparência” e “segurança protetora” em termos de estado. Ainda que o Brasil possa apresentar, em alguma

medida, uma cultura política diferenciada entre os estados, no Rio Grande do Sul não foram evidenciados indicadores capazes de distinguir as situações municipais entre si.

Quanto às “facilidades econômicas”, a análise foi realizada a partir do que é identificado como Renda Municipal per capita anual. Essa variável apresentou, em termos monetários para o ano de 2006 (R\$), de acordo com a prestação de contas do município para o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, o quanto cada município teria disponível para investir em cada morador. Esse resultado foi obtido a partir do valor da receita arrecadada (em 2006), dividido pela população total (em 2006). A forma como essa receita é gasta, ou seja, como ela chega à população, está evidenciada na distribuição dos tipos de despesas municipais que compõem a metodologia de formação dos grupos municipais. O que é identificado aqui é quanto o município tinha para gastar, e como ele gastou. Isto está evidenciado nos grupos e nas condições dos intitulentos que podem ser resultado dessas despesas. Dessa forma, se o município apresentou renda municipal per capita maior ou igual àquela apresentada pela média estadual, a mesma foi considerada Satisfatória. Os municípios que apresentaram uma renda menor do que à renda média municipal per capita para o estado gaúcho foram considerados de renda municipal Insatisfatória.

Em relação ao cluster, a classificação foi dada em função da população total do grupo. Ou seja, se mais da metade da população total reside em município com renda municipal satisfatória, o grupo foi classificado como tendo condições satisfatórias em relação às facilidades econômicas. O cluster em condição insatisfatória em relação às facilidades econômicas foi aquele que apresentou maior parte da população residente em municípios com renda municipal per capita inferior à média obtida para todos os municípios do Rio Grande do Sul.

Ainda considerando a discussão sobre a pobreza, as oportunidades sociais foram identificadas a partir das informações obtidas nos municípios gaúchos para duas áreas sugeridas pelo próprio Sen: Saúde e Educação. Para a saúde, foi utilizada a variação da quantidade de hospitais existentes no município, e para a educação a variação na quantidade de estabelecimentos de ensino fundamental, nos últimos cinco anos, a partir do dado mais recente disponível na base de dados do aplicativo FEEDADOS (Saúde – quantidade de hospitais existentes no município, vinculados ao Sistema Único de Saúde – de 1997 até 2003; Educação – quantidade total de estabelecimentos de ensino fundamental existentes no município – de 2001 até 2006).

O objetivo foi identificar, em termos municipais, o aumento ou a redução das oportunidades de atendimento à população, nestes dois tipos de estabelecimentos extremamente importantes para a manutenção das oportunidades sociais.

Os municípios foram, então, classificados a partir da soma algébrica da variação do período para as duas informações. O dado gerado classificou cada um dos municípios em:

- . Município com tendência desfavorável para o desenvolvimento das oportunidades sociais - aqueles que a variação total das informações foi menor do que 0% - redução das oportunidades sociais.

- . Município com tendência estável para o desenvolvimento das oportunidades sociais – aqueles que apresentaram variação total igual a 0% - sem variação das oportunidades sociais consideradas.

- . Município com tendência favorável para o desenvolvimento das oportunidades sociais – aqueles em que a variação total das informações foi maior do que 0% - aumento das oportunidades sociais.

Para a classificação do cluster, em relação às oportunidades sociais, foi utilizada a tendência predominante nos municípios integrantes do grupo. Ou seja, um grupo que apresenta uma maior quantidade de municípios com tendência favorável, foi assim classificado em relação ao desenvolvimento de oportunidades sociais.

O cluster será considerado Pobre se apresentar carência em relação a qualquer um dos níveis de análise, seja em relação às facilidades econômicas (maioria da população residente em municípios com renda insatisfatória), seja no que diz respeito às oportunidades sociais (maioria dos municípios com tendência desfavorável para o desenvolvimento das oportunidades sociais identificadas). O grupo Não Pobre será aquele que não apresentar carência e em nenhum dos aspectos avaliados.

Quadro 16 - Classificação dos clusters quanto à pobreza

Renda Municipal Satisfatória (50% ou mais da pop. em municípios com renda municipal satisfatória)	Tendência Favorável Aumento das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Não pobre Não evidencia carência nas variáveis analisadas
	Tendência Estável Sem modificação das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Não pobre Não evidencia carência nas variáveis analisadas
	Tendência Desfavorável Redução das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas
Renda Municipal Insatisfatória (Menos de 50% da pop. em municípios com renda municipal satisfatória)	Tendência Favorável Aumento das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas
	Tendência Estável Sem modificação das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas
	Tendência Desfavorável Redução das oportunidades sociais - Saúde e Educação - na maioria dos municípios do grupo	Pobre Evidencia carência em alguma das variáveis analisadas

Fonte: Elaborado pela autora

Como resultado dessa proposta de análise, configura-se uma classificação geral que apresenta um total de 36 (trinta e seis) possibilidades de classificação para os clusters, formados em relação às variáveis selecionadas para a análise fatorial, conforme demonstrado no quadro a seguir. O rural fica desvinculado, metodologicamente, de situações de exclusiva carência ou de exclusiva associação às atividades agrícolas. Ele é identificado a partir do relacionamento com a ocupação do espaço e a pobreza busca evidenciar outras formas de carência, além da renda.

Quadro 17 - Classificação possível para os clusters municipais formados

Essencialmente Rural	Consumidor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
		Renda Municipal Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
			Tendência Estável	Pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
	Produtor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
Renda Municipal Insatisfatória		Tendência Favorável	Pobre	
		Tendência Estável	Pobre	
		Tendência Desfavorável	Pobre	
Relativamente Rural	Consumidor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
		Renda Municipal Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
			Tendência Estável	Pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
	Produtor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
Renda Municipal Insatisfatória		Tendência Favorável	Pobre	
		Tendência Estável	Pobre	
		Tendência Desfavorável	Pobre	
Essencialmente Urbano	Consumidor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
		Renda Municipal Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
			Tendência Estável	Pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
	Produtor	Renda Municipal Satisfatória	Tendência Favorável	Não pobre
			Tendência Estável	Não pobre
			Tendência Desfavorável	Pobre
Renda Municipal Insatisfatória		Tendência Favorável	Pobre	
		Tendência Estável	Pobre	
		Tendência Desfavorável	Pobre	

Fonte: Elaborado pela autora

A partir das duas ferramentas estatísticas já citadas, e da classificação em relação à ruralidade e à pobreza, a análise da situação geral verificou a configuração dos intitamentos para cada um dos clusters, e conforme se verá, posteriormente, dos subclusters identificados.

Para a interpretação em relação aos intitamentos, verificaram-se quais variáveis foram as mais influentes para a formação dos cinco fatores preponderantes na formação do grupo de municípios. A influência das variáveis foi identificada, em termos percentuais, a partir da soma da ponderação das mesmas em cada um dos fatores mais significativos nos grupos formados.

O esforço interpretativo realizado neste trabalho evidenciou, a partir da identificação das variáveis componentes dos fatores que identificaram os grupos, o(s) tipo(s) de intitamento(s) envolvido na composição do cluster.

Ou seja, a partir da análise da configuração das variáveis selecionadas para evidenciar os intitamentos descritos no trabalho foram identificados fatores. Esses fatores originaram a formação dos grupos de municípios que, conforme características evidenciadas para representar a ruralidade e as situações de pobreza, foram classificados. Classificado o agrupamento de municípios, a análise volta-se, então, a configuração de intitamento que caracterizou determinado grupo classificado em relação à ruralidade e à pobreza.

Sendo assim, está aberta a possibilidade de identificação de um ambiente rural que não está em extinção e de uma pobreza que vai além da renda. Por outro lado, surge a pobreza rural, que pode ser analisada além da justaposição dos conceitos.

O capítulo seguinte é dedicado à análise completa dos resultados gerados, bem como a apresentação dos municípios reunidos em cada um dos grupos e subgrupos identificados.

4 ANÁLISE DAS RELAÇÕES APRESENTADAS PELAS VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA OS MUNICÍPIOS GAÚCHOS – A CONFIGURAÇÃO DOS INTITULAMENTOS

Realizada a exposição do embasamento teórico-metodológico que envolveu a realização deste trabalho, o presente capítulo tem a função de apresentar os resultados em três seções.

A primeira apresenta a configuração da estatística descritiva para as variáveis sugeridas no trabalho, bem como identifica a caracterização geral do Rio Grande do Sul em relação às classificações de ruralidade e pobreza sugeridas. Em seguida é apresentada a configuração geral dos clusters no estado gaúcho, cada um dos grupos formados é discutido detalhadamente na segunda seção.

Por fim, é apresentada uma análise em relação aos tipos de intitamentos e a classificação sugerida para os grupos formados.

4.1 VISÃO GERAL DAS VARIÁVEIS: A ESTATÍSTICA DESCRITIVA

A análise descritiva das variáveis selecionadas permite que algumas informações interessantes sejam destacadas. Ela nos apresenta uma fotografia dos dados reunidos nos 496 municípios gaúchos. È possível perceber, por exemplo, que existe uma distribuição bastante desigual em relação a algumas variáveis¹.

A variável que identifica a densidade demográfica do Rio Grande do Sul evidencia uma distribuição desigual da população. Para o estado de maneira geral, apresenta média de 88,19 hab/km². Entretanto, 50% dos municípios apresentam um valor inferior a 23,49 hab/km².

¹ No Anexo D, foram indicadas a média, a mediana (ou seja, o valor encontrado no ponto central das observações, quando elas estão colocadas em ordem crescente – a mediana apresenta o valor máximo alcançado por 50% das observações), e, também, o valor mínimo e o valor máximo, além dos municípios que apresentaram esses valores extremos.

Em relação ao parâmetro escolhido para identificar a ruralidade dos municípios neste trabalho, evidencia-se que 423 municípios (85,28%) têm densidade demográfica inferior a 80 hab/km² e correspondem a 66,44% da população total residente no Estado².

A distribuição da atividade industrial no Rio Grande do Sul também é bastante concentrada, o que ficou evidenciado, inclusive, na formação dos clusters, detalhados em seguida. Ainda que a média nos municípios seja uma participação da atividade industrial de 19,00% do Valor Adicionado Bruto (VAB), 50,20% dos municípios têm participação da atividade industrial menor do que 9,00%, no VAB municipal. Em termos de oportunidade de emprego, por exemplo, essa realidade pode significar uma limitação visto que, na maioria dos municípios, essas colocações profissionais ficam restritas ao setor agropecuário e ao setor de serviços.

Evidenciando especificamente pré-condições que possibilitam/dificultam a expansão das capacidades dos moradores de determinado município, podemos destacar o acesso asfáltico como uma importante característica. Além do aspecto simbólico (freqüentemente com conseqüências políticas), o acesso asfáltico representa uma possibilidade de ir e vir sem estar sujeito, por exemplo, a condições climáticas, que por vezes, isolam completamente alguns municípios. O acesso asfáltico está presente em 67,18% dos municípios gaúchos. Isto significa que 163 municípios ainda não possuem condições de acesso plenamente independente dos fatores climáticos.

Em termos de lazer, convém salientar que 03 municípios gaúchos não apresentaram nenhum dos espaços de entretenimento identificados no trabalho – indicador 0 - e 15 apresentaram todas as opções – indicador 8 - (vídeo-locadora; lojas especializadas no comércio de artigos musicais; livrarias; centros comerciais; teatros e/ou cinemas; clubes; estádio ou ginásio poli-esportivo). Não disponibilizar espaços de lazer e entretenimento pode significar uma limitação importante para o desenvolvimento, inclusive cognitivo, dos cidadãos. Por outro lado, a existência de múltiplas possibilidades de escolha em relação a essa pré-condição estrutural pode representar um fator atrativo de população regional, o que sugere uma dinâmica social mais ativa e com mais possibilidade de desenvolvimento.

O grupo de variáveis dedicado à análise das variáveis ambientais, cada vez mais evidenciadas nas análises sobre processos de desenvolvimento apresenta que alterações ambientais que causam algum tipo de transtorno na vida das pessoas estão presentes em 144

² Bagé, Uruguaiiana e Rio Grande têm densidade demográfica abaixo de 80,00hab/km^a, entretanto, possuem população total acima de 100.000 habitantes, sendo por isso, posteriormente, classificados como municípios urbanos.

municípios gaúchos (29,03%). Todos os transtornos e os problemas ambientais encontram-se fora do controle dos cidadãos moradores no município e, por isso, são consideradas como pré-condições para identificação das possibilidades de escolha. O morador de um município com qualquer tipo de poluição, enquanto não opte por migrar a outro município, está submetido às condições ambientais apresentadas no município. Por outro lado, seguindo a tendência atual de preocupação ambiental, 277 municípios (55,85%) apresentam algum tipo de programa de educação ambiental na tentativa de buscar a superação ou uma melhor convivência com as alterações ambientais.

Sendo o acesso à educação, um intitlamento fundamental em relação às oportunidades disponibilizadas pelos municípios na sua infra-estrutura, convém salientar que em 67,34% (334) dos municípios o acesso à educação se dá, exclusivamente, através das vagas oferecidas nas escolas públicas (municipais, estaduais e federais).

O Índice de Dependência no Rio Grande do Sul apresentou uma média relativamente alta, em termos percentuais (70,55%), que é acompanhada pela mediana (73,03%), o que indica uma produção restrita aos dois principais produtos agropecuários na grande maioria dos municípios. Foi possível identificar alguns municípios que dependem exclusivamente da comercialização dos dois principais produtos: Arambaré, Arroio do Sal, Capivari do Sul, Santa Vitória do Palmar, Uruguaiana e Xangrilá.

Por outro lado, o Índice de Diversificação evidencia que a não dependência, em termos de produção agrícola, dos quatro principais produtos, apresenta uma média pequena (11,69%). Isso mostra que a maioria dos municípios gaúchos tem sua produção voltada a, no máximo, quatro produtos.

Em relação aos tipos de despesas constantes nos orçamentos municipais, detalhadamente identificadas na base de dados, pode-se perceber que o grupo que mais pesa sobre o orçamento é o relacionado às despesas com educação, seguido das despesas com os serviços de saúde e com a administração pública. Esses estão diretamente relacionados à qualidade e à quantidade de intitlamentos básicos que devem ser oferecidos pelos municípios aos seus cidadãos.

A participação nas exportações gaúchas ainda apresenta uma realidade bastante concentrada em poucos municípios. Apenas 27 deles, no Rio Grande do Sul, são responsáveis por 87% das exportações.

Um aspecto interessante apresentado pelos dados, referente ao crescimento populacional, diz respeito ao fato que, dos dez municípios que mais cresceram no período analisado, cinco estão localizados no Litoral. Os três primeiros são pequenos municípios

litorâneos (Balneário Pinhal, Cidreira e Arroio do Sal). Essa migração em direção ao Litoral gaúcho evidencia, em muitos casos, a busca por uma melhor qualidade de vida, longe das aglomerações urbanas. De outra parte, foi verificado que 222 municípios apresentaram um decréscimo populacional.

Conforme já foi divulgado em algumas ocasiões, o Rio Grande do Sul possui uma das maiores expectativas de vida do país – 2º colocado de acordo com os estudos do Censo Demográfico de 2000, atrás apenas de Santa Catarina. Essa informação foi comprovada na base de dados. A média de sobrevivência no estado gaúcho foi de 83,39 anos. Evidencia-se, uma vez mais que, a oportunidade de viver mais pode representar, per si, um aumento nas possibilidades de escolhas.

Em relação às causas de morte, percebeu-se que a grande maioria dos óbitos decorre de complicações associadas às doenças do aparelho respiratório. O segundo fator mais freqüente de mortes no estado são aqueles associados a causas externas que envolvem os diversos tipos de violência, inclusive no trânsito.

O acesso ao ensino fundamental apresenta uma média de 96,62% e o acesso ao ensino médio tem um percentual de 46,05%. Essas duas variáveis, relacionadas à média de alunos, na respectiva faixa etária com acesso aos níveis de ensino, apresentam mediana um pouco superior à média. Isto significa que a realidade encontrada nos municípios não é muito heterogênea em relação a essas variáveis, especialmente em relação ao ensino fundamental. Para o acesso ao ensino superior, a média encontrada é de 6,08%, com destaque para a capital gaúcha, que apresenta a maior média de pessoas acima de 25 anos (28,85%) freqüentando cursos de graduação.

A variável indicativa da alfabetização nos municípios gaúchos apresenta uma média de 90,86%, com destaque para o município de Morro Reuter, o maior índice do estado em relação à alfabetização: 98,40%. Assim como as variáveis de acesso ao ensino, o acesso à alfabetização caracteriza uma possibilidade importante de pré-condição em relação à qualidade de vida das pessoas. Saber ler evidencia um funcionamento fundamental para a expansão das capacitações. Dessa forma, um município/estado que apresenta bom índice de alfabetização tende a estar, através das condições estruturais, oportunizando aumento nas possibilidades de escolhas dos seus cidadãos.

Questões de infra-estrutura domiciliar são também fundamentais como pré-condições para a realização das escolhas. Famílias com acesso à energia elétrica, água e coleta de lixo, não estão constantemente expostas a doenças evitáveis através de condições mínimas de infraestrutura municipal. No Rio Grande do Sul o acesso à energia elétrica está presente em

95,33% dos domicílios gaúchos. Da mesma forma, o acesso à água existe na grande maioria dos domicílios (91,48%) no estado. A coleta do lixo está presente em 92,21% dos domicílios municipais.

Outra característica da infra-estrutura municipal que pode estar associada, ainda que não diretamente, às possibilidades de escolhas dos cidadãos, especialmente se tentamos evidenciar as relações dessas escolhas e o modo de vida rural, é a estrutura agrária dos municípios. Em 91,51% dos municípios gaúchos, os estabelecimentos rurais têm até 100 ha. O dado apresentado pode não ter significado em si, se o considerarmos isoladamente. Entretanto, se analisado em conjunto com outras variáveis pode representar uma característica importante. Por exemplo, sendo o Rio Grande do Sul um estado predominantemente formado por estabelecimentos rurais até 100 ha, como podemos identificar o processo de reprodução das famílias que ocupam e trabalham nestes estabelecimentos? Será que o investimento em tecnologia é capaz de suprir a falta de escala para determinados produtos ou a condição de reprodução exige que constantemente a família passe por reestruturações que evidenciam, inclusive a busca por alternativas de vida dentro da “nova ruralidade” evidenciada nas duas últimas décadas?

Em relação aos tipos de aposentadorias (rural/urbana) concedidos nos municípios gaúchos pode-se perceber que, em média, 55,43% deles são caracterizados como rurais. Além disso, não existe município em que o benefício rural não seja concedido. Ou seja, considerando toda a especificação já evidenciada no capítulo anterior para a caracterização da aposentadoria rural, pode-se perceber, uma vez mais a presença marcante do ambiente e do modo de vida caracterizado como rural no estado gaúcho. Além de evidenciar a presença dessas características no Rio Grande do Sul como um todo, o percentual médio de concessão deste tipo de benefício apresenta um Estado bastante associado ao meio rural. Essa média apresenta ainda algumas especificidades, já que em alguns dos municípios 100% das aposentadorias concedidas são caracterizadas como rurais.

A análise da classificação dos municípios gaúchos, de maneira geral, em relação à tipologia sugerida (rural/urbano, consumidor/produtor) demonstra que 84,58% dos municípios (420 municípios) foram identificados, a partir do critério de relação com a paisagem. Dos municípios considerados rurais, mais da metade (59,29%) identificaram tendência em relação à dinâmica econômica que considera o município como Consumidor.

Em termos percentuais, a dinâmica de município Consumidor está mais presente nos municípios identificados como Urbanos (89,47% dos 76 municípios identificados como urbanos).

A média da participação do VAB dos Serviços no Rio grande do Sul, para o período analisado (1997-2005) foi de 53,70%, com uma variação média da participação dos serviços no referido índice de 3,34% para o período. Dessa forma, os municípios considerados consumidores, ou apresentaram a participação dos serviços no VAB como a mais significativa entre os três setores produtivos (agropecuário, industrial ou serviços), ou apresentaram uma média de variação da participação dos serviços, no período, superior ou igual a do Rio Grande do Sul.

Com relação à situação de pobreza, observou-se, de maneira geral, que 64,92% dos municípios (322) foram considerados pobres (ou possuem renda municipal per capita abaixo da média estadual ou possuem tendência desfavorável quanto à evolução histórica das oportunidades sociais relacionadas à infra-estrutura de saúde e educação).

Quadro 18 – Quantidade/Percentual de municípios gaúchos de acordo com a classificação sugerida

Tipo RS		Dinâmica RS		Dinâmica no Tipo	Pobreza RS			Pobreza na Dinâmica	Pobreza no Tipo		
Rural	420	Produtor	171	40, 71%	Não-pobre	65	13, 10%	38, 01%	146	34, 76%	Não-pobre
	84,68%		34, 48%		Pobre	106	21, 37%				
		Consumidor	249	59, 29%	Não-pobre	81	16, 33%	32, 53%	274	65, 24%	Pobre
	50, 20%		Pobre		168	33, 87%	67, 47%				
Urbano	76	Produtor	8	10, 53%	Não-pobre	2	0, 40%	25, 00%	28	36, 84%	Não-pobre
	15,32%		1, 61%		Pobre	6	1, 21%				
		Consumidor	68	89, 47%	Não-pobre	26	5, 24%	38, 24%	48	63, 16%	Pobre
	13, 71%		Pobre		42	8, 47%	61, 76%				
Totais Gerais no RS		Produtor	179	36, 09%	Não-pobre	174	35, 08%				
		Consumidor	317	63, 91%	Pobre	322	64, 92%				

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 19 - Relação entre dinâmica produtiva e situação de pobreza – quantidade e percentual de municípios classificados no critério

Critério	Produtor		Consumidor	
	Pobre	112	62,57%	194
Não-Pobre	67	37,43%	107	38,80%
Total	179	-	317	-

Fonte: Elaborado pela autora.

A análise geral em relação ao critério de pobreza sugerido e as dinâmicas econômicas identificadas apresentam uma situação que não se diferencia, em termos percentuais. Tanto no conjunto de municípios considerado Produtor, como naquele considerado Consumidor a pobreza atinge mais de 60% dos municípios. Essa situação apresenta-se também na análise

referente ao tipo de município. Neste sentido, conforme já foi discutido na seção anterior, é preciso dissociar a noção de pobreza e carência, seja de recursos monetários ou em relação a aspectos de infra-estrutura, exclusivamente ao ambiente rural.

A análise mais detalhada das condições identificadas como de pobreza nos municípios gaúchos indica que 51,41% apresentaram redução do número de hospitais ou de escolas. Em relação à renda municipal pode-se perceber que 74,19% dos municípios apresentaram renda satisfatória em relação à renda estadual identificada (R\$ 996,62). Neste sentido, observa-se, uma vez mais, que apenas uma componente de renda pode não ser a variável mais distintiva, em relação às características municipais, para a análise das oportunidades e dos intitulentos.

Quadro 20 - Quantidade de municípios de acordo com a classificação dos identificadores de pobreza

Renda Municipal	Quant. Mun./ %	Oportunidades Sociais	Quant. Mun.	No RS	No grupo de renda
Satisfatória	368	Estável	76	15,32%	20,65%
	74,19%	Tendência Desfavorável	194	39,11%	52,72%
		Tendência Favorável	98	19,76%	26,63%
Insatisfatória	128	Estável	13	2,62%	10,16%
	25,81%	Tendência Desfavorável	61	12,30%	47,66%
		Tendência Favorável	54	10,89%	42,19%
Geral no RS		Estável	89	17,94%	
		Tendência Desfavorável	255	51,41%	
		Tendência Favorável	152	30,65%	

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme já foi destacado, ainda que se possa analisar aspectos interessantes, inclusive com relação à disponibilidade e estrutura dos intitulentos no RS, na “fotografia” apresentada pelas variáveis reunidas neste trabalho, é possível detalhar ainda mais situação dos municípios gaúchos. Neste sentido, a próxima seção apresenta o resultado da análise fatorial proposta, bem como a caracterização dos clusters formados.

4.2 CONFIGURAÇÃO GERAL DOS CLUSTERS: A POBREZA RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Após o tratamento estatístico dado à base de dados (utilizando as ferramentas já referidas na seção anterior – análise fatorial e análise de cluster) foi identificada, pelo software de análise, a formação de 31 fatores. Esses fatores representam a reunião de todas as variáveis analisadas no banco de dados.

A especificação dos fatores ocorreu a partir da análise das 108 variáveis que foram agrupadas nos 31 fatores, descritos a seguir, com uma explicação de 68,98% das interações³.

Na análise dos fatores verificaremos quais são as variáveis que mais influenciaram na formação de cada um deles. Grande parte das variáveis apresenta uma alta correlação com o primeiro fator identificado. Essa é uma característica do próprio método dos componentes principais que mostra o primeiro fator como aquele que explica, isoladamente, a maior parte da variabilidade dos dados (neste trabalho o primeiro fator explica 14,59% das relações estabelecidas entre as 108 variáveis).

Para a caracterização dos fatores identificados, foram descritas: ou a variável mais influente no fator, ou as variáveis que mais influenciaram no fator (considerando no máximo as 05 – cinco – variáveis mais influentes) com um valor, em módulo, de, no mínimo, 0,4.

Aqueles fatores que apresentam uma correlação significativa, com apenas uma das variáveis do estudo, são descritos a partir da própria variável. Quando o fator foi associado significativamente a mais de uma variável, ele foi descrito através de uma síntese interpretativa. No quadro a seguir, fatores identificados com variáveis já descritas em fatores anteriores foram agrupadas na mesma linha.

³ O Anexo E apresenta a influência de cada variável para a formação dos fatores. Esse dado explicita as correlações entre os fatores e as variáveis originais. Dessa forma, quanto maior a carga fatorial, maior é a correlação da variável com o fator especificado. As correlações negativas estão identificadas entre parênteses (). As variáveis que apresentaram um valor muito baixo de correlação não estão descritos no quadro, são apresentados pelo sinal gráfico hífen (-).

Quadro 21 - Fatores e Variáveis Principais

Fator	Variáveis	Interpretação
1	Valor Adicionado da Agricultura	Fator Agrícola e Previdenciário
	Aposentadoria rural	
	Aposentadoria urbana	
	Lazer	
	Acesso à escola pública	
2	Acesso à automóvel	Fator Educacional e Infra-estrutura
	Alfabetização	
	Acesso ensino médio	
	Acesso à água	
	Acesso à energia elétrica	
3	Existência de alteração no meio ambiente	Fator Ambiental
	Existência de esgoto a céu aberto	
	Existência de desmatamento	
	Existência de vetores de transmissão de doenças	
	Existência de contaminação dos recursos hídricos	
4	Valor Adicionado dos Serviços	Fator Produtivo Não-Agrícola
	Instituições de intermediação financeira	
	Indústrias	
	Valor Adicionado da Indústria	
	Participação nas exportações do RS	
5	Crescimento Populacional	Fator Demográfico
	Valor Adicionado Bruto da Indústria	
	População Feminina	
	População Jovem	
	Participação no VAB Agrícola no RS	
6	Índice de Diversificação	Fator Agrícola
	Estabelecimentos Rurais até 100 ha	
	Estabelecimentos Rurais até 10 ha	
	Índice de Dependência	
7	PIB per capita	Fator Monetário
	Valor Adicionado dos Serviços	
8, 10 e 11	Existência de oportunidade de capacitação profissional Existência de programas de geração de renda	Fator Oportunidade Profissional
9	Despesas administrativas	
12	Despesa judiciária	
13 e 19	Ocorrência de surtos de doenças endêmicas	
14	Redução do estoque pesqueiro	
15	Presença de assentamentos rurais	
16	Mortes associadas a causas externas	
17	Despesas com gestão ambiental	
18	Existência de poluição sonora	
20, 27 e 29	Despesas com organização agrária	
21 e 30	Despesas com relações exteriores	
22	Existência de programas de educação ambiental	
23	Despesa com atividades de trabalho	
24	Despesas com defesa nacional	
25	Redução do estoque pesqueiro	
26	Despesas com habitação	
28	Presença de assentamentos rurais	
31	Despesas com direito e cidadania	

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que cada uma das variáveis analisadas está associada à situação dos direitos ou oportunidades de exercer e expandir as capacidades do cidadão no município de referência, a partir dos fatores, os municípios gaúchos foram agrupados em 06 clusters que buscam a identificar as semelhanças apresentadas entre a estrutura dos intitulentos. A quantidade de grupos foi definida a partir da análise dos resultados obtidos na análise preliminar em relação às possibilidades existentes para a organização dos grupos, disponíveis em relação ao software utilizado (SPSS).

Na tabela a seguir, são apresentadas as características gerais de cada um dos grupos, de acordo com os parâmetros identificados metodologicamente.

É interessante observar que, a partir dos critérios estabelecidos, apenas dois dos grupos – cada um com um município cada - apresentou classificação final igual entre si.

A estruturação da análise dos fatores em 06 clusters resultou na formação de três deles com apenas um município. Conforme se verá a seguir, esses municípios apresentam alguma configuração que os diferenciam dos demais. Por outro lado, o agrupamento dos outros 493 municípios, nos demais clusters, demonstra que há uma homogeneidade significativa em relação às variáveis selecionadas para a identificação dos intitulentos.

Pode-se perceber que parte significativa da população gaúcha reside em municípios considerados rurais que são dinamizados economicamente pelo setor de serviços. Além disso, essa análise geral permite-nos verificar que muitos municípios apresentam carências em relação aos critérios identificados com a pobreza. Em termos de renda municipal per capita a análise evidenciada demonstra que, ainda que grande parte dos municípios possa ser considerado com uma renda satisfatória em comparação com a média estadual, a grande maioria da população localiza-se naqueles municípios que possuem a renda municipal per capita abaixo da média estadual, considerado, aqui, portanto, como renda insatisfatória.

Quadro 22 - Caracterização Geral dos clusters formados pelos municípios gaúchos

Informação no grupo	Cluster						Total RS
	1	2	3	4	5	6	
Quantidade de municípios	1	215	82	196	1	1	496
% População total RS	0,03%	35,04%	2,70%	49,02%	0,03%	13,18%	10.749.595 hab.
% População rural	100%	46,88%	100%	52,81%	100%	0%	45,08%
% Municípios Consumidores	0%	58,14%	59,76%	72,45%	0%	100%	63,91%
% População em municípios com renda satisfatória	100%	30,81%	93,40%	37,00%	100%	100%	13,16%
% Municípios com tendência favorável de desenvolvimento das oportunidades sociais	100%	29,30%	20,73%	35,71%	100%	0,00%	30,65%
Classificação do cluster	Essencialmente Rural Produtor Não-Pobre	Relativamente Rural Produtor Pobre	Essencialmente Rural Produtor Pobre	Relativamente Rural Consumidor Pobre	Essencialmente Rural Produtor Não-Pobre	Essencialmente Urbano Consumidor Pobre	Relativamente Rural Consumidor Pobre
Influência do Fator 1	1,76%	4,21%	8,66%	9,37%	0,89%	7,12%	-
Influência do Fator 2	0,17%	2,35%	0,15%	2,45%	0,06%	0,39%	-
Influência do Fator 3	0,29%	1,51%	3,04%	2,92%	0,22%	7,00%	-
Influência do Fator 4	0,93%	1,32%	3,25%	4,91%	0,65%	18,22%	-
Influência do Fator 5	0,51%	1,20%	1,92%	2,66%	0,24%	2,67%	-
Influência do Fator 6	3,13%	3,80%	9,23%	2,77%	0,31%	5,48%	-
Influência do Fator 7	0,31%	3,85%	2,23%	1,86%	1,30%	8,27%	-
Influência do Fator 8	5,42%	0,49%	9,62%	6,08%	0,80%	1,16%	-
Influência do Fator 9	0,93%	7,10%	1,61%	5,96%	3,73%	3,46%	-
Influência do Fator 10	5,65%	0,90%	3,24%	2,58%	1,81%	8,57%	-
Influência do Fator 11	0,66%	2,01%	0,84%	1,23%	1,44%	1,03%	-
Influência do Fator 12	0,39%	1,66%	3,86%	3,66%	1,73%	4,58%	-
Influência do Fator 13	1,52%	4,86%	0,89%	5,09%	6,91%	4,05%	-
Influência do Fator 14	3,45%	5,46%	3,17%	3,17%	1,92%	1,98%	-
Influência do Fator 15	2,21%	2,60%	1,54%	3,64%	0,77%	2,08%	-
Influência do Fator 16	0,66%	2,79%	5,46%	0,97%	1,71%	1,08%	-
Influência do Fator 17	1,96%	6,44%	8,13%	1,77%	2,05%	3,08%	-
Influência do Fator 18	4,84%	0,74%	3,87%	1,25%	1,68%	0,05%	-
Influência do Fator 19	1,90%	1,21%	0,82%	1,40%	5,40%	2,94%	-
Influência do Fator 20	2,89%	5,26%	2,34%	4,85%	9,99%	1,63%	-
Influência do Fator 21	11,93%	5,03%	0,32%	4,35%	2,24%	3,30%	-
Influência do Fator 22	3,69%	1,74%	4,99%	0,76%	4,62%	0,82%	-
Influência do Fator 23	5,16%	3,42%	2,50%	2,13%	8,47%	0,61%	-
Influência do Fator 24	7,18%	3,06%	2,99%	1,62%	0,36%	0,95%	-
Influência do Fator 25	3,52%	6,12%	0,64%	5,45%	2,03%	1,73%	-
Influência do Fator 26	5,40%	5,40%	0,33%	4,54%	0,63%	2,41%	-
Influência do Fator 27	0,40%	2,28%	3,65%	0,84%	8,97%	0,71%	-
Influência do Fator 28	2,85%	4,59%	0,22%	4,52%	5,15%	1,43%	-
Influência do Fator 29	3,78%	4,46%	7,47%	0,87%	10,96%	0,24%	-
Influência do Fator 30	15,06%	2,72%	0,64%	4,11%	4,23%	2,64%	-
Influência do Fator 31	1,44%	1,43%	2,38%	2,19%	8,73%	0,31%	-
Σ	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Em termos geográficos, os grupos apresentam uma dispersão bastante interessante, veja-se, por exemplo, o grupo identificado como relativamente rural produtor pobre (cluster

02), que não está localizado numa região específica do Rio Grande do Sul. Os grupos identificados configuraram o seguinte mapeamento do estado gaúcho.

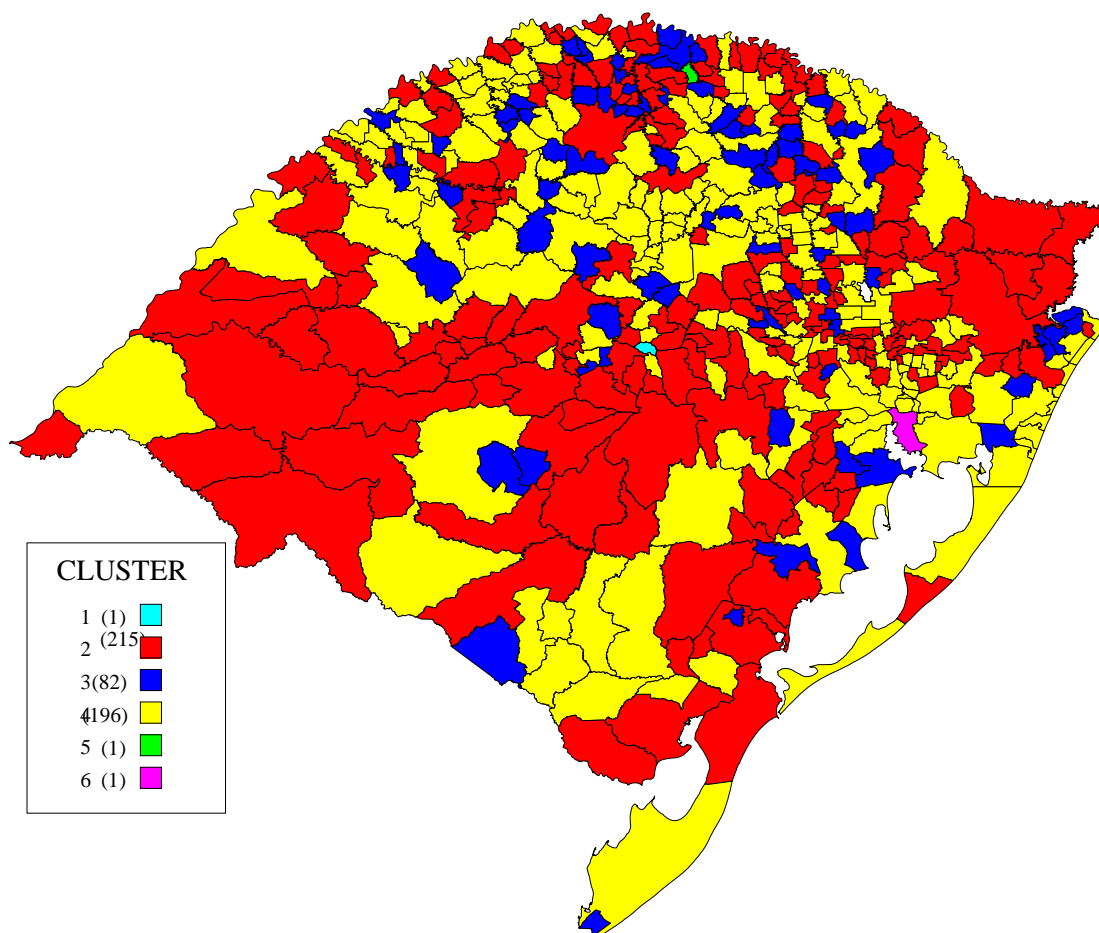


Figura 1 - Distribuição dos clusters no Rio Grande do Sul

Os principais grupos identificados (azul, vermelho e amarelo), a partir das similaridades apresentadas pelas variáveis associadas aos intitamentos selecionados, estão distribuídos por todo o estado gaúcho. A utilização de uma base de dados com esse grande número de variáveis, que busca contemplar e reunir diversas dimensões da realidade social, apresentou um resultado bastante diferente daquele identificado em estudos anteriores, que eram constituídos a partir de um número mais reduzido de variáveis e que observavam um foco definido de estudo (por exemplo, produção agrícola, estrutura fundiária, Índices de

Desenvolvimento Humano). A reunião dos municípios, a partir das similaridades em relação aos intitulamentos, evidencia-nos uma realidade mais complexa em termos de análise.

As próximas seções são dedicadas à análise de cada um dos grupos formados, bem como à análise dos subgrupos identificados nos três clusters que reuniram a grande maioria dos municípios gaúchos.

O estudo dos grupos formados, além de servir como uma forma de visualizar mais detalhadamente as situações sociais, abre a possibilidade de identificar possíveis fatores fundamentais para a focalização dos esforços públicos em relação a políticas municipais e estaduais para um aumento das oportunidades disponibilizadas aos cidadãos.

4.2.1 GRUPOS DE UM MUNICÍPIO - CLUSTERS nº 1, nº 5 e nº 6

A partir do mapa anterior, é possível perceber que os três municípios isolados pela análise de cluster não apresentam relações geográficas entre si. Dois deles são compostos por municípios identificados como essencialmente rural produtor e não-pobre. O terceiro município componente é Porto Alegre, que como já era esperado, compõem um grupo específico. O anexo F detalha as condições de classificação destes clusters, bem como de todos os demais.

Observe-se que os únicos clusters não-pobres identificados no trabalho foram os de número 01 e 05. Ou seja, ainda que 174 municípios em todo o estado tenham sido identificados como não-pobres, em termos de agregação para análise dos clusters, não houve, entre os grupos representativos, nenhum que pudesse ser caracterizado como não-pobre. Não houve situação em que as similaridades entre a configuração dos intitulamentos municipais identificassem e reunissem municípios com uma renda municipal acima da média do estado e com oportunidades sociais ampliadas, no período analisado, para saúde e educação, em termos de infra-estrutura. Isso significar que o Rio Grande do Sul tem caracterizadas, em relação aos intitulamentos identificados pelas variáveis selecionadas, situações associadas à pobreza – em termos de renda municipal e de carência de oportunidades sociais. Aqueles municípios identificados como não-pobres não evidenciaram, na base de dados formada, similaridades suficientes para formarem um grupo de municípios não-pobre no estado gaúcho.

O cluster nº 1 é formado pelo município de Lagoa Bonita do Sul, localizado bem no centro do estado. O fato de apresentar uma densidade demográfica baixa, bem como uma

pequena população, caracterizou-o como rural. O município depende, em termos de atividade produtiva, essencialmente de seu principal produto: o fumo (85% da produção 2004 – GRAEBIN & WAQUIL, 2006). Tradicionalmente, o fumo, sem considerar as conseqüências para a saúde dos produtores e de sua família, gera uma renda acima daquela obtida por agricultores dedicados a outras culturas. Dessa forma, o município obtém uma renda municipal per capita satisfatória. Quanto às oportunidades sociais, foi verificada uma variação positiva em termos de educação no município. Configurada a situação de renda satisfatória e de uma tendência positiva em relação às oportunidades sociais, o município foi identificado como não-pobre.

Em relação aos intituleamentos, ele se diferenciou essencialmente devido à estrutura de gastos. O fator gerador dessa diferenciação foi a identificação de despesa relacionada com Relações Exteriores, enquanto nos demais municípios a variável apresentou-se irrelevante – fatores 21 e 30. O município apresenta ainda programa de educação ambiental, que identifica variável integrante do fator 21.

Ainda em relação à estrutura de despesas municipais, o percentual de despesa está acima da média do estado, em relação à Ciência e Tecnologia – componente do fator 24. Uma condição importante configurada como inexistente no município na base de dados é o acesso asfáltico.

Quadro 23 - Variáveis e intituleamentos mais influentes no cluster 1

Nº Variável	%	Tipo de entituleamento
62 DES_REL	7,02	Administrativo
71 DES_HAB	4,02	Infra-estrutura
56 DES_LEG	2,61	Administrativo
97 LIXO	2,24	Infra-estrutura
89 OBT_RE	2,09	Saúde
68 DES_CUL	2,05	Educação
106 LEITOSP1	1,93	Saúde
49 EDCAMB	1,87	Ambiental
72 DES_SAN	1,86	Infra-Estrutura
87 SOBREV	1,80	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

Na formação do cluster 1, as variáveis mais influentes estão associadas aos intituleamentos administrativos e de infra-estrutura, conforme está identificado na tabela anterior. O município apresentou também variáveis influentes em relação aos de Oportunidades Sociais, relacionados à Saúde e Educação, que evidenciam a condição não-

pobre do cluster. Lagoa Bonita do Sul não apresenta nenhuma das alterações ambientais componentes da base de dados. Em relação às variáveis ambientais, o município apresenta programa de educação ambiental, uma variável importante para a configuração do cluster.

O outro grupo identificado como essencialmente rural produtor não-pobre é composto pelo município de Entre Rios do Sul. Ele localiza-se ao norte do estado e se diferencia pela estrutura de despesa municipal, tendo como atividade produtiva principal a produção industrial. A ruralidade identificada no município está associada ao fator de paisagem, que considera a baixa densidade demográfica municipal, bem como a quantidade de habitantes. Ainda que a análise da atividade produtiva, associada à produção industrial do município, possa levar a um questionamento em relação a esta classificação, a análise dos fatores e dos intitamentos associados à condição municipal evidencia os aspectos rurais presentes no modo de vida municipal.

Os fatores mais influentes na formação desse grupo, ou melhor dizendo, responsável pelo isolamento do município em um cluster distinto, são o 20, o 27 e o 29, todos associados à despesa municipal com organização agrária.

Em relação aos intitamentos, pode-se verificar que há uma diversidade interessante. Aqueles mais presentes no município estão associados às oportunidades sociais e ligados a variáveis que evidenciam a despesa municipal com as áreas de atendimento à população. Mesmo o intitamento classificado como produtivo, está associado à influência de uma variável de despesa municipal, que reflete também a atividade produtiva importante do município.

Quadro 24 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 5

Nº Variável	%	Tipo de intitamento
76 DES_ORA	6,78	Infra-Estrutura
66 DES_TR	3,76	Empregabilidade
77 DES_IND	3,36	Produtivo
68 DES_CUL	2,29	Educação
72 DES_SAN	2,05	Infra-Estrutura
89 OBT_RE	1,68	Saúde
51 DEG_PROT	1,58	Ambiental
71 DES_HAB	1,51	Infra-Estrutura
84 DES_REC	1,43	Administrativo
67 DES_EDU	1,32	Educação

Fonte: Elaborado pela autora.

O terceiro grupo formado por apenas um município é aquele integrado pela capital, Porto Alegre. Devido às características do município, em vários estudos ele acaba isolado

num grupo. Neste trabalho, ele é o único cluster essencialmente urbano consumidor pobre. Há, por exemplo, uma diversidade produtiva única. Esta realidade se reflete também nas variáveis que configuram os tipos de intitamentos mais importantes neste grupo, associados aos produtivos e de infra-estrutura, prioritariamente.

O fator mais influente para a formação deste grupo foi o nº 4 – fator produtivo não-agrícola. Outros fatores influentes foram o nº 10, associado às oportunidades de capacitação profissional, e o nº 07 – fator monetário.

A classificação de pobre decorreu pela redução das oportunidades sociais – na saúde e na educação – durante o período considerado. Em termos de saúde, no período analisado (1997 até 2003) houve o fechamento de 04 (quatro) hospitais na capital gaúcha e, em termos de educação (entre 2001 e 2006) foram fechadas 09 (nove) escolas de ensino fundamental.

Quadro 25 - Variáveis e intitamentos mais influentes no cluster 6

Nº Variável	%	Tipo de intitamento	
14	INTFINA	3,55	Produtivo
11	VABRS_S	3,38	Produtivo
10	VABRS_I	2,68	Produtivo
85	EXPORT	2,56	Produtivo
12	INDUS	2,49	Produtivo
104	EST_100	1,96	Infra-estrutura
103	EST_10	1,83	Infra-estrutura
1	DENSD	1,80	Demográfico
65	DES_SAU	1,76	Saúde
59	DES_ADM	1,64	Administrativo

Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.2 CLUSTER Nº 2: RELATIVAMENTE RURAL PRODUTOR POBRE

O cluster nº 2 agrupou 215 (duzentos e quinze) municípios gaúchos e representa o maior grupo formado, a partir da base de dados utilizada neste trabalho. Os municípios são bastante diversos geograficamente no estado. Além disso, parece que sua caracterização não está relacionada ao tamanho dos municípios, visto o grupo conter tanto municípios extensos como pequenos.

Entre os fatores que mais influenciaram a composição deste grupo podemos destacar o de nº 9, associado às despesas administrativas. Essa variável foi a mais influente e, entre os grupos formados, é a que apresenta a maior média do estado. O fator nº 17, que indica a

despesa com gestão ambiental, também foi importante para a formação do cluster, em especial, como se verá em seguida, para a formação do subcluster 2.3.

Os fatores 25 e 14, associados à redução do estoque pesqueiro (ALTAMB 17) também compuseram a configuração deste grupo, em especial pela presença de duas cidades: Pelotas e São Lourenço do Sul.

Os intitulamentos associados à formação do cluster referem-se a diversos tipos de oportunidades sociais (infra-estrutura, empregabilidade e educação) e à configuração de despesa municipal associada aos setores produtivos (indústria e comércio e serviços).

Quadro 26 - Variáveis e intitulamentos mais influentes no cluster 2

Nº Variável		%	Tipo de intitulamento
59	DES_ADM	3,40%	Administrativo
71	DES_HAB	3,38%	Infra-Estrutura
46	ALTAMB17	3,17%	Ambiental
23	CAP_PROF	2,85%	Empregabilidade
74	DES_CIT	2,65%	Educação
77	DES_IND	2,37%	Produtivo
78	DES_COS	2,37%	Produtivo
105	ASSENT	2,36%	Infra-Estrutura
22	GER_REN	2,24%	Empregabilidade
63	DES_ASS	2,23%	Infra-Estrutura

Fonte: Elaborado pela autora.

No sentido de compreender detalhadamente o comportamento das variáveis e dos tipos de intitulamentos no subgrupo 2, foram formados 05 (cinco) subgrupos. A exemplo do que ocorreu com o conjunto total dos municípios gaúchos, no cluster nº 2 houve a formação de 03 (três) subclusters, assim compostos: dois por um município e outro por dois municípios.

A tabela a seguir apresenta a classificação de cada subgrupo em relação à ruralidade e à pobreza.

Quadro 27 - Classificação do cluster e subclusters

Cluster e subcluster	Classificação	Quant. de municípios
2.1	Essencialmente Rural Produtor Pobre	1
2.2	Essencialmente Rural Consumidor Não-Pobre	1
2.3	Essencialmente Rural Produtor Pobre	2
2.4	Relativamente Rural Consumidor Pobre	28
2.5	Essencialmente Rural Produtor Pobre	183
2	Relativamente Rural Produtor Pobre	215

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a figura a seguir, é possível perceber que os quatro municípios isolados localizam-se no norte do estado e os demais estão presentes em todo o estado.

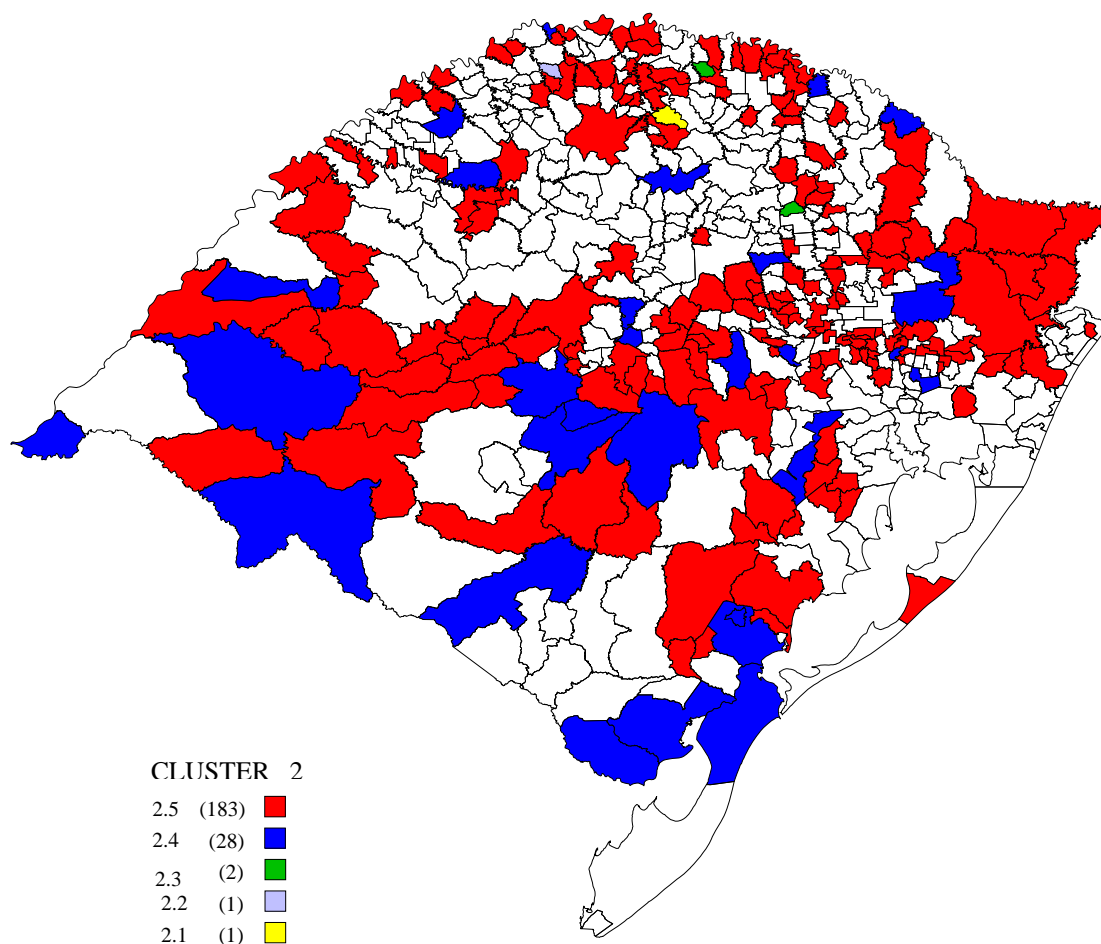


Figura 2 - Distribuição dos subcluster referente ao cluster número 02

O cluster 2.1 é formado pelo município de Rondinha e as variáveis mais influentes na composição do cluster estão associadas a intitulentos de Oportunidades Sociais em relação à área da Saúde. A variável referente ao tipo ambiental, mais influente na formação do grupo, também tem relação com a área da Saúde, uma vez que identifica a ocorrência de doenças endêmicas no município – que também caracterizam os fatores 13 e 19.

Quadro 28 - Variáveis e intitulos mais influentes no subcluster 2.1

Nº Variável		%	Tipo de intitulum
38	ALTAMB09	5,57	Ambiental
80	DES_ENE	3,01	Administrativo
106	LEITOSP1	2,31	Saúde
22	GER_REN	2,29	Empregabilidade
68	DES_CUL	2,26	Educação
65	DES_SAU	2,20	Saúde
88	OBT_INF	2,09	Saúde
48	ALTAMB19	1,99	Ambiental
1	DENSD	1,85	Demográfico
90	OBT_EX	1,70	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

O segundo grupo do cluster 2 é composto pelo município de Miraguá e tem, entre as variáveis mais influentes para a formação do grupo, intitulos relacionados à infraestrutura. Destaca-se no município a informação referente a despesas com defesa – fator 24. Além dos intitulos relacionados às oportunidades sociais, o subcluster apresentou influência do índice de dependência dos dois principais produtos agrícolas do município (milho e soja).

Quadro 29 - Variáveis e intitulos mais influentes no subcluster 2.2

Nº Variável		%	Tipo de intitulum
60	DES_DEF	5,51	Administrativo
97	LIXO	2,61	Infra-estrutura
81	DES_TRA	2,21	Administrativo
87	SOBREV	1,96	Saúde
70	DES_URB	1,80	Infra-estrutura
26	CONS_TUT	1,46	Segurança
106	LEITOSP1	1,40	Saúde
59	DES_ADM	1,40	Administrativo
91	ENSFUND	1,28	Educação
54	DP2	1,22	Produtivo

Fonte: Elaborado pela autora.

No subcluster formado por dois municípios – Benjamin Constant do Sul e Santo Antônio do Palma – houve influência de dois fatores associados à capacitação profissional, bem como da variável específica referente a esta configuração. A variável mais influente no grupo foi referente às despesas municipais com indústrias. Ambos os municípios

apresentaram esse tipo de despesa, e o município de Santo Antônio do Palma foi o que apresentou o valor máximo no estado para esta variável.

Quadro 30 - Variáveis e intitulos mais influentes no subcluster 2.3

Nº Variável		%	Tipo de intitulo
77	DES_IND	4,03	Produtivo
90	OBT_EX	2,83	Saúde
26	CONS_TUT	2,59	Segurança
23	CAP_PROF	2,59	Empregabilidade
89	OBT_RE	2,57	Saúde
71	DES_HAB	2,51	Infra-estrutura
22	GER_REN	2,28	Empregabilidade
106	LEITOSP1	2,05	Saúde
91	ENSFUND	1,97	Educação
88	OBT_INF	1,90	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

O subcluster 4 reuniu 28 (vinte e oito) municípios componentes do cluster 2. Neste grupo, estão reunidos os municípios com maior população. Todos que possuem mais de 100.000 habitantes do cluster 2 estão presentes neste subcluster (Bagé, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz do Sul e Santa Maria). Devido ao contingente populacional e às características de densidade demográfica o subgrupo foi identificado como relativamente rural.

Entre as variáveis, aquelas que mais influenciaram foram às referentes aos intitulos ambientais. Das 10 (dez) variáveis mais influentes, 05 (cinco) estão relacionadas a este tipo de intitulo: ocorrência de deslizamentos de encostas, contaminação de nascentes, existência de poluição do ar e de outras alterações ambientais. Em termos de análise das variáveis isoladamente, este grupo, relativamente pequeno em relação à quantidade de municípios, apresenta todas as alterações ambientais que constam na base de dados. Por outro lado, como variável influente, existe a preocupação na discussão da Agenda Ambiental. Esse subgrupo apresenta as maiores médias de ocorrência das alterações ambientais descritas do estado. Neste sentido, é uma necessidade importante, em relação à configuração dos intitulos disponíveis, a reflexão e o combate às alterações que estão submetendo os moradores a uma redução em relação às oportunidades ambientais (viver em ambiente não poluído, por exemplo).

Neste grupo encontra-se o município com maiores estabelecimentos rurais do estado, em extensão. Isso se verifica com a informação de que a variável referente aos

estabelecimentos rurais, até 100 hectares, tem o menor percentual municipal do Rio Grande do Sul, em Barra do Quaraí (29,93%), ou seja, os demais estabelecimentos rurais (70,07%) são maiores.

Outras duas informações referentes aos municípios integrantes deste grupo são importantes. Neste subcluster está o município com maior participação nas exportações gaúchas – Rio Grande. Certamente, essa situação configura-se devido à presença do principal porto marítimo, por onde é enviada a produção gaúcha para o resto do mundo. Em relação aos intitamentos das Oportunidades Sociais, na área de Educação, está presente, também neste subgrupo, o município com maior percentual de despesa na área de Ciência e Tecnologia no Estado – o município de Carazinho.

Quadro 31 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.4

Nº Variável	%	Tipo de intitamento
48 ALTAMB19	3,25	Ambiental
57 DES_JUD	3,03	Administrativo
69 DES_DIR	2,83	Administrativo
34 ALTAMB05	2,54	Ambiental
50 AGE21	2,33	Ambiental
27 GUARDA	2,29	Segurança
17 GERATV	2,13	Infra-estrutura
77 DES_IND	1,94	Produtivo
31 ALTAMB02	1,93	Ambiental
40 ALTAMB11	1,90	Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

O subcluster 5 foi o que reuniu a maior quantidade de municípios nos grupos, e, conseqüentemente, no cluster 2. Neste grupo estão reunidos 183 municípios gaúchos, espalhados por todo o estado.

O principal aspecto em relação à formação dos fatores mais influentes para este subcluster foi a presença das variáveis agrícolas. Dois dos fatores mais influentes, o nº 1 (fator agrícola e previdenciário) e o nº 6 (fator agrícola) são caracterizados por aspectos relacionados com a produção do setor primário e com a previdência rural.

A análise das cargas fatoriais, em relação aos fatores mais influentes e às variáveis relacionadas aos intitamentos produtivos, indica que esse subgrupo caracteriza-se pela dependência produtiva dos municípios em relação aos seus dois principais produtos

agropecuários (em média, 66% da produção). Essa é a maior média entre os clusters e subclusters classificados como essencialmente rurais e com mais de um município⁴.

Outra característica interessante é que em relação à classificação da Tendência das Oportunidades Sociais, identificada como Favorável, a grande maioria das variações positivas está associada à Educação.

As variáveis que mais influenciaram na formação do grupo estão associadas a vários tipos de intitamentos. Em relação aos ambientais, o subgrupo identificou a presença de todas as alterações ambientais especificadas, bem como 54,10% dos municípios com presença de programas de educação ambiental e 9,30% com trabalho relativo ao processo de constituição da Agenda 21.

Quadro 32 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 2.5

Nº Variável		%	Tipo de intitamento
59	DES_ADM	2,51	Administrativo
63	DES_ASS	2,50	Assistência Social
56	DES_LEG	2,33	Administrativo
34	ALTAMB05	2,23	Ambiental
55	DV4	2,15	Produtivo
71	DES_HAB	1,88	Infra-estrutura
69	DES_DIR	1,88	Assistência Social
54	DP2	1,87	Produtivo
78	DES_COS	1,82	Produtivo
65	DES_SAU	1,82	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

A variável que mais influenciou na formação do subcluster está associada ao tipo de intitamento administrativo. O município com o maior percentual de despesas municipais administrativas está presente neste subgrupo – Bom Jesus.

Outros dois tipos de despesas que aparecem como variáveis importantes são os percentuais de despesa com Assistência Social e o de despesa com Direitos da Cidadania.

4.2.3 CLUSTER Nº 3: ESSENCIALMENTE RURAL PRODUTOR POBRE

O terceiro grupo identificado no Rio Grande do Sul, a partir do trabalho desenvolvido, foi classificado como essencialmente rural produtor pobre e abrange 82 municípios,

⁴ Conforme se verá em seguida, há uma *subcluster* no *cluster* 3 que apresenta uma média de 93% para o Índice de Dependência dos dois principais produtos agropecuários, entretanto, esse subgrupo é formado por apenas um município – Santa Margarida do Sul.

espalhados por todo o estado. Assim como no caso do grupo anterior, o cluster 3 foi dividido em 5 subclusters. Dois dos subcluster foram formados por apenas um município.

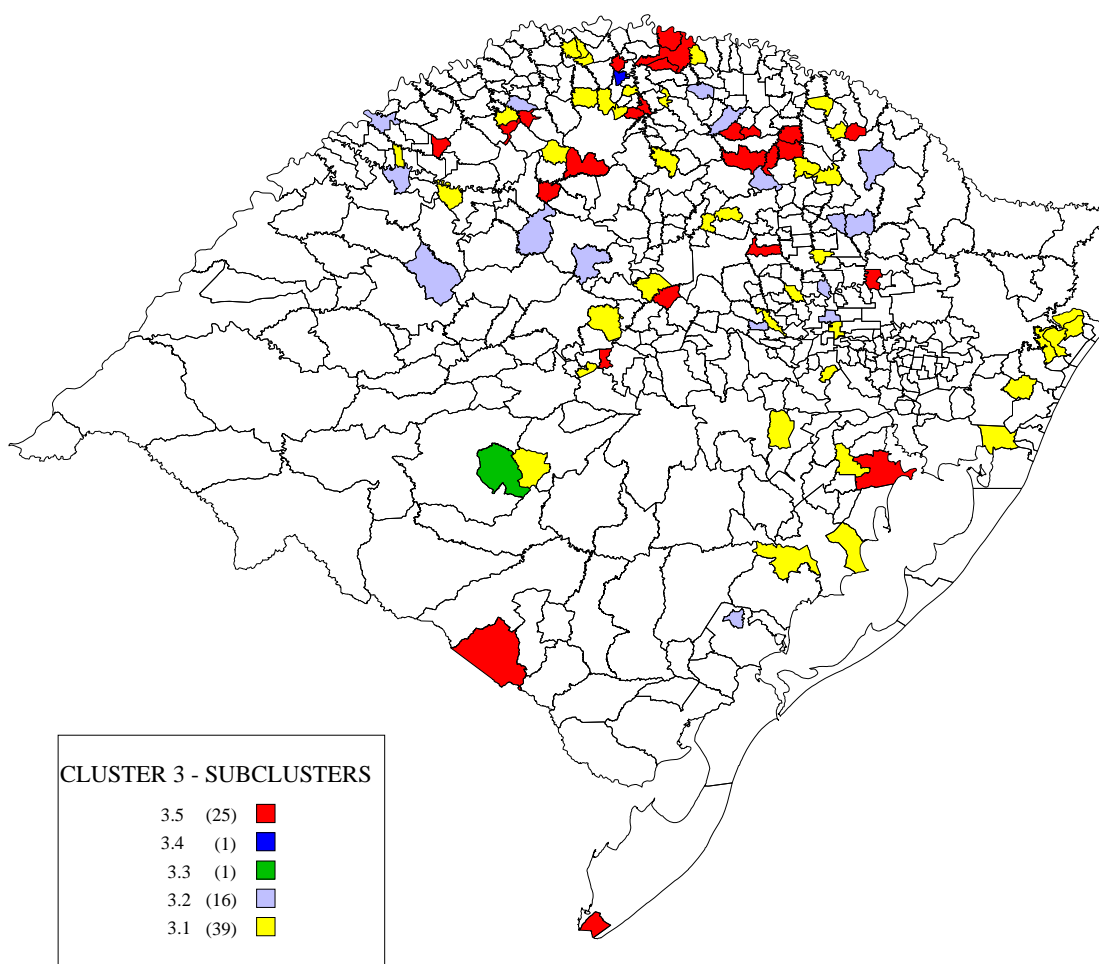


Figura 3 - Distribuição dos subclusters referentes ao cluster número 03

Os fatores mais influentes na formação deste grupo relacionam-se ao fator nº 8 (fator oportunidade profissional) e da produção agrícola – fator nº 1 (fator agrícola e previdenciário), fator nº 6 (fator agrícola).

Considerando o aspecto previdenciário, é importante salientar que esse grupo apresenta a maior média em relação à participação da aposentadoria do tipo rural em relação ao total de benefícios concedidos (69,68%) entre os clusters (com exceção dos clusters 1 e 5 que totalizam a informação de 2 (dois) municípios). Essa situação identifica-se integralmente com a situação do grupo como essencialmente rural produtor.

Entre as variáveis mais influentes destacam-se a ocorrência de deslizamento em encostas e o percentual de despesas municipais aplicadas em gestão ambiental. Em relação aos intitulos de assistência social, verifica-se que mais da metade dos municípios apresentam programas de geração de renda (54,87%) e de capacitação profissional (66,80%). Essa realidade reflete-se na influência das variáveis de despesas municipais relacionadas à Assistência Social e de Direitos da Cidadania.

Entre os municípios componentes deste cluster, não há presença de nenhuma instituição de ensino superior. Ou seja, uma das características deste grupo é não oportunizar aos seus moradores o acesso ao ensino superior. Esta etapa da educação formal precisa, necessariamente, ser realizada em outro município.

Quadro 33 - Variáveis e intitulos mais influentes no cluster 3

Nº Variável		%	Tipo de intitulo
34	ALTAMB05	2,32	Ambiental
73	DES_GAM	2,26	Ambiental
56	DES_LEG	2,16	Administrativo
69	DES_DIR	2,15	Assistência Social
63	DES_ASS	2,03	Assistência Social
55	DV4	2,01	Produtivo
103	EST_10	1,98	Infra-Estrutura
26	CONS_TUT	1,92	Segurança
106	LEITOSP1	1,88	Saúde
54	DP2	1,79	Produtivo

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela a seguir apresenta a classificação de cada um dos subclusters identificado no cluster 3.

Quadro 34 - Classificação do cluster e dos subclusters

Cluster e subcluster	Classificação	Quant. de municípios
3.1	Essencialmente Rural Consumidor Pobre	39
3.2	Essencialmente Rural Produtor Pobre	16
3.3	Essencialmente Rural Produtor Não-Pobre	1
3.4	Essencialmente Rural Produtor Não-Pobre	1
3.5	Essencialmente Rural Produtor Pobre	25
3	Essencialmente Rural Produtor Pobre	82

Fonte: Elaborado pela autora.

O subcluster 3.1 é formado por 39 (trinta e nove) municípios, todos são classificados pela TEH como municípios rurais.

Os fatores que compuseram esse subcluster estão associados aos aspectos agrícolas – fatores nº 1 e nº6 – e à oportunidade de capacitação profissional – fatores nº 8 e nº 10.

Assim como a variável de percentual de despesas municipais com habitação, o fator associado a esta variável está entre os mais influentes neste subcluster.

Com exceção da variável referente às despesas municipais com gestão ambiental, todas as demais variáveis influentes neste subgrupo estão associadas aos diversos tipos de Oportunidades Sociais representadas. Cerca de 31,00% dos municípios possuem acesso asfáltico, um valor bastante pequeno quando comparado ao percentual de municípios com acesso asfáltico no Rio Grande do Sul (67,14% - 333 municípios).

Da mesma forma, a variável que identifica a presença de bibliotecas e museus nos municípios, presente em 79,00% no total de municípios gaúchos, aparece como influente na configuração do subcluster pela pouca presença desse aspecto da infra-estrutura (existe em apenas 41,00% dos municípios deste subcluster).

A influência das variáveis de capacitação profissional e o percentual de despesas municipais com trabalho evidenciam que há um investimento menor do que a média estadual nesse tipo de programa. Em todo o estado, 66,94% dos municípios têm programas de capacitação profissional, o subcluster apresenta 48,72% com esse tipo de programa.

Quadro 35 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.1

Nº Variável	%	Tipo de intitamento	
71	DES_HAB	2,45	Infra-estrutura
23	CAP_PROF	2,21	Empregabilidade
63	DES_ASS	2,19	Assistência Social
103	EST_10	2,06	Infra-estrutura
66	DES_TR	1,92	Empregabilidade
106	LEITOSP1	1,90	Saúde
13	ASFALT	1,89	Infra-estrutura
88	OBT_INF	1,88	Saúde
73	DES_GAM	1,84	Ambiental
20	BIBMUS	1,83	Infra-estrutura

Fonte: Elaborado pela autora

O segundo subgrupo formado no cluster 3 foi identificado como essencialmente rural produtor pobre e é composto por 16 (dezesseis) municípios.

É interessante observar que a classificação do grupo como pobre está associada às oportunidades sociais, que apresentaram tendência desfavorável na maioria dos municípios. Em relação à renda, nenhum deles apresenta a condição de renda municipal per capita insatisfatória.

Entre os fatores que mais influenciaram na formação deste grupo estão o fator agrícola (nº 6), devido a alta dependência dos municípios em relação aos seus dois principais produtos, e o fator nº 8 referente à oportunidade profissional. Esta segunda questão, entretanto, apresenta-se como uma das mais influentes neste grupo devido a sua baixa presença (o que não ocorre nos demais subclusters do cluster número 3), apenas 12,50 % dos municípios apresentam programa de capacitação profissional.

Dos 16 (dezesesseis) municípios que compõem o subgrupo, apenas 1 (um) possui acesso asfáltico.

As duas próximas tabelas apresentam as variáveis e intitamentos que mais influenciaram a formação deste subgrupo, bem como a composição dele.

Quadro 36 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.2

Nº Variável	%	Tipo de intitamento
56 DES_LEG	2,30	Administrativo
71 DES_HAB	2,19	Infra-estrutura
55 DV4	2,18	Produtivo
81 DES_TRA	2,07	Empregabilidade
23 CAP_PROF	2,06	Empregabilidade
54 DP2	1,99	Produtivo
22 GER_REN	1,98	Empregabilidade
59 DES_ADM	1,96	Administrativo
106 LEITOSP1	1,91	Saúde
104 EST_100	1,85	Infra-estrutura

Fonte: Elaborado pela autora

Os subclusters 3.3 e 3.4 são formados por um município cada um e apresentam as duas maiores médias para o coeficiente de Gini, entre os grupos e subgrupos formados no Rio Grande do Sul (0,61 e 0,68, respectivamente).

O subcluster 3.3 foi classificado como essencialmente rural produtor não-pobre. Ele é formado pelo município de Santa Margarida do Sul. A caracterização do município, como um subgrupo, está relacionada à distribuição percentual das despesas municipais, que representam as dez variáveis mais influentes. Quatro destas variáveis estão associadas aos intitamentos administrativos.

A despesa com Saúde é a mais significativa no orçamento municipal correspondendo a 28,00% to total de despesa.

A análise das variáveis apresenta que o município com propriedades rurais maiores do que a média do Estado e uma média de apenas 11,67% de benefícios rurais, aspectos que contribuíram para que o município formasse um subcluster de forma isolada dentro do grupo.

Quadro 37 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 3.3

Nº Variável		%	Tipo de intitamento
58	DES_EJU	4,66	Administrativo
59	DES_ADM	3,26	Administrativo
63	DES_ASS	3,00	Assistência Social
56	DES_LEG	2,44	Administrativo
84	DES_REC	2,31	Administrativo
81	DES_TRA	2,12	Empregabilidade
71	DES_HAB	2,09	Infra-estrutura
77	DES_IND	2,04	Produtivo
65	DES_SAU	1,93	Saúde
70	DES_URB	1,84	Infra-estrutura

Fonte: Elaborado pela autora.

O subcluster 3.4 é formado pelo município de Pinhal, localizado no norte gaúcho. Ao contrário do subgrupo anterior, que possui propriedades rurais maiores do que a média estadual, o município possui 41,50% das propriedades rurais com até 10 hectares (a média estadual é de 34,01%).

Assim como no subgrupo anterior, os 5 (cinco) fatores mais influentes para a formação deste subcluster estão associados a configuração das despesas municipais, entretanto, em aspectos diversos. Neste subgrupo são evidenciados intitamentos relacionados às oportunidades sociais, sem a presença de nenhuma variável do grupo de intitamentos administrativos entre as mais influentes.

Em termos de produção municipal, Pinhal apresenta uma participação de 35,00% de VAB Industrial. Essa média é a maior dentro do cluster 3 e apresenta-se bem acima da média do município componentes deste grupo. (8,00%), sendo esses um dos fatores responsáveis pelo isolamento do município no subcluster 3.4.

Quadro 38 - Variáveis e intitulos mais influentes no subcluster 3.4

Nº Variável	%	Tipo de intitulo	
74	DES_CIT	5,68	Educação
71	DES_HAB	3,84	Infra-estrutura
68	DES_CUL	3,81	Educação
73	DES_GAM	3,16	Ambiental
63	DES_ASS	3,15	Assistência Social
88	OBT_INF	2,60	Saúde
81	DES_TRA	2,51	Empregabilidade
77	DES_IND	2,42	Produtivo
70	DES_URB	2,31	Infra-estrutura
89	OBT_RE	2,18	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora

O subcluster 3.5 é composto por 25 municípios e foi classificado como essencialmente rural produtor pobre. Nenhum município deste grupo apresentou variação das condições associadas à saúde.

Assim como nos subgrupos anteriores, os fatores mais influentes na formação deste subcluster estão relacionados à configuração das despesas municipais (fatores nº 26, nº 17, nº 27 e nº 9) e com o fator agrícola e previdenciário (nº1).

A maioria das variáveis influentes para a formação deste grupo está associada a intitulos de oportunidades sociais. As despesas municipais com saneamento e habitação, que configuram entre as variáveis mais influentes, evidenciam o esforço na tentativa de melhorar a qualidade de vida dos moradores dos municípios.

Quadro 39 - Variáveis e intitulos mais influentes no subcluster 3.5

Nº Variável	%	Tipo de intitulo	
71	DES_HAB	4,93	Infra-estrutura
88	OBT_INF	3,81	Saúde
73	DES_GAM	3,31	Ambiental
63	DES_ASS	3,03	Assistência Social
74	DES_CIT	2,95	Educação
61	DES_SEG	2,90	Segurança
66	DES_TR	2,43	Empregabilidade
72	DES_SAN	2,27	Infra-estrutura
83	DES_EN	2,09	Administrativo
65	DES_SAU	2,08	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora

A importância do percentual de despesa municipal nos intitulos correspondentes às oportunidades sociais selecionadas apresenta-se na análise das médias das variáveis isoladamente. Esse subcluster apresenta as menores médias para os três níveis educacionais (ensino fundamental, médio e superior) do cluster 3, bem como a menor média em relação à sobrevivência.

Em relação a este subgrupo, convém salientar, ainda, que todos os municípios foram classificados como rural.

4.2.4 CLUSTER Nº 4: RELATIVAMENTE RURAL CONSUMIDOR POBRE

O cluster nº 4 é composto por 196 municípios também distribuídos por todo o estado gaúcho. Assim como os dois grupos anteriores, esse cluster foi dividido em 05 (cinco) subclusters.

A figura a seguir identifica a localização dos municípios integrantes do cluster nº 4.

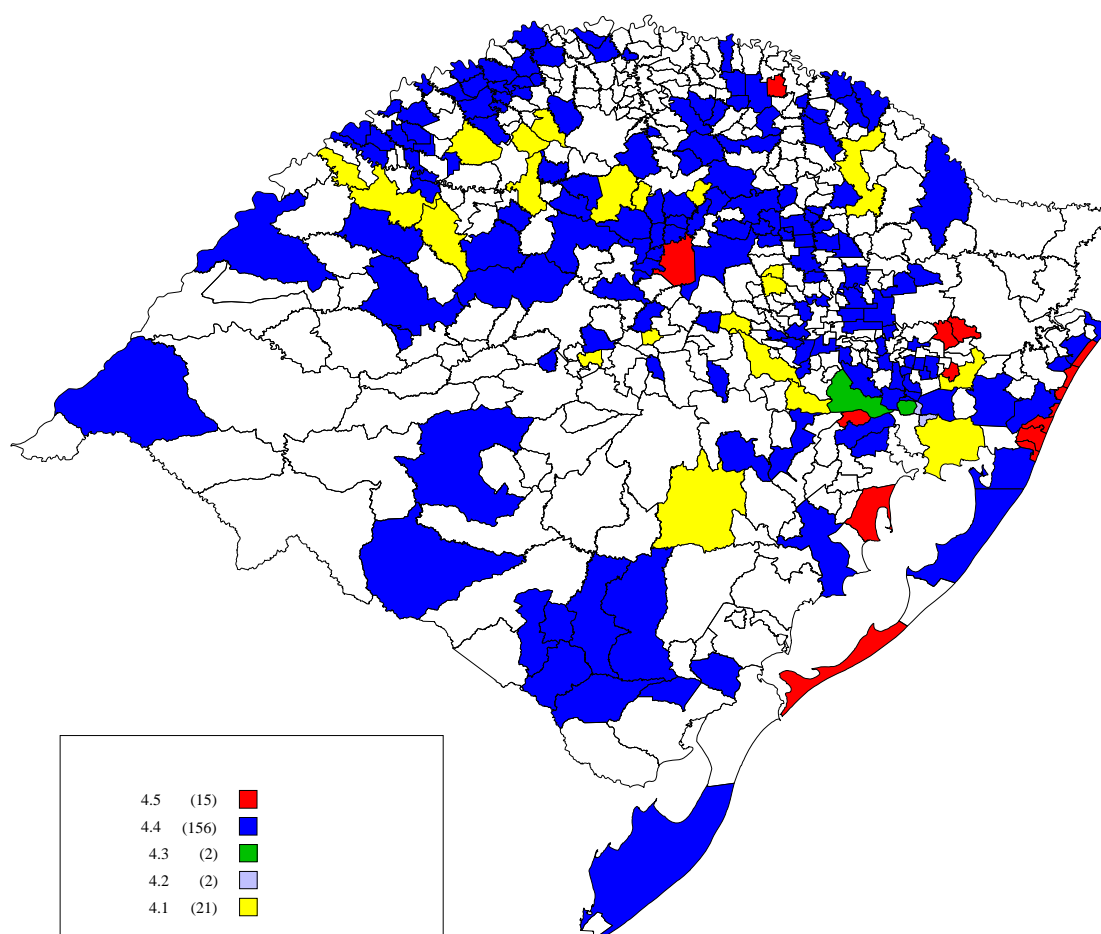


Figura 4 - Distribuição dos subclusters referentes ao cluster número 4

Entre os grupos que foram divididos, esse foi o único cluster que evidenciou a existência de subclusters classificados como urbanos e de todos os subgrupos como consumidores, conforme descreve a tabela a seguir.

Quadro 40 - Classificação do cluster e dos subclusters

Cluster e subcluster	Classificação	Quant. de municípios
4.1	Relativamente Rural Consumidor Pobre	21
4.2	Essencialmente Urbano Consumidor Pobre	2
4.3	Essencialmente Urbano Consumidor Pobre	2
4.4	Relativamente Rural Consumidor Pobre	156
4.5	Essencialmente Urbano Consumidor Não-Pobre	15
4	Relativamente Rural Consumidor Pobre	196

Fonte: Elaborado pela autora.

Os fatores mais influentes para a formação deste grupo foram os de nº 1 (fator agrícola e previdenciário), nº 8 (fator oportunidade profissional), nº 9 (despesas administrativas), nº25 (redução do estoque pesqueiro) e nº 13 (ocorrência de surtos de doenças endêmicas).

Em relação às variáveis relacionadas aos intulamentos de Oportunidades Sociais, aqueles associados à melhoria da empregabilidade dos cidadãos está entre os que apresentam maior média para o Rio Grande do Sul. Programas de capacitação profissional estão presentes em 85, 20% municípios do cluster 4 e os programas de geração de renda existem em 83,67% dos municípios do quarto grupo.

Neste cluster são encontradas todas as variáveis ambientais selecionadas no estudo, com destaque para a influência da redução do estoque pesqueiro, provavelmente pela presença de diversos municípios localizados no litoral gaúcho.

Esse cluster apresenta a maior média para a variável densidade demográfica entre os grupos formados, com exceção daquele representado por Porto Alegre.

Quadro 41 - Variáveis e intulamentos mais influentes no cluster 4

Nº Variável	%	Tipo de intituloamento
56 DES_ADM	2,69	Administrativo
23 CAP_PROF	2,69	Empregabilidade
66 DES_TRA	2,04	Empregabilidade
84 DES_REC	1,96	Administrativo
22 GER_REN	1,95	Empregabilidade
38 ALTAMB09	1,94	Ambiental
87 SOBREV	1,86	Saúde
46 ALTAMB17	1,82	Ambiental
70 DES_URB	1,69	Infra-Estrutura
37 ALTAMB08	1,65	Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

O subcluster 4.1 é formado por 21 municípios. Entre os fatores mais influentes para a formação deste grupo está o fator ambiental (nº 3). Em relação às variáveis ambientais, com exceção das alterações ambientais nº 09 – ocorrência de doenças endêmicas – e nº17 – redução do estoque pesqueiro, todas as demais estão presentes no subgrupo com uma frequência maior do que a apresentada no cluster (com exceção da alteração ambiental referente à ocorrência de enchentes).

Além das variáveis ambientais, exerceram influência na formação deste grupo, as variáveis associadas à despesa municipal com atividades de segurança, judiciária e com comércio e serviços.

Quadro 42 - Variáveis e intitamentos mais influentes no subcluster 4.1

Nº Variável	%	Tipo de intitamento	
33	ALTAMB04	2,81	Ambiental
34	ALTAMB05	2,73	Ambiental
37	ALTAMB08	2,66	Ambiental
45	ALTAMB16	2,29	Ambiental
57	DES_JUD	2,27	Administrativo
79	DES_COM	2,23	Produtivo
69	DES_DIR	2,23	Assistência Social
51	DEG_PROT	2,18	Ambiental
61	DES_SEG	2,14	Segurança
47	ALTAMB18	2,12	Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

Os subclusters 4.2 e 4.3 são formados, cada um, por 02 (dois) municípios.

Os integrantes do subgrupo 4.2 são os municípios de Alvorada e Cachoeirinha, localizados na região metropolitana de Porto Alegre. Entre os fatores mais influentes para a formação deste subcluster estão os fatores nº 07 (fator monetário) e o nº 09 (associado às despesas administrativas dos municípios).

As variáveis mais influentes foram a densidade demográfica, que determinou a classificação do subgrupo como urbano, e a influência do PIB per capita, associada aos intitamentos de estrutura de consumo.

Quadro 43 - Variáveis e intitulamentos mais influentes no subcluster 4.2

	Nº Variável	%	Tipo de intitlamento
38	ALTAMB09	5,15	Ambiental
68	DES_CUL	2,45	Educação
81	DES_TRA	2,32	Empregabilidade
65	DES_SAU	2,30	Saúde
87	SOBREV	2,29	Saúde
5	PIBPC	2,14	Consumo
59	DES_ADM	2,03	Administrativo
70	DES_URB	1,90	Infra-estrutura
1	DENSD	1,84	Demográfico
49	EDCAMB	1,83	Ambiental

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 44 - Variáveis e intitulamentos mais influentes no subcluster 4.3

Nº Variável		%	Tipo de intitulamento
5	PIBPC	3,01	Consumo
85	EXPORT	2,93	Produtivo
8	VAB_S	2,67	Produtivo
10	VABRS_I	2,46	Produtivo
9	VABRS_A	2,40	Produtivo
1	DENSD	2,36	Demográfico
14	INTFINA	2,31	Produtivo
84	DES_REC	2,16	Administrativo
11	VABRS_S	2,13	Produtivo
65	DES_SAU	2,11	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

Da mesma forma que o subcluster anterior, o 4.3 é formado por dois municípios – Canoas e Triunfo. A localização do pólo petroquímico gaúcho, em Triunfo, caracteriza-o de uma maneira bastante diferenciada em relação aos demais municípios gaúchos. O PIB per capita, por exemplo, representa uma variável totalmente atípica (R\$ 145.971,97 – a média do estado gaúcho é de R\$ 14.010,86).

Além dessa informação, outro fator determinante para a configuração deste subcluster foi a presença da atividade industrial (75% médio do VAB dos municípios componentes do grupo – 88% no município de Triunfo).

Os fatores mais influentes na composição deste subgrupo foram os fatores nº 7 – fator monetário; nº 4 – fator produtivo não-agrícola; nº 13 – ocorrência de surtos de doenças endêmicas; nº 5 – fator demográfico; nº 16 – existência de mortes associadas a causas externas.

O quarto subgrupo do cluster 4 é o que reuniu o maior número de municípios – 156 (cento e cinquenta e seis).

Entre os cinco fatores mais influentes para a formação do subcluster, 2 (dois) estão associados às questões ambientais (nº 25 – redução do estoque pesqueiro e nº 3 – fator ambiental), 2 (dois) estão associados às questões educacionais e de infra-estrutura (nº 2 – fator educacional e de infra-estrutura; nº 26 – despesas com habitação). O quinto fator mais influente é o nº 1 – Fator agrícola e previdenciário.

Quadro 45 - Variáveis e intitulamentos mais influentes no cluster 4.4

Nº Variável		%	Tipo de intitulamento
72	DES_SAN	2,08	Infra-estrutura
37	ALTAMB08	2,00	Ambiental
81	DES_TRA	1,94	Empregabilidade
105	ASSENT	1,89	Infra-estrutura
40	ALTAMB11	1,88	Ambiental
35	ALTAMB06	1,83	Ambiental
32	ALTAMB03	1,65	Ambiental
43	ALTAMB14	1,62	Ambiental
66	DES_TR	1,62	Administrativo
88	OBT_INF	1,60	Saúde

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as variáveis mais influentes na formação do quarto subcluster estão 5 (cinco) alterações ambientais (ocorrências de inundações; existência de poluição do ar; existência de desmatamento; existência de contaminação de rios, baías e outros ambientes hídricos; identificação da presença de vetores transmissores de doença).

O subcluster 4.5 é composto por 15 (quinze) municípios, 08 (oito) dos quais localizados no litoral gaúcho. Foi o único subcluster considerado não-pobre entre aqueles que são compostos por mais de um município.

Os fatores mais influentes para a formação deste subgrupo estão associados ao fator nº 07 – fator monetário; fator nº 14 – referente à redução do estoque pesqueiro; fator nº 13 – associado à ocorrência de doenças endêmicas; fator nº 04 – fator produtivo não-agrícola e ao nº 09 – associado ao percentual das despesas administrativas realizadas pelos municípios.

Entre as variáveis mais influentes neste subgrupo estão as alterações ambientais relacionadas à redução do estoque pesqueiro e à ocorrência de doenças endêmicas.

O aspecto produtivo está presente em cinco das variáveis mais influentes (PIB per capita, participação nas exportações gaúchas, presença de indústria fina, a participação da produção industrial no VAB gaúcho e a alta participação dos serviços nos VAB Municipais).

A variável participação da população idosa na população total do municipal também aparece como uma das variáveis mais influentes neste subcluster.

Quadro 46 - Variáveis e intitulamentos mais influentes no subcluster 4.5

Nº Variável		%	Tipo de intitulamento
5	PIBPC	3,60	Produtivo
46	ALTAMB17	3,23	Ambiental
85	EXPORT	2,92	Produtivo
38	ALTAMB09	2,57	Ambiental
65	DES_SAU	2,51	Saúde
14	INTFINA	2,33	Produtivo
84	DES_REC	2,32	Administrativo
10	VABRS_I	2,12	Produtivo
8	VAB_S	2,05	Produtivo
4	POPIDO	1,86	Demográfico

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 INTITULAMENTOS E A CLASSIFICAÇÃO DOS CLUSTERS

A partir da análise realizada, é possível identificar quais tipos de intitulamentos contribuíram para a formação dos grupos de municípios observados no trabalho de pesquisa.

Em relação aos clusters – grupos principais – pode-se verificar a não configuração de dois tipos de grupos relacionados à ruralidade e à pobreza: relativamente rural (produtor ou consumidor) não-pobre e essencialmente urbano (consumidor ou produtor) não-pobre.

É possível perceber que a influência dos intitulamentos ambientais ocorre tanto naqueles grupos considerados pobres como naquele não-pobre. Isto significa que a presença de questões ambientais como pré-condições para a realização das escolhas dos gaúchos está presente tanto nos grupos identificados como pobre e como não-pobres.

Quadro 47 - Classificação do cluster e tipo de intitlamento

Ruralidade/ Pobreza	% de influência do tipo de intitlamento para configuração do cluster - 05 variáveis mais influentes						Total de municípios	
	Essencialmente Rural		Relativamente Rural		Essencialmente Urbano			
Clusters Pobre	10%	Ambientais	20%	Ambientais	0%	Ambientais	494	
	90%	Oportunidades Sociais		Oportunidades Sociais		Oportunidades Sociais		
		40%	Infra-estrutura	20%	Infra-estrutura	20%		Infra-estrutura
		20%	Saúde	5%	Saúde	10%		Saúde
		0%	Educação	5%	Educação	0%		Educação
		0%	Segurança	0%	Segurança	0%		Segurança
		0%	Justiça	0%	Justiça	0%		Justiça
		20%	Empregabilidade	25%	Empregabilidade	0%		Empregabilidade
		10%	Assistência Social	0%	Assistência Social	0%		Assistência Social
	0%	Demográficos	0%	Demográficos	10%	Demográficos		
	0%	Produtivos	10%	Produtivos	50%	Produtivos		
	0%	Administrativos	15%	Administrativos	10%	Administrativos		
	0%	Estrutura de Consumo	0%	Estrutura de Consumo	0%	Estrutura de Consumo		
	Clusters Não-pobre	10%	Ambientais	n.o	Ambientais	n.o		Ambientais
70%		Oportunidades Sociais		Oportunidades Sociais		Oportunidades Sociais		
		30%	Infra-estrutura	n.o	Infra-estrutura	n.o	Infra-estrutura	
		20%	Saúde	n.o	Saúde	n.o	Saúde	
		10%	Educação	n.o	Educação	n.o	Educação	
		0%	Segurança	n.o	Segurança	n.o	Segurança	
		0%	Justiça	n.o	Justiça	n.o	Justiça	
		10%	Empregabilidade	n.o	Empregabilidade	n.o	Empregabilidade	
		0%	Assistência Social	n.o	Assistência Social	n.o	Assistência Social	
0%		Demográficos	n.o	Demográficos	n.o	Demográficos		
5%		Produtivos	n.o	Produtivos	n.o	Produtivos		
15%		Administrativos	n.o	Administrativos	n.o	Administrativos		
0%		Estrutura de Consumo	n.o	Estrutura de Consumo	n.o	Estrutura de Consumo		
Total de Municípios		84		411		1		496

n.o = Não ocorreu na análise

Fonte: Elaborado pela autora.

Os clusters 2 e 4, classificados como relativamente rural pobres (produtor e consumidor, respectivamente) foram os grupos que apresentaram a presença de todas as alterações ambientais selecionadas, bem como a maior influência dos intitlamentos ambientais na configuração dos grupos.

A influência dos intitlamentos relacionados às oportunidades sociais é mais presente no cluster nº 03, identificado como essencialmente rural pobre. Para todas as variáveis selecionadas neste tipo de intitlamento, com exceção daquela que expressa a média de quantidade de pessoas por terminais telefônicos encontrados nos municípios, o grupo apresenta médias inferiores àquelas apresentadas pelo estado como um todo. Neste sentido, está caracterizada a falta/carência de infra-estrutura, em especial dos municípios que

compõem esse grupo, em relação ao restante dos grupos formados para o Rio Grande do Sul. É possível perceber, então, a necessidade de uma discussão em relação a formas de promover ações públicas que melhorem às condições de infra-estrutura para a população.

No grupo de variáveis dos intitamentos relacionados à saúde, pode-se perceber a maior influência em relação aos clusters considerados como essencialmente rurais (tanto pobres como não pobres). Isto também reflete uma carência em relação à prestação deste tipo de serviço. Ainda que já seja uma realidade bastante conhecida de todos, salienta-se a centralização dos serviços médicos no município de Porto Alegre, que ainda concentra os maiores indicadores em relação à estrutura de serviços de saúde oferecidos à população que atrai pessoas todo o estado em busca dos serviços.

Em relação à educação, é possível perceber que o estado apresenta uma estrutura de oportunidades uniforme, exceção apresentada aos clusters considerados rural não-pobre que é formado por apenas um município cada um. A influência dos intitamentos relacionados à educação, refere-se essencialmente a existência de instituições de ensino superior nos municípios. Neste sentido o cluster 04 - relativamente rural pobre é o que apresentar o maior percentual de presença de instituições de ensino superior nos municípios componentes do grupo – 26,01% dos municípios (essa situação ocorre com uma média de 100% para o grupo formado pelo município de Porto Alegre).

As variáveis relacionadas com a segurança e justiça, assim como às relacionadas à estrutura de consumo, apresentam uma estrutura homogênea no estado gaúcho, já que não influenciaram na formação dos grupos de municípios.

Há, em especial nos municípios considerados como pobres, uma influência relacionada às variáveis representadas por oportunidades de capacitação e geração de emprego e renda para os cidadãos. A maior contribuição ocorreu nos clusters identificados como essencialmente rural e relativamente rural, indicando esse movimento em relação à transformação produtiva do ambiente rural.

O urbano, como a aglomeração de pessoas, foi o que apresentou a maior influência em relação aos intitamentos demográficos, evidenciando a importância desse fator paisagístico como identificador do ambiente urbano e como um fator distintivo dessa característica dentro do estado. Isso significa que, essa é uma relação que ocorre nas grandes cidades e não no estado como um todo (o que acaba por desconstruir a idéia de um estado com mais de 85% de população urbana, por exemplo).

As atividades produtivas representaram um aspecto bastante importante na formação dos grupos, pode-se verificar a influência desse tipo de intitamentos em todos os grupos, o que está caracterizado nas análises realizadas para cada um deles.

É possível verificar algumas diferenças em relação à formação dos subgrupos. Neste sentido, a tabela a seguir evidencia a influência dos tipos de intitamentos, a partir das variáveis selecionadas para os subclusters.

Quadro 48 - Classificação do subcluster e tipo de intitamento

	Ruralidade/ Pobreza	% de influência do tipo de intitamento para configuração do subcluster - 05 variáveis mais influentes						Total de municípios			
		Essencialmente Rural		Relativamente Rural		Essencialmente Urbano					
Subclusters	Pobre	7%	Ambientais	53%	Ambientais	10%	Ambientais	492			
		69%	Oportunidades Sociais		27%	Oportunidades Sociais			25%	Oportunidades Sociais	
			17%	Infra-estrutura		10%	Infra-estrutura			8%	Infra-estrutura
			23%	Saúde		3%	Saúde			13%	Saúde
			6%	Educação		0%	Educação			3%	Educação
			4%	Segurança		7%	Segurança			0%	Segurança
			0%	Justiça		0%	Justiça			0%	Justiça
			13%	Empregabilidade		3%	Empregabilidade			3%	Empregabilidade
			6%	Assistência Social		3%	Assistência Social			0%	Assistência Social
		1%	Demográficos	0%	Demográficos	10%	Demográficos				
	10%	Produtivos	7%	Produtivos	40%	Produtivos					
	13%	Administrativos	13%	Administrativos	10%	Administrativos					
	0%	Estrutura de Consumo	0%	Estrutura de Consumo	5%	Estrutura de Consumo					
	Não-pobre	7,5%	Ambientais	n.o	Ambientais	n.o	Ambientais	4			
		67,5%	Oportunidades Sociais		n.o	Oportunidades Sociais			n.o	Oportunidades Sociais	
			25%	Infra-estrutura		n.o	Infra-estrutura			n.o	Infra-estrutura
22,5%			Saúde	n.o		Saúde	n.o			Saúde	
5%			Educação	n.o		Educação	n.o			Educação	
0%			Segurança	n.o		Segurança	n.o			Segurança	
0%			Justiça	n.o		Justiça	n.o			Justiça	
10%			Empregabilidade	n.o		Empregabilidade	n.o			Empregabilidade	
5%			Assistência Social	n.o		Assistência Social	n.o			Assistência Social	
0%		Demográficos	n.o	Demográficos	n.o	Demográficos					
7,5%	Produtivos	n.o	Produtivos	n.o	Produtivos						
17,5%	Administrativos	n.o	Administrativos	n.o	Administrativos						
0%	Estrutura de Consumo	n.o	Estrutura de Consumo	n.o	Estrutura de Consumo						
Total de Municípios	271		205		20		496				

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como na análise dos grupos principais pode-se verificar que a maior influência em relação aos intitamentos ambientais ocorreu naqueles subclusters classificados como relativamente rurais pobres. Os três subclusters identificados com essa classificação foram considerados consumidores e apresentaram todas as alterações ambientais, com exceção da n°

09 – ocorrência de surtos de doenças endêmicas, bem como uma média de municípios que apresentam degradação em áreas protegidas maior (entre 22,09% e 25,00% dos municípios) do que a média do estado (17,94% dos municípios). Entre os subclusters classificados como essencialmente rurais, por exemplo, a média de municípios que indicaram degradação de áreas protegidas varia de 7,65% até 18,75%, o que indica realmente uma relação diferenciada com espaços naturais em relação aos grupos essencialmente e relativamente rurais.

Assim como nos grupos principais, o subcluster identificado como essencialmente rural pobre é o que apresentam uma das maiores a influência dos intitamentos relacionados às oportunidades sociais. A análise das médias reflete novamente a falta de infra-estrutura em relação aos demais municípios do estado gaúcho.

Pode-se perceber também a influência da falta de infra-estrutura nos dois municípios classificados como não-pobres, ambos apresentam carência em relação às variáveis selecionadas para a análise.

Em relação aos intitamentos de oportunidades sociais relacionados aos aspectos de saúde, percebe-se nos subgrupos uma realidade análoga àquela apresentada pelos grupos principais. Ou seja, a maior carência de infra-estrutura de saúde ocorre nos municípios classificados como essencialmente rurais.

Nos subclusters identificados é possível perceber a diferença em relação às oportunidades sociais de educação. A alfabetização, por exemplo, apresenta valores mais favoráveis nos subgrupos urbanos (94,09% de alfabetização). No subgrupo essencialmente rural, o nível de alfabetização da população ainda está abaixo da média do estado (90,86%), apresentando índice de 88,96%.

Assim como nos grupos principais, não houve influência das variáveis relacionadas às oportunidades sociais que identificam os intitamentos correspondentes à segurança e justiça.

Há uma maior influência dos intitamentos administrativos nos subcluster. Isso pode representar que quanto mais próximo da realidade municipal, mais importante é o acompanhamento da população em relação a essas despesas realizadas, bem como à sua aplicação.

Por fim, evidencia-se a necessidade de uma análise detalhada das situações existentes e das configurações sociais que determinam as oportunidades a que os gaúchos e gaúchas estão submetidos. É preciso delimitar sempre o foco de atuação que se pretende abranger (seja em termos conceituais ou até mesmo geográficos), pois, conforme a própria análise das diferenças de influência da configuração dos tipos de intitamentos no clusters e subcluster

nos evidencia, a “lente” sempre precisa ser ajustada, visto que as necessidades e situações não são as mesmas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Saber que ele tentará escolher da melhor maneira possível dentre suas opções, todas muito ruins, não soa nada animador; mas é importante ter em conta que o problema de fundo não se resolverá atacando as escolhas em si, mas melhorando o leque de opções disponíveis para os mais desprovidos. Alterar forçosamente as escolhas dessas pessoas, ao invés de focar na melhora das possíveis alternativas, nada resolve e, provavelmente, apenas irá piorar uma situação que já é em si ruim”.

(Gonçalves, Carlos. Economia sem truques: o mundo a partir das escolhas de cada um. Rio de Janeiro: Elviesier, 2008, p.3)

A proposta de estudar ruralidade e pobreza, a partir da abordagem das capacitações, desde o princípio deste trabalho, representou um grande desafio. A insatisfação em relação aos conceitos associados e recorrentemente utilizados na literatura para definir pobreza rural, bem como o discurso empregado por diversos órgãos de fomento e por muitos governos sobre a possível superação da pobreza a partir de políticas de renda, foram, sem dúvida, os motivadores desse estudo. Entretanto, ainda que se possa considerar que a análise tenha permitido algum avanço em relação a uma noção mais complexa e multidimensional em relação ao estudo das situações de pobreza no ambiente rural, evidentemente muito mais pode ser desenvolvido. A discussão aqui exposta ainda carece da consolidação de um arcabouço metodológico com ferramentas desenvolvidas especificamente para a realização dessa necessária abordagem.

O que se evidencia, especialmente devido à complexidade dos resultados obtidos através da análise dos dados, é que a relação entre a ruralidade – em termos de relacionamento demográfico com a paisagem – a pobreza – como carência - e os intitamentos disponíveis nos municípios gaúchos, apresentam distintas relações e, por isso, necessitam ir além das formas homogêneas de intervenção. Certamente existem diversos aspectos que podem ser ainda evidenciados, a partir de uma base de dados tão extensa. Entretanto, uma das observações mais importantes a ser destacada é que não há uma forma única de intervenção capaz de melhorar a qualidade de vida dos cidadãos gaúchos, pois é preciso identificar os fatores que estão presentes na situação que se pretende transformar para depois sugerir formas de atuação.

Um aspecto especialmente relevante nesta análise é o que apresenta o estado gaúcho como um local onde a pobreza rural está estruturalmente presente. Em termos de ruralidade, o Rio Grande do Sul é um estado onde a relação com a paisagem se caracteriza pela não existência de grandes aglomerados urbanos. Há predominância de elementos específicos de

paisagem não-humana, sejam transformadas (como nos casos das plantações) ou nativas. A utilização de variáveis que evidenciam os intitamentos disponíveis aos cidadãos, associadas a essa definição de ruralidade, caracterizada pelo relacionamento com a paisagem, evidencia um estado rural. O único grupo urbano caracterizado foi aquele identificado pela Capital que, não só nesse, mas na grande maioria das pesquisas, tem características muito peculiares e, em termos estatísticos, representa sempre um município isolado nestes estudos. Além disso, foi constatado que os municípios apresentam condições produtivas diferenciadas, ainda que rurais. Foi possível identificar, em algum sentido, a transformação ocorrida em alguns deles e na configuração dos grupos em relação a essa “nova ruralidade”, que busca não se centrar nas atividades agropecuárias exclusivamente. A análise das variáveis associadas aos intitamentos produtivos foi capaz de caracterizar esses grupos.

Em relação à pobreza, foi possível evidenciar a situação dos municípios, tanto no monetariamente, como em relação ao aumento/redução de infra-estrutura, relacionada a dois aspectos pontuais: um de educação, e outro de saúde. Ainda que se possa reconhecer que esses aspectos apresentam diversas limitações, eles conseguem não se centrar exclusivamente no aspecto monetário. Mesmo em termos municipais, como foi o caso da análise realizada, pode-se perceber que diversos foram aqueles considerados pobres pela redução das oportunidades sociais e não apenas pela linha de possibilidade de gasto per capita municipal.

Evidenciada a diversidade de situações demonstrada no resultado, além de um aumento na própria dificuldade em relação à análise, é possível perceber a necessidade de direcionamento específico em relação às demandas capazes de superar as carências municipais e melhorar a vida dos cidadãos. A pesquisa realizada sugere, por exemplo, que existem grupos de municípios gaúchos pobres com questões ambientais importantes que precisam ser discutidas, se há realmente preocupação e interesse em melhorar a qualidade de vida daqueles cidadãos.

Nos grupos, foram evidenciadas características produtivas significativas, que podem direcionar investimentos, por exemplo, para o tipo de capacitação requerida pela atividade predominante.

Considerando, então, que a diversidade pôde realmente ser demonstrada a partir do estudo realizado, podemos considerar que, em relação aos objetivos sugeridos e, especialmente, em relação à primeira hipótese sugerida no trabalho, foi possível confirmar a possibilidade de, através de uma abordagem multidimensional, identificar diferentes situações associadas à ruralidade e pobreza no Rio Grande do Sul, que se agrupam por semelhança de acordo com os intitamentos disponíveis.

Decorrente dessa proposta multidimensional de análise das variáveis pode-se confirmar, de modo que já se tem evidenciado nesta seção, que não é possível superar as situações de carência apresentadas nos municípios, a partir de uma proposta homogênea de intervenção. Evidencia-se a necessidade do conhecimento em relação à situação municipal.

Outra característica que fica demonstrada no estudo, em relação às variáveis utilizadas, diz respeito à dispersão geográfica dos grupos formados. Foi possível perceber que os municípios reunidos por aspectos diferentes não estão, neste estudo, necessariamente associados a uma região específica. Ainda que, administrativamente, seja mais evidente regionalizar o estado para a tomada de decisões, talvez seja preciso considerar que esses formatos demandam algumas adequações para a atuação do Estado na focalização das políticas públicas.

Ainda que se possa considerar satisfatória a demonstração da necessidade de uma abordagem multidimensional para análise das situações de pobreza rural, é preciso evidenciar as dificuldades e limitações aqui apresentadas. A dificuldade de mais evidente se reflete exatamente na complexidade dos resultados gerados. O estudioso precisa estar constantemente atento, a fim de evitar que o trabalho torne-se meramente descritivo. A própria limitação, imposta em alguma medida pelas análises quantitativas mais comumente encontradas, da forma de pensamento linear, exige muito esforço e reavaliações constantes. Além disso, outra problemática evidente no estudo é imposta pela opção de inserir um grande número de variáveis que nem sempre se referem ao mesmo período ou às mesmas grandezas.

Em relação à experiência metodológica realizada neste trabalho, pode-se dizer ainda que o método apresentado exigiu um constante ajuste do foco de análise, de acordo com a etapa que estava sendo realizada. Primeiro, procurou refletir diversos dos aspectos que podem estar envolvidos nas possibilidades de decisões dos agentes sociais em termos de infraestrutura municipal (no momento de seleção das informações associadas aos intitamentos). Em seguida, houve uma redução dessa quantidade de variáveis em alguns fatores, que evidenciaram o comportamento conjunto – diferenças e semelhanças - de cada uma em relação ao todo de dados selecionados. Por fim, os municípios foram reunidos de acordo com o conjunto de características identificadas na análise das variáveis em relação aos tipos de intitamentos, e sua relação com a condição de pobreza rural existente. Ou seja, o exercício procurou, durante todo o processo, buscar as relações existentes entre o todo (configuração estadual dos tipos de intitamentos apresentados) e as partes (a situação do município). Procurou-se ir além da “fotografia revelada” que representa a análise dos dados de estatística descritiva, pois as situações de pobreza rural exigem um exercício dessa natureza, ou

estaremos sempre atrás de uma solução única – em termos de ação/ política pública, para situações que, como se pode verificar, precisam ser tratadas de forma diferenciadas.

Em termos gerais, pode-se dizer ainda que o conhecimento em relação à possibilidade de intervenção para a superação das situações de pobreza rural inicia-se nas informações obtidas a partir da abordagem multidimensional, mas não se limita a ela, em termos de abordagem das capacitações. Além da configuração dos intitamentos, que, conforme demonstrado, pode ser conhecida a partir da informação gerada pelo ferramental estatístico, é preciso conhecer o tipo de escolhas e de oportunidades valorizadas pelas pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento. É necessário perceber os aspectos significativos para as famílias/pessoas de determinado lugar. Esse esforço exige verificar se a carência a que essas pessoas vinham sendo submetidas foi ou não sanada. A análise do fenômeno da pobreza é preciso estar associada, em alguma medida, a uma possibilidade comparativa da situação atual e da situação anterior das próprias famílias, dos agentes sociais. Nesse aspecto, a democracia surge como a estrutura política fundamental que, teoricamente, permite que essas ordenações sejam expressas a partir da manifestação da população, no momento das eleições. A inclusão das variáveis referentes às despesas municipais, presente no estudo, evidencia, em algum sentido, a importância da participação política da população no município. Pode-se perceber, por exemplo, que o tipo de gasto influenciou, significativamente, na configuração de alguns grupos. Ou seja, um acompanhamento efetivo da realização das despesas municipais, por parte dos cidadãos, inclusive com a sugestão de redirecionamentos, pode significar uma alteração na configuração da situação de pobreza.

Uma necessidade evidente, encaminhada aqui a título de sugestão de pesquisa, ainda não suprida em termos de análise, e que precisa ser discutida e estudada para a compreensão dessa nova ruralidade (que vai além de limites municipais legislativos, de carência de infraestrutura e de setor produtivo), são os aspectos associados à mão-de-obra existente nos municípios rurais. Na análise aqui realizada, não foi possível identificar, por exemplo, um fator fundamental na estrutura produtiva dos municípios – o desemprego – por falta de dados que configurassem a situação em todas as cidades gaúchas. Não se pode identificar, quantitativa nem qualitativamente, a estrutura de emprego/desemprego, existente em todos os municípios gaúchos. Uma alternativa futura seria utilizar, por exemplo, os dados da RAIS municipal, para quem sabe, identificar a estrutura de empregabilidade dos municípios considerados urbanos e rurais, das regiões consideradas essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas, e compará-las. Entretanto, é preciso ressaltar que esse relatório registra apenas o emprego formal, o que apesar de qualificar a possibilidade de

análise, ainda representa um dado distorcido em relação à realidade. Atualmente os dados da RAIS estão apenas disponíveis e sistematizados para as regiões metropolitanas brasileiras. Não há como quantificar, por exemplo, se há desemprego rural e qual a sua configuração.

Ainda que diversas limitações possam ser apontadas a este trabalho, o objetivo foi de procurar uma primeira aproximação metodológica com a Abordagem das Capacitações, utilizando especificamente uma adaptação do conceito de intitamentos sugerido por Amartya Sen. Esse certamente não é um trabalho definitivo, mas primeiro trabalho que, através das próprias críticas recebidas até hoje e futuramente, servirá para a discussão da possibilidade de utilização de uma nova abordagem teórico-conceitual para a análise das condições sociais. Através dele foi possível evidenciar a necessidade dessa abordagem multidimensional para a análise dos processos de desenvolvimento e das situações de pobreza rural. Além disso, foi possível sugerir uma operacionalização para a verificação da configuração dos intitamentos nas estruturas administrativas, incorporando, dessa forma, mais um conceito seniano às análises realizadas.

A configuração dos intitamentos evidencia uma estrutura diferenciada de oportunidades disponíveis aos agentes sociais, que por sua vez, têm possibilidades diferentes para a realização de suas escolhas. Identificar e promover alterações nestas configurações pode dar condições mais plenas para que cada cidadão exerça suas escolhas para a melhoria da qualidade de vida que caracteriza os processos de desenvolvimento.

Por fim, convém considerar que essa foi apenas a tentativa de mais um “passo” em relação à necessidade de compreensão das configurações sociais a partir de um “novo olhar” que, em muitos, momentos ainda não se desprendeu totalmente da forma “antiga” de perceber a realidade cartesiana. O próprio Sen deixou esse estudo para aqueles que simpatizam com sua forma de pensar e desconfiam da limitação das análises existentes até então. Entretanto, essa não é certamente uma tarefa fácil.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto IPEA. Texto para discussão n° 702. Rio de Janeiro, 2000.
- Atlas do desenvolvimento humano. Aplicativo disponível em <http://www.fpj.mg.gov.br>.
- ATLAS SOCIECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível através de <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/default.asp>. Secretaria de Coordenação e Planejamento. Governo do Rio Grande do Sul. Arquivo atualizado em 13 de abril de 2007.
- BANCO MUNDIAL. **Rural Poverty Alleviation in Brazil: Towards an Integrated Strategy**. Document of the World Bank, December 27, 2001.
- BARROS, Ricardo P.; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Texto para discussão n° 1227. IPEA. Rio de Janeiro: outubro, 2003.
- BLUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmitificação do fim do rural**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.
- CAMACHO R. Carmem. Aportes de la política social a la superación de la pobreza rural. **Perspectivas rurales: Pobreza rural en América Latina**. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. N°1. 2000. P. 24 - 42.
- CORTEZ, Bruni F.; OLIVEIRA, Paulo André de Souza. **Análise Sócio Econômica das Comunidades de Baixa Renda do Município**. Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Rio de Janeiro, 1999.
- DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- DRÉZE, J., SEN, A. **The Political Economy of Hunger**. Oxford: Clarendon Press. 1990.
- DIGIÁCOMO, Murillo José. **Conselhos Tutelares: alguns aspectos (ainda) controversos**. Artigo publicado no Portal dos Conselheiros. Arquivo capturado em 28/janeiro/2007 em <http://www.portaldoconselhotutelar.com.br/aspectoscontrovertidos.htm>.
- ELLIS, Frank. **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford University Press. 2000.
- FREDIANI, Alexandre A. Sen, **The World Bank and Poverty Alleviation: The case study of brazilian urban poor**. Trabalho apresentado na 3rd Conference on the Capability Approach: from sustainable development and sustainable freedom. Pavia, Itália. Setembro, 2003.
- FRIEDLAND, William. Agriculture and Rurality: Beginning the “Final Separation”? **Rural Sociology** 67 (3), 2002. P. 350-371.

GIOVENARDI, Eugênio. **Os pobres do Campo**. Tomo Editorial. Porto Alegre, 2003.

GRAEBLIN, Caroline; WAQUIL, Paulo. **Diversificação da produção agrícola e desenvolvimento humano**: uma análise para o Rio Grande do Sul. Trabalho apresentado no Salão de Iniciação Científica da UFRGS, 2006.

HAIR Jr., Joseph F; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L.; BLACK, William C. **Multivariate data analysis**. Fifth Edition. New Jersey: Prentice Hall. 1998.

HOFFMANN, Rodolfo. **Distribuição de Renda**: Medidas de Desigualdade e Pobreza. São Paulo: EDUSP. 1998.

IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais: Perfil dos Municípios Brasileiros - Meio Ambiente 2002. Rio de Janeiro: 2005.

IKEMOTO, Yukio; ASANO, Eiji. **Poverty, enviroment and freedom**: a case of minority people in Vietnam. Trabalho apresentado na 3rd Conference on the Capability Approach: from sustainable development and sustainable freedom. Pavia, Itália. Setembro, 2003.

MARSDEN, Terry. Restructuring Rurality: From Order to Disorder in Agrarian political Economy. **Sociologia Ruralis** 1989, Vol. XXIX. P. 312-317.

MATHAI, Manu V. **Case studies**: Observations on operationalizing Sen's capabilities approach. Artigo apresentado na Secretary of the Village Development Committe, Chizarbi, Nagaland, India. Julho/2003.

MÉNDEZ, Jesús. Reformas rurales y su impacto sobre la producción y la pobreza en Honduras, México y Nicaragua. **Perspectivas rurales**: Pobreza rural en América Latina. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. Nº1. 2000. P. 43 - 62.

MORIN, Edgar. Por uma globalização plural. **Folha de São Paulo**, p A-17, 31.março.2002.

OCDE. **Territorial indicators of employment**. Paris: OCDE. 1996.

PÉREZ E., Laura. La pobreza rural analizada com enfoque de género. **Perspectivas rurales**: Pobreza rural en América Latina. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. Nº1. 2000. P. 86 - 120.

PESSANHA, Lavínia Davis. A pobreza rural na América Latina. **Perspectivas rurales**: Pobreza rural en América Latina. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. Nº1. 2000. P. 07- 23.

ROMÃO, Maurício C. **Pobreza**: Conceito e Mensuração. Cadernos de Economia nº 13. IPEA. Brasília. Fevereiro/2003.

SATTERTHWAITE, David. **Artigo: Pobreza rural e urbana**: entenda as diferenças. Disponível através de <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0901/jpep/ie090110.htm>. **Arquivo capturado em 12.agosto**. 2005.

SCHNEIDER, Sérgio; WAQUIL, Paulo. **Crítica Metodológica e Tipologia dos Municípios Gaúchos com Base em Indicadores Sócio-Econômicos**. Porto Alegre, 2000. Mimeo (a).

_____. Identificação e caracterização da pobreza rural no Rio Grande do Sul: a metodologia da FEE. **Perspectivas rurales: Pobreza rural em América Latina**. Heredia/Costa Rica: Universidad Nacional da Costa Rica. Ano 4. Nº1. 2000. P. 147-157 (b).

SCHWARZER, Helmut. Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará. **Estudos Sociedade e Agricultura**. V 14. Nº 13 – set/dez. 1997. Rio de Janeiro/RJ.

SEN, Amartya. **Choice, Welfare and Measurement**. London:Harvard University Press. 1997.

_____. **Commodities and Capabilities**. Great Britain: Oxford United Press. 1985.

_____. O desenvolvimento como expansão das capacitações. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n 28. São Paulo: CEDEC, 1993.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

_____. **Pobreza e fomes: um ensaio sobre direitos e privações**. Lisboa: Terramar. 1999.

VAN DER PLOEG, Jan; etc. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**, vol. 40, number 4, October 2000. P.391 – 408.

VEIGA, José Eli. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, nº 52. Maio-agosto/2004. FEA/SP.

_____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2000 (a).

_____. **Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira**. In: Teófilo, E. (et al). **Distribuição de Riqueza e Crescimento Econômico**. Brasília, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2000 (b). P. 173-200.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ANEXO A

Método de reunião das informações para os municípios emancipados, quando houve necessidade de utilizar informações dos municípios-mãe.

Aceguá _____ Bagé
 Almirante Tamandaré do Sul__ Carazinho
 Arroio do Padre _____ Pelotas
 Boa Vista do Cadeado _____ Cruz Alta/Ijuí/Augusto Pestana
 Boa Vista do Incra _____ Cruz Alta/Fortaleza dos Valos
 Bozano _____ Ijuí
 Canudos do Vale _____ Lajeado/Progresso
 Capão Bonito do Sul _____ Lagoa Vermelha
 Capão do Cipó _____ Santiago/São Miguel das Missões/Tupanciretã
 Coqueiro Baixo _____ Nova Bréscia/Relvado
 Coronel Pillar _____ Garibaldi/Roca Sales
 Cruzaltense _____ Campinas do Sul
 Forquetinha _____ Lajeado
 Itati _____ Terra de Areia
 Jacuizinho _____ Salto do Jacuí/Espumoso
 Lagoa Bonita do Sul _____ Sobradinho
 Mato Queimado _____ Caibaté
 Novo Xingu _____ Constantina
 Paulo Bento _____ Erechim/Jacutinga/Ponte Preta/Barão do Cotegipe
 Pedras Altas _____ Pinheiro Machado/Herval
 Pinhal da Serra _____ Esmeralda
 Quatro Irmãos _____ Erechim/Jacutinga
 Rolador _____ São Luiz Gonzaga
 Santa Cecília do Sul _____ Tapejara/Água Santa/ Caseiros/Ibiaçá
 Santa Margarida do Sul ____ São Gabriel
 São José do Sul _____ Fontoura Xavier
 São Pedro das Missões ____ Cerro Largo
 Tio Hugo _____ Victor Graeff/Ernestina/Ibirapuitã
 Westphália _____ Teotônia/Imigrante

ANEXO B

Lista dos municípios, *cluster* e *subclusters* de classificação em ordem alfabética

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
1 Aceguá	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
2 Água Santa	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
3 Agudo	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
4 Ajuricaba	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
5 Alecrim	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
6 Alegrete	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
7 Alegria	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
8 Almirante Tamandaré do Sul	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
9 Alpestre	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
10 Alto Alegre	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
11 Alto Feliz	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
12 Alvorada	4	4.2	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
13 Amaral Ferrador	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
14 Ametista do Sul	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
15 André da Rocha	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
16 Anta Gorda	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
17 Antônio Prado	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não-Pobre
18 Arambaré	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
19 Araricá	2	2.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
20 Aratiba	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
21 Arroio do Meio	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
22 Arroio do Padre	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
23 Arroio do Sal	4	4.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
24 Arroio do Tigre	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
25 Arroio dos Ratos	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
26 Arroio Grande	2	2.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
27 Arvorezinha	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
28 Augusto Pestana	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
29 Áurea	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
30 Bagé	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
31 Balneário Pinhal	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não – Pobre
32 Barão	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
33 Barão de Cotegipe	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
34 Barão do Triunfo	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
35 Barra do Guarita	2	2.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
36 Barra do Quaraí	2	2.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
37 Barra do Ribeiro	3	3.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
38 Barra do Rio Azul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
39 Barra Funda	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
40 Barracão	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
41 Barros Cassal	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
42 Benjamin Constant do Sul	2	2.3	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
43 Bento Gonçalves	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
44 Boa Vista das Missões	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
45 Boa Vista do Buricá	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
46 Boa Vista do Cadeado	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
47 Boa Vista do Inca	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não – Pobre
48 Boa Vista do Sul	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
49 Bom Jesus	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
50 Bom Princípio	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B - Lista dos municípios, *cluster* e *subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação).

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
51 Bom Progresso	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
52 Bom Retiro do Sul	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
53 Boqueirão do Leão	4	4.1	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
54 Bossoroca	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
55 Bozano	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
56 Braga	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
57 Brochier	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
58 Butiá	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
59 Caçapava do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
60 Cacequi	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
61 Cachoeira do Sul	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
62 Cachoeirinha	4	4.2	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
63 Cacique Doble	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
64 Caibaté	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
65 Caiçara	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
66 Camaquã	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
67 Camargo	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
68 Cambará do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
69 Campestre da Serra	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
70 Campina das Missões	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
71 Campinas do Sul	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
72 Campo Bom	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
73 Campo Novo	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
74 Campos Borges	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
75 Candelária	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
76 Cândido Godói	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
77 Candiota	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
78 Canela	4	4.5	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
79 Canguçu	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
80 Canoas	4	4.3	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
81 Canudos do Vale	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
82 Capão Bonito do Sul	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
83 Capão da Canoa	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
84 Capão do Cipó	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
85 Capão do Leão	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
86 Capela de Santana	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
87 Capitão	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
88 Capivari do Sul	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
89 Caraá	3	3.1	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
90 Carazinho	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
91 Carlos Barbosa	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
92 Carlos Gomes	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
93 Casca	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
94 Caseiros	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
95 Catuípe	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
96 Caxias do Sul	2	2.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
97 Centenário	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
98 Cerrito	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
99 Cerro Branco	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
100 Cerro Grande	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
101 Cerro Grande do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
102 Cerro Largo	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
103 Chapada	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
104 Charqueadas	4	4.5	Urbano	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
105 Charrua	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
106 Chiapeta	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
107 Chuí	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
108 Chuvisca	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
109 Cidreira	4	4.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
110 Ciríaco	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
111 Colinas	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
112 Colorado	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
113 Condor	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
114 Constantina	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
115 Coqueiro Baixo	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
116 Coqueiros do Sul	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
117 Coronel Barros	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
118 Coronel Bicaco	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
119 Coronel Pilar	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
120 Cotiporã	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
121 Coxilha	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
122 Crissiumal	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
123 Cristal	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
124 Cristal do Sul	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
125 Cruz Alta	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
126 Cruzaltense	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
127 Cruzeiro do Sul	2	2.4	Urbano	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
128 David Canabarro	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
129 Derrubadas	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
130 Dezesseis de Novembro	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
131 Dilermando de Aguiar	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
132 Dois Irmãos	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
133 Dois Irmãos das Missões	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
134 Dois Lajeados	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
135 Dom Feliciano	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
136 Dom Pedrito	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
137 Dom Pedro de Alcântara	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
138 Dona Francisca	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
139 Doutor Maurício Cardoso	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
140 Doutor Ricardo	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
141 Eldorado do Sul	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
142 Encantado	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
143 Encruzilhada do Sul	4	4.1	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
144 Engenho Velho	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
145 Entre Rios do Sul	5	5.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
146 Entre-íjuis	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
147 Erebangó	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
148 Erechim	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
149 Ernestina	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
150 Erval Grande	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
151 Erval Seco	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
152 Esmeralda	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
153 Esperança do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
154 Espumoso	4	4.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
155 Estação	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
156 Estância Velha	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
157 Esteio	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
158 Estrela	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
159 Estrela Velha	2	2.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
160 Eugênio de Castro	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
161 Fagundes Varela	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
162 Farroupilha	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
163 Faxinal do Soturno	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
164 Faxinalzinho	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
165 Fazenda Vilanova	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
166 Feliz	2	2.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
167 Flores da Cunha	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
168 Florianópolis	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
169 Fontoura Xavier	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
170 Formigueiro	2	2.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
171 Forquethina	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
172 Fortaleza dos Valos	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
173 Frederico Westphalen	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
174 Garibaldi	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
175 Garuchos	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
176 Gaurama	4	4.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
177 General Câmara	4	4.1	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
178 Gentil	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
179 Getúlio Vargas	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
180 Giruá	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
181 Glorinha	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
182 Gramado	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
183 Gramado dos Loureiros	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
184 Gramado Xavier	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
185 Gravataí	4	4.4	Urbano	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
186 Guabiju	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
187 Guaíba	4	4.4	Urbano	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
188 Guaporé	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
189 Guarani das Missões	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
190 Harmonia	2	2.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
191 Herval	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
192 Herveiras	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
193 Horizontina	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
194 Hulha Negra	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
195 Humaitá	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
196 Ibarama	2	2.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
197 Ibiaçá	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
198 Ibiraiaras	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
199 Ibirapuitã	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
200 Ibirubá	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza	
201	Igrejinha	2	2.5	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
202	Ijuí	4	4.1	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
203	Ilópolis	4	4.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
204	Imbé	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
205	Imigrante	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
206	Independência	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
207	Inhacorá	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
208	Ipê	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
209	Ipiranga do Sul	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
210	Irai	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
211	Itaara	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
212	Itacurubi	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
213	Itapuca	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
214	Itaqui	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
215	Itati	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
216	Itatiba do Sul	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
217	Ivorá	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
218	Ivoti	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
219	Jaboticaba	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
220	Jacuízinho	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
221	Jacutinga	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
222	Jaguarão	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
223	Jaguari	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
224	Jaquirana	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
225	Jarí	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
226	Jóia	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
227	Júlio de Castilhos	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
228	Lagoa Bonita do Sul	1	1.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
229	Lagoa dos Três Cantos	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
230	Lagoa Vermelha	4	4.1	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
231	Lagoão	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
232	Lajeado	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
233	Lajeado do Bugre	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
234	Lavras do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
235	Liberato Salzano	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
236	Lindolfo Collor	2	2.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
237	Linha Nova	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
238	Maçambará	2	2.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
239	Machadinho	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
240	Mampituba	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
241	Manoel Viana	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
242	Maquine	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
243	Maratá	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
244	Marau	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
245	Marcelino Ramos	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
246	Mariana Pimentel	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
247	Mariano Moro	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
248	Marques de Souza	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
249	Mata	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
250	Mato Castelhana	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B - Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

	MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
251	Mato Leitão	2	2.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
252	Mato Queimado	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
253	Maximiliano de Almeida	2	2.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
254	Minas do Leão	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
255	Miraguaí	2	2.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
256	Montauri	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
257	Monte Alegre dos Campos	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
258	Monte Belo do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
259	Montenegro	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
260	Mormaço	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
261	Morrinhos do Sul	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
262	Morro Redondo	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
263	Morro Reuter	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
264	Mostardas	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
265	Muçum	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
266	Muitos Capões	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
267	Muliterno	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
268	Não-Me-Toque	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
269	Nicolau Vergueiro	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
270	Nonoai	3	3.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
271	Nova Alvorada	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
272	Nova Araçá	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
273	Nova Bassano	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
274	Nova Boa Vista	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
275	Nova Bréscea	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
276	Nova Candelária	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
277	Nova Esperança do Sul	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
278	Nova Hartz	2	2.5	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
279	Nova Pádua	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
280	Nova Palma	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
281	Nova Petrópolis	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
282	Nova Prata	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
283	Nova Ramada	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
284	Nova Roma do Sul	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
285	Nova Santa Rita	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
286	Novo Barreiro	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
287	Novo Cabrais	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
288	Novo Hamburgo	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
289	Novo Machado	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
290	Novo Tiradentes	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
291	Novo Xingu	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
292	Osório	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
293	Paim Filho	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
294	Palmares do Sul	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
295	Palmeira das Missões	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
296	Palmitinho	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
297	Panambi	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
298	Pantano Grande	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Estável	Pobre
299	Parai	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
300	Paraíso do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza	
301	Parei Novo	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
302	Parobé	4	4.5	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
303	Passa Sete	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
304	Passo do Sobrado	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
305	Passo Fundo	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
306	Paulo Bento	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
307	Paverama	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
308	Pedras Altas	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
309	Pedro Osório	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
310	Pejuçara	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
311	Pelotas	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
312	Picada Café	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
313	Pinhal	3	3.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
314	Pinhal da Serra	2	2.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
315	Pinhal Grande	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
316	Pinheirinho do Vale	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
317	Pinheiro Machado	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
318	Pirapó	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
319	Piratini	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
320	Planalto	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
321	Poço das Antas	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
322	Pontão	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
323	Ponte Preta	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
324	Portão	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
325	Porto Alegre	6	6.1	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
326	Porto Lucena	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
327	Porto Mauá	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
328	Porto Vera Cruz	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
329	Porto Xavier	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
330	Pouso Novo	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
331	Presidente Lucena	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
332	Progresso	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
333	Protásio Alves	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
334	Putinga	4	4.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
335	Quarai	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
336	Quatro Irmãos	3	3.2	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
337	Quevedos	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
338	Quinze de Novembro	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
339	Redentora	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
340	Relvado	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
341	Restinga Seca	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
342	Rio dos Índios	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
343	Rio Grande	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
344	Rio Pardo	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
345	Riozinho	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
346	Roca Sales	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
347	Rodeio Bonito	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
348	Rolador	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
349	Rolante	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
350	Ronda Alta	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

	MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
351	Rondinha	2	2.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
352	Roque Gonzáles	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
353	Rosário do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
354	Sagrada Família	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
355	Saldanha Marinho	4	4.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
356	Salto do Jacuí	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
357	Salvador das Missões	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
358	Salvador do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
359	Sananduva	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
360	Santa Bárbara do Sul	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
361	Santa Cecília do Sul	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
362	Santa Clara do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
363	Santa Cruz do Sul	2	2.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
364	Santa Margarida do Sul	3	3.3	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
365	Santa Maria	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
366	Santa Maria do Herval	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
367	Santa Rosa	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
368	Santa Tereza	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
369	Santa Vitória do Palmar	4	4.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
370	Santana da Boa Vista	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
371	Santana do Livramento	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
372	Santiago	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
373	Santo Ângelo	2	2.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
374	Santo Antônio da Patrulha	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
375	Santo Antônio das Missões	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
376	Santo Antônio do Palma	2	2.3	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
377	Santo Antônio do Planalto	4	4.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
378	Santo Augusto	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
379	Santo Cristo	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
380	Santo Expedito do Sul	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
381	São Borja	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
382	São Domingos do Sul	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
383	São Francisco de Assis	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
384	São Francisco de Paula	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
385	São Gabriel	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
386	São Jerônimo	2	2.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
387	São João da Urtiga	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
388	São João do Polêsine	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
389	São Jorge	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
390	São José das Missões	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
391	São José do Herval	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
392	São José do Hortêncio	2	2.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
393	São José do Inhacorá	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
394	São José do Norte	4	4.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
395	São José do Ouro	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
396	São José do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
397	São José dos Ausentes	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
398	São Leopoldo	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
399	São Lourenço do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
400	São Luiz Gonzaga	4	4.1	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza	
401	São Marcos	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
402	São Martinho	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
403	São Martinho da Serra	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
404	São Miguel das Missões	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
405	São Nicolau	4	4.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
406	São Paulo das Missões	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
407	São Pedro da Serra	2	2.5	Urbano	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
408	São Pedro das Missões	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
409	São Pedro do Butiá	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
410	São Pedro do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
411	São Sebastião do Caí	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
412	São Sepé	2	2.4	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
413	São Valentim	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
414	São Valentim do Sul	3	3.2	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
415	São Valério do Sul	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
416	São Vendelino	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
417	São Vicente do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
418	Sapiranga	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
419	Sapuçaia do Sul	4	4.4	Urbano	Produtor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
420	Sarandi	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
421	Seberi	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
422	Sede Nova	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
423	Segredo	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
424	Selbach	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
425	Senador Salgado Filho	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
426	Sentinela do Sul	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
427	Serafina Corrêa	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
428	Sério	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
429	Sertão	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
430	Sertão Santana	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
431	Sete de Setembro	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
432	Severiano de Almeida	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
433	Silveira Martins	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
434	Sinimbu	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
435	Sobradinho	4	4.1	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
436	Soledade	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
437	Tabaí	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
438	Tapejara	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
439	Tapera	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
440	Tapes	4	4.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
441	Taquara	4	4.1	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
442	Taquari	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
443	Taquaruçu do Sul	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
444	Tavares	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
445	Tenente Portela	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
446	Terra de Areia	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
447	Teutônia	4	4.4	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
448	Tio Hugo	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
449	Tiradentes do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
450	Toropi	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre

(continua)

ANEXO B – Lista dos municípios, *cluster e subclusters* de classificação em ordem alfabética (continuação)

MUNIC	Cluster	Subcluster	TEH Mun.	Dinâmica Econômica	Condição Monetária Municipal	Oportunidades Sociais	Condição em relação à pobreza
451 Torres	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
452 Tramandaí	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
453 Travesseiro	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
454 Três Arroios	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
455 Três Cachoeiras	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
456 Três Coroas	2	2.5	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Estável	Pobre
457 Três de Maio	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
458 Três Forquilhas	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
459 Três Palmeiras	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
460 Três Passos	4	4.4	Urbano	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
461 Trindade do Sul	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
462 Triunfo	4	4.3	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
463 Tucunduva	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
464 Tunas	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
465 Tupanci do Sul	3	3.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
466 Tupanciretã	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
467 Tupandí	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
468 Tuparendi	2	2.5	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
469 Turuçu	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
470 Ubiretama	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
471 União da Serra	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
472 Unistalda	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
473 Uruguaiana	4	4.4	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
474 Vacaria	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
475 Vale do Sol	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
476 Vale Real	2	2.5	Urbano	Produtor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
477 Vale Verde	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
478 Vanini	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
479 Venâncio Aires	4	4.1	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
480 Vera Cruz	4	4.4	Rural	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
481 Veranópolis	4	4.4	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
482 Vespasiano Correa	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
483 Viadutos	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
484 Viamão	4	4.1	Urbano	Consumidor	Insatisfatória	Tendência Favorável	Pobre
485 Vicente Dutra	2	2.5	Rural	Produtor	Insatisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
486 Victor Graeff	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
487 Vila Flores	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
488 Vila Lângaro	3	3.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
489 Vila Maria	4	4.4	Rural	Produtor	Satisfatória	Tendência Desfavorável	Pobre
490 Vila Nova do Sul	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
491 Vista Alegre	3	3.1	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
492 Vista Alegre do Prata	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
493 Vista Gaúcha	2	2.5	Rural	Produtor	Satisfatória	Estável	Não - Pobre
494 Vitória das Missões	3	3.1	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
495 Westfália	2	2.5	Rural	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre
496 Xangri-lá	4	4.5	Urbano	Consumidor	Satisfatória	Tendência Favorável	Não - Pobre

ANEXO C

Informações do estado do Rio Grande do Sul

Quadro 49 - Classificação Geral do RS em relação à situação de Produtor ou Consumidor

Ano	% VAB Agricultura	% VAB Indústria	% VAB Serviços	-
1997	12,59	38,57	48,84	100
1998	13,58	36,05	50,37	100
1999	13,48	36,94	49,58	100
2000	12,37	40,3	47,33	100
2001	14,47	40	45,53	100
2002	10,02	27,99	61,99	100
2003	12,81	28,14	59,05	100
2004	10,59	31,47	57,94	100
2005	7,08	30,25	62,67	100
Média de participação no período	11,89	34,41	53,70	Consumidor

Média de Δ da participação % dos serviços no VAB no Estado no período (1997 – 2005) = 3,34 %

Quantidade de município classificados como Consumidores para o período analisado (1997 – 2005) = 63,91%

Média da Renda Municipal *per capita*/ano no RS para o ano de 2006: R\$ 996,62.

População Total: 10.749,596/ Receita Total Arrecadada, 2006: R\$ 10.713.237.837,20.

ANEXO D - Estatística descritiva das variáveis analisadas

-	CODIGO	Média/	Mediana	Mínimo	Máximo	MunMin	MunMax
1	DENSD	88,19	23,49	2,02	3131,14	Pedras Altas	Esteio
2	POPFEM	0,38	0,38	0,30	0,43	Hulha Negra	Imigrante/Muçum
3	POPJOV	0,29	0,29	0,18	0,41	Coqueiro Baixo	Lindolfo Collor
4	POPIDO	0,09	0,09	0,03	0,20	Candiota	Coronel Pillar
5	PIBPC	14.010,86	11.268,00	3.455,80	265.448,25	Alvorada	Triunfo
6	VAB_A	0,46	0,53	0,00	0,85	Diversos	Muitos Capões
7	VAB_I	0,19	0,09	0,00	0,89	Boa Vista do Incra / Coqueiro Baixo / Rolador	Triunfo
8	VAB_S	0,35	0,33	0,09	0,82	Triunfo	Imbé
9	VABRS_A	0,20	0,14	0,00	1,72	Xangrilá	Uruguaiana
10	VABRS_I	0,20	0,01	0,00	8,85	Diversos	Triunfo
11	VABRS_S	0,20	0,04	0,01	21,25	Diversos	Porto Alegre
12	INDUS	145,52	34,50	1	7489	Cruzaltense	Porto Alegre
13	ASFALT	0,67	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
14	INTFINA	13,49	2	0	2426	Diversos	Porto Alegre
15	RADIO	0,34	n.a	n.a	n.a	n.a	n.a
16	POP_TER	10,68	9,06	1,89	45,40	Xangrilá	Passa Sete
17	GERATV	0,05	n.a	0	1	n.a	n.a
18	INTERNET	0,28	n.a	0	1	n.a	n.a
19	LAZER	4,18	4	0	8	Diversos	Diversos
20	BIBMUS	0,79	n.a	0	1	n.a	n.a
21	ESTSUP	0,15	n.a	0	1	n.a	n.a
22	GER_REN	0,68	n.a	0	1	n.a	n.a
23	CAP_PROF	0,67	n.a	0	1	n.a	n.a
24	DEF_CONS	0,13	n.a	0	1	n.a	n.a
25	JUIZ_PEQ	0,42	n.a	0	1	n.a	n.a
26	CONS_TUT	0,76	n.a	0	1	n.a	n.a
27	GUARDA	0,10	n.a	0	1	n.a	n.a
28	DEL_MULH	0,08	n.a	0	1	n.a	n.a
29	DEF_CIV	0,39	n.a	0	1	n.a	n.a
30	ALTAMB01	0,29	n.a	0	1	n.a	n.a
31	ALTAMB02	0,09	n.a	0	1	n.a	n.a
32	ALTAMB03	0,11	n.a	0	1	n.a	n.a
33	ALTAMB04	0,03	n.a	0	1	n.a	n.a
34	ALTAMB05	0,04	n.a	0	1	n.a	n.a
35	ALTAMB06	0,08	n.a	0	1	n.a	n.a
36	ALTAMB07	0,05	n.a	0	1	n.a	n.a
37	ALTAMB08	0,10	n.a	0	1	n.a	n.a
38	ALTAMB09	0,00	n.a	0	1	n.a	n.a
39	ALTAMB10	0,07	n.a	0	1	n.a	n.a
40	ALTAMB11	0,05	n.a	0	1	n.a	n.a
41	ALTAMB12	0,03	n.a	0	1	n.a	n.a
42	ALTAMB13	0,06	n.a	0	1	n.a	n.a
43	ALTAMB14	0,10	n.a	0	1	n.a	n.a
44	ALTAMB15	0,13	n.a	0	1	n.a	n.a
45	ALTAMB16	0,05	n.a	0	1	n.a	n.a
46	ALTAMB17	0,02	n.a	0	1	n.a	n.a
47	ALTAMB18	0,06	n.a	0	1	n.a	n.a
48	ALTAMB19	0,03	n.a	0	1	n.a	n.a
49	EDCAMB	0,56	n.a	0	1	n.a	n.a
50	AGE21	0,06	n.a	0	1	n.a	n.a
51	DEG_PROT	0,18	n.a	0	1	n.a	n.a
52	EMANCIP	44,89	20,00	11,00	199,00	Diversos	Porto Alegre
53	ESCPUB	97,46	100,00	71,45	100,00	Nova Araçá	Diversos

(continua)

ANEXO D - Estatística descritiva das variáveis analisadas

-	CODIGO	Média/Somatório (VB)	Mediana	Mínimo	Máximo	MunMin	MunMax
54	DP2	0,71	0,73	0,04	1,00	Monte Belo do Sul	Diversos
55	DV4	0,12	0,09	0,00	0,50	Diversos	Diversos
56	DES_LEG	0,04	0,04	0,00	0,14	Três Coroas	São Martinho da Serra
57	DES_JUD	0,00	0,00	0,00	0,04	Diversos	Chiapeta
58	DES_EJU	0,00	0,00	0,00	0,03	Diversos	Santa Marg. do Sul
59	DES_ADM	0,20	0,18	0,06	0,58	Sapiranga	Bom Jesus
60	DES_DEF	0,00	0,00	0,00	0,01	Diversos	Miraguaí
61	DES_SEG	0,00	0,00	0,00	0,05	Diversos	Imbé
62	DES_REL	0,00	0,00	0,00	0,01	Diversos	Lagoa Bonita do Sul
63	DES_ASS	0,02	0,02	0,00	0,10	Diversos	Cristal do Sul
64	DES_PVS	0,02	0,01	0,00	0,13	Diversos	Caçapava do Sul
65	DES_SAU	0,19	0,19	0,00	0,40	Santa Rosa	Porto Alegre
66	DES_TR	0,00	0,00	0,00	0,06	Diversos	Rio dos Índios
67	DES_EDU	0,27	0,27	0,15	0,43	Coronel Pilar	Capão da Canoa
68	DES_CUL	0,01	0,01	0,00	0,06	Diversos	Arroio do Sal
69	DES_DIR	0,00	0,00	0,00	0,02	Diversos	Saldanha Marinho
70	DES_URB	0,04	0,03	0,00	0,22	Diversos	Ivoti
71	DES_HAB	0,01	0,00	0,00	0,08	Diversos	Ciriaco
72	DES_SAN	0,01	0,01	0,00	0,11	Diversos	Muçum
73	DES_GAM	0,00	0,00	0,00	0,06	Diversos	Taquara
74	DES_CIT	0,00	0,00	0,00	0,03	Diversos	Carazinho
75	DES_AGR	0,05	0,04	0,00	0,19	Diversos	Herval
76	DES_ORA	0,00	0,00	0,00	0,01	Diversos	Entre Rios do Sul
77	DES_IND	0,00	0,00	0,00	0,20	Diversos	Santo Antônio do Palma
78	DES_COS	0,00	0,00	0,00	0,09	Diversos	Canela / Novo Xingu
79	DES_COM	0,00	0,00	0,00	0,06	Diversos	Crissiumal
80	DES_ENE	0,01	0,00	0,00	0,11	Diversos	Forquetinha
81	DES_TRA	0,09	0,09	0,00	0,29	Diversos	Salvador do Sul
82	DES_DES	0,01	0,01	0,00	0,12	Diversos	Dois Lajeados
83	DES_EN	0,01	0,01	0,00	0,13	Diversos	Rio Grande
84	DES_REC	1,08	1,06	0,81	2,59	Alecrim	Xangrilá
85	EXPORT	0,87	0,00	0,00	0,11	Diversos	Rio Grande
86	CRES_POP	21,73	0,02	-0,38	0,93	Gentil	Balneário Pinhal
87	SOBREV	83,39	84,24	61,53	92,90	Benjamin Constant do Sul	São José do Inhacorá
88	OBT_INF	0,02	0,02	0,00	0,20	Diversos	Santa Cecília do Sul
89	OBT_RE	0,45	0,44	0,10	0,83	Taquaruçu do Sul	Santo Antônio do Planalto
90	OBT_EX	0,10	0,09	0,00	0,50	Diversos	André da Rocha
91	ENSFUND	96,62	96,98	88,34	99,71	Benjamin Constant do Sul	Não-Me-Toque
92	ENSMED	46,05	46,17	15,39	73,58	Monte Alegre dos Campos	Horizontina
93	ENSSUP	6,76	5,24	0,12	28,85	Turuçu	Porto Alegre
94	ALFABET	90,86	91,52	75,68	98,40	São José do Herval	Morro Reuter
95	ENERG	95,33	97,98	52,60	100,00	Redentora	Flores da Cunha
96	AGUA	91,48	94,03	58,75	99,69	Jari	Paráí
97	LIXO	92,21	94,87	20,00	99,89	Monte Alegre dos Campos	Ivorá
98	CARRO	45,68	44,90	14,51	79,56	Redentora	Nova Pádua
99	BANH	83,08	86,96	41,81	99,34	Jari	Nova Pádua
100	TELEF	27,36	25,07	4,89	74,89	Lajeado do Bugre	Nova Pádua
101	MEDICO	0,42	0,00	0,00	5,93	Diversos	Porto Alegre
102	GINI	0,52	0,52	0,36	0,80	Santa Maria do Herval	Santa Vitória do Palmar
103	EST_10	34,01	32,98	6,17	83,02	Eldorado do Sul	Canoas
104	EST_100	91,51	97,81	29,33	100,00	Barra do Quaraí	Diversos
105	ASSENT	11,68	0,00	0,00	729,00	Diversos	Herval
106	LEITOSP1	3,23	2,68	0,00	23,41	Diversos	Guabiju
107	APO_RUR	55,43	63,61	0,48	100,00	Porto Alegre	Sentinela do Sul / Xangrilá
108	APO_URB	44,57	36,23	0,00	99,52	Sentinela do Sul / Xangrilá	Porto Alegre

n.a = Não se aplica. Elaborado pela autora.

ANEXO E – Cargas fatoriais para os 31 fatores

Nº Variável	Fator																															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
1	DENS	0,45	-	(0,12)	0,34	(0,32)	-	0,24	0,11	-	-	0,18	-	(0,18)	-	0,18	-	-	-	0,12	-	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	(0,17)
2	POPFEM	0,36	0,54	0,13	0,11	0,43	-	0,12	0,19	(0,15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3	POPJOV	0,59	-	(0,15)	(0,22)	(0,41)	(0,12)	(0,10)	-	-	-	0,11	-	-	0,17	(0,19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	0,12	-	-	-		
4	POPIDO	(0,39)	0,32	0,21	0,20	0,39	-	-	-	(0,25)	-	(0,19)	-	-	(0,28)	-	-	-	-	-	(0,13)	0,11	0,12	0,10	-	-	-	-	-	-		
5	PIBPC	-	0,22	-	-	(0,22)	0,25	(0,61)	0,11	0,15	-	0,14	0,14	0,12	(0,21)	-	-	0,11	-	-	-	0,14	-	-	-	(0,12)	-	-	-	-		
6	VAB_A	(0,79)	-	0,12	0,14	0,30	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
7	VAB_I	0,63	0,21	-	(0,11)	(0,44)	(0,21)	(0,29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
8	VAB_S	0,42	(0,36)	(0,12)	-	0,19	(0,17)	0,59	-	-	-	-	(0,11)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
9	VABRS_A	0,42	(0,20)	(0,14)	(0,12)	0,41	0,24	(0,39)	-	-	-	(0,17)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
10	VABRS_I	0,55	-	(0,21)	0,55	(0,27)	0,18	(0,27)	0,11	-	-	-	-	(0,11)	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
11	VABRS_S	0,48	-	(0,24)	0,67	(0,12)	0,21	0,19	-	-	0,19	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
12	INDUS	0,60	-	(0,23)	0,60	(0,16)	-	0,11	-	-	-	-	(0,10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
13	ASFALT	0,51	-	-	(0,22)	0,12	(0,19)	-	0,10	-	0,17	0,17	-	(0,15)	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	0,13	-	-	0,12	-	-	0,12		
14	INTFINA	0,38	-	(0,25)	0,65	-	0,19	0,24	-	(0,12)	0,24	-	0,12	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	(0,11)	-	-	-	-	-	-	-	-		
15	RADIO	0,64	(0,16)	(0,12)	-	0,33	(0,13)	(0,11)	-	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	-	-		
16	POP_TER	(0,59)	(0,40)	-	0,17	-	-	-	-	(0,18)	(0,11)	-	(0,14)	-	(0,16)	-	-	-	-	0,12	-	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-		
17	GERATV	0,47	(0,11)	(0,14)	0,27	0,12	0,15	-	-	(0,12)	(0,15)	(0,19)	-	-	(0,21)	0,20	-	-	-	-	(0,14)	-	(0,11)	-	0,11	-	0,11	-	-	-		
18	INTERNET	0,70	-	(0,12)	(0,11)	0,23	(0,12)	-	-	-	-	-	-	-	(0,12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
19	LAZER	0,73	-	(0,14)	-	0,17	(0,18)	-	0,13	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
20	BIBMUS	0,38	-	-	(0,10)	0,21	(0,28)	-	0,21	-	0,23	0,21	-	-	0,18	-	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	-	-	-	(0,15)	-	-		
21	ESTSUP	0,64	(0,16)	(0,20)	-	0,22	-	-	-	(0,12)	-	(0,14)	(0,11)	-	0,19	-	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
22	GER_REN	-	-	-	-	-	-	-	0,44	0,34	0,33	(0,32)	-	-	0,19	-	-	0,15	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
23	CAP_PROF	-	-	-	-	-	-	-	0,52	0,29	0,42	(0,17)	-	-	0,19	-	-	0,14	-	-	-	-	-	-	0,23	-	(0,10)	-	-	-		
24	DEF_CONS	0,59	(0,19)	-	-	0,26	-	(0,12)	-	-	(0,11)	(0,22)	(0,17)	-	0,17	-	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	(0,12)		
25	JUIZ_PEQ	0,61	(0,26)	(0,13)	(0,12)	0,28	(0,14)	(0,12)	-	-	-	-	0,11	-	-	(0,11)	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,11)	(0,12)	-	-		
26	CONS_TUT	0,34	(0,17)	(0,12)	(0,13)	0,20	(0,27)	-	0,17	-	0,11	0,17	-	-	0,11	0,12	(0,21)	0,17	(0,14)	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	(0,15)	(0,16)		
27	GUARDA	0,39	(0,17)	-	0,29	(0,13)	-	-	0,10	-	(0,11)	-	(0,21)	0,11	-	0,22	-	0,10	0,11	0,23	0,12	-	-	0,12	-	(0,11)	-	0,19	-	-		
28	DEL_MULH	0,58	(0,16)	-	0,26	-	-	-	-	-	-	-	(0,11)	(0,21)	(0,17)	-	0,24	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,15)	-	-	-	-		
29	DEF_CIV	0,36	(0,10)	-	-	0,31	(0,11)	-	0,15	-	-	-	-	-	0,16	-	-	-	(0,20)	-	-	-	0,13	-	0,12	-	(0,13)	-	0,24	(0,22)		
30	ALTAMB01	0,35	(0,24)	0,67	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,17)	-	(0,16)	-	-	-	-	-	-	(0,11)	-	-	-	-	-	0,14	-	-		
31	ALTAMB02	0,21	(0,17)	0,54	-	-	-	(0,14)	(0,12)	-	-	-	(0,17)	-	0,16	(0,18)	-	-	(0,11)	-	(0,11)	-	-	-	-	-	-	-	0,18	-		
32	ALTAMB03	0,29	(0,23)	0,58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,14)	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-	-	-	0,11	-	0,16	-	-		
33	ALTAMB04	0,12	(0,19)	0,44	-	-	-	(0,14)	-	-	-	0,36	-	-	-	-	-	(0,13)	-	0,18	-	-	0,18	0,15	0,11	-	-	-	(0,14)			
34	ALTAMB05	0,16	-	0,33	0,11	-	(0,14)	-	-	-	(0,14)	0,29	-	(0,22)	0,15	0,26	0,14	-	(0,32)	(0,13)	0,17	-	0,12	0,13	(0,12)	-	-	(0,11)	-	-		
35	ALTAMB06	0,24	(0,28)	0,62	0,14	-	-	-	-	-	-	0,13	-	-	0,16	-	(0,13)	0,13	(0,10)	-	-	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-		
36	ALTAMB07	0,13	-	0,33	-	0,10	-	-	0,11	-	0,20	(0,19)	(0,30)	-	(0,13)	-	-	-	-	(0,21)	-	0,19	-	-	(0,12)	(0,10)	0,25	0,11	(0,11)	-		
37	ALTAMB08	0,25	(0,12)	0,40	-	-	-	0,16	-	-	-	(0,16)	(0,20)	(0,17)	(0,27)	0,15	-	0,18	0,11	(0,25)	-	0,11	-	0,17	(0,13)	0,14	(0,11)	-	0,15	0,16		
38	ALTAMB09	-	-	-	-	-	0,11	0,11	0,17	-	0,24	-	(0,45)	(0,15)	-	0,15	0,18	-	0,43	-	0,16	-	(0,18)	-	-	-	-	-	(0,10)	-		
39	ALTAMB10	0,40	(0,30)	0,46	-	(0,13)	-	-	-	(0,12)	(0,16)	-	0,20	-	-	0,13	-	-	-	-	-	0,15	-	-	-	(0,11)	-	-	-	-		
40	ALTAMB11	0,27	(0,23)	0,39	-	-	-	-	(0,10)	-	-	0,12	-	0,17	(0,11)	0,14	-	(0,33)	0,11	-	-	-	-	(0,23)	-	-	-	(0,14)	0,11	-		
41	ALTAMB12	0,29	(0,20)	0,35	-	(0,10)	-	0,16	-	-	(0,14)	-	(0,11)	0,31	-	0,23	-	-	-	-	-	0,20	-	-	-	-	-	-	-	-		
42	ALTAMB13	0,30	(0,31)	0,38	-	-	-	-	0,16	-	-	(0,14)	0,13	-	-	-	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,13	-	
43	ALTAMB14	0,27	(0,20)	0,59	-	-	-	(0,11)	-	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	0,15	(0,20)	-	-	-	(0,11)	-	0,11	-	-	-	-		
44	ALTAMB15	0,34	(0,34)	0,63	-	-	-	-	-	-	-	(0,10)	-	-	0,13	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	-		
45	ALTAMB16	0,16	(0,23)	0,52	-	-	-	(0,12)	-	-	-	0,22	(0,15)	0,19	0,20	-	-	-	-	-	0,12	0,11	(0,10)	(0,15)	(0,20)	-	-	-	(0,14)	-		
46	ALTAMB17	0,13	(0,14)	0,20	-	-	-	0,21	-	0,11	-	-	(0,15)	0,19	(0,46)	-	0,10	(0,15)	-	-	0,12	-	(0,12)	-	-	0,29	-	(0,16)	-	0,14	-	
47	ALTAMB18	0,22	(0,23)	0,48	-	-	-	-	-	-	-	-	0,15	(0,15)	(0,17)	-	-	(0,10)	-	0,23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	
48	ALTAMB19	0,13	(0,14)	0,21	0,11	-	0,10	-	-	-	-	0,11	(0,23)	-	(0,19)	(0,18)	0,26	-	(0,18)	0,28	-	-	(0,12)	(0,28)	-	(0,25)	-	-	(0,27)	-	(0,12)	
49	EDCAMB	0,24	-	0,17	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,10)	(0,27)	-	-	0,27	-	0,15	-	-	0,25	(0,33)	0,11	0,19	-	0,24	0,12	-	(0,11)	-	
50	AGE21	0,21	-	0,12	0,15	-	-	0,16	(0,14)	-	0,18	-	-	-	-	0,11	(0,18)	(0,16)	0,24	-	(0,16)	-	(0,16)	-	-	-	(0,18)	0,12	(0,14)	(0,31)	(0,12)	0,17

(continua)

ANEXO E – Cargas fatoriais para os 31 fatores (Continuação)

Nº Variável	Fator																															
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	
51	DEG_PROT	0,31	(0,15)	0,27	-	-	-	-	-	-	-	0,11	0,31	0,21	-	0,11	-	0,15	-	(0,18)	0,25	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,17)	
52	EMANCIP	0,70	(0,27)	(0,14)	-	0,36	-	(0,20)	-	(0,11)	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
53	ESCPUB	(0,72)	-	0,16	(0,12)	-	0,12	-	0,13	-	-	-	-	-	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12		
54	DP2	-	(0,50)	-	(0,24)	-	0,48	0,14	0,12	0,16	-	0,13	-	-	(0,11)	-	-	0,28	(0,10)	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
55	DV4	-	0,41	-	0,23	(0,10)	(0,53)	-	(0,12)	(0,18)	-	(0,14)	-	-	-	-	(0,26)	-	(0,17)	-	(0,15)	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
56	DES_LEG	(0,16)	(0,44)	(0,15)	-	(0,12)	0,33	0,13	0,15	(0,20)	(0,11)	0,12	-	-	-	-	0,12	-	-	(0,17)	0,11	-	-	-	-	-	-	0,28	-	(0,21)		
57	DES_JUD	0,16	-	(0,12)	-	-	0,10	-	-	(0,13)	-	-	0,47	-	0,12	(0,18)	0,33	-	(0,12)	-	-	-	0,13	0,11	-	(0,19)	-	-	-	0,17		
58	DES_EJU	-	-	-	-	-	0,11	-	-	0,25	-	(0,23)	-	(0,11)	-	-	(0,20)	-	(0,22)	-	-	0,16	0,16	0,15	0,25	-	-	(0,15)	(0,32)	-	(0,16)	
59	DES_ADM	-	(0,14)	(0,10)	(0,28)	(0,22)	-	-	0,11	(0,63)	0,25	-	(0,23)	-	-	(0,11)	0,13	0,18	-	-	-	-	0,20	(0,21)	-	-	-	-	-	-		
60	DES_DEF	-	-	-	-	-	(0,14)	-	-	-	-	(0,17)	(0,11)	-	-	-	0,22	-	-	0,28	0,29	0,18	(0,26)	(0,11)	-	0,32	(0,13)	-	(0,20)	-	0,28	0,11
61	DES_SEG	0,32	-	-	-	-	-	0,18	(0,16)	-	-	-	0,24	-	(0,30)	-	0,26	0,20	-	-	(0,11)	-	(0,14)	-	-	0,18	(0,23)	(0,12)	-	-	-	
62	DES_REL	-	-	-	-	-	-	(0,17)	-	(0,18)	-	-	-	-	0,11	-	-	-	0,16	-	-	0,38	(0,12)	0,16	(0,23)	0,11	0,17	-	-	(0,12)	0,48	
63	DES_ASS	0,12	(0,22)	-	-	0,15	(0,18)	0,12	(0,14)	0,27	(0,28)	0,11	-	-	0,12	-	0,18	0,13	-	(0,18)	-	-	(0,13)	0,11	-	0,16	(0,18)	0,26	-	-	0,14	
64	DES_PVS	0,26	-	-	(0,17)	0,33	(0,21)	-	0,20	-	-	0,12	-	-	-	-	-	-	(0,11)	(0,16)	0,15	-	-	0,10	(0,22)	-	-	0,18	0,14	0,17	-	
65	DES_SAU	-	(0,21)	-	0,35	-	-	0,18	-	0,26	0,13	-	(0,20)	0,12	0,14	(0,24)	(0,19)	(0,19)	(0,12)	(0,19)	(0,11)	-	-	-	-	-	(0,20)	(0,10)	-	-	-	
66	DES_TR	-	(0,14)	-	-	-	-	-	0,12	-	(0,17)	-	-	-	0,15	0,29	-	-	(0,11)	-	(0,13)	-	0,40	-	(0,11)	0,27	0,22	(0,13)	0,11	(0,15)	0,20	
67	DES_EDU	0,20	(0,28)	-	(0,21)	(0,34)	-	-	-	-	(0,28)	-	0,13	-	0,16	-	(0,26)	-	0,11	-	-	-	0,21	-	0,22	-	(0,16)	(0,18)	-	-	-	
68	DES_CUL	0,18	0,32	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	(0,13)	-	-	0,16	(0,17)	-	(0,25)	-	-	-	0,21	(0,23)	(0,24)	(0,17)	0,10	0,12	-	-	0,16	0,21
69	DES_DIR	-	-	-	0,11	-	0,17	0,19	0,23	(0,12)	-	-	0,31	-	0,11	(0,18)	0,13	(0,14)	-	-	0,22	0,14	(0,12)	-	-	-	-	-	0,24	-	0,40	
70	DES_URB	0,44	-	(0,12)	-	-	(0,13)	-	-	0,26	(0,28)	(0,19)	-	(0,19)	-	0,13	-	(0,11)	(0,22)	-	-	0,18	0,16	-	0,13	-	-	0,14	-	-	(0,13)	
71	DES_HAB	-	-	-	-	-	0,14	-	(0,13)	0,25	-	-	-	-	(0,11)	(0,17)	0,25	-	0,12	-	(0,26)	0,11	-	0,18	-	0,41	0,22	-	0,13	0,24	-	
72	DES_SAN	(0,20)	0,23	-	0,17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,14	0,18	0,20	0,32	-	-	-	0,20	0,24	0,19	-	(0,11)	(0,11)	-
73	DES_GAM	0,36	0,11	-	-	(0,13)	(0,19)	-	(0,17)	-	-	(0,21)	0,23	-	(0,17)	-	0,36	0,16	(0,16)	-	-	-	-	(0,18)	-	(0,18)	(0,14)	-	-	-	-	
74	DES_CIT	-	-	-	-	-	-	-	(0,16)	-	-	0,21	-	-	0,12	0,16	0,21	0,23	(0,14)	(0,10)	-	0,11	(0,13)	(0,12)	0,30	0,21	(0,19)	0,22	(0,23)	-	-	0,32
75	DES_AGR	(0,56)	0,15	0,13	0,30	0,12	-	(0,13)	(0,15)	-	-	(0,14)	(0,10)	-	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
76	DES_ORA	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12	-	-	-	0,23	-	-	-	-	-	0,18	(0,33)	-	(0,15)	(0,28)	-	-	-	0,29	(0,17)	0,36	(0,14)	(0,29)
77	DES_IND	-	0,14	-	-	-	(0,11)	(0,23)	(0,19)	0,17	0,14	-	-	-	0,15	-	0,23	(0,27)	0,17	(0,21)	-	0,15	0,19	(0,16)	-	(0,11)	-	(0,13)	0,16	0,29	(0,16)	
78	DES_COS	0,16	-	-	-	-	(0,10)	0,16	(0,13)	0,19	0,27	(0,13)	-	-	(0,16)	(0,19)	0,29	-	(0,11)	-	0,22	-	-	-	(0,18)	-	-	-	-	-	-	
79	DES_COM	-	0,26	-	-	0,16	-	-	-	0,12	-	(0,16)	0,16	-	0,11	0,19	-	(0,11)	0,14	-	0,30	-	0,13	(0,26)	0,21	-	-	-	(0,20)	-	-	
80	DES_ENE	-	0,21	-	-	-	-	-	-	-	0,11	0,22	-	0,40	-	(0,12)	0,15	-	-	0,12	-	(0,16)	0,19	-	(0,19)	0,17	-	-	-	(0,11)	-	-
81	DES_TRA	(0,36)	0,33	0,23	0,20	0,12	-	(0,13)	(0,15)	0,31	-	-	0,18	-	-	-	-	-	0,12	-	(0,20)	(0,22)	-	(0,26)	0,15	(0,12)	-	-	(0,11)	-	0,14	
82	DES_DES	-	0,23	-	-	-	-	-	(0,14)	0,13	-	(0,25)	-	-	(0,26)	-	-	-	0,22	-	0,18	(0,16)	(0,14)	0,28	-	(0,14)	-	0,11	-	-	(0,13)	
83	DES_EN	0,43	(0,19)	-	-	0,10	-	-	0,18	-	-	-	-	(0,16)	-	-	0,10	(0,15)	(0,12)	-	-	(0,22)	-	-	(0,16)	0,11	(0,22)	-	-	0,14	-	
84	DES_REC	0,47	0,15	-	(0,15)	(0,11)	-	0,26	(0,14)	0,20	0,14	(0,24)	-	0,13	(0,11)	-	0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,10)	-	0,17	0,14	-	(0,15)	-
85	EXPORT	0,45	-	(0,15)	0,49	(0,23)	0,17	(0,35)	0,18	-	-	-	-	0,18	(0,14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(0,12)	-	-	-	-	-	-
86	CRES_POP	0,53	-	-	(0,36)	(0,46)	-	0,14	(0,13)	-	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-
87	SOBREV	0,14	0,53	-	(0,11)	(0,12)	-	-	0,16	(0,22)	-	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-	(0,15)	0,10	-	(0,13)	-	0,17	0,13	-	(0,20)	-	-	(0,14)	-
88	OBT_INF	0,23	(0,14)	(0,11)	-	-	-	0,19	-	-	(0,12)	-	(0,13)	(0,19)	-	-	-	0,24	-	(0,12)	0,11	-	-	(0,13)	-	-	(0,31)	0,21	-	0,13	0,13	-
89	OBT_RE	-	0,16	0,14	-	0,12	-	0,15	0,37	-	(0,22)	(0,23)	0,30	0,10	(0,14)	(0,14)	(0,13)	(0,22)	0,14	-	-	-	(0,13)	-	-	-	0,11	-	-	(0,15)	0,17	
90	OBT_EX	-	-	-	-	(0,20)	(0,15)	(0,16)	(0,27)	-	0,27	0,26	(0,14)	-	0,21	-	0,33	0,14	-	(0,10)	-	-	0,14	0,15	-	-	(0,13)	-	-	-	-	-
91	ENSFUND	0,13	0,54	-	-	0,21	-	0,13	0,14	-	(0,22)	0,14	(0,14)	-	-	-	0,11	-	(0,19)	(0,12)	-	(0,10)	-	-	-	-	-	0,12	(0,15)	-	-	-
92	ENSMED	0,21	0,63	0,14	-	0,38	0,21	-	-	-	-	0,17	-	-	0,14	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-	-	-
93	ENSSUP	0,71	0,17	(0,13)	0,13	0,26	-	-	(0,22)	-	-	-	-	-	(0,14)	(0,10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-
94	ALFABET	0,50	0,67	0,13	-	-	0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
95	ENERG	0,45	0,61	0,18	(0,16)	-	0,29	-	-	-	-	-	-	-	0,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
96	AGUA	0,51	0,62	0,15	(0,20)	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

ANEXO E – Cargas fatoriais para os 31 fatores (Continuação)

Nº Variável	Fator																																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31		
97	LIXO	0,42	0,21	-	(0,17)	-	-	-	-	-	0,11	-	-	-	-	-	-	-	(0,11)	0,17	-	0,12	0,20	-	0,14	-	-	0,14	0,12	-	0,13	0,16	
98	CARRO	0,22	0,83	0,21	-	-	0,15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
99	BANH	0,58	0,59	0,16	(0,22)	-	0,26	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
100	TELEF	0,60	0,58	-	-	-	0,12	-	(0,13)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
101	MEDICO	0,52	-	(0,19)	0,27	0,18	-	-	(0,20)	-	0,12	-	-	(0,12)	(0,15)	-	-	-	-	0,16	-	-	-	-	-	0,14	-	-	-	-	-	-	
102	GINI	-	(0,60)	(0,23)	-	0,37	0,22	-	(0,19)	-	0,12	0,13	-	0,11	-	-	-	-	-	-	(0,10)	-	-	-	0,10	-	-	-	-	-	-	-	
103	EST_10	-	-	-	0,38	(0,15)	(0,50)	-	0,16	-	(0,29)	-	-	0,11	-	(0,22)	(0,10)	-	-	-	0,14	-	0,14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
104	EST_100	(0,18)	0,42	0,16	0,43	-	(0,51)	-	0,12	-	(0,15)	0,13	-	-	(0,12)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
105	ASSENT	-	(0,25)	-	(0,17)	-	-	(0,13)	-	(0,24)	0,18	(0,18)	-	-	-	0,30	-	-	(0,14)	0,12	-	-	(0,20)	-	-	0,26	0,15	-	0,29	-	-	-	
106	LEITOSP1	-	-	-	0,14	0,31	(0,21)	-	(0,19)	-	0,22	0,12	-	0,14	-	-	-	(0,28)	-	0,15	-	0,26	0,13	0,26	-	(0,13)	(0,11)	-	0,12	-	-	-	
107	APO_RUR	(0,79)	-	0,11	0,28	0,29	-	-	-	-	-	0,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
108	APO_URB	0,79	-	(0,11)	(0,26)	(0,28)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Método de Extração dos Fatores: Método do Componente Principal

Anexo F - Coeficientes de influência das variáveis nos fatores

Nº Variável		FATOR														
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1	DENSD	0,01	0,00	0,01	0,03	0,03	0,00	0,03	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00	0,02
2	POPFEM	0,01	0,03	0,01	0,01	0,03	0,00	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	POPJOV	0,02	0,00	0,01	0,02	0,03	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,03	0,03
4	POPIDO	0,01	0,02	0,01	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00
5	PIBPC	0,00	0,01	0,00	0,00	0,02	0,03	0,08	0,01	0,02	0,00	0,02	0,02	0,02	0,03	0,00
6	VAB_A	0,02	0,00	0,01	0,01	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	VAB_I	0,02	0,01	0,00	0,01	0,04	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	VAB_S	0,01	0,02	0,01	0,00	0,02	0,02	0,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
9	VABRS_A	0,01	0,01	0,01	0,01	0,03	0,02	0,05	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
10	VABRS_I	0,02	0,00	0,01	0,05	0,02	0,02	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02
11	VABRS_S	0,01	0,00	0,02	0,06	0,01	0,02	0,02	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	INDUS	0,02	0,00	0,02	0,05	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00
13	ASFALT	0,02	0,00	0,00	0,02	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00
14	INTFINA	0,01	0,00	0,02	0,05	0,00	0,02	0,03	0,00	0,02	0,03	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00
15	RADIO	0,02	0,01	0,01	0,00	0,03	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
16	POP_TER	0,02	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,02
17	GERATV	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,03	0,00	0,00	0,03
18	INTERNET	0,02	0,00	0,01	0,01	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
19	LAZER	0,02	0,00	0,01	0,00	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
20	BIBMUS	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02	0,03	0,00	0,02	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03
21	ESTSUP	0,02	0,01	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,02	0,00	0,03	0,00
22	GER_REN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05	0,05	0,04	0,04	0,00	0,00	0,03	0,00
23	CAP_PROF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,04	0,06	0,02	0,00	0,00	0,03	0,00
24	DEF_CONS	0,02	0,01	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,03	0,03	0,00	0,03	0,00
25	JUIZ_PEQ	0,02	0,01	0,01	0,01	0,02	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
26	CONS_TUT	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,03	0,00	0,02	0,00	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,01
27	GUARDA	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,03	0,02	0,00	0,03
28	DEL_MULH	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,03	0,03	0,00	0,04	0,00
29	DEF_CIV	0,01	0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
30	ALTAMB01	0,01	0,01	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,02
31	ALTAMB02	0,01	0,01	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,02
32	ALTAMB03	0,01	0,01	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00
33	ALTAMB04	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,05	0,00	0,00	0,00
34	ALTAMB05	0,01	0,00	0,02	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	0,00	0,00	0,03
35	ALTAMB06	0,01	0,01	0,04	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00
36	ALTAMB07	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,03	0,05	0,00	0,02
37	ALTAMB08	0,01	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0,03	0,04
38	ALTAMB09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,03	0,00	0,03	0,00	0,07	0,02	0,00
39	ALTAMB10	0,01	0,01	0,03	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,03	0,00	0,00
40	ALTAMB11	0,01	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,02
41	ALTAMB12	0,01	0,01	0,02	0,00	0,01	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,05	0,00	0,03
42	ALTAMB13	0,01	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,00
43	ALTAMB14	0,01	0,01	0,04	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	ALTAMB15	0,01	0,02	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02
45	ALTAMB16	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03	0,02	0,03	0,03
46	ALTAMB17	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,03	0,07	0,00
47	ALTAMB18	0,01	0,01	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02
48	ALTAMB19	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,04	0,00	0,03	0,03
49	EDCAMB	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,04	0,00	0,00
50	AGE21	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,02	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
51	DEG_PROT	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,05	0,03	0,00
52	EMANCIP	0,02	0,01	0,01	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
53	ESCPUB	0,02	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
54	DP2	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,05	0,02	0,01	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02

(continua)

ANEXO F – Coeficientes de influência das variáveis nos fatores (continuação)

Nº Variável	FATOR															
	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31
1	DENSD	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
2	POPFEM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3	POPJOV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
4	POPIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5	PIBPC	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	VAB_A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7	VAB_I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8	VAB_S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9	VABRS_A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
10	VABRS_I	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11	VABRS_S	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	INDUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	ASFALT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,03	0,00
14	INTFINA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15	RADIO	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
16	POP_TER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
17	GERATV	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
18	INTERNET	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
19	LAZER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
20	BIBMUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
21	ESTSUP	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22	GER_REN	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	CAP_PROF	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00
24	DEF_CONS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
25	JUIZ_PEQ	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00
26	CONS_TUT	0,02	0,04	0,03	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,04
27	GUARDA	0,00	0,02	0,02	0,04	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,02	0,00	0,04	0,00	0,00
28	DEL_MULH	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00
29	DEF_CIV	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00	0,06	0,05	0,00
30	ALTAMB01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00
31	ALTAMB02	0,03	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00
32	ALTAMB03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00
33	ALTAMB04	0,00	0,00	0,02	0,00	0,03	0,00	0,00	0,04	0,03	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04
34	ALTAMB05	0,02	0,05	0,02	0,00	0,06	0,03	0,03	0,00	0,02	0,02	0,03	0,00	0,00	0,02	0,00
35	ALTAMB06	0,02	0,02	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
36	ALTAMB07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,04	0,00	0,00	0,03	0,02	0,06	0,03	0,03
37	ALTAMB08	0,02	0,00	0,03	0,02	0,05	0,00	0,02	0,00	0,00	0,03	0,03	0,03	0,02	0,00	0,04
38	ALTAMB09	0,03	0,03	0,00	0,07	0,00	0,03	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02
39	ALTAMB10	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00
40	ALTAMB11	0,02	0,00	0,05	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03
41	ALTAMB12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42	ALTAMB13	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
43	ALTAMB14	0,00	0,00	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44	ALTAMB15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00
45	ALTAMB16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03
46	ALTAMB17	0,02	0,03	0,00	0,00	0,02	0,00	0,02	0,00	0,00	0,05	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00
47	ALTAMB18	0,00	0,00	0,02	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
48	ALTAMB19	0,04	0,00	0,03	0,05	0,00	0,00	0,02	0,06	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03
49	EDCAMB	0,04	0,00	0,02	0,00	0,00	0,05	0,06	0,02	0,04	0,00	0,05	0,02	0,00	0,03	0,00
50	AGE21	0,03	0,03	0,04	0,00	0,03	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,04	0,02	0,03	0,07	0,03
51	DEG_PROT	0,02	0,00	0,02	0,00	0,03	0,05	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,05
52	EMANCIP	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
53	ESCPUB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00
54	DP2	0,00	0,00	0,04	0,02	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

(continua)

ANEXO G

Cargas Fatoriais para a formação dos clusters

Fator	Clusters					
	1	2	3	4	5	6
1	-1,23	-0,18	-0,64	0,45	-0,66	5,22
2	-0,12	-0,1	-0,01	0,12	0,04	-0,03
3	0,2	0,07	0,22	-0,14	-0,16	-5,13
4	0,65	0,06	0,24	-0,23	0,48	13,36
5	-0,36	-0,05	-0,14	0,12	0,01	-1,96
6	2,2	-0,17	0,68	-0,13	0,22	4,01
7	0,22	-0,17	0,16	0,09	-95	6,05
8	-3,85	0,02	-0,71	0,3	0,58	(0,85
9	0,65	-0,31	0,12	0,29	2,73	-2,53
10	-3,97	-0,04	-0,24	0,12	1,32	6,28
11	0,46	-0,09	0,06	0,06	1,06	0,75
12	-0,28	-0,07	-0,29	0,18	1,26	3,35
13	1,07	-0,21	-0,06	0,25	5,07	-2,97
14	2,42	-0,24	0,23	0,15	1,4	-1,45
15	-1,55	-0,11	-0,11	0,18	-0,56	-1,45
16	-0,46	0,12	-0,4	0,04	-1,25	1,52
17	-1,38	-0,28	0,6	0,08	-1,51	-0,79
18	3,4	0,03	-0,28	0,06	1,23	-2,26
19	1,33	-0,05	-0,06	0,06	3,96	-0,03
20	-2,03	-0,23	0,17	0,23	-7,33	-2,15
21	8,38	-0,22	0,02	0,21	-1,64	-1,19
22	-2,59	-0,07	0,37	-0,03	-3,39	-2,41
23	3,62	-0,15	0,18	0,1	-6,21	-0,6
24	-5,04	-0,13	0,22	0,07	-0,26	-0,45
25	2,47	-0,27	0,04	0,26	-1,49	0,69
26	3,79	-0,24	0,02	0,22	0,46	1,77
27	0,28	-0,1	0,27	-0,04	6,58	0,52
28	2	-0,2	0,01	0,21	-3,77	1,04
29	-2,65	-0,19	0,55	-0,04	8,04	-0,17
30	10,58	0,12	0,04	-0,2	-3,1	1,93
31	-1,015	0,06	0,17	-0,1	-6,4	0,23

ANEXO H

Média das variáveis no RS, nos *cluster* e nos *subcluster*

Tipo de Intit.	Variável	RS	CLUSTER E SUBCLUSTER																				
			1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5	6
Ambientais	1 ALTAMB01	29,03	0,00	34,42	100,00	0,00	50,00	82,14	26,23	23,17	20,51	37,50	0,00	0,00	20,00	25,51	45,16	100,00	50,00	16,03	32,00	0,00	100,00
	2 ALTAMB02	8,67	0,00	9,30	0,00	0,00	0,00	10,71	9,29	13,41	15,38	12,50	0,00	0,00	12,00	5,61	21,88	0,00	0,00	2,56	0,00	0,00	100,00
	3 ALTAMB03	11,09	0,00	7,91	100,00	0,00	0,00	21,43	5,46	13,41	7,69	31,25	0,00	0,00	12,00	13,27	24,24	0,00	50,00	7,69	18,52	0,00	100,00
	4 ALTAMB04	3,23	0,00	1,86	0,00	0,00	0,00	3,57	1,64	3,66	0,00	18,75	0,00	0,00	0,00	4,08	17,65	0,00	0,00	0,64	3,57	0,00	100,00
	5 ALTAMB05	3,63	0,00	5,12	0,00	0,00	0,00	7,14	4,92	3,66	2,56	0,00	0,00	0,00	8,00	2,04	5,71	0,00	0,00	1,28	0,00	0,00	0,00
	6 ALTAMB06	7,66	0,00	6,05	100,00	0,00	0,00	21,43	3,28	10,98	7,69	25,00	0,00	0,00	8,00	7,65	33,33	50,00	50,00	0,64	0,00	0,00	100,00
	7 ALTAMB07	5,44	0,00	6,51	100,00	0,00	0,00	17,86	4,37	9,76	12,82	12,50	0,00	0,00	4,00	2,55	2,70	50,00	0,00	1,92	0,00	0,00	0,00
	8 ALTAMB08	10,28	0,00	17,21	100,00	0,00	0,00	39,29	13,66	3,66	2,56	6,25	0,00	0,00	4,00	5,61	5,26	100,00	0,00	3,85	3,13	0,00	0,00
	9 ALTAMB09	0,40	0,00	0,47	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,51	0,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10 ALTAMB10	7,46	0,00	9,77	0,00	0,00	0,00	35,71	6,01	2,44	2,56	6,25	0,00	0,00	0,00	7,14	12,50	50,00	50,00	1,28	14,71	0,00	0,00
	11 ALTAMB11	4,84	0,00	5,58	0,00	0,00	0,00	28,57	2,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,12	21,95	50,00	0,00	0,64	0,00	0,00	0,00
	12 ALTAMB12	3,02	0,00	1,86	0,00	0,00	0,00	7,14	1,09	2,44	2,56	6,25	0,00	0,00	0,00	4,59	7,14	0,00	50,00	0,64	8,33	0,00	0,00
	13 ALTAMB13	6,45	0,00	4,65	0,00	0,00	0,00	14,29	3,28	2,44	2,56	0,00	0,00	0,00	4,00	10,20	20,93	50,00	50,00	3,85	8,11	0,00	0,00
	14 ALTAMB14	10,28	0,00	10,70	0,00	0,00	50,00	21,43	8,74	7,32	5,13	18,75	0,00	0,00	4,00	11,22	15,91	50,00	50,00	6,41	7,89	0,00	0,00
	15 ALTAMB15	13,31	0,00	13,95	100,00	0,00	0,00	39,29	9,84	13,41	7,69	18,75	0,00	0,00	20,00	12,76	20,00	50,00	50,00	5,77	12,82	0,00	0,00
	16 ALTAMB16	5,04	0,00	4,19	0,00	0,00	0,00	7,14	3,83	7,32	5,13	18,75	0,00	0,00	4,00	5,10	17,39	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	17 ALTAMB17	1,81	0,00	0,93	0,00	0,00	0,00	3,57	0,55	1,22	0,00	6,25	0,00	0,00	0,00	2,55	0,00	0,00	0,00	0,00	12,20	0,00	100,00
	18 ALTAMB18	6,25	0,00	4,19	0,00	0,00	0,00	21,43	1,64	8,54	2,56	25,00	0,00	0,00	8,00	7,14	16,67	0,00	50,00	1,26	7,14	0,00	100,00
	19 ALTAMB19	3,23	0,00	6,51	100,00	0,00	0,00	42,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,02	2,04	0,00	0,00	0,00	2,33	0,00	0,00
	20 EDCAMB	55,85	100,00	57,21	100,00	0,00	50,00	75,00	54,10	37,80	23,08	50,00	1,00	1,00	80,00	61,73	26,00	100,00	0,00	59,01	25,00	0,00	100,00
	21 AGE21	6,05	0,00	9,30	0,00	0,00	0,00	10,71	9,29	2,44	2,56	6,25	0,00	0,00	0,00	3,57	1,96	0,00	50,00	2,47	2,22	0,00	100,00
	22 DEG_PROT	17,94	100,00	9,77	0,00	0,00	0,00	25,00	7,65	9,76	5,13	18,75	0,00	0,00	12,00	29,59	25,00	50,00	50,00	22,09	15,22	100,00	0,00
	23 DES_GAM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02	0,00

(continua)

ANEXO H

Média das variáveis no RS, nos *cluster* e nos *subcluster* (continuação)

Tipo de Intit.	Variável	RS	CLUSTER E SUBCLUSTER																						
			1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5	6		
Oportunidades Sociais	Infra-estrutura	1 RADIO	33,67	0,00	28,84	0,00	100,00	0,00	64,29	23,50	0,00	0,00	0,07	0,00	0,00	0,00	50,00	2,94	50,00	100,00	100,00	26,67	0,00	100,00	
		2 POP_TER	10,68	28,85	11,71	9,23	13,38	12,38	8,37	12,19	13,81	13,78	12,50	25,80	8,83	14,43	8,22	8,80	5,30	5,25	8,45	5,75	6,01	2,71	
		3 GERATV	4,64	0,00	6,51	0,00	0,00	0,00	0,00	46,43	0,55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4,08	0,00	0,00	0,00	0,03	0,44	0,00	100,00	
		4 INTERNET	29,44	0,00	21,86	0,00	0,00	0,00	0,00	71,43	14,75	7,43	6,57	39,06	0,00	0,00	48,00	47,45	2,48	100,00	50,00	29,17	3,56	0,00	100,00
		5 LAZER	4,18	0,00	4,06	6,00	2,00	1,50	5,63	3,85	2,76	2,64	2,13	2,00	4,00	3,32	4,90	4,76	6,00	6,50	4,83	5,53	5,00	8,00	
		6 BIBMUS	79,00	0,00	80,47	100,00	100,00	50,00	85,71	79,23	45,12	41,03	31,25	0,00	100,00	60,00	91,74	95,24	100,00	50,00	93,59	87,67	100,00	100,00	
		7 DES_URB	0,04	0,00	0,03	0,05	0,01	0,01	0,04	0,03	0,03	0,04	0,02	0,08	0,05	0,02	0,05	0,04	0,10	0,06	0,05	0,08	0,01	0,05	
		8 DES_HAB	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,03	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	
		9 DES_SAN	0,01	0,02	0,01	0,03	0,00	0,01	0,01	0,01	0,02	0,02	0,03	0,00	0,01	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,02	0,00	0,00	0,03	
		10 DES_ORG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	
		11 ASFALT	67,14	0,00	65,58	100,00	100,00	0,00	82,14	63,39	43,13	78,90	39,06	100,00	0,00	48,00	84,18	85,71	100,00	100,00	82,05	100,00	0,00	100,00	
		12 ENERG	95,33	97,53	93,85	98,82	83,25	75,73	97,02	93,60	95,11	96,28	97,41	95,34	96,76	91,72	97,01	95,68	99,89	98,68	97,12	97,14	95,65	99,84	
		13 AGUA	91,48	93,47	89,99	98,05	76,30	79,66	92,42	89,76	90,79	91,24	94,38	90,38	89,41	87,87	93,36	92,46	97,59	93,97	93,31	94,51	91,07	97,80	
		14 LIXO	92,21	90,23	89,88	97,15	84,07	87,99	95,60	89,04	91,78	91,83	93,67	97,64	93,42	90,18	94,92	93,10	97,99	97,94	94,85	97,37	92,56	99,32	
		15 EST_10	34,01	35,80	34,96	24,07	57,60	35,17	30,28	35,59	34,40	36,18	30,44	21,49	41,50	34,40	32,72	35,13	20,87	55,45	32,97	25,24	28,89	52,41	
		16 EST_100	91,51	99,33	91,91	99,19	99,83	98,62	81,28	93,28	91,09	90,91	89,75	62,27	99,76	93,02	91,18	89,96	88,94	94,23	92,48	79,23	98,74	91,44	
		17 ASSENT	11,68	0,00	6,33	0,00	0,00	0,00	22,81	4,07	2,23	2,72	1,69	0,00	0,00	2,00	21,67	43,29	0,00	0,00	21,18	2,33	0,00	0,00	
Saúde	18 DES_SAU	0,19	0,16	0,19	0,19	0,19	0,19	0,20	0,19	0,19	0,18	0,28	0,16	0,20	0,19	0,20	0,19	0,25	0,19	0,19	0,23	0,40			
	19 EXPNAS	83,39	72,68	83,26	89,39	74,49	74,39	81,70	83,63	81,44	81,45	82,73	83,12	84,85	80,40	84,46	81,84	81,13	81,54	84,91	84,28	74,37	81,67		
	20 OBT_INF	0,02	0,00	0,02	0,06	0,00	0,00	0,03	0,02	0,03	0,06	0,00	0,00	0,09	0,02	0,02	0,03	0,06	0,04	0,02	0,04	0,00	0,08		
	21 OBT_RE	0,45	0,38	0,45	0,41	0,44	0,36	0,43	0,46	0,41	0,39	0,48	0,43	0,18	0,41	0,45	0,48	0,42	0,43	0,45	0,46	0,56	0,39		
	22 OBT_EX	0,10	0,06	0,09	0,03	0,07	0,33	0,10	0,09	0,12	0,10	0,13	0,00	0,36	0,13	0,10	0,10	0,11	0,09	0,10	0,09	0,06	0,09		
	23 MEDICO	0,42	0,00	0,30	1,57	0,00	0,00	0,93	0,21	0,40	0,26	0,69	1,09	0,00	0,41	0,54	0,45	0,10	0,48	0,56	0,54	0,84	5,93		
	24 LEITOSPI	3,38	7,28	3,25	4,73	4,37	41,36	2,62	2,93	2,78	1,90	6,56	3,44	0,00	1,82	3,77	4,50	0,48	1,45	3,91	2,05	0,00	4,56		

(continua)0

ANEXO H

Média das variáveis no RS, nos *cluster* e nos *subcluster* (continuação)

Tipo de Intit.	Variável	RS	CLUSTER E SUBCLUSTER																							
			1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5	6			
Oportunidades Sociais	Educação	25	ESCPUB	97,46	100,00	97,99	100,00	100,00	100,00	93,22	98,63	99,45	99,64	99,80	100,00	100,00	98,89	96,13	96,30	94,07	89,63	96,09	97,40	100,00	76,40	
		26	DES_EDU	0,27	0,28	0,27	0,27	0,30	0,25	0,28	0,27	0,26	0,26	0,27	0,25	0,23	0,25	0,28	0,27	0,32	0,28	0,28	0,30	0,24	0,22	
		27	DES_CUL	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02
		28	DES_CIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		29	DES_DES	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,01	0,01
		30	ENSFUND	96,62	97,23	96,20	98,10	95,72	92,97	96,17	96,23	96,56	96,81	97,19	96,37	97,43	95,75	97,11	96,01	95,88	96,13	97,33	96,72	95,56	96,34	
		31	ENSMED	46,05	57,38	43,08	68,75	41,92	34,78	45,68	42,69	47,31	47,55	51,41	48,97	47,78	44,23	48,66	46,51	39,57	44,10	49,64	43,39	46,12	54,22	
		32	ENSSUP	6,76	9,64	5,31	9,41	6,72	2,12	9,98	4,64	5,84	4,24	9,99	7,72	6,61	5,56	8,62	8,49	7,16	11,65	8,72	7,54	2,14	28,85	
		33	ALFABET	90,86	88,55	90,14	92,50	85,25	85,18	91,46	90,03	89,57	88,95	92,06	88,55	89,30	89,01	92,19	90,26	94,75	92,87	92,40	92,21	88,62	96,54	
		34	ESTSUP	14,92	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	57,14	3,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,02	36,36	50,00	50,00	25,00	12,50	0,00	100,00	
	Seg.	35	GUARDA	10,28	0,00	5,12	0,00	100,00	0,00	25,00	1,64	8,54	12,82	6,25	0,00	0,00	4,00	16,33	17,86	100,00	100,00	12,82	13,64	0,00	100,00	
		36	DEL_MULH	8,06	0,00	5,12	0,00	0,00	0,00	28,57	1,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,29	20,69	50,00	50,00	12,82	0,00	0,00	100,00	
		37	DEF_CIV	38,71	0,00	35,35	0,00	0,00	0,00	71,43	30,60	18,29	23,08	12,50	0,00	0,00	16,00	100,00	33,33	50,00	50,00	53,21	20,83	0,00	100,00	
		38	DES_SEG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,02		
		39	CONS_TUT	76,41	0,00	81,40	0,00	100,00	100,00	85,71	80,33	25,61	23,08	12,50	0,00	0,00	40,00	92,35	66,67	100,00	100,00	92,31	71,43	100,00	100,00	
	Just.	40	DEF_CONS	12,50	0,00	10,70	0,00	0,00	0,00	53,57	4,37	1,22	0,00	0,00	0,00	0,00	4,00	19,39	32,00	50,00	0,00	17,95	5,26	0,00	0,00	
		41	JUIZ_PEQ	42,34	0,00	39,53	0,00	0,00	0,00	67,86	36,07	9,76	10,26	6,25	0,00	0,00	16,00	59,18	65,38	100,00	50,00	55,13	45,00	0,00	100,00	
	Empr.	42	GER_REN	67,54	0,00	57,67	100,00	100,00	100,00	17,07	57,38	54,88	46,15	25,00	100,00	100,00	84,00	83,67	82,61	9,52	50,00	83,97	58,82	100,00	100,00	
		43	CAP_PROF	66,94	0,00	56,28	100,00	0,00	50,00	10,98	60,11	51,22	48,72	12,50	100,00	100,00	80,00	0,85	70,83	9,52	50,00	85,90	66,67	100,00	100,00	
		44	DES_TRB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	Ass. Soc.	45	DES_ASS	0,02	0,03	0,02	0,03	0,06	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	0,03	0,03	0,03	0,02	0,02	0,02	0,02	0,03	0,03	0,02	0,01	
		46	DES_DIR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	
		47	DES_PVS	0,02	0,00	0,02	0,01	0,00	0,00	0,02	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04	0,02	0,03	0,03	0,00	0,01	
		48	APO_RUR	55,43	87,13	57,91	72,41	82,80	83,10	36,57	60,41	69,68	69,58	72,79	11,67	76,35	69,91	46,71	53,43	1,63	10,56	48,98	24,56	83,46	0,48	
		49	APO_URB	44,57	12,87	42,09	27,59	17,20	16,90	63,43	39,59	30,32	30,42	27,21	88,33	23,65	30,09	53,29	46,57	98,37	89,44	51,02	75,44	16,54	99,52	

(continua)

ANEXO H

Média das variáveis no RS, nos *cluster* e nos *subcluster* (continuação)

Tipo de Init.	Variável		RS	CLUSTER E SUBCLUSTER																					
				1	2	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5	6	
Demográficos	1	DENSD	88,19	27,65	39,90	20,13	35,09	17,30	101,98	31,21	19,59	19,76	13,95	3,00	31,33	23,13	156,41	44,08	2866,59	1291,74	121,48	164,25	24,00	2848,55	
	2	POPFEM	37,83	33,70	37,70	41,11	38,75	34,71	38,07	37,66	37,11	37,22	36,84	34,50	38,93	37,14	38,28	37,87	37,10	37,13	38,45	37,37	36,98	42,37	
	3	POPJOV	29,08	28,57	28,78	27,18	24,56	26,64	30,56	28,56	27,31	27,21	25,95	25,14	26,77	28,44	30,14	29,56	33,52	32,23	30,05	31,19	25,63	32,67	
	4	POPIDO	9,23	9,90	9,65	11,66	11,58	9,78	8,36	9,83	9,82	9,59	11,66	9,11	8,75	9,08	8,53	8,60	4,95	6,87	8,66	7,68	8,75	8,74	
	5	CRES_POP	21,73	0,11	0,01	-0,14	-0,16	-0,17	0,07	0,00	0,01	0,02	0,01	0,06	-0,09	0,00	0,10	0,03	0,26	0,19	0,07	0,41	-0,14	0,09	
Produtivos	1	VAB_A	0,46	0,74	0,50	0,68	0,45	0,63	0,32	0,52	0,61	0,61	0,70	0,79	0,39	0,57	0,36	0,43	0,00	0,01	0,39	0,12	0,20	0,00	
	2	VAB_I	0,19	0,01	0,17	0,03	0,04	0,04	0,28	0,16	0,08	0,07	0,05	0,01	0,35	0,09	0,26	0,15	0,38	0,75	0,26	0,29	0,59	0,27	
	3	VAB_S	0,35	0,25	0,33	0,30	0,51	0,33	0,39	0,32	0,31	0,32	0,25	0,20	0,26	0,34	0,38	0,42	0,62	0,24	0,36	1,19	0,21	0,73	
	4	VABRS_A	100,00	0,10	0,21	0,23	0,05	0,06	0,48	0,18	9,75	4,16	2,17	0,15	0,05	3,17	43,90	6,16	0,00	0,22	36,32	1,19	0,05	0,11	
	5	VABRS_I	100,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,84	0,04	0,79	0,23	0,07	0,03	0,02	0,47	52,66	2,75	0,86	8,63	38,18	2,24	0,06	7,67	
	6	VABRS_S	100,00	0,01	0,14	0,04	0,02	0,01	0,77	0,05	2,07	0,83	0,30	0,03	0,01	0,91	42,01	4,61	1,13	3,17	30,49	2,62	0,02	21,25	
	7	INDUS	145,52	7,00	117,25	50,00	17,00	7,50	564,67	53,85	19,02	17,49	11,50	9,00	18,00	26,68	193,30	169,52	809,50	968,00	178,29	197,27	26,00	7489,00	
	8	INTFINA	13,49	0,00	8,60	2,00	2,00	0,00	51,85	2,43	45,00	11,00	5,00	0,00	1,00	28,00	12,10	10,62	43,00	82,00	11,34	8,60	1,00	2426,00	
	9	DP2	70,55	89,87	68,03	69,52	63,03	60,14	78,45	66,48	73,56	73,05	71,61	93,04	55,27	75,55	72,00	77,89	81,85	87,15	69,52	86,21	73,07	57,50	
	10	DV4	11,69	5,50	13,41	11,52	19,75	15,40	8,12	14,18	9,04	10,54	8,40	2,27	17,79	7,05	10,88	8,31	2,26	1,95	11,81	7,16	9,21	27,35	
	11	DES_AGR	0,05	0,11	0,05	0,04	0,13	0,15	0,03	0,05	0,06	0,07	0,06	0,03	0,09	0,05	0,03	0,02	0,00	0,01	0,04	0,01	0,07	0,00	
	12	DES_IND	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,01	0,00	
	13	DES_COS	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,02	0,00	0,01
	14	EXPORT	0,87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,10	0,00	0,00	0,00	0,06

(continua)

ANEXO H

Média das variáveis no RS, nos *cluster* e nos *subcluster* (continuação)

Tipo de Intit.	Variável	RS	CLUSTER E SUBCLUSTER																				
			1,00	2,00	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	3,00	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	4,00	4.1	4.2	4.3	4.4	4.5	5,00	6,00
Administrat.	1 DES_ADM	0,20	0,16	0,22	0,13	0,21	0,14	0,23	0,22	0,20	0,18	0,24	0,08	0,16	0,21	0,19	0,19	0,16	0,19	0,19	0,19	0,16	0,08
	2 DES_LEG	0,04	0,04	0,04	0,03	0,00	0,02	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03	0,04	0,04	0,04	0,04	0,04	0,03	0,04	0,03	0,04
	3 DES_JUD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
	4 DES_EJU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	5 DES_DEF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	6 DES_REL	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7 DES_COM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	8 DES_ENE	0,01	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,01	0,01	0,02	0,00
	9 DES_TRAP	0,09	0,17	0,09	0,17	0,09	0,06	0,06	0,10	0,11	0,12	0,10	0,11	0,18	0,09	0,08	0,08	0,04	0,06	0,08	0,04	0,17	0,00
	10 DES_EN	0,01	0,00	0,01	0,03	0,00	0,00	0,02	0,01	0,01	0,01	0,00	0,02	0,01	0,01	0,02	0,03	0,04	0,03	0,01	0,02	0,00	0,07
	11 DES_REC	1,08	0,91	1,05	1,00	1,02	1,11	1,12	1,04	1,03	1,03	1,01	1,25	1,09	1,04	1,13	1,09	1,21	1,10	1,11	1,48	1,02	1,41
	12 EMANCIPI	44,89	11,00	43,87	43,00	42,00	13,50	98,74	36,25	17,79	16,10	17,19	11,00	19,00	21,04	56,87	72,24	42,00	122,00	54,83	49,93	19,00	199,00
Estrt. Cons.	1 PIBPC	14010,86	11695,84	13103,85	13269,89	5716,49	9335,19	13991,75	13066,37	14056,93	12623,04	18232,73	26155,25	13055,96	13177,40	14989,62	11792,21	9599,10	145971,97	14388,54	8971,65	18472,36	11257,14
	2 GINI	0,52	0,57	0,51	0,45	0,54	0,55	0,56	0,51	0,53	0,52	0,53	0,61	0,68	0,54	0,53	0,55	0,47	0,55	0,52	0,53	0,60	0,61
	3 CARRO	45,68	40,52	44,27	64,27	27,01	40,82	43,43	44,44	44,51	43,71	51,47	33,33	35,35	42,12	47,73	43,46	40,51	47,54	48,80	43,61	40,81	49,17
	4 BANH	83,08	86,20	80,23	93,75	58,04	72,39	86,00	79,56	81,78	81,64	88,79	84,58	77,33	77,57	86,71	85,92	93,81	89,44	86,36	90,09	75,84	95,41
	5 TELEF	27,36	21,20	24,38	26,69	11,50	14,32	32,49	23,41	24,45	21,13	37,37	26,59	13,48	21,71	31,68	26,15	27,09	32,73	32,31	33,32	25,46	68,38

Fonte: Elaborado pela autora.

ANEXO I
Composição e classificação dos *clusters*

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. Per <i>capita</i> /ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
1.1 Lagoa Bonita do Sul	27,65	2.700	Rural	45,82	-0,04	Produtor	1.879,14	Satisfatória	0	37,5	37,5	Tendência Favorável
Classificação do cluster	27,65	2.700	Essencialm. Rural	100,00%	0 Munc. Cons.	Produtor	2.700 pessoas	0	37,5	37,5	Não- Pobre	Tendência Favorável
	100,00%						100,00%					01 município – 100%
	Pop. Total Mun. Rural						Pop. Total em Mun. Renda Satisfatória					
2.1 Rondinha	20,13	5.493	Rural	45,67	0,01	Produtor	1.325,26	Satisfatória	-50	-23,08	-73,08	Tendência Desfavorável
Classificação do cluster	20,13	5.493	Essencialm. Rural	100,00%	0 Munc. Cons.	Produtor	5.493 pessoas	-50	-23,08	-73,08	Pobre	Tendência Desfavorável
	100,00%						100,00%					01 município – 100%
	Pop. Total Mun. Rural						Pop. Total em Mun. Renda Satisfatória					
2.2 Miraguaí	35,09	4.347	Rural	58,65	0,02	Consumidor	1.372,22	Satisfatória	0	25	25	Tendência Favorável
Classificação do cluster	35,09	4.347	Essencialm. Rural	100,00%	1 Munc. Cons.	Consumidor	4.347 pessoas	0	25	25	Não- Pobre	Tendência Favorável
	100,00%						100,00%					01 município – 100%
	Pop. Total Mun. Rural						Pop. Total em Mun. Renda Satisfatória					
2.3.1 Benjamin Constant do Sul	18,87	3.010	Rural	52,23	0,01	Consumidor	1.503,28	Satisfatória	0	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
2.3.2 Santo Antônio do Palma	15,73	2.054	Rural	37,89	0,02	Produtor	3.122,11	Satisfatória	0	0	0	Estável
Classificação do cluster	17,30	5.064	Essencialm. Rural	50,00%	1 Munc. Cons.	Produtor	2.054 pessoas	0	-28,57	-28,57	Pobre	Tendência Desfavorável
	100,00%						59,44%					01 município – 50,00%
	Pop. Total Mun. Rural						Pop. Total em Mun. Renda Satisfatória					

(Continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos clusters (Continuação)

Municípios	Dens	Pop. Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
2.4.1 Alegrete	10,79	83.751	Rural	52,98	0,02	Consumidor	707,65	Insatisfatória	-33,33	6,38	-26,95	Tendência Desfavorável
2.4.2 Arroio Grande	8,14	19.587	Rural	40,51	0,03	Produtor	875,30	Insatisfatória	0,00	4,76	4,76	Tendência Favorável
2.4.3 Arvorezinha	38,23	10.603	Rural	50,99	0,02	Consumidor	979,74	Insatisfatória	0,00	44,83	44,83	Tendência Favorável
2.4.4 Bagé	29,43	119.961	Urbano	69,65	0,00	Consumidor	801,90	Insatisfatória	0,00	43,59	43,59	Tendência Favorável
2.4.5 Barra do Guarita	42,48	2.585	Rural	55,02	0,00	Consumidor	1.665,45	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
2.4.6 Barra do Quaraí	4,47	4.578	Rural	27,45	0,04	Consumidor	1.695,74	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
2.4.7 Cachoeira do Sul	24,06	85.678	Rural	62,76	0,02	Consumidor	723,08	Insatisfatória	0,00	-27,14	-27,14	Tendência Desfavorável
2.4.8 Carazinho	93,20	59.113	Urbano	62,37	0,02	Consumidor	907,64	Insatisfatória	0,00	-5,88	-5,88	Tendência Desfavorável
2.4.9 Caxias do Sul	252,46	400.313	Urbano	46,47	0,07	Consumidor	1.121,49	Insatisfatória	150,00	43,51	193,51	Tendência Favorável
2.4.10 Cruzeiro do Sul	80,89	12.221	Urbano	45,54	0,02	Produtor	876,15	Insatisfatória	0,00	35,29	35,29	Tendência Favorável
2.4.11 Estrela Velha	14,33	3.825	Rural	42,14	0,07	Consumidor	2.000,27	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
2.4.12 Formigueiro	12,45	7.022	Rural	44,28	0,03	Produtor	1.105,33	Insatisfatória	0,00	-6,25	-6,25	Tendência Desfavorável
2.4.13 Ibarama	22,44	4.166	Rural	39,35	0,01	Produtor	1.619,14	Satisfatória	0,00	-9,09	-9,09	Tendência Desfavorável
2.4.14 Jaguarão	15,14	31.219	Rural	60,79	0,01	Consumidor	734,67	Insatisfatória	0,00	8,57	8,57	Tendência Favorável
2.4.15 Maçambará	3,50	5.561	Rural	29,26	0,09	Consumidor	1.422,52	Insatisfatória	0,00	40,00	40,00	Tendência Favorável
2.4.16 Maximiliano de Almeida	22,94	4.960	Rural	43,19	-0,02	Produtor	1.179,20	Insatisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
2.4.17 Novo Hamburgo	1.145,70	257.285	Urbano	56,56	0,06	Consumidor	822,82	Insatisfatória	0,00	67,03	67,03	Tendência Favorável
2.4.18 Pelotas	207,58	334.101	Urbano	68,50	0,03	Consumidor	629,32	Insatisfatória	0,00	-6,71	-6,71	Tendência Desfavorável
2.4.19 Pinhal da Serra	5,46	2.357	Rural	30,95	-0,09	Produtor	2.088,11	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
2.4.20 Rio Grande	70,29	193.045	Urbano	48,09	0,08	Consumidor	788,90	Insatisfatória	-25,00	38,71	13,71	Tendência Favorável
2.4.21 Santa Cruz do Sul	160,50	113.988	Urbano	36,58	0,13	Consumidor	1.124,90	Insatisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
2.4.22 Santa Maria	145,45	256.394	Urbano	79,49	0,00	Consumidor	604,63	Insatisfatória	50,00	-6,03	43,97	Tendência Favorável
2.4.23 Santa Rosa	139,54	66.144	Urbano	53,97	0,02	Consumidor	768,41	Insatisfatória	0,00	-3,64	-3,64	Tendência Desfavorável
2.4.24 Santana do Livramento	13,55	96.848	Rural	69,17	0,00	Consumidor	497,18	Insatisfatória	0,00	-15,00	-15,00	Tendência Desfavorável
2.4.25 Santo Ângelo	114,32	76.236	Urbano	71,20	0,02	Consumidor	703,10	Insatisfatória	0,00	38,18	38,18	Tendência Favorável
2.4.26 São Jerônimo	24,47	20.690	Rural	65,54	-0,02	Consumidor	731,31	Insatisfatória	0,00	-20,69	-20,69	Tendência Desfavorável
2.4.27 São José do Hortêncio	62,45	3.967	Rural	32,09	0,04	Consumidor	1.695,95	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.4.28 São Sepé	11,63	24.790	Rural	48,98	0,03	Produtor	869,42	Insatisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
Classificação do cluster	99,14	2.300.988	Relativamente Rural	75,00%	Consumidor	Insatisfatória	2.279.510	5,06	12,86	17,92	14 municípios - 50%	Pobre
	17,91%	peças										
	Pop. Total Mun. Rural	99,07%					Pop. Total em Mun.					

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos clusters (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais	
2.5.1	Água Santa	12,14	3.744	Rural	40,97	0,08	Consumidor	2.067,71	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.2	Agudo	33,72	17.981	Rural	42,36	0,02	Produtor	995,80	Insatisfatória	0,00	-23,53	-23,53	Tendência Desfavorável
2.5.3	Alecrim	22,81	7.513	Rural	48,79	0,01	Produtor	955,08	Insatisfatória	0,00	-37,04	-37,04	Tendência Desfavorável
2.5.4	Alpestre	25,65	8.200	Rural	43,25	0,02	Produtor	1.009,12	Satisfatória	0,00	-35,00	-35,00	Tendência Desfavorável
2.5.5	Amaral Ferrador	12,51	5.968	Rural	45,96	0,00	Produtor	1.103,23	Satisfatória	0,00	-5,88	-5,88	Tendência Desfavorável
2.5.6	Anta Gorda	26,20	6.299	Rural	38,10	0,03	Produtor	1.367,93	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
2.5.7	Antônio Prado	40,26	13.582	Rural	39,72	0,07	Consumidor	1.027,46	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.8	Araricá	154,91	5.710	Urbano	52,21	0,08	Consumidor	1.088,23	Satisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
2.5.9	Aratiba	18,61	6.415	Rural	27,28	0,00	Produtor	3.123,52	Satisfatória	-50,00	7,14	-42,86	Tendência Desfavorável
2.5.10	Arroio dos Ratos	32,14	13.425	Rural	65,85	-0,02	Consumidor	899,06	Insatisfatória	0,00	22,22	22,22	Tendência Favorável
2.5.11	Áurea	22,29	3.567	Rural	49,39	0,03	Produtor	1.611,46	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
2.5.12	Barão	39,53	5.656	Rural	41,14	0,03	Produtor	1.087,63	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
2.5.13	Barão do Triunfo	17,29	7.590	Rural	43,31	-0,03	Produtor	890,18	Insatisfatória	0,00	-41,67	-41,67	Tendência Desfavorável
2.5.14	Barra do Rio Azul	12,91	2.102	Rural	38,67	0,03	Produtor	2.470,27	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.15	Barros Cassal	18,96	11.228	Rural	53,85	0,00	Consumidor	906,10	Insatisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
2.5.16	Bom Jesus	4,11	11.495	Rural	46,13	0,01	Produtor	985,62	Insatisfatória	0,00	-30,43	-30,43	Tendência Desfavorável
2.5.17	Braga	30,80	3.660	Rural	56,98	0,02	Consumidor	1.391,74	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável
2.5.18	Caçapava do Sul	11,54	34.513	Rural	53,30	0,00	Consumidor	803,13	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.19	Cacequi	6,10	14.392	Rural	47,21	0,01	Produtor	894,29	Insatisfatória	0,00	17,39	17,39	Tendência Favorável
2.5.20	Cacique Doble	21,49	4.658	Rural	46,34	0,03	Produtor	1.278,27	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
2.5.21	Cambará do Sul	5,52	6.880	Rural	38,36	-0,01	Produtor	1.408,29	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
2.5.22	Campestre da Serra	6,28	3.387	Rural	30,72	0,06	Consumidor	1.773,58	Satisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
2.5.23	Campo Novo	26,40	6.083	Rural	57,46	0,02	Consumidor	1.039,83	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
2.5.24	Candelária	32,93	30.536	Rural	45,75	0,02	Produtor	753,49	Insatisfatória	0,00	38,71	38,71	Tendência Favorável
2.5.25	Canguçu	16,53	57.924	Rural	56,77	0,01	Consumidor	691,71	Insatisfatória	0,00	-34,00	-34,00	Tendência Desfavorável
2.5.26	Capela de Santana	62,03	11.927	Rural	54,97	0,03	Consumidor	655,81	Insatisfatória	0,00	40,00	40,00	Tendência Favorável
2.5.27	Capitão	32,89	2.626	Rural	34,52	0,02	Produtor	2.640,05	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.28	Catuípe	15,77	9.071	Rural	49,17	0,04	Consumidor	1.027,42	Satisfatória	0,00	-31,58	-31,58	Tendência Desfavorável
2.5.29	Centenário	22,75	3.039	Rural	40,83	0,03	Consumidor	1.643,22	Satisfatória	0,00	-63,64	-63,64	Tendência Desfavorável
2.5.30	Cerrito	14,64	6.852	Rural	55,19	0,00	Consumidor	929,61	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável

(Continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
2.5.31 Cerro Grande do Sul	32,47	9.166	Rural	48,87	0,02	Produtor	925,03	Insatisfatória	0,00	-30,43	-30,43	Tendência Desfavorável
2.5.32 Chuvisca	20,66	4.920	Rural	38,98	0,04	Consumidor	1.194,51	Satisfatória	0,00	-52,94	-52,94	Tendência Desfavorável
2.5.33 Ciriaco	19,20	4.660	Rural	43,83	0,03	Produtor	1.425,14	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
2.5.34 Colinas	41,99	2.315	Rural	41,51	0,05	Consumidor	2.378,40	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.35 Constantina	47,08	9.303	Rural	60,46	0,03	Consumidor	1.223,80	Satisfatória	0,00	-26,67	-26,67	Tendência Desfavorável
2.5.36 Coqueiro Baixo	13,83	1.363	Rural	35,00	0,09	Consumidor	3.824,28	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
2.5.37 Coronel Barros	14,66	2.346	Rural	44,04	0,04	Consumidor	2.372,32	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.38 Cotiporã	21,82	3.919	Rural	38,60	0,01	Produtor	1.666,00	Satisfatória	0,00	-62,50	-62,50	Tendência Desfavorável
2.5.39 David Canabarro	29,14	4.903	Rural	39,16	0,03	Produtor	1.261,23	Satisfatória	0,00	-27,27	-27,27	Tendência Desfavorável
2.5.40 Dezesesseis de Novembro	13,06	3.009	Rural	51,37	-0,01	Consumidor	1.596,89	Satisfatória	0,00	-18,18	-18,18	Tendência Desfavorável
2.5.41 Dilermando de Aguiar	5,73	3.301	Rural	34,70	0,03	Produtor	1.629,86	Satisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
2.5.42 Dom Feliciano	11,78	15.124	Rural	47,71	0,01	Produtor	934,19	Insatisfatória	0,00	-55,56	-55,56	Tendência Desfavorável
2.5.43 Dom Pedro de Alcântara	36,78	2.695	Rural	64,71	-0,02	Consumidor	1.550,61	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.44 Entre-ijuís	16,27	8.859	Rural	52,81	0,03	Consumidor	1.055,01	Satisfatória	0,00	7,69	7,69	Tendência Favorável
2.5.45 Erebangó	19,56	3.084	Rural	44,09	0,05	Consumidor	1.918,67	Satisfatória	0,00	20,00	20,00	Tendência Favorável
2.5.46 Erval Grande	20,30	5.086	Rural	51,20	0,02	Consumidor	1.187,51	Satisfatória	0,00	-7,14	-7,14	Tendência Desfavorável
2.5.47 Erval Seco	22,57	8.185	Rural	47,95	0,03	Produtor	834,64	Insatisfatória	0,00	-17,65	-17,65	Tendência Desfavorável
2.5.48 Esmeralda	3,73	3.165	Rural	39,47	0,05	Consumidor	1.980,09	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.49 Esperança do Sul	22,19	3.260	Rural	40,11	0,01	Produtor	1.549,99	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
2.5.50 Eugênio de Castro	6,53	3.011	Rural	41,86	0,07	Consumidor	2.057,65	Satisfatória	0,00	20,00	20,00	Tendência Favorável
2.5.51 Fagundes Varela	18,32	2.366	Rural	36,04	0,09	Consumidor	2.757,58	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável
2.5.52 Fazenda Vilanova	41,09	3.719	Rural	31,08	-0,01	Produtor	1.609,89	Satisfatória	0,00	75,00	75,00	Tendência Favorável
2.5.53 Feliz	122,32	12.273	Urbano	50,23	0,07	Consumidor	1.025,56	Satisfatória	0,00	40,00	40,00	Tendência Favorável
2.5.54 Floriano Peixoto	13,17	2.135	Rural	42,56	0,04	Consumidor	2.212,34	Satisfatória	0,00	11,11	11,11	Tendência Favorável
2.5.55 Fontoura Xavier	19,12	11.109	Rural	56,11	0,01	Consumidor	901,78	Insatisfatória	0,00	5,88	5,88	Tendência Favorável
2.5.56 Fortaleza dos Valos	7,90	5.173	Rural	48,25	0,06	Consumidor	1.828,38	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
2.5.57 Garruchos	4,82	3.612	Rural	25,80	-0,01	Produtor	2.063,12	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.58 Glorinha	22,04	6.484	Rural	47,00	-0,05	Produtor	1.332,96	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.59 Guarani das Missões	27,41	7.886	Rural	41,34	0,03	Produtor	1.012,04	Satisfatória	0,00	-11,76	-11,76	Tendência Desfavorável
2.5.60 Harmonia	86,05	3.994	Urbano	35,87	0,04	Consumidor	1.838,63	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
2.5.61 Herveiras	27,77	3.256	Rural	42,67	-0,01	Produtor	1.569,77	Satisfatória	0,00	-30,77	-30,77	Tendência Desfavorável
2.5.62 Ibiacá	12,11	4.497	Rural	47,43	0,05	Consumidor	1.620,65	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
2.5.63 Igrejinha	232,7 7	30.932	Urbano	39,26	0,08	Consumidor	902,03	Insatisfatória	0,00	-17,39	-17,39	Tendência Desfavorável
2.5.64 Imigrante	35,93	2.986	Rural	34,09	0,05	Consumidor	2.420,44	Satisfatória	0,00	100,00	100,00	Tendência Favorável
2.5.65 Ipê	9,04	5.121	Rural	36,72	0,02	Produtor	1.515,04	Satisfatória	0,00	-5,56	-5,56	Tendência Desfavorável
2.5.66 Iraí	47,78	8.714	Rural	48,69	0,02	Produtor	763,79	Insatisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
2.5.67 Itacurubi	3,21	3.316	Rural	34,54	0,01	Produtor	1.942,00	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.68 Itaquí	12,06	40.203	Rural	42,37	0,04	Consumidor	869,67	Insatisfatória	0,00	47,62	47,62	Tendência Favorável
2.5.69 Ivorá	18,90	2.236	Rural	44,86	0,04	Consumidor	2.610,56	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
2.5.70 Jaboticaba	35,57	3.941	Rural	47,06	0,02	Produtor	1.276,13	Satisfatória	0,00	-44,44	-44,44	Tendência Desfavorável
2.5.71 Jaguarí	18,60	12.102	Rural	51,73	0,01	Consumidor	890,38	Insatisfatória	0,00	-40,74	-40,74	Tendência Desfavorável
2.5.72 Jaquirana	5,62	5.000	Rural	51,32	-0,01	Consumidor	1.152,70	Satisfatória	0,00	-38,46	-38,46	Tendência Desfavorável
2.5.73 Jari	4,74	4.002	Rural	31,10	0,05	Consumidor	1.551,47	Satisfatória	0,00	-46,15	-46,15	Tendência Desfavorável
2.5.74 Júlio de Castilhos	10,89	20.607	Rural	54,75	0,04	Consumidor	960,80	Insatisfatória	0,00	-14,81	-14,81	Tendência Desfavorável
2.5.75 Lagoão	15,23	6.363	Rural	53,35	-0,02	Consumidor	1.056,84	Satisfatória	0,00	-4,17	-4,17	Tendência Desfavorável
2.5.76 Lajeado do Bugre	39,98	2.269	Rural	45,93	0,03	Produtor	1.729,18	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.77 Lavras do Sul	3,05	8.025	Rural	43,04	-0,02	Produtor	1.228,11	Satisfatória	0,00	6,25	6,25	Tendência Favorável
2.5.78 Liberato Salzano	23,91	5.496	Rural	49,47	0,01	Produtor	1.364,50	Satisfatória	0,00	-46,67	-46,67	Tendência Desfavorável
2.5.79 Lindolfo Collor	173,2 3	5.409	Urbano	25,02	0,08	Consumidor	1.230,89	Satisfatória	0,00	60,00	60,00	Tendência Favorável
2.5.80 Linha Nova	29,18	1.653	Rural	46,31	-0,03	Produtor	2.997,95	Satisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
2.5.81 Manoel Viana	5,69	7.796	Rural	43,33	0,03	Produtor	988,38	Insatisfatória	0,00	60,00	60,00	Tendência Favorável
2.5.82 Maquiné	11,87	7.425	Rural	60,07	-0,05	Consumidor	884,98	Insatisfatória	0,00	-7,69	-7,69	Tendência Desfavorável
2.5.83 Maratá	30,40	2.629	Rural	39,84	0,04	Consumidor	2.635,06	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.84 Marcelino Ramos	24,95	5.663	Rural	48,99	0,03	Produtor	1.246,21	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.85 Mariano Moro	22,13	2.176	Rural	45,63	0,02	Produtor	2.401,10	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.86 Mata	17,71	5.590	Rural	52,14	0,00	Consumidor	1.005,39	Satisfatória	0,00	-27,27	-27,27	Tendência Desfavorável
2.5.87 Mato Leitão	88,75	3.423	Urbano	30,10	0,04	Consumidor	1.821,62	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
2.5.88 Monte Alegre dos Campos	6,32	3.189	Rural	37,52	0,01	Produtor	1.528,73	Satisfatória	0,00	10,00	10,00	Tendência Favorável
2.5.89 Monte Belo do Sul	39,68	2.758	Rural	34,38	0,06	Consumidor	2.263,34	Satisfatória	0,00	-75,00	-75,00	Tendência Desfavorável
2.5.90 Mormaço	16,97	2.307	Rural	55,66	-0,02	Consumidor	2.438,81	Satisfatória	0,00	20,00	20,00	Tendência Favorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per <i>capita</i> /ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais	
2.5.91	Morro Redondo	24,59	5.906	Rural	39,66	0,00	Produtor	1.066,42	Satisfatória	0,00	-6,67	-6,67	Tendência Desfavorável
2.5.92	Morro Reuter	63,02	5.984	Rural	37,55	0,06	Consumidor	1.273,37	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
2.5.93	Muitos Capões	2,80	3.329	Rural	20,50	0,02	Produtor	2.648,66	Satisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
2.5.94	Muliterno	16,67	1.774	Rural	35,88	0,04	Consumidor	2.685,86	Satisfatória	0,00	-45,45	-45,45	Tendência Desfavorável
2.5.95	Nova Araçá	48,18	3.609	Rural	34,43	-0,01	Produtor	1.875,98	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.96	Nova Boa Vista	23,47	2.151	Rural	44,27	0,01	Produtor	2.555,82	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
2.5.97	Nova Bréscia	28,42	2.920	Rural	35,20	0,12	Consumidor	2.777,99	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
2.5.98	Nova Hartz	303,09	18.740	Urbano	31,72	0,10	Consumidor	777,82	Insatisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
2.5.99	Nova Pádua	20,57	2.329	Rural	26,55	0,06	Consumidor	2.842,60	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
2.5.100	Nova Petrópolis	65,74	18.771	Rural	44,54	0,07	Consumidor	1.037,74	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
2.5.101	Novo Barreiro	30,66	3.624	Rural	50,30	0,02	Consumidor	1.573,15	Satisfatória	0,00	60,00	60,00	Tendência Favorável
2.5.102	Novo Cabrais	22,71	4.006	Rural	39,03	0,04	Consumidor	1.516,17	Satisfatória	0,00	-46,67	-46,67	Tendência Desfavorável
2.5.103	Novo Machado	18,71	3.981	Rural	43,78	0,03	Produtor	1.566,35	Satisfatória	0,00	-30,77	-30,77	Tendência Desfavorável
2.5.104	Novo Tiradentes	34,18	2.275	Rural	42,06	0,00	Produtor	2.072,54	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
2.5.105	Palmeira das Missões	26,24	34.601	Rural	58,95	0,03	Consumidor	776,78	Insatisfatória	0,00	27,59	27,59	Tendência Favorável
2.5.106	Paraíso do Sul	23,61	7.713	Rural	41,57	0,03	Produtor	928,74	Insatisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.107	Pareci Novo	59,11	3.481	Rural	52,71	-0,01	Consumidor	2.024,87	Satisfatória	0,00	80,00	80,00	Tendência Favorável
2.5.108	Passa Sete	15,34	4.888	Rural	39,16	0,04	Consumidor	1.280,33	Satisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
2.5.109	Passo do Sobrado	23,47	6.326	Rural	35,60	0,05	Consumidor	1.296,79	Satisfatória	0,00	-18,18	-18,18	Tendência Desfavorável
2.5.110	Paverama	49,70	8.323	Rural	48,43	0,02	Produtor	946,02	Insatisfatória	0,00	30,77	30,77	Tendência Favorável
2.5.111	Pinheirinho do Vale	37,84	4.104	Rural	36,61	0,02	Produtor	1.489,39	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
2.5.112	Pirapó	9,63	2.764	Rural	48,06	0,01	Produtor	2.025,14	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
2.5.113	Planalto	49,51	10.837	Rural	53,22	0,02	Consumidor	789,78	Insatisfatória	0,00	16,67	16,67	Tendência Favorável
2.5.114	Poço das Antas	31,98	1.812	Rural	42,24	0,00	Produtor	2.916,60	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
2.5.115	Ponte Preta	15,83	1.920	Rural	38,66	0,03	Produtor	2.525,33	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.116	Pouso Novo	19,94	2.121	Rural	41,79	0,05	Consumidor	2.581,00	Satisfatória	0,00	-37,50	-37,50	Tendência Desfavorável
2.5.117	Presidente Lucena	40,87	2.062	Rural	34,53	0,04	Consumidor	2.241,75	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.118	Progresso	23,50	6.528	Rural	39,67	0,06	Consumidor	1.041,63	Satisfatória	0,00	-5,26	-5,26	Tendência Desfavorável
2.5.119	Protásio Alves	12,32	1.952	Rural	39,49	-0,03	Produtor	2.617,06	Satisfatória	0,00	-84,62	-84,62	Tendência Desfavorável
2.5.120	Quaraí	7,70	25.044	Rural	57,11	0,01	Consumidor	670,53	Insatisfatória	0,00	-4,76	-4,76	Tendência Desfavorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais	
2.5.121	Quevedos	5,14	2.725	Rural	32,25	0,05	Consumidor	2.032,78	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
2.5.122	Redentora	30,43	9.678	Rural	60,55	0,03	Consumidor	782,28	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.123	Relvado	18,01	1.970	Rural	40,45	0,06	Consumidor	2.732,29	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.124	Restinga Seca	18,19	17.231	Rural	39,94	0,09	Consumidor	872,83	Insatisfatória	0,00	7,14	7,14	Tendência Favorável
2.5.125	Rio Pardo	18,81	39.295	Rural	46,85	0,04	Consumidor	629,78	Insatisfatória	0,00	43,86	43,86	Tendência Favorável
2.5.126	Riozinho	18,24	4.869	Rural	41,98	0,01	Produtor	1.356,17	Satisfatória	0,00	-26,67	-26,67	Tendência Desfavorável
2.5.127	Roca Sales	45,61	9.122	Rural	30,74	0,03	Consumidor	1.217,64	Satisfatória	0,00	-21,43	-21,43	Tendência Desfavorável
2.5.128	Rodeio Bonito	69,93	5.590	Rural	46,44	0,03	Consumidor	1.110,79	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.129	Rolante	66,69	21.049	Rural	46,85	0,08	Consumidor	692,21	Insatisfatória	0,00	8,33	8,33	Tendência Favorável
2.5.130	Rosário do Sul	9,15	40.715	Rural	54,52	0,02	Consumidor	656,93	Insatisfatória	0,00	-18,87	-18,87	Tendência Desfavorável
2.5.131	Sagrada Família	30,69	2.475	Rural	48,15	0,02	Produtor	1.860,27	Satisfatória	0,00	-44,44	-44,44	Tendência Desfavorável
2.5.132	Salvador do Sul	57,23	6.183	Rural	47,85	0,06	Consumidor	1.491,28	Satisfatória	100,00	0,00	100,00	Tendência Favorável
2.5.133	Santa Clara do Sul	59,93	5.112	Rural	31,48	0,09	Consumidor	1.336,26	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
2.5.134	Santa Maria do Herval	46,29	6.234	Rural	36,07	0,06	Consumidor	1.231,78	Satisfatória	0,00	-53,33	-53,33	Tendência Desfavorável
2.5.135	Santa Tereza	21,63	1.665	Rural	29,35	0,02	Produtor	3.114,65	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.136	Santana da Boa Vista	6,27	8.695	Rural	54,49	-0,01	Consumidor	948,95	Insatisfatória	0,00	-23,08	-23,08	Tendência Desfavorável
2.5.137	Santo Antônio das Missões	7,08	11.998	Rural	48,59	0,03	Produtor	913,53	Insatisfatória	0,00	-7,41	-7,41	Tendência Desfavorável
2.5.138	São Francisco de Assis	7,98	20.262	Rural	53,24	0,01	Consumidor	845,00	Insatisfatória	0,00	4,17	4,17	Tendência Favorável
2.5.139	São Francisco de Paula	6,73	20.749	Rural	48,57	-0,01	Produtor	879,25	Insatisfatória	0,00	-27,12	-27,12	Tendência Desfavorável
2.5.140	São Jorge	24,01	2.913	Rural	38,97	0,04	Consumidor	2.169,10	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.141	São José do Herval	26,73	2.544	Rural	52,54	0,02	Consumidor	2.188,46	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
2.5.142	São José do Sul	34,84	1.858	Rural	47,49	0,01	Produtor	2.787,23	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.143	São José dos Ausentes	3,12	3.385	Rural	33,55	0,00	Produtor	1.965,41	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
2.5.144	São Lourenço do Sul	22,68	45.247	Rural	52,11	0,02	Consumidor	773,96	Insatisfatória	0,00	-18,29	-18,29	Tendência Desfavorável
2.5.145	São Martinho da Serra	4,87	3.206	Rural	34,08	0,05	Consumidor	1.872,74	Satisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
2.5.146	São Pedro da Serra	98,38	3.316	Urbano	40,60	0,02	Produtor	1.869,94	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
2.5.147	São Pedro do Butiá	26,90	2.635	Rural	37,14	0,03	Produtor	2.441,90	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
2.5.148	São Pedro do Sul	18,99	16.403	Rural	51,87	0,03	Consumidor	885,69	Insatisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
2.5.149	São Valentim	23,17	3.737	Rural	52,18	0,04	Consumidor	1.531,32	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
2.5.150	São Vendelino	64,57	1.901	Rural	45,64	0,03	Produtor	3.263,90	Satisfatória	0,00	125,00	125,00	Tendência Favorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
2.5.151 São Vicente do Sul	6,87	8.645	Rural	45,05	0,03	Produtor	974,73	Insatisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
2.5.152 Sarandi	56,55	19.382	Rural	58,82	0,02	Consumidor	911,71	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.153 Seberi	32,96	9.987	Rural	49,98	0,04	Consumidor	1.016,73	Satisfatória	0,00	-37,93	-37,93	Tendência Desfavorável
2.5.154 Segredo	29,86	6.911	Rural	39,93	-0,01	Produtor	1.244,68	Satisfatória	0,00	-15,79	-15,79	Tendência Desfavorável
2.5.155 Sentinela do Sul	18,49	5.116	Rural	36,72	0,04	Consumidor	1.126,37	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
2.5.156 Sério	26,26	2.554	Rural	39,26	0,04	Consumidor	2.198,96	Satisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
2.5.157 Sertão Santana Severiano de	23,91	5.942	Rural	37,36	0,00	Produtor	1.155,32	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
2.5.158 Almeida	22,84	3.705	Rural	43,96	0,04	Consumidor	1.641,33	Satisfatória	0,00	-46,15	-46,15	Tendência Desfavorável
2.5.159 Silveira Martins	19,71	2.449	Rural	42,92	0,08	Consumidor	2.054,09	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
2.5.160 Sinimbu	21,00	10.758	Rural	43,99	0,04	Consumidor	977,70	Insatisfatória	0,00	-6,67	-6,67	Tendência Desfavorável
2.5.161 Taquari	79,95	27.042	Rural	39,19	0,06	Consumidor	738,53	Insatisfatória	0,00	13,79	13,79	Tendência Favorável
2.5.162 Tavares	9,16	5.809	Rural	45,33	0,03	Produtor	950,40	Insatisfatória	0,00	-38,46	-38,46	Tendência Desfavorável
2.5.163 Tiradentes do Sul	26,88	6.292	Rural	44,53	0,01	Produtor	952,04	Insatisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
2.5.164 Toropi	15,45	3.047	Rural	42,62	0,03	Produtor	1.671,10	Satisfatória	0,00	-30,77	-30,77	Tendência Desfavorável
2.5.165 Travesseiro	25,79	2.276	Rural	29,59	0,02	Produtor	2.540,67	Satisfatória	0,00	-66,67	-66,67	Tendência Desfavorável
2.5.166 Três Arroios	19,47	3.000	Rural	41,38	0,04	Consumidor	2.103,66	Satisfatória	0,00	-57,14	-57,14	Tendência Desfavorável
2.5.167 Três Coroas	124,97	23.066	Urbano	39,27	0,05	Consumidor	959,75	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.168 Três Palmeiras	23,03	4.229	Rural	51,92	0,02	Consumidor	1.474,61	Satisfatória	0,00	-9,09	-9,09	Tendência Desfavorável
2.5.169 Trindade do Sul	20,70	5.240	Rural	45,88	0,03	Produtor	1.435,42	Satisfatória	0,00	-26,67	-26,67	Tendência Desfavorável
2.5.170 Tupandi	53,24	3.442	Rural	31,65	0,04	Consumidor	2.721,90	Satisfatória	0,00	100,00	100,00	Tendência Favorável
2.5.171 Tuparendi	30,19	8.848	Rural	49,44	0,04	Consumidor	927,73	Insatisfatória	0,00	-27,27	-27,27	Tendência Desfavorável
2.5.172 Turuçu	14,54	4.074	Rural	32,38	0,04	Consumidor	1.387,51	Satisfatória	0,00	37,50	37,50	Tendência Favorável
2.5.173 União da Serra	12,67	1.471	Rural	31,15	0,00	Produtor	3.405,74	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
2.5.174 Unistalda	4,37	2.568	Rural	42,40	0,01	Produtor	1.850,34	Satisfatória	0,00	-40,00	-40,00	Tendência Desfavorável
2.5.175 Vale do Sol	34,26	11.639	Rural	36,28	0,01	Produtor	1.045,63	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.176 Vale Real	112,67	5.052	Urbano	49,06	0,02	Produtor	1.276,87	Satisfatória	0,00	80,00	80,00	Tendência Favorável
2.5.177 Vale Verde	11,59	3.553	Rural	39,60	-0,03	Produtor	1.576,70	Satisfatória	0,00	-44,44	-44,44	Tendência Desfavorável
2.5.178 Vespasiano Correa	19,88	2.277	Rural	33,13	0,02	Produtor	2.447,25	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.179 Viadutos	22,22	5.916	Rural	49,35	0,03	Consumidor	1.089,84	Satisfatória	0,00	-13,64	-13,64	Tendência Desfavorável
2.5.180 Vicente Dutra	29,62	5.846	Rural	39,51	0,00	Produtor	943,34	Insatisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
2.5.181 Vila Flores	32,01	3.155	Rural	33,92	0,01	Produtor	2.122,43	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
2.5.182 Vista Gaúcha	31,01	2.594	Rural	35,83	0,02	Produtor	2.213,23	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
2.5.183 Westfália	52,70	2.744	Rural	25,07	0,05	Consumidor	2.760,21	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
	31,21	1.450.798		55,74%			869.007 pessoas					Tendência Favorável
Classificação do cluster	92,29%		Essencialmente Rural			Produtor	59,90%	Insatisfatória	0,00	37,50	37,50	14 municípios - 50%
	Pop. Total Mun. Rural			102 Munc. Cons.			Pop. Total em Mun.					Pobre

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
3.1.1 Alegria	27,33	4.667	Rural	53,47	0,03	Consumidor	1.402,35	Satisfatória	0,00	-41,67	-41,67	Tendência Desfavorável
3.1.2 Almirante Tamandaré do Sul	8,08	2.200	Rural	48,99	0,02	Produtor	2.820,39	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.3 Arambaré	7,41	4.271	Rural	37,34	0,03	Consumidor	1.707,40	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.4 Boa Vista das Missões	10,39	2.190	Rural	39,63	0,03	Consumidor	2.548,66	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.5 Boa Vista do Sul	29,02	2.741	Rural	30,26	0,08	Consumidor	3.125,40	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
3.1.6 Capivari do Sul	8,92	3.609	Rural	34,69	0,02	Produtor	1.844,91	Satisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
3.1.7 Carará	21,18	6.831	Rural	56,24	0,02	Consumidor	847,19	Insatisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
3.1.8 Caseiros	12,28	2.820	Rural	42,75	0,04	Consumidor	2.167,70	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável
3.1.9 Cerro Grande	30,48	2.323	Rural	51,35	0,01	Consumidor	2.058,78	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.10 Cristal	10,66	6.852	Rural	47,15	0,01	Produtor	1.093,93	Satisfatória	0,00	-45,45	-45,45	Tendência Desfavorável
3.1.11 Dois Irmãos das Missões	10,30	2.048	Rural	40,33	0,02	Produtor	2.655,47	Satisfatória	0,00	28,57	28,57	Tendência Favorável
3.1.12 Doutor Ricardo	20,34	2.272	Rural	38,90	0,02	Produtor	2.427,72	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
3.1.13 Engenho Velho	27,88	1.837	Rural	50,84	0,03	Consumidor	2.995,32	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
3.1.14 Faxinalzinho	19,49	2.847	Rural	47,75	0,06	Consumidor	1.714,97	Satisfatória	0,00	-46,15	-46,15	Tendência Desfavorável
3.1.15 Itati	16,72	3.040	Rural	63,02	-0,01	Consumidor	1.678,09	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
3.1.16 Jacuizinho	9,07	2.643	Rural	44,35	0,03	Consumidor	2.173,08	Satisfatória	0,00	72,73	72,73	Tendência Favorável
3.1.17 Mampituba	19,34	3.202	Rural	43,51	0,03	Consumidor	1.370,89	Satisfatória	0,00	-40,00	-40,00	Tendência Desfavorável
3.1.18 Mariana Pimentel	12,65	4.079	Rural	46,10	0,02	Produtor	1.470,27	Satisfatória	0,00	75,00	75,00	Tendência Favorável
3.1.19 Marques de Souza	33,90	4.107	Rural	42,04	0,05	Consumidor	1.620,82	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.20 Minas do Leão	18,19	7.122	Rural	46,45	0,02	Produtor	1.015,23	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.21 Morrinhos do Sul	19,71	3.374	Rural	50,08	0,01	Consumidor	1.436,00	Satisfatória	0,00	-37,50	-37,50	Tendência Desfavorável
3.1.22 Nicolau Vergueiro	11,43	1.676	Rural	40,70	0,01	Produtor	3.187,68	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.23 Nova Ramada	8,56	2.518	Rural	37,26	0,06	Consumidor	2.376,89	Satisfatória	0,00	-71,43	-71,43	Tendência Desfavorável
3.1.24 Paim Filho	24,80	4.610	Rural	44,43	0,02	Produtor	1.457,31	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.25 Palmitinho	47,99	6.260	Rural	44,44	0,02	Produtor	1.225,65	Satisfatória	0,00	62,50	62,50	Tendência Favorável
3.1.26 Pinhal Grande	10,27	4.880	Rural	31,43	0,04	Consumidor	2.131,56	Satisfatória	0,00	31,58	31,58	Tendência Favorável
3.1.27 Salvador das Missões	27,14	2.403	Rural	37,95	0,03	Produtor	2.559,19	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
3.1.28 Santa Cecília do Sul	9,42	1.887	Rural	37,44	0,06	Consumidor	2.551,72	Satisfatória	0,00	-40,00	-40,00	Tendência Desfavorável
3.1.29 Santo Expedito do Sul	21,16	2.442	Rural	44,44	0,07	Consumidor	1.909,13	Satisfatória	0,00	-40,00	-40,00	Tendência Desfavorável
3.1.30 São João do Polêsine	34,18	2.761	Rural	49,71	0,05	Consumidor	1.972,40	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
3.1.31 São Pedro das Missões	21,97	1.860	Rural	49,77	0,05	Consumidor	2.325,77	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.32 Tabaí	38,78	4.243	Rural	55,32	0,03	Consumidor	1.176,27	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
3.1.33 Taquaruçu do Sul	36,97	2.607	Rural	41,72	0,01	Produtor	2.289,85	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
3.1.34 Tio Hugo	25,40	2.391	Rural	53,50	0,05	Consumidor	3.001,20	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.35 Três Forquilhas	14,04	3.179	Rural	54,89	-0,01	Produtor	1.619,65	Satisfatória	0,00	-27,27	-27,27	Tendência Desfavorável
3.1.36 Vila Nova do Sul	7,94	4.256	Rural	49,92	-0,01	Produtor	1.206,33	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.37 Vista Alegre	32,38	2.749	Rural	43,06	0,01	Produtor	1.804,09	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.1.38 Vista Alegre do Prata	12,64	1.470	Rural	36,09	0,04	Consumidor	3.980,21	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
3.1.39 Vitória das Missões	12,44	3.596	Rural	42,70	0,05	Consumidor	1.558,18	Satisfatória	0,00	20,00	20,00	Tendência Favorável
	19,76	130.863		61,54%			124.032 pessoas					
Classificação do cluster	100,00%		Essencialmente Rural			Consumidor	94,78%	Satisfatória	0,00	-6,37	-6,37	Tendência Desfavorável
	Pop. Total Mun. Rural			24 Munc. Cons.			Pop. Total em Mun.					18 municípios - 46,15%
											Pobre	

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais	
3.2.1	André da Rocha	4,19	1.201	Rural	27,56	0,06	Consumidor	3.897,16	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
3.2.2	Arroio do Padre	25,01	2.706	Rural	51,77	-0,02	Consumidor	1.853,57	Satisfatória	0,00	71,43	71,43	Tendência Favorável
3.2.3	Boa Vista do Cadeado	3,91	2.310	Rural	44,24	0,07	Consumidor	3.018,58	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.2.4	Boa Vista do Incra	5,60	2.324	Rural	44,30	0,06	Consumidor	2.755,97	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.2.5	Canudos do Vale	24,82	2.068	Rural	40,95	0,04	Consumidor	2.284,91	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.2.6	Capão Bonito do Sul	5,18	2.015	Rural	41,46	0,02	Produtor	2.527,20	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
3.2.7	Capão do Cipó	3,61	3.021	Rural	42,53	0,06	Consumidor	2.451,57	Satisfatória	0,00	28,57	28,57	Tendência Favorável
3.2.8	Coronel Pilar	17,75	1.688	Rural	30,41	0,05	Consumidor	2.791,34	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.2.9	Cruzaltense	14,45	2.396	Rural	45,21	0,04	Consumidor	2.101,30	Satisfatória	0,00	-30,00	-30,00	Tendência Desfavorável
3.2.10	Guabiju	11,07	1.623	Rural	40,53	-0,03	Produtor	2.835,57	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
3.2.11	Mato Castelhano	9,79	2.445	Rural	31,80	0,03	Produtor	2.211,80	Satisfatória	0,00	-57,14	-57,14	Tendência Desfavorável
3.2.12	Porto Lucena	22,75	5.555	Rural	48,89	0,03	Produtor	1.039,02	Satisfatória	0,00	-36,84	-36,84	Tendência Desfavorável
3.2.13	Quatro Irmãos	7,43	1.966	Rural	41,79	0,05	Consumidor	2.564,23	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
3.2.14	Rolador	10,09	2.764	Rural	49,67	0,01	Produtor	1.843,02	Satisfatória	0,00	-26,67	-26,67	Tendência Desfavorável
3.2.15	São Martinho	35,83	5.513	Rural	48,77	0,02	Produtor	1.265,49	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
3.2.16	São Valentim do Sul	21,73	1.871	Rural	31,89	-0,02	Produtor	2.983,31	Satisfatória	0,00	-62,50	-62,50	Tendência Desfavorável
Classificação do cluster	99,14	41.466	Essencialm. Rural	56,25%	Produtor	41.466 pessoas	Satisfatória	0,00	-14,19	-14,19	Tendência Desfavorável		
	100,00%	Pop. Total Mun. Rural				09 Munc. Cons.						Pop. Total em Mun.	09 municípios - 56,25%
Classificação do cluster	3,00	2.270	Essencialm. Rural	100,00%	Produtor	2.270 pessoas	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
	100,00%	Pop. Total Mun. Rural				01 Munc. Prod.						Pop. Total em Mun.	01 Mun - 100,00%
Não – Pobre													

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais		
3.4.1 Pinhal	31,33	2.414	Rural	37,93	-0,02	Produtor	2.122,42	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
Classificação do cluster	31,33	2.414	Essencialm. Rural	100,00%		Produtor	2.414 pessoas	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
	100,00%			01 Munc. Pro.			100,00%						Pop. Total em Mun.	Não - Pobre
	Pop. Total Mun. Rural						01 Mun - 100,00%							
3.5.1 Aceguá	2,68	4.583	Rural	48,20	-0,05	Produtor	1.790,46	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.2 Barra do Ribeiro	17,66	12.337	Rural	53,55	0,01	Produtor	954,01	Insatisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável		
3.5.3 Bozano	11,93	2.158	Rural	49,74	0,05	Consumidor	2.386,98	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável		
3.5.4 Charrua	20,28	3.955	Rural	44,99	0,03	Produtor	1.364,73	Satisfatória	0,00	-42,86	-42,86	Tendência Desfavorável		
3.5.5 Chuí	25,39	5.833	Rural	80,35	0,01	Consumidor	1.102,48	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável		
3.5.6 Condor	14,30	6.619	Rural	44,30	0,04	Consumidor	1.284,91	Satisfatória	0,00	62,50	62,50	Tendência Favorável		
3.5.7 Coxilha	6,84	2.812	Rural	33,34	0,05	Consumidor	2.468,39	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.8 Cristal do Sul	30,00	2.675	Rural	38,29	0,02	Produtor	1.714,87	Satisfatória	0,00	-18,18	-18,18	Tendência Desfavorável		
3.5.9 Dona Francisca	35,41	3.983	Rural	43,55	0,02	Produtor	1.474,67	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável		
3.5.10 Estação	70,90	6.537	Rural	44,58	0,03	Produtor	1.126,77	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável		
3.5.11 Gramado dos Loureiros	18,89	2.104	Rural	47,38	0,04	Consumidor	2.470,24	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.12 Inhacorá	19,64	2.434	Rural	55,19	0,04	Consumidor	2.082,39	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável		
3.5.13 Ipiranga do Sul	13,74	1.921	Rural	43,50	0,04	Consumidor	2.923,73	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.14 Itapuca	14,01	2.533	Rural	39,64	0,00	Produtor	2.174,64	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável		
3.5.15 Nonoai	25,24	12.246	Rural	71,73	0,01	Consumidor	910,17	Insatisfatória	0,00	-21,05	-21,05	Tendência Desfavorável		
3.5.16 Nova Roma do Sul	21,47	3.058	Rural	39,19	0,04	Consumidor	2.561,57	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.17 Novo Xingu	20,35	1.624	Rural	49,98	0,01	Produtor	3.145,51	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.18 Rio dos Índios	17,25	4.159	Rural	50,78	0,02	Consumidor	1.361,98	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
3.5.19 São José das Missões	29,62	2.640	Rural	44,40	0,04	Consumidor	1.835,43	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável		
3.5.20 São Valério do Sul	29,78	2.663	Rural	49,97	0,02	Produtor	1.754,48	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável		
3.5.21 Senador Salgado Filho	20,12	2.736	Rural	35,67	0,06	Consumidor	1.933,31	Satisfatória	0,00	9,09	9,09	Tendência Favorável		
3.5.22 Tapejara	69,50	16.227	Rural	48,29	0,03	Produtor	1.041,62	Satisfatória	0,00	10,00	10,00	Tendência Favorável		
3.5.23 Tunas	18,53	4.103	Rural	52,41	0,02	Consumidor	1.365,94	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável		
3.5.24 Tupanci do Sul	11,63	1.587	Rural	42,15	0,02	Produtor	2.725,46	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável		
3.5.25 Vila Lângaro	13,04	2.304	Rural	36,78	0,06	Consumidor	2.540,87	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável		
Classificação do cluster	23,13	113.831	Essencialm. Rural	52,00%		Produtor	101.494 pessoas	Insatisfatória	0,00	-0,14	-3,52	Tendência Desfavorável		
	100,00%			13 Munc. Cons.			89,16%						Pop. Total em Mun.	Pobre
	Pop. Total Mun. Rural						10 municípios - 40%							

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.1.1 Boqueirão do Leão	32,23	8.314	Rural	43,77	0,02	Produtor	948,10	Insatisfatória	0,00	-3,85	-3,85	Tendência Desfavorável
4.1.2 Chiapeta	11,50	4.336	Rural	43,54	0,05	Consumidor	1.534,71	Satisfatória	0,00	12,50	12,50	Tendência Favorável
4.1.3 Encruzilhada do Sul	7,34	25.853	Rural	53,10	0,00	Consumidor	854,98	Insatisfatória	0,00	-45,95	-45,95	Tendência Desfavorável
4.1.4 Faxinal do Soturno	40,84	6.656	Rural	60,52	0,00	Consumidor	1.015,95	Satisfatória	0,00	-6,67	-6,67	Tendência Desfavorável
4.1.5 General Câmara	16,37	8.468	Rural	55,76	-0,04	Consumidor	768,58	Insatisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
4.1.6 Giruá	20,33	17.540	Rural	49,49	0,07	Consumidor	1.001,35	Satisfatória	0,00	-36,67	-36,67	Tendência Desfavorável
4.1.7 Ijuí	115,49	75.422	Urbano	69,09	0,03	Consumidor	699,19	Insatisfatória	0,00	2,04	2,04	Tendência Favorável
4.1.8 Ilópolis	37,93	4.496	Rural	44,83	0,02	Produtor	1.280,67	Satisfatória	0,00	-63,16	-63,16	Tendência Desfavorável
4.1.9 Lagoa Vermelha	23,04	28.924	Rural	57,07	0,03	Consumidor	760,67	Insatisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
4.1.10 Putinga	19,27	4.263	Rural	39,81	-0,02	Produtor	1.454,12	Satisfatória	0,00	-9,52	-9,52	Tendência Desfavorável
4.1.11 Saldanha Marinho	13,20	2.891	Rural	49,05	0,03	Produtor	2.111,86	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável
4.1.12 Santa Bárbara do Sul	10,53	10.006	Rural	45,51	2,53	Consumidor	1.286,81	Satisfatória	0,00	-21,43	-21,43	Tendência Desfavorável
4.1.13 Santo Antônio do Planalto	9,19	1.825	Rural	43,31	0,02	Produtor	3.280,34	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.1.14 Santo Augusto	28,67	13.056	Rural	63,58	0,02	Consumidor	1.086,91	Satisfatória	0,00	13,33	13,33	Tendência Favorável
4.1.15 São Luiz Gonzaga	27,19	35.091	Rural	64,21	0,02	Consumidor	774,81	Insatisfatória	0,00	-7,69	-7,69	Tendência Desfavorável
4.1.16 São Miguel das Missões	6,27	7.717	Rural	38,22	0,19	Consumidor	1.516,80	Satisfatória	0,00	-35,29	-35,29	Tendência Desfavorável
4.1.17 São Nicolau	10,97	5.832	Rural	53,60	0,01	Consumidor	1.092,52	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
4.1.18 Sobradinho	111,43	14.157	Urbano	67,14	0,01	Consumidor	893,10	Insatisfatória	0,00	12,50	12,50	Tendência Favorável
4.1.19 Taquara	123,33	58.960	Urbano	67,43	0,04	Consumidor	628,43	Insatisfatória	0,00	-3,08	-3,08	Tendência Desfavorável
4.1.20 Venâncio Aires	86,52	66.883	Urbano	36,37	0,11	Consumidor	850,01	Insatisfatória	0,00	21,15	21,15	Tendência Favorável
4.1.21 Viamão	174,09	265.455	Urbano	70,58	-0,01	Consumidor	467,37	Insatisfatória	0,00	3,09	3,09	Tendência Favorável
Classificação do cluster	44,08	666.145			76,19%		587.527 pessoas		0,00	-9,00	-9,00	Tendência Desfavorável
	39,13%		Relativamente Rural			Consumidor	88,19%	Insatisfatória				13 municípios - 61,94%
	Pop. Total Mun. Rural			16 Munc. Cons.			Pop. Total em Mun.					Pobre
4.2.1 Alvorada	3.004,96	216.122	Urbano	82,62	-0,01	Consumidor	420,03	Insatisfatória	0,00	2,27	2,27	Tendência Favorável
4.2.2 Cachoeirinha	2.728,21	119.603	Urbano	56,76	0,04	Consumidor	861,24	Insatisfatória	0,00	29,73	29,73	Tendência Favorável
Classificação do cluster	5.733,17	2.300.988			100,00%		2.300.988		0,00	16,00	32,00	Tendência Favorável
	0,00%		Essencialmente Urbano			Consumidor	100,00%	Insatisfatória				02 municípios - 100,00%
	Pop. Total Mun. Rural			02 Munc. Cons.			Pop. Total em Mun.					Pobre

.(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part. % dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.3.1 Canoas	2.552,96	329.456	Urbano	47,85	0,08	Consumidor	1.128,69	Satisfatória	0,00	11,96	11,96	Tendência Favorável
4.3.2 Triunfo	30,52	24.222	Rural	15,13	0,07	Consumidor	4.915,87	Satisfatória	0,00	-17,86	-17,86	Tendência Desfavorável
Classificação do cluster	2.583,48	353.678	Essencialm. Urbano	100,00%		Consumidor	353.678	Insatisfatória	0,00	-2,95	-2,95	Tendência Desfavorável
	6,85%	Pop. Total Mun. Rural		02 Mun. Cons.	100%		Pop. Total em Mun.					
4.4.1 Ajuricaba	23,10	7.179	Rural	52,35	0,03	Consumidor	1.108,55	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.2 Alto Alegre	16,45	1.912	Rural	49,85	0,02	Produtor	2.384,51	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
4.4.3 Alto Feliz	36,80	3.085	Rural	38,25	0,01	Produtor	1.873,01	Satisfatória	0,00	42,86	42,86	Tendência Favorável
4.4.4 Ametista do Sul	90,11	7.950	Urbano	52,64	0,00	Consumidor	1.092,44	Satisfatória	0,00	-18,75	-18,75	Tendência Desfavorável
4.4.5 Arroio do Meio	112,58	17.969	Urbano	30,50	0,07	Consumidor	1.138,18	Satisfatória	0,00	47,37	47,37	Tendência Favorável
4.4.6 Arroio do Tigre	41,15	13.151	Rural	45,54	0,03	Produtor	798,66	Insatisfatória	0,00	39,29	39,29	Tendência Favorável
4.4.7 Augusto Pestana	22,89	7.644	Rural	47,92	0,04	Consumidor	1.168,04	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.8 Barão de Cotegipe	26,04	6.827	Rural	40,64	0,05	Consumidor	1.037,36	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
4.4.9 Barra Funda	39,98	2.197	Rural	37,69	0,03	Produtor	2.779,16	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.10 Barracão	10,12	5.099	Rural	49,02	0,04	Consumidor	1.498,98	Satisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
4.4.11 Bento Gonçalves	269,55	97.762	Urbano	44,11	0,08	Consumidor	1.167,82	Satisfatória	-50,00	-22,39	-72,39	Tendência Desfavorável
4.4.12 Boa Vista do Buricá	54,21	6.462	Rural	51,39	0,01	Consumidor	1.232,93	Satisfatória	0,00	-37,50	-37,50	Tendência Desfavorável
4.4.13 Bom Princípio	121,22	11.274	Urbano	40,48	0,04	Consumidor	1.129,12	Satisfatória	0,00	-8,33	-8,33	Tendência Desfavorável
4.4.14 Bom Progresso	31,43	2.531	Rural	55,95	0,00	Consumidor	1.789,86	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
4.4.15 Bom Retiro do Sul	114,12	11.278	Urbano	41,65	0,05	Consumidor	809,38	Insatisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
4.4.16 Bossoroca	4,83	7.459	Rural	47,56	0,06	Consumidor	1.273,34	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.17 Brochier	41,44	4.580	Rural	44,96	0,03	Consumidor	1.563,37	Satisfatória	0,00	-15,38	-15,38	Tendência Desfavorável
4.4.18 Butiá	27,69	20.260	Rural	57,12	-0,02	Consumidor	791,64	Insatisfatória	0,00	28,57	28,57	Tendência Favorável
4.4.19 Caibaté	17,17	4.690	Rural	49,33	0,05	Consumidor	1.465,30	Satisfatória	0,00	12,50	12,50	Tendência Favorável
4.4.20 Caçara	27,45	5.280	Rural	35,74	0,01	Produtor	1.090,07	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
4.4.21 Camaquã	38,89	64.276	Rural	49,61	0,02	Produtor	807,69	Insatisfatória	-50,00	-11,11	-61,11	Tendência Desfavorável
4.4.22 Camargo	16,90	2.491	Rural	30,58	0,06	Consumidor	2.922,71	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.23 Campina das Missões	27,00	6.100	Rural	42,61	0,03	Consumidor	1.241,11	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
4.4.24 Campinas do Sul	22,02	5.653	Rural	54,45	0,05	Consumidor	1.395,93	Satisfatória	0,00	-57,14	-57,14	Tendência Desfavorável
4.4.25 Campo Bom	988,98	58.171	Urbano	39,10	0,08	Consumidor	1.166,74	Satisfatória	0,00	3,70	3,70	Tendência Favorável
4.4.26 Campos Borges	16,17	3.318	Rural	59,06	0,02	Produtor	1.921,93	Satisfatória	0,00	-71,43	-71,43	Tendência Desfavorável
4.4.27 Cândido Godói	25,62	6.258	Rural	41,25	0,03	Produtor	1.148,52	Satisfatória	0,00	-52,94	-52,94	Tendência Desfavorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.4.28 Candiota	10,19	9.368	Rural	31,70	-0,06	Produtor	1.794,41	Satisfatória	0,00	-23,08	-23,08	Tendência Desfavorável
4.4.29 Capão do Leão	31,57	25.928	Rural	41,11	0,03	Produtor	724,90	Insatisfatória	0,00	10,53	10,53	Tendência Favorável
4.4.30 Carlos Barbosa	101,25	22.643	Urbano	35,14	0,04	Consumidor	1.218,84	Satisfatória	0,00	-32,00	-32,00	Tendência Desfavorável
4.4.31 Carlos Gomes	22,66	1.694	Rural	45,11	0,01	Produtor	2.285,15	Satisfatória	0,00	-14,29	-14,29	Tendência Desfavorável
4.4.32 Casca	30,57	8.478	Rural	48,74	0,04	Consumidor	1.273,61	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
4.4.33 Cerro Branco	29,71	4.771	Rural	42,15	0,05	Consumidor	1.294,90	Satisfatória	0,00	-46,67	-46,67	Tendência Desfavorável
4.4.34 Cerro Largo	70,60	11.934	Rural	62,55	0,02	Produtor	938,32	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.35 Chapada	12,82	9.037	Rural	45,24	0,06	Consumidor	1.322,97	Satisfatória	0,00	55,56	55,56	Tendência Favorável
4.4.36 Colorado	12,12	3.586	Rural	49,84	0,03	Produtor	2.110,55	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.37 Coqueiros do Sul	8,70	2.436	Rural	40,49	0,02	Produtor	2.466,78	Satisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
4.4.38 Coronel Bicaco	16,43	7.624	Rural	54,70	0,04	Consumidor	1.159,18	Satisfatória	0,00	-5,88	-5,88	Tendência Desfavorável
4.4.39 Crissiumal	39,33	13.351	Rural	46,30	0,01	Produtor	1.022,65	Satisfatória	0,00	-2,78	-2,78	Tendência Desfavorável
4.4.40 Cruz Alta	48,57	65.340	Rural	67,01	0,04	Consumidor	747,80	Insatisfatória	0,00	-2,38	-2,38	Tendência Desfavorável
4.4.41 Derrubadas	8,72	3.321	Rural	37,69	0,01	Produtor	1.721,14	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.42 Dois Irmãos	448,97	29.436	Urbano	34,83	0,11	Consumidor	933,64	Insatisfatória	0,00	7,69	7,69	Tendência Favorável
4.4.43 Dois Lajeados	21,60	3.051	Rural	38,98	0,03	Produtor	1.984,09	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.44 Dom Pedrito	8,01	41.280	Rural	42,40	0,04	Consumidor	824,46	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.45 Doutor Maurício Cardoso	20,51	5.747	Rural	51,57	0,03	Consumidor	1.438,45	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
4.4.46 Eldorado do Sul	66,21	33.913	Rural	27,95	0,08	Consumidor	1.106,01	Satisfatória	0,00	94,12	94,12	Tendência Favorável
4.4.47 Encantado	138,07	19.615	Urbano	42,21	0,08	Consumidor	1.038,06	Satisfatória	0,00	29,41	29,41	Tendência Favorável
4.4.48 Erechim	216,24	96.524	Urbano	56,69	0,02	Consumidor	767,51	Insatisfatória	100,00	-2,50	97,50	Tendência Favorável
4.4.49 Ernestina	11,92	3.009	Rural	41,24	0,03	Produtor	2.046,64	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.50 Estância Velha	773,80	40.291	Urbano	41,34	0,08	Consumidor	1.047,03	Satisfatória	0,00	5,00	5,00	Tendência Favorável
4.4.51 Esteio	3.131,14	83.250	Urbano	61,17	0,05	Consumidor	867,77	Insatisfatória	0,00	47,06	47,06	Tendência Favorável
4.4.52 Estrela	149,91	27.681	Urbano	47,63	0,10	Consumidor	1.006,41	Satisfatória	0,00	5,00	5,00	Tendência Favorável
4.4.53 Farroupilha	173,66	59.889	Urbano	46,24	0,05	Consumidor	1.082,57	Satisfatória	-50,00	57,14	7,14	Tendência Favorável
4.4.54 Flores da Cunha	98,84	27.882	Urbano	37,30	0,06	Consumidor	1.119,47	Satisfatória	0,00	47,37	47,37	Tendência Favorável
4.4.55 Forquetinha	27,61	2.459	Rural	42,22	0,03	Produtor	2.107,35	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
4.4.56 Frederico Westphalen	106,52	26.639	Urbano	62,52	0,00	Consumidor	783,37	Insatisfatória	0,00	-28,13	-28,13	Tendência Desfavorável
4.4.57 Garibaldi	184,11	29.023	Urbano	34,94	0,07	Consumidor	1.297,89	Satisfatória	0,00	-30,56	-30,56	Tendência Desfavorável
4.4.58 Gentil	8,43	1.552	Rural	37,27	0,05	Consumidor	3.384,65	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.59 Getúlio Vargas	58,72	16.172	Rural	58,51	0,04	Consumidor	810,97	Insatisfatória	0,00	13,33	13,33	Tendência Favorável
4.4.60 Gramado Xavier	19,69	4.201	Rural	41,95	0,00	Produtor	1.226,55	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.4.61 Gravataí	565,74	261.619	Urbano	43,13	0,01	Produtor	722,86	Insatisfatória	0,00	58,42	58,42	Tendência Favorável
4.4.62 Guaíba	259,11	100.010	Urbano	46,56	0,02	Produtor	620,99	Insatisfatória	0,00	42,86	42,86	Tendência Favorável
4.4.63 Guaporé	73,33	21.396	Rural	54,59	0,04	Consumidor	993,03	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.64 Herval	3,82	7.302	Rural	46,15	0,01	Produtor	1.071,99	Satisfatória	0,00	29,41	29,41	Tendência Favorável
4.4.65 Horizontina	86,75	18.169	Urbano	29,36	0,05	Consumidor	1.629,49	Satisfatória	0,00	21,43	21,43	Tendência Favorável
4.4.66 Hulha Negra	7,22	5.665	Rural	33,96	-0,01	Produtor	1.229,79	Satisfatória	0,00	-11,11	-11,11	Tendência Desfavorável
4.4.67 Humaitá	34,93	4.457	Rural	45,85	0,03	Produtor	1.599,35	Satisfatória	0,00	-12,50	-12,50	Tendência Desfavorável
4.4.68 Ibiraiaras	23,07	6.921	Rural	48,82	0,05	Consumidor	1.101,80	Satisfatória	0,00	-61,11	-61,11	Tendência Desfavorável
4.4.69 Ibirapuitã	12,16	4.049	Rural	52,38	0,02	Consumidor	1.546,36	Satisfatória	0,00	-44,44	-44,44	Tendência Desfavorável
4.4.70 Ibirubá	30,89	18.439	Rural	55,79	0,02	Consumidor	1.044,05	Satisfatória	0,00	-48,39	-48,39	Tendência Desfavorável
4.4.71 Independência	20,82	6.842	Rural	49,46	0,05	Consumidor	1.053,98	Satisfatória	0,00	-26,67	-26,67	Tendência Desfavorável
4.4.72 Itaara	29,83	5.459	Rural	54,75	0,03	Consumidor	990,31	Insatisfatória	0,00	-28,57	-28,57	Tendência Desfavorável
4.4.73 Itatiba do Sul	20,60	4.578	Rural	50,65	0,01	Consumidor	1.372,75	Satisfatória	0,00	-31,58	-31,58	Tendência Desfavorável
4.4.74 Ivoti	305,77	18.668	Urbano	40,77	0,12	Consumidor	1.068,70	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.75 Jacutinga	21,57	3.838	Rural	46,17	0,04	Consumidor	1.484,83	Satisfatória	0,00	50,00	50,00	Tendência Favorável
4.4.76 Jóia	7,49	8.657	Rural	42,62	0,07	Consumidor	1.320,06	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.77 Lagoa dos Três Cantos	10,75	1.545	Rural	40,53	0,03	Produtor	3.496,33	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.78 Lajeado	742,60	65.331	Urbano	52,85	0,05	Consumidor	960,80	Insatisfatória	300,00	2,94	302,94	Tendência Favorável
4.4.79 Machadinho	14,76	4.641	Rural	43,49	0,05	Consumidor	1.576,44	Satisfatória	0,00	-10,00	-10,00	Tendência Desfavorável
4.4.80 Marau	49,58	31.371	Rural	27,89	0,08	Consumidor	1.168,96	Satisfatória	0,00	-29,03	-29,03	Tendência Desfavorável
4.4.81 Mato Queimado	17,13	1.675	Rural	42,51	0,03	Produtor	2.811,03	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.82 Montauri	17,28	1.525	Rural	35,66	0,01	Produtor	3.725,18	Satisfatória	0,00	-80,00	-80,00	Tendência Desfavorável
4.4.83 Montenegro	141,91	57.024	Urbano	41,54	0,03	Consumidor	1.064,52	Satisfatória	0,00	31,71	31,71	Tendência Favorável
4.4.84 Mostardas	6,41	12.843	Rural	35,88	0,02	Produtor	1.134,16	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.85 Muçum	43,49	4.876	Rural	48,11	0,06	Consumidor	1.149,01	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
4.4.86 Não-Me-Toque	44,71	15.233	Rural	41,47	0,04	Consumidor	1.247,78	Satisfatória	0,00	63,64	63,64	Tendência Favorável
4.4.87 Nova Alvorada	20,94	2.984	Rural	44,91	0,08	Consumidor	2.988,72	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
4.4.88 Nova Bassano	38,85	8.181	Rural	24,47	0,07	Consumidor	1.249,56	Satisfatória	0,00	-29,17	-29,17	Tendência Desfavorável
4.4.89 Nova Candelária	29,26	2.595	Rural	32,40	0,01	Produtor	2.636,91	Satisfatória	0,00	-50,00	-50,00	Tendência Desfavorável
4.4.90 Nova Esperança do Sul	27,06	5.067	Rural	28,00	0,05	Consumidor	1.262,26	Satisfatória	0,00	-33,33	-33,33	Tendência Desfavorável
4.4.91 Nova Palma	20,13	6.347	Rural	47,49	0,02	Produtor	1.557,28	Satisfatória	0,00	23,81	23,81	Tendência Favorável
4.4.92 Nova Prata	82,52	20.847	Urbano	30,49	0,05	Consumidor	1.237,64	Satisfatória	0,00	-48,15	-48,15	Tendência Desfavorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.4.93 Nova Santa Rita	95,68	21.856	Urbano	40,75	0,06	Consumidor	1.006,24	Satisfatória	0,00	75,00	75,00	Tendência Favorável
4.4.94 Osório	59,08	38.736	Rural	75,62	0,01	Consumidor	1.292,68	Satisfatória	0,00	-7,69	-7,69	Tendência Desfavorável
4.4.95 Palmares do Sul	12,16	11.797	Rural	50,49	0,00	Consumidor	1.180,44	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.96 Panambi	75,49	33.824	Rural	49,56	0,03	Produtor	1.058,61	Satisfatória	0,00	26,09	26,09	Tendência Favorável
4.4.97 Pântano Grande	12,69	11.607	Rural	49,54	0,00	Produtor	984,76	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.98 Parai	51,16	6.621	Rural	36,93	0,01	Produtor	1.391,73	Satisfatória	0,00	-42,86	-42,86	Tendência Desfavorável
4.4.99 Passo Fundo	237,94	178.472	Urbano	70,51	0,03	Consumidor	759,09	Insatisfatória	-20,00	1,27	-18,73	Tendência Desfavorável
4.4.100 Paulo Bento	14,27	2.217	Rural	40,23	0,01	Produtor	2.291,23	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.101 Pedras Altas	2,02	2.942	Rural	39,87	-0,01	Produtor	2.080,01	Satisfatória	0,00	-25,00	-25,00	Tendência Desfavorável
4.4.102 Pedro Osório	12,74	7.921	Rural	58,00	0,00	Consumidor	777,58	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.103 Pejuçara	9,36	3.887	Rural	45,75	0,07	Consumidor	2.106,68	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável
4.4.104 Picada Café	59,45	5.243	Rural	31,05	0,08	Consumidor	1.526,17	Satisfatória	0,00	40,00	40,00	Tendência Favorável
4.4.105 Pinheiro Machado	6,13	13.813	Rural	47,08	0,02	Produtor	1.104,75	Satisfatória	-33,33	0,00	-33,33	Tendência Desfavorável
4.4.106 Piratini	5,80	20.155	Rural	52,14	0,01	Consumidor	852,87	Insatisfatória	0,00	-4,76	-4,76	Tendência Desfavorável
4.4.107 Pontão	6,64	3.899	Rural	36,65	0,05	Consumidor	2.290,14	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.108 Portão	183,20	27.588	Urbano	31,30	0,05	Consumidor	1.124,39	Satisfatória	0,00	4,35	4,35	Tendência Favorável
4.4.109 Porto Mauá	24,87	2.588	Rural	54,27	-0,01	Consumidor	1.974,17	Satisfatória	0,00	-40,00	-40,00	Tendência Desfavorável
4.4.110 Porto Vera Cruz	18,68	2.138	Rural	41,37	0,03	Produtor	2.228,89	Satisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
4.4.111 Porto Xavier	39,67	10.791	Rural	65,00	0,00	Consumidor	847,59	Insatisfatória	0,00	-6,25	-6,25	Tendência Desfavorável
4.4.112 Quinze de Novembro	17,50	3.550	Rural	47,05	0,00	Produtor	1.959,80	Satisfatória	0,00	14,29	14,29	Tendência Favorável
4.4.113 Ronda Alta	23,67	9.705	Rural	53,74	0,04	Consumidor	1.049,52	Satisfatória	50,00	-12,50	37,50	Tendência Favorável
4.4.114 Roque Gonzales	20,28	6.871	Rural	43,81	0,02	Produtor	1.031,74	Satisfatória	0,00	15,79	15,79	Tendência Favorável
4.4.115 Salto do Jacuí	24,59	12.523	Rural	51,00	0,02	Consumidor	1.159,21	Satisfatória	0,00	25,00	25,00	Tendência Favorável
4.4.116 Sananduva	27,43	14.860	Rural	51,15	0,03	Consumidor	978,20	Insatisfatória	0,00	-4,76	-4,76	Tendência Desfavorável
4.4.117 Santa Vitória do Palmar	6,63	33.472	Rural	43,99	0,03	Produtor	980,17	Insatisfatória	0,00	35,48	35,48	Tendência Favorável
4.4.118 Santiago	21,03	49.054	Rural	69,40	0,01	Consumidor	706,70	Insatisfatória	0,00	-8,82	-8,82	Tendência Desfavorável
4.4.119 Santo Antônio da Patrulha	38,78	39.136	Rural	52,03	0,02	Consumidor	741,17	Insatisfatória	0,00	-10,53	-10,53	Tendência Desfavorável
4.4.120 Santo Cristo	38,86	13.789	Rural	52,04	0,03	Consumidor	1.020,03	Satisfatória	0,00	-32,00	-32,00	Tendência Desfavorável
4.4.121 São Borja	18,04	64.803	Rural	51,95	0,03	Consumidor	758,47	Insatisfatória	0,00	29,73	29,73	Tendência Favorável
4.4.122 São Domingos do Sul	30,36	2.731	Rural	40,05	0,00	Produtor	2.099,96	Satisfatória	0,00	-60,00	-60,00	Tendência Desfavorável
4.4.123 São Gabriel	12,00	60.515	Rural	54,18	0,03	Consumidor	693,99	Insatisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.124 São João da Urtiga	28,58	4.981	Rural	51,26	0,03	Consumidor	1.202,01	Satisfatória	0,00	-22,22	-22,22	Tendência Desfavorável
4.4.125 São José do Inhacorá	28,10	2.251	Rural	45,92	0,00	Produtor	2.371,45	Satisfatória	0,00	0,00	0,00	Estável
4.4.126 São José do Ouro	20,45	6.598	Rural	56,57	0,04	Consumidor	1.148,35	Satisfatória	0,00	-20,00	-20,00	Tendência Desfavorável

(continua)

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
4.5.1 Arroio do Sal	51,62	6.144	Rural	84,86	-0,01	Consumidor	1.815,48	Satisfatória	0,00	33,33	33,33	Tendência Favorável
4.5.2 Balneário Pinhal	93,15	8.969	Urbano	78,88	0,00	Consumidor	1.374,46	Satisfatória	0,00	66,67	66,67	Tendência Favorável
4.5.3 Canela	156,27	39.274	Urbano	70,69	0,02	Consumidor	983,38	Insatisfatória	0,00	55,00	55,00	Tendência Favorável
4.5.4 Capão da Canoa	418,93	38.668	Urbano	84,60	-0,01	Consumidor	1.127,38	Satisfatória	0,00	23,08	23,08	Tendência Favorável
4.5.5 Charqueadas	155,40	31.823	Urbano	34,62	-0,03	Produtor	1.096,94	Satisfatória	0,00	58,82	58,82	Tendência Favorável
4.5.6 Cidreira	45,65	11.116	Rural	84,79	-0,01	Consumidor	1.416,51	Satisfatória	0,00	100,00	100,00	Tendência Favorável
4.5.7 Espumoso	19,91	15.048	Rural	57,62	0,04	Consumidor	1.076,23	Satisfatória	0,00	23,53	23,53	Tendência Favorável
4.5.8 Gaurama	29,20	6.347	Rural	41,71	0,05	Consumidor	1.168,35	Satisfatória	0,00	-41,67	-41,67	Tendência Desfavorável
4.5.9 Gramado	145,11	33.278	Urbano	63,94	0,05	Consumidor	1.316,14	Satisfatória	-50,00	15,63	-34,38	Tendência Desfavorável
4.5.10 Imbé	392,45	15.331	Urbano	88,84	-0,01	Consumidor	1.979,49	Satisfatória	0,00	116,67	116,67	Tendência Favorável
4.5.11 Parobé	477,45	51.384	Urbano	38,37	0,10	Consumidor	839,92	Insatisfatória	0,00	-16,67	-16,67	Tendência Desfavorável
4.5.12 São José do Norte	22,45	26.900	Rural	60,45	-0,02	Consumidor	637,51	Insatisfatória	0,00	-25,58	-25,58	Tendência Desfavorável
4.5.13 Tapes	22,74	17.855	Rural	55,49	0,02	Consumidor	801,76	Insatisfatória	0,00	7,69	7,69	Tendência Favorável
4.5.14 Tramandaí	279,78	38.881	Urbano	87,99	-0,01	Consumidor	1.387,50	Satisfatória	100,00	61,11	161,11	Tendência Favorável
4.5.15 Xangri-lá	153,63	10.097	Urbano	87,52	-0,01	Consumidor	2.341,58	Satisfatória	0,00	100,00	100,00	Tendência Favorável
	164,25	351.115			93,33%		215.702					Tendência Favorável
Classificação do cluster		23,76%	Essencialmente Urbano			Consumidor	61,43%	Satisfatória	3,33	38,51	41,84	11 municípios - 73,33%
		Pop. Total Mun. Rural			14 Munc. Cons.		Pop. Total em Mun.					Não-Pobre

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação dos serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
5.1 Entre Rios do Sul	24,00	3.128	Rural	37,19	-0,07	Produtor	2.156,85	Satisfatória	0,00	133,33	133,33	Tendência Favorável
	24,00	3.128			100,00%		3.128					Tendência Favorável
Classificação do cluster		00,00%	Essencialmente Rural			Produtor	100,00%	Satisfatória	0,00	133,33	133,33	01 municípios - 100%
		Pop. Total Mun. Rural			0 Munc. Cons.		Pop. Total em Mun.					Não - Pobre

ANEXO I – Composição e classificação dos *clusters* (Continuação)

Municípios	Dens	Pop.Tot.	TEH Mun.	X da participação serviços no VAB	Δ da part.% dos serviços no VAB	Dinâmica Econômica	Renda Mun. per capita/ano	Condição Monetária Municipal	Δ % Saúde	Δ % Educação	Σ Variações	Oportunidades Sociais
6.1 Porto Alegre	2.848,55	1.416.735	Urbano	79,46	0,02	Consumidor	1.198,16	Satisfatória	-14,81	-2,36	-17,18	Tendência Desfavorável
	2.848,55	1.416.735		100,00%			1.416.735					
Classificação do cluster	0,00%		Essencialmente Urbano			Consumidor	100,00%	Satisfatória	-14,81	-2,36	-17,18	Tendência Desfavorável
	Pop. Total Mun. Rural			01 Munc. Cons.			Pop. Total em Mun.					01 município – 100%
	Pobre											

Fonte: Elaborado pela autora.

SÉRIE DE TESES PUBLICADAS

- 001 – ROHENKOHL, Júlio Eduardo.** Configurações Institucionais e Ambiente Seletivo: um estudo econômico das trajetórias de inovação em genética suína no Brasil. 2006. 229f.
- 002 – PERONDI, Miguel Ângelo.** Diversificação dos Meios de Vida e Mercantilização da Agricultura Familiar. 2007. 217f.
- 003 – ROVER, Oscar José.** Redes de Poder e Governança Local: análise da gestão político-administrativa em três fóruns de desenvolvimento com atuação na região Oeste de Santa Catarina/Brasil. 2007. 251f.
- 004 – KIYOTA, Norma.** A Representação dos Agricultores Familiares em Espaços Institucionais de Participação Social no Sudoeste do Paraná. 2007. 204f.
- 005 – LIMA, Dejoel de Barros.** Legitimidade Social da Biotecnologia na Agricultura: o caso da soja transgênica no Sul do Brasil. 2007. 214f.
- 006 – RUBERT, Rosane Aparecida.** A Construção da Territorialidade: um estudo sobre as comunidades negras rurais da Região Central do RS. 2007. 360f.
- 007 – SPANEVELLO, Rosani Marisa.** A Dinâmica Sucessória na Agricultura Familiar. 2008. 221f.
- 008 – CASTRILLON FERNÁNDEZ, Antonio João.** Do Cerrado à Amazônia: estru-turas sociais da economia da soja em Mato Grosso. 2007. 262f.
- 009 – TORRES FIGUEREDO, Oscar Agustín.** Agricultura Familiar no leste do Departamento de San Pedro, Paraguai: origem, evolução, situação atual e perspectivas. 2008. 293f.
- 010 - CONTERATO, Marcelo Antônio.** Dinâmicas Regionais do Desenvolvimento Rural e Estilos de Agricultura Familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul. 2008. 288f.

011 – ALBERTI, Raquel Lorensini. A conformação das políticas agrícola e agrária brasileira no contexto de globalização financeira. 2008. 254f.

012 – KUHN, Daniela Dias. Oportunidades, Ruralidade e Pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos. 2008. 181f.